ÉDIMA DE SOUZA MATTOS

LITERATURA E JORNALISMO EM EÇA DE QUEIRÓS / *ECOS DE PARIS* / *GAZETA DE NOTÍCIAS* -1892/1894

ASSIS
2011

ÉDIMA DE SOUZA MATTOS

LITERATURA E JORNALISMO EM EÇA DE QUEIRÓS / *ECOS DE PARIS* / *GAZETA DE NOTÍCIAS* -1892/1894

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social)

Orientadora: Dra. Rosane Gazolla Alves Feitosa

ASSIS
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Mattos, Édima de Souza
M444l Literatura e jornalismo em Eça de Queiróz/ Ecos de Paris/ Gazeta de Notícias – 1892-1894/ Édima de Souza Mattos. Assis, 2011
199 f. : il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Drª Rosane Gazolla Alves Feitosa

1. Queiróz, Eça de, 1845-1900. 2. Literatura portuguesa - Séc. XIX – História e crítica. 3. Imprensa e jornalismo na literatura. 4. Periódicos brasileiros. I. Título.
CDD 869.3

ÉDIMA DE SOUZA MATTOS

LITERATURA E JORNALISMO EM EÇA DE QUEIRÓS / *ECOS DE PARIS* / *GAZETA DE NOTÍCIAS* -1892/1894

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR
Faculdade de Ciências e Letras - UNESP
Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social

Presidente e Orientadora: _____
Dra. Rosane Gazolla Alves Feitosa

2º Examinador _____

3º Examinador _____

4º Examinador _____

5º Examinador _____

Assis, ____ de _____de 2011.

AGRADECIMENTOS

A DEUS:

minha LUZ!

À FAMÍLIA:

pais (**in memoriam**): exemplos de resiliência;
filhos: incentivos constantes;
marido: apoio incondicional.

À Orientadora:

Dra. Rosane Gazolla Alves Feitosa: profissionalismo e porto seguro.

Aos meus pilares de sustentação:

Dr. Carlos Eduardo Bezerra - Faculdade do Vale do Jaguaribe/Ceará
Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira - ECA/USP

É DEUS

quem me cinge de coragem e
aplana o meu caminho.
Torna os meus pés velozes
como os das gazelas
e me instala nas alturas.
Adestra minhas mãos para
o combate, meus braços
para o tiro de arco.
(Salmo 17)

MATTOS, Édima de Souza. *Literatura e Jornalismo em Eça de Queirós* / *Ecos de Paris / Gazeta de Notícias* - 1892/1894. 2011. 199 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011

RESUMO

A pesquisa visa demonstrar como se dá a confluência entre Literatura e Jornalismo nos textos de imprensa de Eça de Queirós, denominados crônicas, pelo autor e enviados da Inglaterra e de Paris para a *Gazeta de Notícias,* do Rio de Janeiro (1880-1897). Há necessidade de resgatar o Eça jornalista, visto que esta faceta é pouco explorada nos estudos sobre o grande escritor realista-naturalista português. Por meio da análise das estratégias discursivas do autor, será demonstrada como se dá a revisitação do texto "crônica" de Eça, no campo midiático, no contexto histórico da época e na construção do real. Como correspondente jornalístico para o Brasil, contribuiu para o crescimento e importância da imprensa brasileira, influenciando, com seu estilo, nossos escritores jornalistas. No apoio teórico, foram resgatados conceitos necessários à análise da proposta, tais como: teoria sobre literatura, jornalismo e da lingüística que trata de gêneros do discurso. Nesta perspectiva, será realizada uma análise crítico-descritiva do discurso queirosiano, a fim de demonstrar os pontos de encontro do gênero midiático do jornalismo no campo da literatura. Algumas crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias* (1892-94), coletadas por Luiz de Magalhães, que compõem a obra *Ecos de Paris*, constituem o *corpus* da pesquisa, cuja análise centrar-se-á nos aspectos que visam à contextualização da linguagem em toda situação de discurso, bem como a representação do real. Deste modo, em quatro capítulos, serão resgatados o contexto histórico-social da França do século XIX, a Imprensa Francesa do final do século XIX, bem como, conceitos de gêneros do discurso, jornalismo, literatura e crônica. A análise do *corpus*, a conclusão e o resultado contemplarão uma lacuna nos estudos do grande escritor, ou seja, resgate e análise do texto de Eça de Queirós, jornalista.

Palavras-chave: Eça de Queirós; textos de imprensa; *Gazeta de Notícias; Ecos de Paris*; literatura e jornalismo.

MATTOS, Édima de Souza. *Literature and Journalism in Eça de Queirós* / *Echoes from Paris / Gazeta de Notícias* - 1892/1894. 2011. 199 pp. Doctoral (Foreign Language & Literatures) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011

ABSTRACT

The research aims to demonstrate how is the confluence of Literature and Journalism in the press releases of Eça de Queirós, known as chronicles, by the author and sent from England and Paris to the *Gazeta de Notícias*, in Rio de Janeiro (1880-1897). There is a need to rescue Eça journalist, as this aspect is little explored in studies of the great realist-naturalist Portuguese writer. Through the discursive strategies analysis's of the author, will be shown how is the revisiting of the text "chronicle" of Eça, in the media field, in the historical context of the period and in the construction of reality. As a news correspondent for Brazil, contributed to the growth and importance of the Brazilian press, influencing, with his style, our journalists-writers. In theoretical support, were rescued required concepts to the proposal's analysis, such as: literature theory, journalism and linguistics that deals with speech genres. In this perspective, will be held a critical-descriptive analysis of Eça de Queiros's speech, in order to show the meeting points of the media genre of journalism in the field of literature. Some chronicles published in the *Gazeta de Noticias* (1892-94), collected by Luiz de Magalhães, that make up the work *Ecos de Paris*, are the *corpus* of research, whose analysis will focus on aspects that aim at contextualization of language in every speech situation, as well as the representation of reality. Thus, in four chapters, will be rescued the socio-historical context of nineteenth-century France, the French Press of the late nineteenth century, as well as, concepts of speech genres, journalism, literature and chronicle. The analysis of the *corpus*, the conclusion and the result will contemplate a gap in studies of the great writer, in other words, rescue and analysis of Eça de Queirós's text, the journalist.

Keywords: Eça de Queirós; press releases; *Gazeta de Noticias; Ecos de Paris*; literature and journalism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Universo das publicações - textos de imprensa - Eça de Queirós 15

Quadro 2 - Eça de Queiroz e a história universal 26

Quadro 3 - *Corpus* selecionado 87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1 - EÇA EM PERIÓDICOS E OS TEXTOS DE NÃO FICÇÃO 23

1.1 A França no Século XIX: contexto histórico 23

1.2 Eça Jornalista 33

1.3 Eça na Imprensa Brasileira 37

CAPÍTULO 2 - O UNIVERSO JORNALÍSTICO DOS TEXTOS DE IMPRENSA DE EÇA 42

2.1 A Imprensa Brasileira: segunda metade do século XIX 42

2.1.1 A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro 45

2.2 A Imprensa Francesa no Século XIX 49

CAPÍTULO 3 - CONCEITOS TEÓRICOS DOS TEMAS ABORDADOS NA ANÁLISE DO CORPUS 54

3.1 Gêneros do Discurso: abordagens teóricas 54

3.1.1 Do efêmero ao testemunho histórico - A crônica 58

3.1.2 Considerações sobre literatura 63

3.1.3 Considerações sobre jornalismo 67

3.1.4 Jornalismo e literatura: confluências de gêneros 71

CAPÍTULO 4 - EÇA ENTRE A LITERATURA E O JORNALISMO - ANÁLISE DO *CORPUS* - "A NOTÍCIA HUMANIZADA PELA PRÁXIS LITERÁRIA" 81

4.1 Universo da Análise 81

4.1.1 - Proseando com Eça - *corpus* selecionado 87

4.1.2 A caricatura na linguagem eciana 89

4.1.3 Mudando o rumo da prosa 106

4.2 Discurso Queirosiano em Textos de Imprensa: realidade e linguagem literária 108

4.2.1 Adjetivação 108

4.2.2 Comparação metonímica e personificação 114

4.2.3 Fenômeno da intertextualidade explícita 115

4.2.4 Relação entre o enunciador e o enunciatário na narrativa queirosiana - ponto de vista narrativo 117
4.2.5 Conversa com o leitor 119
4.2.6 Inferências interjeitivas e linguagem coloquial 121
4.3 Eça, o Prosador-Intérprete da Segunda Metade do Século XIX 123

CONSIDERAÇÕES FINAIS 132

REFERÊNCIAS 138

ANEXOS 145

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre Eça de Queirós é mergulhar num vasto oceano de questionamentos históricos, políticos e sociais da segunda metade do século XIX, tanto em Portugal quanto na França.

Eça desponta num momento de aguda crise portuguesa: burguesia e todos os setores sociais estavam descontentes, principalmente os camponeses. Em 1851, inicia-se o período português denominado Regeneração. Nasce um estado político aparentemente estável e um programa econômico desenvolvimentista. O aumento de produção agrícola cria uma burguesia rural, que vai para a cidade. Esta nova burguesia quer desfrutar do progresso, dos melhoramentos materiais. Valoriza a educação e, principalmente, ativa a vida cultural portuguesa. Cresce o consumo de publicações jornalísticas que funcionam como meio de democratização da cultura. Eça e os grandes escritores enveredam pelo jornalismo com o intuito de divulgar suas obras e, também, opinar sobre problemas do país.

A literatura, nesse período, da segunda metade do século XIX, reflete a concepção da vida centrada no materialismo. Havia um apego ao vazio da sociedade, à tradição e ao conservadorismo. Eça busca, por meio do jornal e de suas obras, oferecer uma interpretação da vida social, com um ponto de vista crítico e irônico sobre os fatos históricos e sociopolíticos.

Cabe salientar que esta pesquisa procurou mostrar o jornalista Eça de Queirós, o qual se utilizou da imprensa para construir um painel crítico e ideológico dos acontecimentos parisienses desse segundo quartel do século XIX.

Sobre este Eça, objeto da pesquisa, Miné (2000, p. 12) destaca: “É possível perceber desde então a sua técnica na criação dos textos jornalísticos”. Referindo-se, ainda, a Eça jornalista, a autora (2000, p. 13) assim se expressa: “O seu ideário crítico e revolucionário já está, portanto, todo ali presente, e parece mesmo ter nascido destas *farpas* juvenis. Tudo dito e exposto ao público com desassombro, e forma sarcástica porém saborosa”.

Como cronista, divulgou uma teoria do jornalismo que sugeria a busca de opiniões, pontos de vista sobre o papel do jornalista do seu tempo e do modo de desenvolvimento da imprensa de periódicos. A esse respeito, Miné (2000, p. 16) salienta:

> Pensar o jornalismo de Eça de Queirós pode ainda sugerir-nos a busca de elementos em que se inscrevem opiniões, ponto de vista sobre o papel do jornalista e os modos como se desenvolvem em seu tempo, as atividades da imprensa periódica, no âmbito dos próprios textos de imprensa, por ele produzidos.

Em 1867, como dirigente do jornal *Distrito de Évora*, escreve artigos de fundo, seção política, seção literária, sobre agricultura, etc. Permaneceu pouco tempo nessa função, mas foi o suficiente para que tomasse consciência dos problemas de seu país. Segundo Mónica (2001), Eça, com 21 anos, chega em Évora. Dia 6 de janeiro de 1867, lança o primeiro volume do jornal, tendo escrito, durante os sete meses que ali passou, 198 páginas impressas (MÓNICA, 2001).

Eça jornalista, com nuances literárias, exemplifica-se nos textos enviados para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro de 1880 a 1897, além de outros publicados na *Gazeta de Portugal, Jornal Distrito de Évora, As Farpas, A Atualidade, Revista de Portugal e Revista Moderna* e, ainda, publicações avulsas em periódicos.

Essas publicações, no gênero crônica, promovem a simbiose entre a notícia jornalística e a linguagem literária que é própria da crônica. Mostram relatos da realidade que exemplificam um autor cujos recursos da alteridade e desdobramento são exercícios com estratégias discsurssivas de representação da realidade. Assim, atinge seu objetivo e deixa antever, em seus artigos jornalísticos, aquele que vê pelos olhos do leitor. Conduz à crítica e à reflexão. Descortina um painel da sociedade, mesmo quando não se integra à imposição do texto jornalístico. A forte presença da ironia permite que o dito atinja públicos, espaços e tempo indeterminados. Nessa linha de produção, o seu texto exige que o leitor seja competente, a fim de interpretar e criticar com qualidade.

Eça escreveu muitas páginas para o jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e sua presença na imprensa brasileira constitui um depoimento vivo sobre a vida pública europeia. É possível construir um o perfil de Eça jornalista, por meio da análise da linguagem dos textos de imprensa, denominados crônicas, pelo próprio autor e, também por intermédio de Reis (2002) em Nota Prefacial *à* obra *Textos de Imprensa IV* (*da Gazeta de Notícia*)

> Mais do que o retrato de um tempo e de uma sociedade (ou, se se preferir, para além disso), as crônicas queirosianas são um pouco da autobiografia espiritual de um escritor que sempre resistiu a escrever uma autobiografia formalmente entendida como tal. (REIS, 2002, p. 15).

Os textos jornalísticos de Eça, para a imprensa brasileira, revelam no conteúdo, o pensamento, a arte, a vida europeia e muito contribuem para que se possa entender aspectos fundamentais da obra ficcional de Eça e o referencial de sua produção, como também, sua postura e suas ideias como um intelectual de final do século XIX.

Foi realizado um levantamento especificamente sobre Eça e o jornalismo na Plataforma Lattes e nos acervos de teses das principais faculdades do país – USP, UNESP,

UNICAMP, PUCRS –, a fim de justificar a presente tese e ratificar a sua importância e contribuição para a área de Literatura e Jornalismo sobre os estudos queirosianos.

As fontes consultadas revelaram que, atualmente, no Brasil, sobre Eça e textos de imprensa, enviados para *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, foram desenvolvidos os seguintes estudos de pós-gradução: USP / 2007 - *Eça ensaísta - Estudo sobre o trabalho jornalístico de Eça de Queirós para a* Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, ao final do século XIX*, dissertação de mestrado de José Carlos Siqueira de Souza; Universidade Estadual de Londrina UEL / 2009 - *Um olhar queirosiano entre centro e periferia: "Os ingleses no Egito" - Eça de Queirós (*Gazeta de Notícias-*1882)*, dissertação de mestrado de Patrícia Ayres Pereira. Quanto a artigo em periódico, destaca-se: "Eça de Queirós, jornalista", de Rosane Gazolla Alves Feitosa UNESP/Assis, publicado pela revista *TriceVersa*, v. 2, n. 2, nov. 2008 – abr. 2009. Há outros trabalhos de mestrado e teses que abordam estudos sobre a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, mas buscaram-se, especificamente, as que apresentam um estudo crítico sobre o estilo eciano na elaboração de textos para o jornal brasileiro.

O ineditismo deste trabalho consiste em apresentar uma análise das astúcias da enunciação e estratégias discursivas nos textos de imprensa[1] de Eça de Queirós, as quais ratificam a confluência entre jornalismo e literatura que esta pesquisa se propôs a demonstrar, por meio dos referidos textos.

A única obra que apresenta um estudo sobre o estilo eciano é a de Guerra Da Cal (1969), porém, não aborda textos de imprensa. Como constatado pela pesquisa, há pouco estudo crítico-analítico das estratégias discursivas dos textos do referido autor, para a imprensa brasileira. Tal fato justifica a importância deste trabalho e a sua contribuição para o mundo acadêmico.

Os textos de imprensa de Eça conduzem o leitor a uma incursão ao mundo real, com as nuances da linguagem literária, por meio da elaboração da escritura do texto jornalístico. A sustentação do real na linguagem literária foi o que mais motivou a buscar esse encontro dos dois Eças: o literato e o jornalista.

Procurou-se, neste trabalho, analisar os textos de imprensa que, segundo Miné, estão mesclados de informação e opinião e, ainda, possuem um ideário crítico e revolucionário. Assim, pautou-se por alcançar os seguintes objetivos nos textos de imprensa da *Gazeta de Notícias* (1892-1894) selecionados para análise: 1) analisar as estratégias discursivas utilizadas por Eça; 2) revelar as relações intertextuais e dialógicas entre o texto jornalístico e a

[1] Os textos referentes ao Corpus deste trabalho encontram-se no Anexo B e serão indicados pela data de sua publicação na *Gazeta de Notícias*.

literatura; 3) provar a confluência entre a factualidade e a linguagem literária nos textos de imprensa de Eça de Queirós; 4) revelar como se dá a representação do real nos textos selecionados para análise; 5) resgatar Eça crítico e sociopolítico como jornalista.

Esta tese justifica-se pela necessidade de se promover mais discussão e análise dos textos de imprensa de Eça de Queirós, quanto aos aspectos das estratégias discursivas, cujas pesquisas e divulgação ainda são parcas nos meios acadêmicos, como foi constatado acima. Justifica-se, ainda, pela importância de demonstrar que o romancista conflui com o jornalista, ao adotar uma linguagem literária, socioideológica que permeia os textos. Torna-se, assim, instigante pesquisar as relações intertextuais e dialógicas das diferentes manifestações estético-literárias, nas produções jornalísticas de Eça de Queirós.

Há, na linguagem eciana, uma textualização da realidade, registrada com "[...] a intervenção de uma imaginação produtivamente criadora que ajuda a plasmar [...]" (MINÉ; CAVALCANTE, 2002, p.16) essa realidade, ao trabalhar os signos verbais. Os textos de imprensa de Eça, denominados crônicas, pelo próprio autor, possuem conectividade com a literatura por meio de uma linguagem plurissignificativa e de estratégias discursivas. Estas estratégias discursivas, centradas nos aspectos da linguagem literária, promovem uma transcendência do real, o qual, por sua vez, torna-se mais objetivo, pois está alicerçado na interpretação subjetiva do autor e conduz o leitor à compreensão mais objetiva do contexto histórico-social e político que caracteriza uma época, como também, as relações interpessoais dos grupos dominantes.

Pierre Rivas (1998, p. 23), jornalista-escritor, descobriu o "lado oculto" do acontecimento:

> Para mim, [jornalismo e literatura] sempre foram o mesmo ofício. O jornalista é um escritor. Trabalha com palavras. Busca comunicar uma história e o faz com vontade de estilo. Quando têm valor, o jornalismo e a literatura servem para o descobrimento da *outra verdade*, do lado oculto, a partir da investigação e acompanhamento de acontecimento. Para o escritor jornalista ou o jornalista escritor a imaginação e a vontade de estilo são asas que dão vôo a esse valor.

Outro aspecto importante que justifica este trabalho é demonstrar como Eça assimilou e se posicionou sobre fatos históricos, políticos e sociais ocorridos na França, cujo contexto histórico será apresentado mais adiante. Sobre este ângulo de visão, em textos de imprensa, pouco se tem publicado sobre o autor. Eça elabora textos com a estrutura da crônica, porém possuem a linguagem do jornalismo opinativo. São evidentes as posições do intelectual militante.

Eça expõe preocupações históricas e ético-políticas, tal como os antigos pensadores que viam a literatura e o jornalismo como veículos reveladores do mundo por meio das palavras. Assim, também, é o estilo eciano. Isso inclui a ação social, os compromissos éticos e políticos que se interpõem numa sociedade. Desse modo, pesquisou-se o Eça jornalista, porta-voz das questões preocupantes de seu tempo, as quais são expressas pelas crônicas.

Foi de grande importância, para a elaboração deste trabalho, a edição crítica, elaborada por Elza Miné e Neuma Cavalcante, sobre os textos de imprensa de Eça na *Gazeta de Notícias* (2002), que possibilitou organizar o *corpus* desta pesquisa e ter uma visão da amplitude do volume e importância desses textos. São textos de imprensa que a autora denomina crônicas, como será abordado na respectiva análise estrutural e linguística, em que Eça não só retrata os principais fatos políticos e históricos da França, como também, expõe opiniões contundentes sobre os fatos narrados

Miné e Cavalcante (2002, p. 16) assim afirmam:

> Assim é que fatos políticos e cotidianos, acontecimentos e questões de política nacional e internacional, retratos de personalidades, anedotas espraiadas, tudo se vê drenado e selecionado com a liberdade que ainda hoje marca o trabalho do cronista e, de certa forma, ainda a do correspondente, e que, no caso de Eça era irrestrita.

Serão objeto de análise, quanto às estratégias discursivas e a confluência entre o jornalismo e a literatura, os textos que tratam de assuntos históricos e sociopolíticos, a fim de descortinar o Eça crítico, polêmico, e sociopolítico que há por trás dessas publicações.

Para conhecimentos do universo das publicações de Eça de Queirós, apresentar-se-á o quadro organizado por Elza Miné e Neuma Cavalcante, constante na obra *Texto de Imprensa IV* (*Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro), 2002.

Quadro 1 - Universo das publicações –textos de imprensa - Eça de Queirós

GAZETA DE NOTÍCIAS		**1ª EDIÇÃO EM VOLUME (ORGANIZAÇÃO DE LUIZ DE MAGALHÃES)[3]**		
DATA	**TÍTULO DO TEXTO**	**DATA**	**VOLUME**	**TÍTULO DO TEXTO**
18/jan/92	A Europa em resumo	1909	NC	A Europa em resumo
08/fev/92	A decadencia do riso	1909	NC	A decadencia do riso
29/fev/92	Um santo moderno	1909	NC	Um santo moderno
26/fev/92	O imperador Guilherme	1905	*EP*[1]	III O imperador Guilherme
13/jun/92	Padre Salgueiro			
19/jun/92	Primeiro de Maio	1905	ed. C. Matos	Primeiro de Maio
27/jul/92	Quinta de frades	1979		
28/nov/92	Os grandes homens de França	1909	NC	Os grandes homens de França
04/fev/93	Espiritismo	1909	NC	Espiritismo
05/fev/93	Espiritismo (conclusão)			
02/abr/93	Tema para versos I	1989	ed. L. F. Duarte	Tema para versos I-II
03/abr/93	Tema para versos II			
17/abr/93	Uma colecção de arte	1909	NC	Uma colecção d'arte
13/maio/93	Cozinha Archeologica	1909	NC	Cozinha Archeologica
14/maio/93	Cozinha Archeologica (continuação)			
15/maio/93	Cozinha Archeologica (conclusão)			
11/jun/93	As Rosas I	1909	NC	As Rosas I-V
12/jun/93	As Rosas II			
14/jun/93	As Rosas II (continuação)			
16/jun/93	As Rosas III (continuação)			
18/jun/93	As Rosas V (conclusão)			
14/jul/93	(sem título)	1905	*EP*	IV O Grand-Prix - Estatuomania - Os Cocheiros - Victor Hugo - O campo em Pariz

(continua)

(continuação)

GAZETA DE NOTÍCIAS		1ª EDIÇÃO EM VOLUME (ORGANIZAÇÃO DE LUIZ DE MAGALHÃES)[3]		
DATA	**TÍTULO DO TEXTO**	**DATA**	**VOLUME**	**TÍTULO DO TEXTO**
16/jul/93 17/jul/93 19/jul/93	Positivismo e Idealismo Positivismo e Idealismo (continuação) Positivismo e Idealismo (conclusão)	1909	NC	Positivismo e Idealismo I, II, III
06/ago/93 07/ago/93	(sem título) (sem título)	1907	BP	VI Revolta de Estudantes
13/ago/93	(sem título)	1905	*EP*	V O 14 de julho - Festas officiaes - O Sião
20/ago/93	(sem título)	1905	*EP*	VI A França e o Sião
10/set/93 11/set/93	(sem título) (conclusão)	1905	*EP*	VII A questão Buloz - A Revista dos Dous Mundos - Pariz no verão
27/set/93 28/set/93	(sem título) (conclusão)	1905	*EP*	VIII As eleições - A Italia e a França
26/nov/93	(sem título)	1905	*EP*	IX Alliança Franco-Russa
? / ? / 93	O *Bock* Ideal	1909	NC	O “Bock Ideal”
01/jan/94 02/jan/94		1905	*EP*	X As festas russas - A “toilette” d'um presidente de Republica - Noticias do Brazil
04/jan/94 05/jan/94	(sem título) (conclusão) (4)	1905	*EP*	XI A Hespanha - O heroismo hespanhol - A questão das Carolinas - Os acontecimentos de Marrocos

(continua)

(continuação)

GAZETA DE NOTÍCIAS		1ª EDIÇÃO EM VOLUME (ORGANIZAÇÃO DE LUIZ DE MAGALHÃES)[3]		
DATA	**TÍTULO DO TEXTO**	**DATA**	**VOLUME**	**TÍTULO DO TEXTO**
13/jan/94	(sem título)	1905	*EP*	XII O Snr. Barthou -
14/jan/94	(conclusão)			A “Antigone” de Sophocles -
				“Les Rois” de Jules Lemaitre
26/fev/94	Os anarchistas	1905	*EP*	XIII Os Anarchistas - Vaillant
27/fev/94	Os anarchistas (continuação)			
28/fev/94	Os anarchistas (conclusão)			
26/abr/94	(sem título)	1905	*EP*	XIV Outra bomba anarchista -
27/abr/94	(continuação)			O snr. Brunetière e a Imprensa
28/abr/94	(conclusão) (5)			
29/maio/94	(sem título)	1905	*EP*	XV As “interviews” -
				O Rei Humberto e o “Figaro” -
				A monarchia italiana -
				O que póde dizer um soberano
				a um jornalista - A sinceridade
				e o optimismo official.
01/jul/94	(6)	1905	*EP*	XVI O “Salon”
02/jul/94	(conclusão)			
20/jul/94	Carnot	1905	*EP*	XVII Carnot
10/ago/94	(sem título)	1905	*EP*	XVIII A morte e o funeral
11/ago/94	(continuação)			de Carnot
13/ago/94	(conclusão)			
02/set/94	(sem título)	1907	CF	I Joanna d'Arc I-V
03/set/94	(sem título)			
04/set/94	(sem título)			

(continua)

(conclusão)

GAZETA DE NOTÍCIAS		1ª EDIÇÃO EM VOLUME (ORGANIZAÇÃO DE LUIZ DE MAGALHÃES)[3]		
DATA	**TÍTULO DO TEXTO**	**DATA**	**VOLUME**	**TÍTULO DO TEXTO**
05/set/94	(sem título)			
04/nov/94	O Conde de Pariz	1907	CF	II O Conde de Pariz
05/nov/94	O Conde de Pariz (conclusão)			
01/dez/94	Chinezes e Japonezes	1907	CF	III Chinezes e Japonezes
02/dez/94	Chinezes e Japonezes (continuação)			
03/dez/94	Os Chinezes e Japonezes (continuação)			
05/dez/94	Os Chinezes e Japonezes (continuação)			
06/dez/94	Os Chinezes e Japonezes (conclusão)			

Fonte: Miné e Cavalcante (2002).

[1] - EP (itálico) textos publicados na obra Ecos de Paris, em 1905, organizada por Luiz de Magalhães.
[2] - Textos grifados: compõem o corpus do trabalho.
[3] - Luiz Cipriano Coelho de Magalhães (1859-1935), poeta e prosador de grande mérito, seguidor da corrente literária do realismo. Fundou várias revistas e muitas tertúlias. Entre suas obras merece destaque o romance *O Brasileiro Soares*, publicado com um prefácio de Eça de Queirós. Importante agente cultural de fins do século XIX e princípios do século XX. Após a morte de Eça de Queirós, em 1900, assume a responsabilidade da edição da quase totalidade da sua obra póstuma. (Wikipedia.com.br/acesso 13/07/2011). Foi responsável por organizar e publicar os textos de imprensa de Eça de Queirós enviados para a *Gazeta de Notícias* - Rio de Janeiro de 1880 a 1897 os quais compõem a obra Ecos de Paris, publicada em 1905 pela editora Lello Editores.

No Quadro 1, acima, foram destacadas (realce em cinza) as publicações referentes ao período que abrange os textos analisados neste trabalho, ou seja, de 1892 a 1894.

Estes textos, de 1892 a 1894, compõem a obra *Ecos de Paris*, publicada em 1905. A referida obra contém a maioria dos textos de imprensa enviados por Eça de Queirós, de Paris ao Brasil (1880 a 1897) para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, os quais foram copilados e publicados por Luiz de Magalhães. Embora o interesse por essa publicação tenha surgido a partir do acesso à obra acima citada, utilizou-se, para compor o *corpus* deste trabalho, os textos publicados na obra *Edição Crítica da Gazeta de Notícias*, de Elza Miné e Neuma Cavalcante (2002).

O critério de escolha do *corpus* teve como base os textos de imprensa cujo conteúdo remete a fatos históricos e sociopolíticos que repercutiram na França, nos anos de 1892 a 1894. Estes textos revelam, como já dito, o Eça jornalista, tão crítico e polêmico quanto o Eça ficcionista e, principalmente, as astúcias de enunciação e estratégias discursivas que exemplificam o objetivo deste trabalho: demonstrar a imbricação entre os gêneros jornalístico e literário.

O comentário de Carlos Reis, na apresentação da *Edição Crítica da Gazeta de Notícias* (2002, p. 4) corrobora o critério de recorte do *corpus* da pesquisa, que será objeto de estudo no Capítulo 4 desta tese.

> [...] Seja como for, os textos de imprensa queirosianos – os que agora se publicam e o mais que escreveu – constituem um "*corpus*" inegavelmente importante para entendermos aspectos fundamentais da obra de Eça, mesmo nas relações com a obra ficcional propriamente dita.

Para realizar a análise do *corpus* e atingir os objetivos deste trabalho, foram resgatados conceitos teóricos de assuntos que subsidiaram e deram validade às afirmações aqui elencadas.

O apoio teórico que sustenta esta tese fundamentou-se, sobretudo, nos princípios da teoria bakhtiniana. Segundo Bakhtin, (1986, p. 16) "[...] toda enunciação emerge de um contexto social, no qual o indivíduo está inserido e justifica, assim, sua visão de mundo. É o horizonte social do indivíduo que plasma sua produção textual".

Nessa perspectiva de reflexão, pode-se afirmar que o trabalho de Eça de Queirós tem como intenção unir o que há no texto com a malha da contextualidade. Analisar esta simbiose entre fatos históricos, ideologia e formas de expressão e contexto é um dos aspectos deste trabalho.

Nesta linha teórica, foram utilizados conceitos sobre linguagem expressos por Luiz Fiorin (2003, p. 52), o qual salienta que "[...] a linguagem cria a imagem do mundo, mas é

também produto social e histórico. Assim, a linguagem criadora de uma imagem do mundo é também criação desse mundo".

Há muitos outros autores que defendem essa função ideológica da linguagem do texto. Portanto, para demonstrar a revisitação do texto "crônica", no campo midiático, no contexto da época e na construção do real, nas crônicas de Eça de Queirós, a análise apoiou-se na teoria de linguistas que defendem a linguagem como modelo discursivo para um caminho de opção ideológica.

Quanto à abordagem teórica sobre o gênero Crônica, baseou-se nas considerações de Maria Helena Santana, Elza Miné, Antônio Cândido, Jorge de Sá, entre outros elencados nas referências deste trabalho. Esses autores, em linhas gerais, conceituam crônica como um texto híbrido que se situa às margens do jornalismo e da literatura. Possui como característica básica o diálogo preciso e imediato com o tempo e o espaço onde se situa, ou seja, a sociedade que fornece os elementos que a constituem. Apoia-se na linguagem irônica, argumentativa, que aflora, principalmente, nos momentos de crise de uma determinada época da sociedade. Segundo Miné (2000, p. 129), "[...] é durante a vigência do realismo que a crônica – em especial a crônica satírica – atinge o seu apogeu".

Em relação ao conceito de Jornalismo, adotou-se o ponto de vista de teóricos como Cremilda Medina, Edivaldo Pereira Lima, Ciro Marcondes, Clóvis Rossi, José Marques de Melo. Houve, também, a necessidade de pesquisar e apresentar, aos leitores deste trabalho, como se dá a confluência entre Jornalismo e Literatura. Assim, foram resgatados os posicionamentos de Antônio Olinto, Cremilda Medina, Edivaldo Pereira Lima, José Domingos de Brito, José Marques Melo, Marcelo Bulhões, Nelson Traquina.

O trabalho de análise necessitou retomar, ainda, conceitos sobre Literatura, a fim de comparar a linguagem factual do jornalismo com a do texto literário. Buscaram-se, fundamentalmente, as ideias de René Wellek, Terry Eagleton, Antônio Cândido, Umberto Eco, Nicolau Sevcenko. A análise dos textos foi efetuada, também, com o apoio teórico de autores que tratam de gêneros do discurso, astúcias e estratégias discursivas.

Assim baseou-se, sobretudo, nas obras: *Gêneros textuais e Cognição,* de Adair Bonini (2002), *Astúcias da Enunciação,* de Luis Fiorin (2002); *Estruturalismo e Teoria da Linguagem,* de Michel Foucault e outros (1971), *Questões de Literatura e de Estética*: a teoria do romance, *Marxismo e Filosofia da Linguagem,* de Michael Bakhtin (2006).

Eça de Queirós, jornalista, é aqui apresentado por meio dos estudos de Elza Miné, Maria Helena Santana, Anabela Rita, Carlos Reis, Maria Filomena Mônica.

O método utilizado para desenvolvimento foi o da pesquisa investigativa, aliada à análise crítica dos resultados, com base no levantamento teórico dos conceitos que embasam a análise dos textos, ou seja, conceitos de Literatura, Jornalismo, Crônica, a confluência entre Jornalismo e Literatura, Gêneros e Estratégias do Discurso e Apresentação de Eça jornalista na Imprensa brasileira.

A análise dos textos foi efetuada, numa perspectiva socioideológica da linguagem, considerando: gêneros textuais e estratégias discursivas; estrutura e linguagem da crônica; aspectos da linguagem jornalística; presença de características da linguagem literária plurissignificativa; linguagem e ideologia; confluência entre a linguagem jornalística e a linguagem literária.

Em seguida, foi elaborado um quadro demonstrativo, com data de publicação e resumo do assunto dos textos de imprensa de Eça de Queirós, enviados da França para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1892 e 1894. Procedeu-se este recorte a fim de analisar os textos que tratam, fundamentalmente, de aspectos histórico-políticos. Apresentou-se, também, um resgate histórico da França no final do século XIX e da imprensa francesa no referido período, com o intuito de se entender, devidamente, o conteúdo dos assuntos dos referidos textos.

O estado da questão levantada serviu para ratificar a importância deste trabalho para a disciplina de Literatura Portuguesa e de Estudos Queirosianos.

Esta tese encontra-se estruturada em quatro capítulos, além da Introdução, da Conclusão e das Referências.

O Capítulo 1 – Eça em periódicos e os textos de não ficção – apresenta o contexto histórico e sociopolítico de onde emergiram os textos enviados para a *Gazeta de Notícias*; distingue Eça correspondente de jornais e faz uma breve caracterização dos textos de imprensa do autor, segundo Elza Miné; situa Eça na imprensa brasileira e a sua colaboração regular em periódicos.

No Capítulo 2 – O universo de imprensa dos textos de imprensa de Eça – aborda-se a imprensa brasileira e Gazeta de Notícias e a imprensa francesa no contexto do século XIX.

O Capítulo 3 – Conceitos teóricos dos temas abordados na análise do corpus – busca estabelecer os conceitos sobre: Jornalismo e Literatura (aspectos da linguagem jornalística); a presença da linguagem literária plurissignificativa; linguagem e ideologia (estratégias discursivas); os gêneros do discurso (crônica - jornalismo - literatura).

O Capítulo 4 – Eça entre a literatura e o jornalismo: análise do corpus – trata da notícia humanizada pela práxis literária, apresentando: a) *corpus* da presente tese, constituído por textos selecionados, segundo critérios já citados, compreendem os anos de 1892 a 1894 e encontram-se devidamente datados e resumidos; b) análise do *corpus* por temas: 1) Jornalismo e Literatura; 2) linguagem literária plurissignificativa; 3) linguagem e ideologia; 4) crônica; e c) conclusões e aspectos críticos da pesquisa.

CAPÍTULO 1 - EÇA EM PERIÓDICOS E OS TEXTOS DE NÃO FICÇÃO

1.1 A França no Século XIX: contexto histórico

A França, da segunda metade do século XVIII até o século XIX, foi abalada por lutas internas devido ao empobrecimento no período pós-guerra. Havia tensões sociais e políticas. Paris, naquele momento, era a capital do século. A efervescência política, cultural e intelectual a colocava no topo do mundo. A sociedade progredia graças aos avanços da revolução industrial, porém, aumentava o número de pobres. Estudantes e pobres famintos se reuniam para ridicularizar o governo, por meio de panfletos e jornais da classe trabalhadora. Construíram-se movimentos contra o governo de Luís Felipe[2].

Em fevereiro de 1848, aconteceram várias passeatas. Luís Felipe deixou o trono, que foi ocupado por um governo liberal provisório que proclamou a República francesa. Neste governo, foram as escolas profissionalizantes que contribuíram para a diminuição da pobreza. No mesmo ano, um governo conservador fechou os ateliers (cursos profissionalizantes). Mais de 50 mil franceses invadiram as ruas, em protesto, porém, tropas do general Cavaignac[3] os esmagaram, causando a morte de 1,5 mil parisienses e vários outros foram expulsos do país. A seguir, até 1893, vários outros acontecimentos históricos, sociais e políticos foram-se sucedendo: eleição de Bonaparte; guerra Franco-Rússia; rápida industrialização; nascimento do Socialismo e do Comunismo entre os operários, derrota da França pela Prússia de Bismark[4]: tropas prussianas cercam Paris e a multidão faminta se entrega; nascimento da Comuna[5], assassinato de Sad Carnot, entre outros.

Desse modo, para melhor entender e analisar o conteúdo desses textos de imprensa, tornou-se necessário resgatar esse agitado contexto histórico, cujo grande marco foi a Revolução Francesa (1789), período em que se desencadearam os fatos políticos e sociais franceses que formaram o perfil da época e que refletem na França contemporânea. Porém, o presente resgate será, apenas, do século XIX, momento histórico em que se embasaram os textos escolhidos para o corpus da tese.

---

[2] Luís Filipe I (1773/1850), rei da França, de 1830 a 1848.

[3] Louis-Eugène Cavaignac (1802/1857), general e político francês, foi governador-geral da Argélia e depois Ministro da Guerra.

[4] Otto Leopold Edvard von Bismarck-Schönhausen (1815/1898), nobre, diplomata e político prussiano, uma personalidade internacional de destaque do século XIX, ficou conhecido como o Napoleão da Alemanha.

[5] Comuna: governo revolucionário, formado por um conselho de cidadãos eleitos pelo voto universal, contava com a participação de representantes de várias tendências socialistas.

Em 1870, Paris era o estopim de todas as tensões sociais, políticas e históricas. As ideologias, mesmo das instituições que possuíam o poder, adquiriram uma feição militarista. A guerra era iminente – estourava a guerra França e Prússia. Nesse clima, os franceses também guerreavam entre si. Do segundo semestre de 1870 a março de 1871, aconteceram a queda do Segundo Império (devido à derrota de Luís Napoleão pela Prússia de Bismark), a proclamação da república, a tomada de Paris pelos prussianos e a guerra civil entre o governo eleito pelos parisienses – Comuna de Paris – e a Assembleia Nacional de Versalhes. E estes acontecimentos foram assuntos de alguns textos de imprensa de Eça de Queirós.

A Guerra Franco-Prussiana causou a desgraça de Napoleão e dividiu o mundo artístico. Muitos fugiram para Londres. Paris era o centro do mundo artístico. Neste ano, há rápida industrialização e nascimento do Socialismo e do Comunismo entre os operários. Napoleão III restringiu os direitos dos sindicatos. A França foi derrotada pela Prússia de Bismark e Napoleão III capturado. As tropas prussianas cercam Paris e a multidão faminta se entrega. Leon Gambetta foge num balão.

Em janeiro de 1871, o governo provisório assinou um contrato amargo: abriu mão do centro industrial da Alsácia e Lorena. Paga indenização de 5 milhões de francos. Em 26 de março, este governo provisório foge para Versalhes e Paris elege um corpo municipal: O Comuna – formado por operários que pretendiam derrubar a Alemanha. Porém, foram derrotados e ocorreram 25 mil mortes em poucos dias. No dia 28 de maio, os Comunas foram pegos, expulsos, fuzilados, queimados, as prisões ficaram lotadas.

Em fevereiro de 1871, aconteceu a escolha do primeiro Comitê Central. Elaboraram uma chamada aos franceses a fim de que os homens do trabalho representassem a Nação. O programa da Comuna foi inspirado nos conceitos da democracia do povo com armas em punho. Era um verdadeiro partido político armado. Formou-se a Guarda Nacional. A França estava dividida: havia duas capitais, duplo poder. Os prussianos ocupavam o leste de Paris, em Vincennes e a Comuna comanda Paris. A França possuía, então, dois polos políticos com ideias de nação e de sociedades diferentes: Paris e Versalhes. Paris possuía a legalidade de comando conferida pela população; enquanto em Versalhes havia um governo eleito pelo sufrágio universal. Mas os efeitos políticos eram frágeis e atrasados, devido ao fracasso da guerra.

A Comuna que dirigia Paris tinha representatividade militar, discurso, armas. O único problema de Paris era criar suas instituições, enquanto Versalhes apresentava dificuldades em criar um exército para sitiar Paris e tomá-la. Paris, em 1871, possuía dois milhões de habitantes. As mudanças sucederam-se rapidamente. Havia luz até nos bairros pobres. Imperava um embelezamento estratégico que demonstrava uma revolução arquitetônica com

grandes boulevards. Esse retrato de Paris objetivava a criação de uma forma nova de igualdade social. A Comuna continuava a governar Paris. Os homens do Comitê Central da Guarda governavam a cidade, os reis e imperadores. Realizavam eleições para prefeitos, atendendo o desejo da população. O novo governo se utilizava dos "affiches" (panfletos) nas paredes da cidade, a fim de comunicar-se com o povo (decretos, convocações, etc.).

Dias depois das eleições da Comuna de Paris, o comando de Versalhes invadia Paris. Tratava-se de uma guerra sem tréguas e sem piedade. Era um confronto mais por valores sociais e ideológicos que por território. Fuzilavam sem julgamento, atiravam em ambulâncias. A população era o alvo bélico. Para deter Thiers[6], a Comuna propunha a troca de reféns pelo velho Blanqui[7]. Trocar o arcebispo Darboy seria uma ótima saída.

No final de abril de 1871, pela primeira vez na história da França, a maçonaria entra em questões de guerra. Os maçons empunhavam bandeiras com os dizeres: "Amai-vos uns aos outros". Houve um momento de silêncio, mas o fogo continuou. A Comuna resiste. Toma medidas administrativas e sociais relativas à organização do poder, ao trabalho, à reforma cultural, à solidariedade, à propriedade social e aos objetivos ideológicos e bélico-simbólicos.

Maio de 1871, domingo, os versalheses tomam Paris e todos os pontos estratégicos. Os combates duram sete dias. Os comunas abandonam o Hotel de Ville, reduto dos dirigentes da Comuna.

Oito anos depois, há a anistia restrita aos comunards exilados. Em 1879, os banidos voltam, aos poucos, em silêncio. O Hotel de Ville é reconstruído, quase semelhante ao anterior.

Vários autores escreveram sobre a Comuna, inclusive Eça de Queirós, como épica e como forma social. Atores e atrizes de Paris eram convidados para encenar os principais episódios da Comuna. Os historiadores franceses consideram o tempo da Comuna como um "descuido" da primeira caminhada revolucionária dos movimentos operários europeus, cheia de ensinamentos para os futuros movimentos sociais.

O resgate histórico francês, ora apresentado, justifica-se pelo fato de que Eça de Queirós morava na França, enquanto correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, durante a ocorrência de alguns fatos narrados nos textos, tais como a Convenção Militar

---

[6] Louis Adolphe Thiers (1797/1877), estadista e historiador francês, foi primeiro ministro sob o reinado de Luís Felipe e presidente da república francesa durante a 3ª República.

[7] Louis-Auguste Blanqui, (1805/1881) conotado com uma doutrina socialista denominada Blanquismo, defensora da luta de classes e da aplicação da ditadura do proletariado como alternativa política efetiva ao poder do Estado francês.

Franco-Russa, o Atentado de Ravachol, em 1893, o assassinato de Sadi Carnot[8], a criação de leis repressivas na França e, principalmente, a agitação dos anarquistas.

Em 1894, Alfred Dreyfus[9], de origem judaica é demitido e exilado na Ilha do Diabo, pois vendia segredos aos prussianos. Neste ano, Zola escreveu a carta J'Acuse, destinada ao presidente Faure. A igreja perdeu muito. Ficou do lado do exército e, mais tarde, Dreyfus provou sua inocência.

Apesar de tudo, Paris cresce e, em 1895, foram inaugurados o primeiro cinema, as casas noturnas e boêmias. No ano de 1889, a construção da Torre Eiffel tornou-se o centro de atrações da Exposição Universal e, em 1891, inaugurou-se a primeira linha de metrô. Após a ruína do Segundo Império, veio a Terceira República. A Constituição provisória sobrevive até 1940.

Apresenta-se, abaixo, um painel da vida e das obras de Eça de Queirós e do contexto histórico e sociopolítico da época de escritura dos textos de imprensa do autor (1880 a 1897). Muitos desses fatos são intertextos das crônicas do autor, as quais foram enviadas para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

Quadro 2 - Eça de Queiroz e a história universal

ANO	VIDA E OBRA DE EÇA DE QUEIROZ	HISTÓRIA UNIVERSAL
1881	- 6 de fevereiro: resposta de Eça à réplica de Pinheiro Chagas publicada n'*O Atlântico*, de 4 a 14 de janeiro. - Carta de Eça a Ramalho (Bristol, 10/11/1881) explicando as condições de publicação de *O Mandarim* e d'*Os Maias* pelo *Diário de Portugal. Os Maias* estava pronto, mas só seria publicado em 1888; Chardron compra os direitos de publicação de publicação dos Maias, manuscrito em 1883.	- Assassinato de Alexandre II da Rússia (13 de março). Sucede-lhe Alexandre III (1888-1894). - Vaga de "progroms" na Ucrânia/Rússia (1881-2) que está na origem do movimento sionista. - Início da industrialização e ampliação da rede ferroviária na Rússia. - Tratado de Bardo. - Protetorado na Tunísia estabelecido pela França; ocupa depois Saara, parte do Congo, Guiné, Senegal, Daomé. - Congresso Anarquista de Londres. - Vacina contra o carbúnculo (Pasteur) - Primeira guerra anglo-boer. - Perfuração do túnel São Gotardo. - Fundação da Conferência de Madri relativa ao estatuto do Marrocos. - Morte de Disraeli.
1882	- Colaboração no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Vários artigos publicados na seção de "*Crítica Literária*" e depois reunidos em livro – *Cartas de Inglaterra* publicados em 1905.	- Inglaterra estabelece um protetorado no Egito. Depois apropria-se do Sudão, Rodésia, Uganda e norte da África Oriental. - EUA, Chinese Restrict Act: restrição à imigração. - Tríplice Aliança (conclusão: Alemanha, Áustria, Itália).

[8] Alfred Dreyfus (1859/1935), capitão do exército francês de origem judaica. Injustamente acusado e condenado por traição – depois anistiado e reabilitado – foi o centro de um famoso episódio de conotações sociais e políticas, durante a Terceira República francesa, e que ficou conhecido como o caso Dreyfus.

[9] Marie François Sadi Carnot (1837/1894), mais frequentemente chamado Sadi Carnot, foi um político francês cuja carreira culminou com sua passagem pela presidência da República, de 1887 a 1894. Em Lyon (1894), dentro de sua carruagem, Carnot foi apunhalado até a morte pelo anarquista Sante Geronimo Caserio.

		- Itália: funda-se o Partido Operário Italiano em Milão. O direito de voto é concedido aos que têm o certificado de curso primário (20% dos homens). - 1882-1900: judeus estabelecem as primeiras colônias na Palestina com a ajuda do Barão de Rothschild. - Expulsão dos judeus da Rússia. - Kock descobre bacilo da tuberculose. - Primeira Central Elétrica (Edson). - New York recebe iluminação elétrica pública.
1883	- 26 de abril: é eleito sócio correspondente da Academia Real de Ciências. - O editor Chardron compra *Os Maias.*	- Guerra de Tonquim. - Intervenção francesa em Madagascar. - Surge um partido marxista na Rússia. - Leis de assistência social na Alemanha. - Protetorado francês-aname. - Metralhadora (Maxim). - Balão dirigível dos Irmãos Tissandier.
1884	- Carta de Eça a Oliveira Martins, de Angers (10/05/84), sobre seu próprio francesismo. - 30 de agosto: retido no grande Hotel do Porto, com um problema intestinal. Trabalha n'*A Relíquia* e a conclui. - Setembro: vai à Granja visitar Emília Resende e perde no bilhar a aposta de um leque. - Almoçam, no Palácio de Cristal do Porto, o "Grupo dos Cinco": Eça, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins. Fotografam-se após o almoço. Esta foto ficou famosa. - Outubro: visita a Costa Nova, na companhia da Condessa de Resende e de suas filhas Emília e Benedita. Durante esta visita, a esposa de Luis Magalhães chama a atenção do marido para as relações afetuosas entre o romancista e a filha da Condessa. - Sai na *Revue Universal Internacionale* (ago.-nov., n. 9-15) a tradução francesa d'*O Mandarim*, com um prefácio em francês, de Eça. Há uma contrafação brasileira deste livro, sem data. - Segunda edição d'*O Mistério da Estrada de Sintra* com um prefácio de Eça.	- Início da Conferência de Berlim (15 de novembro de 1884-1885). Baseada nessas decisões, a Inglaterra fará mais tarde o "Ultimato" a Portugal. - "Conferência Colonial de Berlim": é criado o Estado Livre do Congo (Belga), cuja soberania é atribuída a Leopoldo II, da Bélgica. - Descoberta de ouro na África Austral. - 1884-5: Guerra Franco-chinesa. Origem do desmembramento do território do Império Chinês, após a guerra início de exportação de capitais para a China. - Reconhecimento dos sindicatos na França. - 1884-85: Leis eleitorais na Inglaterra. - Expansão colonial alemã no Sudoeste da África. - Descoberta do Bacilo da Cólera (Kock) e o Bacilo da Difteria (Klebs e Loffler). máquina para composição tipográfica (Thaler); dirigível (Irmãos Renard); rolo de filme para fotografia (George Eastman e W. Walker). - Descoberta de ouro no Transvaal (África do Sul). - P. Niphow desenvolveu a técnica de transmissão de imagem.
1885	- Abril: Eça de Queiroz visita Émile Zola na companhia de Mariano Pina, durante uma curta estada em Paris, de regresso a Bristol, retornava de Lisboa. - 10 de junho: primeira tentativa de ressurreição de Carlos Fradique Mendes. - 20 de julho: data da carta ao diretor da *Ilustração*, intitulada Victor Hugo. - 15 de agosto: carta dirigida à Emília de Resende, por intermédio do irmão Luís Resende. Princípio do idílio do romancista com sua futura mulher. - 30 de agosto: carta à Condessa com o pedido oficial a mão da filha. - 14 de outubro: participa a Ramalho Ortigão que pediu a mão de Emília Resende. - 25 de dezembro: o pai de Eça de Queiroz	- Fevereiro: publica-se a Ata Geral da Conferência Africana de Berlim. - Avanço na engenharia de produção em massa nos EUA. Neste ano: 400 mil relógios. - Inglaterra instala-se na Birmânia. - Tratado de Tien-Tsin. - Evacuação do Suão Egípcio pelos ingleses. - Presidência de Cleveland nos EUA (1885-89 e 1893-97). - Expansão alemã no Pacífico. - França: Jules Ferry – 2º ministério. - Pausteur produz vacina contra a raiva. - Invenções: turbina a vapor (Parson e Laval); automóvel (Daimler e Benz); tubos sem solda (Mannesman).

	declara, oficialmente, que o romancista é seu filho legítimo.	
1886	- 10 de fevereiro: realiza-se o casamento de Eça (40 anos) com Emília de Castro Pamploma (Resende) (29 anos), no oratório particular da família da noiva, no solar Quinta de Santo Ovídio na cidade do Porto. - Eça prefacia *Os Azulejos* do Conde de Arnoso (Bernardo Pindela). - Prefácio de *O Brasileiro Soares* de Luís de Magalhães.	- Mapa Cor de Rosa: documento cartográfico resultante da exploração portuguesa dos territórios entre Angola e Moçambique. Não foi reconhecido internacionalmente (esta expressão advém do fato de estar assinalada com aquela cor, um mapa anexo ao tratado, assinado em 1886 entre Portugal e Alemanha). A área colorida provocou protestos da Inglaterra, pois esta tinha interesses na Rodésia e em Zâmbia e também no Egito até o Cabo da Boa Esperança (plano do Cabo Cairo). - Deliberação mais importante consagrou o princípio da ocupação efetiva (caso de Portugal – ruínas de velhas fortalezas). Essa foi a maior batalha da diplomacia portuguesa representada por: Antonio de Serpa Pimentel, Luciano Cordeiro, Marquês de Penafiel. - É assinado, com a França, um tratado de limites relativo à Guiné e ao Congo. O governo de Paris reconhece a Portugal a soberania nos territórios entre Angola e Moçambique; a Alemanha reconhece os mesmos direitos a Portugal (política do ministro Barros Gomes). - General Boulanger, torna-se ministro da guerra – problema político. - Agitação nacionalista na França – Liga dos Patriotas. - Inauguração da Estátua da Liberdade no porto da cidade de New York. - Invenções: bicicleta na França; primeira câmera fotográfica (Eastman).
1887	- 1 de junho: anúncio, no *Diário do Governo*, da abertura do concurso para a atribuição do Prêmio D. Luís (1 conto de réis), da Academia de Ciências. - Junho: publicada e posta à venda *A Relíquia*, anteriormente publicada em folhetins, na *Gazeta de Notícias.* - 11 de dezembro: é votado o parecer do Prêmio D. Luís, cujo vencedor é *O Duque de Viseu* (drama), de Henrique Lopes de Mendonça. Eça não teve nenhum voto. - Pinheiro Chagas, encarregado de dar o parecer, critica *A Relíquia.* - Eça responder-lhe-á num artigo com data de 25/01/88 (carta a Mariano Pina na *Ilustração* – carta réplica de Eça a Camilo pelo artigo deste "Notas à Procissão de Moribundos". - Eça prefacia o poema "Luís de Camões" de Joaquim Araújo (Porto).	- Acordo do Mediterrâneo entre Itália, Inglaterra, Áustria, Espanha. - Isolamento da França. - Formação da "União Geral Indochinesa". - Ministério Crispi na Itália (1893-1896). - Jubileu da Rainha Vitória da Inglaterra. - Abolida a escravatura em Cuba. - Aparecimento das primeiras metralhadoras. - Criação do esperanto (língua universal) – Dr. Zamenhof. Automóvel a gasolina - Daimler e Forest
1888	- 5 de janeiro: Mariano Pina, na *Ilustração*, ataca parecer do júri, que atribuiu o prêmio D. Luís, chamando-lhe "comédia". - 25 de janeiro: data da carta a Mariano Pina, na qual Eça de Queiroz dirigi-se ao repórter, e só vem a ser publicada em maio. Trata-se de um comentário ao parecer do júri da Academia assinado por Pinheiro Chagas. Este fora vítima, a 7 de fevereiro, de um ataque de	- Brasil: abolição da escravatura. - Morte de Guilherme I. - Reinado de Frederico III. - Reinado de Guilherme II. - França conquista Djibout. - Aberto em Paris o Instituto Pasteur. - Invenções: Ondas Eletromagnéticas (Hertz).

	caceteiros que o deixara às portas da morte. - Maio: está concebida a *Correspondência de Fradique Mendes*. Publicam-se, no *Repórter*, jornal de Oliveira Martins, algumas "Cartas de Fradique Mendes", que serão de novo publicadas na *Revista de Portugal* (em volume, refundidas e aumentadas apenas em 1900). - Junho: é posto à venda o romance *Os Maias*. - 8 de junho: Pinheiro Chagas replica em *O Repórter* a carta de Eça acerca dos prêmios literários. -2 de junho: Tréplica de Eça de Queiroz n'*O Repórter*. - 15 de agosto: Eça de Queiroz participa a Oliveira Martins que o Visconde de Faria, Cônsul de Portugal em Paris, vai ser afastado de seu lugar, e pede-lhe sua nomeação para aquele cargo. - Agosto: começa a aparecer n'*O Repórter* a *Correspondência de Fradique Mendes* (interrompe-se em outubro). - 28 de agosto: é publicado o decreto que nomearia o romancista para o consulado de Paris. - Outubro: fixa a residência em Paris. Daqui até a sua morte, em 1900, viverá em Paris, com vindas regulares a Portugal, de férias. - Nasce José Maria (Zezé), primeiro filho do escritor. - *O Repórter* publica, a 20 de julho, uma crítica de Fialho de Almeida ao romance *Os Maias*, Eça responde, em carta, de Bristol, em 8 de agosto (artigo de Fialho está no livro *Pasquinadas* – 1890). - Eça começa a sua ação visando à criação da *Revista de Portugal.* - O grupo jantante "Vencidos na Vida" forma-se em Lisboa, por sugestão de Oliveira Martins (oficializa-se no ano seguinte). - No livro de versos *Hoje*, Bulhão Pato satiriza Eça por se considerar retratado no Alencar d'*Os Maias.*	
1889	- 8 de fevereiro: o jornal *O Tempo,* dirigido por Carlos Lobo de Ávila, publica uma carta de Eça de Queiroz. - "Tomás de Alencar, uma explicação" – resposta à sátira escrita por Bulhão Pato "O Grande Maia". - 24 de março: Eça chega em Lisboa em gozo de férias. - 26 de março: janta pela primeira vez com o grupo "Os Vencidos da Vida" no Bragança. Dos 11 membros do grupo, só Guerra Junqueiro faltou ao jantar. - 3 de maio: *O Tempo* anuncia a próxima publicação do romance de Eça de Queiroz – *As Monjas de Riba Jóia* –, obra que nunca apareceu.	- 1889-1902: Governo de intervenção. - Brasil: Proclamação da República. - Exposição de Paris. - II Internacional dos Trabalhadores, na França (socialismo – presença do francês Juarès e do Alemão Bernstein). - 1º de maio é declarado o Dia Mundial do Trabalho. - Peugeot exibe triciclo de 2 lugares em Salão de Paris. - Construção do Edifício da Torre Eiffel (300 m), por Gustave Eiffel, em Paris, é utilizada como emissora de televisão (Símbolo da Idade de Ferro na Construção Civil). - Constituição japonesa. - 1ª Conferência Pan-Americana em Washington. - Vagas de greve na Europa.

	- 1 de julho: sai o primeiro número da *Revista de Portugal*; a versão definitiva da *Correspondência de Fradique Mendes.* - Eça prefacia *As Aquarelas de João Dinis*, com data de Bristol. - Columbano Bordalo Pinheiro pinta, à óleo, em meio corpo, o retrato de Eça de Queiroz, tela que se perderá em um naufrágio, em 1900. - 10 de fevereiro: o poeta Bulhão Pato volta a atacar o escritor, publicando outra sátira em verso "Lázaro Cônsul". - O jornal *O Tempo*, de Lobo Ávila, dá notícias constantes dos jantares que se sucedem do grupo "Vencidos da Vida". - 28 de março: Eça publica n'*O Tempo* uma resposta, não assinada, a um artigo de Pinheiro Chagas, saído n'*O Correio da Manhã* – artigo de Emília Pardo Bazan "Um romancista ibérico" no jornal *Los Lunes de u imparcial.* - O jornal *O Tempo* dá notícias constantes dos diversos jantares que se sucedem.	- Exposição universal de Paris. - Escândalo no Panamá. - Invenções: aparelho cinematográfico (Thomas Edson); película fotográfica (Eastman); Chave de Strouger e o disco telefônico (chamada telefônica sem necessitar de um operador – primeiro passo da automação do sistema telefônico). - Brown-Léquard descobre o papel das glândulas endócrinas.
1890	- Janeiro: morre no Porto a Condessa Resende, sogra do romancista. A mulher de Eça, Emília, herdará a Quinta de Vila Nova, em Santa Cruz do Douro ("Tormes"). - Publicação de *Obras Completas de Eça* pela editora Lello e Irmão, do Porto. - É publicado o primeiro volume de *Uma Campanha Alegre* reunindo a colaboração de Eça n'*As Farpas* (1890-1891). - *A Revista de Portugal* termina a publicação da *Correspondência de Fradique Mendes*, começada no ano anterior. - Antonio Nobre visita Eça no Consulado de Portugal, em Paris, na rua do Berri, nº 16, no Champs Elysée, (carta a Alberto Oliveira – 25 de novembro, em *Correspondência de Antonio Nobre* (1967). - Fialho ataca o grupo jantante dos "Vencidos da Vida" (*Os Gatos*, n. 4, março a junho). - Desaparece no naufrágio do navio Saint-André, o retrato de Eça pintado por Columbano, em 1889.	- Queda de Bismarck. - 1º de maio é comemorado nos principais países industrializados, a partir de 1890. - Conferência Internacional do Trabalho, em Berlim. - EUA: o "Empire State Express" (trem) atinge 100km por hora. - Invenções: primeiro sistema de cartões perfurados (Herman Hollerith); nova turbina a vapor (Laval); primeiro trem elétrico do Metrô em Londres (linha subterrânea).
1891	- Verão: Eça comunica a Jaime Batalha Reis, em Paris, estar escrevendo a *Vida Diabólica e Milagrosa de S. Frei Gil* que abandonará em 1893. - *As Minas de Salomão*, de Henry Rider Haggard (1886). Tradução livre e resumida. A tradução foi, inicialmente, atribuída a Eça.	- EUA: 1891-1899, período do governo do presidente Theodoro Roosevelt: política do "porrete" e do expansionismo. - Brasil: Primeira Constituição Republicana. - Rússia: a fome atinge dezenas de milhões de pessoas no campo. - Bureau internacional da paz em Berna. - Anti-semitismo na Rússia. - Peugeot lança o primeiro veículo com motor a explosão a rodar no Brasil importado por Santos Dumont. - 1887-91: Automóvel. - Pavlov estuda o reflexo condicionado. - Descoberta do *Pithecantropus erectus*, em Java (Dubois). - Soro antitetânico (Behring e Kitasato)

1892	- Maio: Eça de Queiroz está no Porto, na Quinta de Santo Ovídio. - É publicado o último número da *Revista de Portugal*, nº 24. - Publicação dos contos na *Gazeta de Notícias*: "Um poeta lírico", "Civilização". - Junho: sai o conto "No Moinho", no *Atlântico.* - Oliveira Martins lê a Eça "Condestável".	- Itália: Fundação do Partido Operário de Turati (o futuro PSI). - Convenção Militar franco-russa. - Atentado de Ravachol em Paris, início de uma onda anarquista que culminará com o assassinato de Sadi-Carnot, em 1894. - 4º Ministério de Gladstone. - Daomé: colônia francesa. -1892-1893-Charles e Frank Durya (Massachussets) e Henry Ford (Detroid) construíram, com êxito, os primeiros veículos a gasolina nos EUA. Invenções: forno elétrico (Moissan). – Lorentz descobre os elétrons.
1893	- Eça interrompe o *S. Frei Gil* e inicia a *Vida de Santo Onofre*. - Publica o conto "Aia", na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. - Publicação de "Positivismo e Idealismo", na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e depois incluído no livro *Notas Contemporâneas* (1909). - Eça dedica uma crônica ao Anarquista Auguste Vaillant – "Os Anarquistas Vaillant" – na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro incluída depois em *Ecos de Paris* (1905).	- Atentado de Augusto de Vaillant contra o Palais Bourbon (9/12/1893). O Anarquista foi guilhotinado. - Primeiro salão do automóvel em Paris. - Brasil: Revolta da Armada. - Fundação do Metropolitan Opera House, em New York (EUA), na Brodway, entre as ruas 39 e 40 Oeste. - Americanos no Havaí. - Leis repressivas na França ("Lois Scélérates").
1894	- Eça publica, na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), o conto "Frei Genebro". - Começa a redigir a novela *São Cristóvão* (1894-7). - Escreve a *Ilustre Casa de Ramires.* - Publica o conto "O Tesouro". - Está no prelo a *Correspondência de Fradique Mendes.*	- Rússia: início do reinado de Nicolau II (até 1917). - Capitão Alfred Dreyfus é injustamente condenado e preso por traição. - Assassinato do Presidente da República francesa Sadi-Carnot, em Lyon, pelo anarquista italiano Caserio. - Eleição de Casemir Périer - Guerra Sino-Japonesa por causa da Coréia (1894-95). - Alemanha: Liga Pangermânica. - Ocupação francesa de Tombuctu. - Massacre na Armênia. - Campanha italiana na Abissínia.
1895	- Organiza, em colaboração com José Sarmento e Henrique Marques, o *Almanaque Enciclopédico* para 1896, o qual é posto à venda no fim do ano. - Publicação do conto "O Defunto", na *Gazeta de Notícia* (7-16 agosto).	- Anistiado, Rochefort volta à França. - Rússia: contatos entre Lênin e Plekanov em Genebra. - Fundação da União da Luta pela Libertação da Classe Operária por Lênin e sua mulher Krupskaia e Martov e outros, em São Petersburgo. - 1894-5: Guerra Sino-Japonesa, Divisão da China em áreas de influência. - China: Movimento Republicano. - Início da ferrovia transiberiana (Rússia) ligando Cheliabinsque a Vladivostok (1895-1904). - Eleições conservadoras na Inglaterra. Chamberlain torna-se ministro. - Demissão de Périer: substituído por Félix Faure, Ministro radical de Leon Bougeois. - Fundação da Confederação Geral do Trabalho. - Expedição francesa à Madagascar (Ranavalo III reconhece o protetorado francês). - Tratado de Shimoneseki que provoca a intervenção europeia.

		- Invenções: Telégrafo sem fio (Marconi); Cinematógrafo (Lumiére); Raio X (Roentgen). - Alfred Nobel cria, ao morrer, o prêmio que tem seu nome, Prêmio Nobel.
1896	- Sai o primeiro *Almanaque Enciclopédico*, publicado por A. M. Pereira, com a colaboração, dentre outros, de Eça de Queiroz . Sua colaboração sob o título "Almanaques" será publicada em *Notas Contemporâneas* (1909). - Com os mesmos colaboradores organiza o *Almanaque Enciclopédico* para 1897, lançado igualmente, no fim do ano.	- França anexa Madagascar. - É fundada, no Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Letras, tendo como presidente Machado de Assis. - Rússia: greve dos operários tecelões. - Visita do imperador Nicolau II (Rússia) à França. - Invenções: radioatividade (Becquerel); primeiro automóvel Ford; - Primeiros Jogos Olímpicos em Atenas. - Marconi desenvolve oTelégrafo sem Fio.
1897	- Inicia-se, em Paris, a publicação da revista luso-brasileira, *Revista Moderna*, Eça colabora desde o primeiro número (maio), dirigido por Martinho Botelho. No primeiro número insere o conto "A Perfeição". No segundo número publica o conto "José Matias". A partir do décimo número (novembro) começa a publicar *A Ilustre Casa de Ramires;* este número é dedicado a Eça. - É publicado na *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro), tomo 12, "Eça de Queiroz", o qual Moniz Barreto deixara inacabado e Domício da Gama salvou do esquecimento (recolhidos em *Estudos Dispersos).* - Eça passa a temporada em Plombières (França) por recomendação médica.	- Assassinato de Antônio Canova Del Castilho, historiador e estadista espanhol, por um anarquista italiano. - Caso Dreyfus. - Rússia, incluindo Polônia e Finlândia, contava com 129 milhões de habitantes, 872 mil vivendo no campo. - 1º Congresso Sionista Mundial – na Basiléia (Suíça). - Guerra turco-grega. - Clement Adler voa no "Avion".
1898	- Eça publica na *Revista Moderna* de Paris, um artigo sobre Eduardo Prado. - No número dedicado à rainha D. Amélia, o célebre artigo "A Rainha" (nº 13 de janeiro) publicado na mesma revista; - No número de dezembro é publicado o conto "Suave Milagre". Em 1885, houve uma versão simplificada desse conto na coletânea *Feixe de Penas*, organizada por M. Amália Vaz de Carvalho, em benefício do Asilo para Raparigas Abandonadas.	- Ano da chamada "Geração de 96" espanhola. - Término da Guerra hispano-americana, pondo fim ao Império Colonial espanhol na Caraíbas. - Convenção secreta entre Inglaterra e Alemanha para a eventual partilha das colônias portuguesas. - EUA interessa-se pelos Açores. - Criação do Aquário "Vasco da Gama", em Dafundo. - Fundada a Associação dos Médicos Portugueses. - Capitão Dreyfus é recondenado. - I Salão do Automóvel em Paris. - Descoberta do rádio por Pierre e Marie Curie. - Santos Dumont constrói um dirigível.
1899	- Carta de Eça a Domício da Gama sobre o caso Dreyfus	- Início da guerra dos "Boers" com a Inglaterra. - Fundação da "Action Française". - Governo de Intervenção dos EUA em Cuba. - Conferência da Paz em Haia. - Primeira casa em cimento armado (Paris). - Lançamento de um submarino (Laubeuf). - Primeiro vôo de Santos Dumont.
1900	- Julho: Adoece gravemente o filho mais velho do escritor. Agrava-se a doença de Eça. - 28 de julho: Eça sai de Paris com Ramalho Ortigão, a caminho da Suíça, onde vai procurar alívio para os males de que padece há muito tempo e nos últimos tempos se agravaram. - 13 de agosto: piora e regressa a Paris, onde fica de cama.	- Rebelião dos "Boxers", na China. - Landsteiner descobre os grupos sanguíneos. - Marx Pllanck apresenta a teoria dos "Quanta".

	- 16 de agosto: falece, em Paris, em sua casa, no bairro de Neuily, na avenida du Roule, nº 38, cerca de quatro e meia da tarde. - A imprensa portuguesa noticia largamente o seu desaparecimento. - 17 de setembro: é embarcado no porto de Havre, a bordo do navio de guerra "África", que naquele porto se encontrava à data da morte do escritor. Acompanhados por T. Rosa, ministro de Portugal em Paris, é sepultado no cemitério do Alto de S. João. - Sai neste mesmo dia "Brasil-Portugal", artigo de Fialho de Almeida insultando a memória de Eça de Queiroz.	

Fonte: Feitosa (1995).

1.2 Eça Jornalista

É difícil separar as duas entidades – Eça literário e Eça jornalista –, uma vez que formam uma simbiose perfeita, pois os textos jornalísticos de Eça são elaborados por meio de estratégias discursivas da linguagem literária, tais como adjetivação excessiva, figuras de linguagem, construções sintáticas inusitadas, entre outras.

Este capítulo visa colocar em evidência a parcela jornalística do grande escritor português, Eça de Queirós, cuja vasta publicação encontra-se descrita no Quadro 2, apresentado anteriormente. O objetivo desta apresentação é apenas de relembrar, ao leitor, de que, como escritor, Eça possuiu uma vida literária intensa. Tal fato justifica a razão do escritor ter, facilmente, se enveredado para as páginas jornalísticas.

Mónica (2001, p. 239) refere-se ao início de Eça como jornalista, em Bristol, no ano de 1880:

> A prosa jornalística destes anos reflete a inteligência, a liberdade e a irreverência de Eça. A luz dourada, verde das relvas, o silêncio dos campos havia, de fato, contribuído para que ele escrevesse melhor. À época, Eça não tinha de medir as palavras, nem precisava agradar a ninguém. Foi em Bristol que seu jornalismo atingiu a perfeição.

Não se pode concordar com Mónica, entretanto, quando esta afirma ter sido em Bristol que Eça atingiu o apogeu em jornalismo, pois todos os textos elencados demonstram que Eça, realmente, manejou com perfeita maestria fatos históricos, sociais que subsidiaram a escritura de seus textos de imprensa e colocavam o leitor brasileiro em sintonia com a Europa.

A esse respeito, Miné (2000, p. 19) declara:

> A verdade é que, escrevendo para os seus leitores brasileiros, Eça não só os manteve a par do que se passava na Inglaterra, na França, na Europa ou com elas se relacionasse, mas ofereceu-lhes, propriamente, uma *interpretação* de momentos, fatos, questões, hábitos, no exercício de um jornalismo eminentemente *opinativo* que não apenas indiciava, insinuava ou deixava ver, mas que também explicitamente exibia marcas de avaliação e julgamento.

As marcas de avaliação e julgamento em todos os textos ecianos plasmam a realidade dos fatos de uma maneira tão marcante que o leitor, facilmente, atualiza o acontecimento e estabelece uma nova ideia de julgamentos.

Assim, não é errado afirmar que o Eça jornalista, tal como o literato, juntam-se pela objetividade do fato e pela subjetividade da interpretação do ocorrido.

A relação intrínseca entre Eça de Queirós e o jornalismo se dá por duas vias: pela utilização do jornal para divulgação de sua produção literária e pela via do profissional eminente. Foi redator, diretor, cronista e correspondente de jornais para o Brasil.

Eça, o jornalista, ratifica-se pelas crônicas, denominação dada pelo próprio autor aos textos de imprensa enviados da Inglaterra e da França para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e pela *Correspondência de Fradique Mendes* que, mesmo se tratando de textos para jornal, resvalam entre a literariedade da crônica e a factualidade da notícia. São relatos de recortes da realidade que revelam um Eça polifônico, cujos recursos da alteridade e desdobramento são exercidos como estratégias de representação. Nesse sentido, Reis (2002, p. 14) salienta que até "[...] mesmo a obra de ficção 'O mistério da Estrada de Sintra' é um relato publicado no Brasil como 'Brinde aos assinantes do Diário de Notícias') (1874)".

Uma das características dos textos de Eça é o uso do recurso da estética do pormenor, citada por Reis (2002) e muito bem utilizada pelo autor, para relatar um caso humano, ilustrar um cenário social. A obra é objeto de uma das cartas que compõem a *Correspondência de Fradique Mendes* endereçada a Oliveira Martins. O autor utiliza-se de prerrogativas de ficcionista para firmar o jornalista que sempre foi.

Como cronista, Eça escreveu, para o jornal, textos com um discurso coloquial, uma conversa íntima. As referidas crônicas tratam de assuntos diversos da sociedade europeia e, principalmente, de fatos históricos e sociopolíticos da França. Por meio do recurso do narrador onisciente, Eça perpassa pela literatura com liberdade de seleção temática, com um discurso argumentativo, dialogístico, mas apodítico.

A imprensa escrita sempre foi o berço de Eça; por meio dela toma-se contato com as primeiras manifestações literárias do autor. Esse fato rendeu ao escritor funções na imprensa, como diretor, redator, correspondente de vários jornais internacionais – Brasil, Inglaterra e França (Paris). Não se limitou apenas em exercer a função de jornalista, como também divulgou uma teoria sobre a importância do jornalista para a sociedade. Preocupou-se com as maneiras de desenvolvimento da imprensa de periódicos. Para ele, o jornalista tinha que sugerir e buscar opiniões, ir além da informação.

No texto "Outra bomba anarquista - Sr. Brunetière e a imprensa" (publicado em 26, 27 e 28, abril de 1894), Eça discorre: "Cada madrugada se faz através da cidade uma colheita de sectários. Ontem quinze, hoje vinte... Os jornais apenas publicam, **sem comentários** (grifo nosso), a lei seca dos nomes. [...] Em média, porém, afoitamente se pode afirmar que na Europa e na América a imprensa é superficial, linguareira e sectária"

Eça exemplifica o papel do jornalista, segundo considerações de Miné (2000, p. 24):

> Informar, interpretar, atuar e também intervir são apresentados como deveres fundamentais para que se assegure plenamente a realização das principais funções da imprensa: esclarecer e guiar os espíritos e os governos, ser grande construtora do futuro, desempenhando, assim, um papel de capital importância na vida política, moral, religiosa, literária, e industrial do país.

Reis (1990, p. 91) completa as afirmações de Miné: "Investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as nações têm sido, e como as pode fazer hoje a liberdade; e, por serem elas as formadoras do homem, estudar todas as idéias e todas as correntes do século".

Os textos ecianos de imprensa cumprem sua parte nesse plano de ação da imprensa. Os preceitos da mídia impressa, hoje, são os mesmos defendidos por Eça há um século atrás: pregam a filosofia da imparcialidade, mas deixam antever em artigos jornalísticos "como aquele que vê pelos olhos do leitor". Eça, em seus textos de imprensa, conduz o leitor à crítica, à reflexão; descortina um painel da sociedade, mesmo quando não se integra à imposição do texto jornalístico. Para isso, vale-se de um leitor vago, indeterminado. Essa descontextualização permite que o "dito" atinja públicos, espaços e tempo indeterminados. Nessa linha de produção, o seu texto exige que o leitor seja competente, a fim de interpretar e criticar com qualidade:

> O jornalista olha e percebe imagens, mas não apenas para si. O que na verdade faz é construir imagens para que os outros a vejam *por seus olhos.* Ele olha para *ver e fazer ver*. E toda uma gama de significados dicionarizados de *ver* aponta para o

> leque múltiplo de atitudes que um jornalista o de ontem, o de hoje teoricamente se atribui para o bom desempenho da prática. Assim é que ver significa também *contemplar* - vale dizer, contemplar tudo o que se desenrola à sua frente, com a pretendida "imparcialidade" do século XIX, ou com a ilusória "objetividade" de nossa imprensa contemporânea; [...]. (MINÉ, 1990, p. 160).

Os textos de imprensa de Eça, enviados da Inglaterra e da França para o Brasil, podem servir como exemplos da afirmação acima. Eça constrói, a partir do fato enunciado, imagens sensoriais que fazem o leitor ver o que ele quer que se veja e, assim, traz a realidade transfigurada, ampliada. O leitor capta o fato com significados múltiplos. Os mesmos não se enquadram, apenas, nos moldes do jornal informativo, pois há o direcionamento para um leitor vago, qualquer. Este traço queirosiano exemplifica a afirmação da "quase" impossibilidade de separar o literato do jornalista. De outro lado, muitas de suas obras literárias possuem, também, um rasgo histórico, com espaço e tempo definidos, como *Os Maias*, entre outras.

> Assim sendo, parece claro o seguinte: ao romancista era consentido o que o historiador fazia (por exemplo, "fazer manobrar as multidões"); ao historiador, por muito "artista" que fosse, estava vedado o culto do pormenor, que era, para o romancista, um verdadeiro motivo estético. (REIS, 2002, p. 15).

Os textos queirosianos de imprensa, principalmente os enviados para a *Gazeta de Notícias*, no Brasil, não possuem diferentes restrições estilístico-temáticas, pois dependiam da seção a que se destinavam, as quais variavam muito.

Quanto a esse detalhe de produção de texto para imprensa, Miné e Cavalcanti (2002, p. 17) fazem a seguinte consideração:

> Lembra-nos, também, que cada enunciação jornalística e, consequentemente, cada texto de imprensa, produzindo-se no âmbito de um universo do discurso, vê-se sujeito às diferentes restrições estilístico-temáticas impostas pela secção em que se inscreve a matéria, dentro de um mesmo jornal e de que decorrem algumas decisões quanto à sua forma de estruturação.

Eça também não se preocupava com o fator prazo e espaço. O que importava para ele eram os efeitos que pretendia que fossem exercidos nos leitores, bem como a imagem que os mesmos tinham dele. Perpassava do relato ao comentário, quer fosse um comentário como um artigo, crônica, carta, coluna, quer fosse um relato-reportagem, entrevista, notícia, etc. É importante notar que Eça exercia as duas principais propostas do texto jornalístico: opinião e informação. Isso ele realizava com maestria e credibilidade, utilizando o gênero de discurso

que melhor estabelecesse a ponte entre emissor e receptor. O seu jornalismo possuía nível, brilho e qualidade. Era um laboratório da palavra para muitos escritores brasileiros, pois os textos revelavam sensível eficácia literária. O trabalho do jornalista, o qual Eça desempenhou muito bem, é assim descrito por Miné (1990, p. 164): "Da evocação desdobrada das múltiplas tarefas de que incumbirão os colaboradores, emerge, assim uma imagem de jornalista. Uns poucos traços: há de ser 'áspero, disciplinado, de bom gosto' porque o trabalho é hercúleo, arquejante, dedicado."

Eça jornalista foi áspero, disciplinado em seus textos de imprensa e deixa transparecer autocrítica, porém, com extraordinário bom gosto no tratamento dos temas. Utilizou-se de uma linguagem referencial mesclada com a literária. Há, em cada uma das suas produções, a marca do verdadeiro, da crítica, do argumentativo, do propósito jornalístico e, sobretudo, da arte de "dizer".

Segundo Miné (1990, p. 161), "[...] nos textos de imprensa, tem-se a revelação de um desejo, a veiculação de uma proposta, ou ainda, a instalação de uma utopia". Essas características são encontradas nos textos de imprensa de Eça enviados para a imprensa brasileira, conforme será demonstrado neste estudo.

1.3 Eça na Imprensa Brasileira

Eça surge na imprensa do Brasil, não só como correspondente estrangeiro, mas também, como modelo de jornalista que influenciou muitos escritores do país. A primeira colaboração de Eça para os leitores brasileiros deu-se na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro) em 24 de janeiro de 1880. A *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, surgiu no cenário jornalístico, em agosto de 1875, fundada pelos editores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes e pelos redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção. Foi um periódico voltado para o seu tempo. Os dirigentes preocupavam-se com a popularização do jornal, que trazia atualidade, arte e literatura. Era barato e de grande circulação para a época: em 1878 a tiragem era de 18 mil exemplares. Porém, com esta circulação e como o leitor não era muito ligado à notícia, um grande público foi, lentamente, conquistado pela literatura que o alcançava sob a forma de folhetim. Ler o folhetim tornou-se um hábito familiar. Aos poucos, a *Gazeta de Notícias* foi mudando sua fisionomia e submeteu-se ao apelo do folhetim,

composto por pequenas colunas de crônicas de variedades e seção de piadas, entre outras veleidades. Na primeira fase de sua fundação, foi um marco do jornalismo brasileiro:

> Foi Ferreira de Araújo quem iniciou no Brasil, com sua folha, a face do jornal barato, de ampla informação. A Gazeta de Notícias, no seu tempo, era um jornal moderno, de espírito adiantado, o primeiro órgão da nossa imprensa que divulgou a caricatura diária, a entrevista e a reportagem fotográfica. (JORGE, 1977, p. 16).

As traduções dos folhetins, escritos em francês, sempre estavam presentes em seções de rodapé e havia, também, folhetins de autores nacionais. A primeira coluna de "crônicas" já apareceu em 1875, primeiro semanalmente e, depois, diariamente. Eram assinadas ou com pseudônimo. Outra coluna de grande expressão era "Bons dias", assinada por Machado de Assis. Tratava-se de narrativas pitorescas, humorísticas, com um conteúdo humano e urbano sobre as relações sociais. Ressalta-se, ainda, a coluna "Balas de Estalo" (1882/1886), publicada diariamente, com assuntos variados sobre acontecimentos da vida carioca, inclusive frivolidades.

A *Gazeta de Notícias* é, hoje, um documento vivo do momento cultural, social, político e econômico pelo qual passava a nação. Foram momentos radicais da história nacional: Proclamação da República e Abolição da Escravidão. O jornal era antimonarquista e abolicionista.

Em 24 de julho de 1880, a *Gazeta de Notícias* publica o primeiro artigo de Eça. Estava concretizado o aceite, pelo autor. Seria o correspondente brasileiro de Paris e Londres. A contratação significava um grande avanço, não só para a imprensa brasileira, como também para a cultura nacional.

Em nota prefacial da edição de *Textos de Imprensa. IV da Gazeta de Notícias,* Reis (2002b, p. 11), afirma:

> Essa colaboração constitui um testemunho tão sugestivo como, ainda hoje, apelativo, acerca da vida pública européia: o Eça que viveu primeiro em Inglaterra e depois em França remete, deste modo, para o Brasil e para os seus leitores brasileiros, imagens da política, da cultura, do pensamento, das artes e da vida mundana européias. Mais do que retrato de um tempo e de uma sociedade (ou, se preferir, para, além disso), as crônicas queirosianas são um pouco da autobiografia formalmente entendida como tal.

Há de se concordar com Reis de que Eça, em seus textos, relata não só a realidade, mas também, a subjetividade, a vida do autor. Para ratificar a posição polêmica, crítica e ideológica que sempre demonstrou em suas obras, Eça se desnuda.

Em Miné e Cavalcante (2002, p. 15), encontramos, além dos textos de imprensa, um resumo das publicações de Eça de Queiros, na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro:

> A primeira colaboração de Eça de Queirós para a *Gazeta de Notícias* vem publicada em 24 de julho de 1880, repetindo-se, mensalmente, até fevereiro de 1882. Prossegue, ainda, com intervalos maiores, até 24 de outubro do mesmo ano. Nos anos de 83 a 86, a *Gazeta* nada publica firmado por Eça. Em 1887, rompe o silêncio, com a publicação de *A Relíquia* e, em 88, com a transcrição do capítulo final de *Os Maias* e, de Fradique Mendes, a publicação da "Notas e recordações" e das cartas: "Ao Visconde de A. T.", "A Mme de Jouarre,II", "A Oliveira Martins". Novo silêncio de 1889 a 1891.
> Em janeiro de 92 a *Gazeta* publica o primeiro número de seu "Suplemento Literário", o primeiro do gênero que no Brasil se editou e de que Eça foi o mentor, o responsável pela criação e o diretor, sendo de sua autoria o texto de abertura, ou editorial de lançamento: "A Europa em resumo". Reinstaura-se, assim, uma presença que se irá manter até setembro de 1897, e que, além dos textos de imprensa, se concretiza através da publicação de outras cartas de Fradique Mendes ("A Clara", I,II,III,IV) e dos contos: "Civilização", "As histórias: Frei Genebro", "O defunto", "As histórias: O tesouro".

Estas publicações foram, após sua morte, recolhidas e publicadas em livros por seu amigo Luiz de Magalhães, sob os títulos: *Cartas de Inglaterra* (1905), *Ecos de Pa*ris (1905), *Cartas Familiares e Bilhetes de Paris* (1907), parte de *Notas Contemporâneas* (1909) e *Contos* (1902).

Embora distantes fisicamente da Europa, os brasileiros se interessavam pelas publicações, porque traziam informações, principalmente, da França, da Inglaterra e de Portugal. Assim, ofereciam-lhes oportunidade de interpretar os fatos, conhecer e copiar hábitos, etc., que influenciavam a nação brasileira. Eça escreveu textos opinativos e deixou marcas de sua avaliação e julgamento. Além das informações, os textos de imprensa, denominados crônicas pelo próprio autor, forneciam dados do espírito de um autor que servia de molde para os jovens escritores brasileiros. Ele demonstrou preocupação em decifrar, interpretar e selecionar as informações para que as mesmas encontrassem terreno fértil em solo brasileiro.

Os diretores da *Gazeta de Notícias* sabiam que manter um correspondente internacional elevava o nível do jornal e despertava o interesse dos leitores. O jornalismo de Eça, além do caráter opinativo e interpretativo, apresentava a particularidade de unir o factual ao ficcional. Haja vista as cartas de Fradique Mendes.

Na perspectiva de jornalismo opinativo, Eça faz críticas ao Brasil, talvez por influência de seus amigos brasileiros. Isso acontece na carta a Eduardo Prado (Paris, 1888).

É indiscutível que, além de manter os brasileiros informados sobre os acontecimentos além-mar, Eça também projetava a imagem do Brasil no Exterior.

Em janeiro de 1892, a *Gazeta* publica o primeiro "Suplemento literário" sob a responsabilidade de Eça de Queirós. O suplemento foi considerado, por Eça, um projeto para o Brasil e, para ele, a *Gazeta de Notícias* era um dos principais jornais do Brasil.

O Suplemento contemplava um resumo do movimento cultural de Portugal e da França e abrangia literatura, ciências, aspetos sociais, mundanos, entre outros. A sessão "O Brasil na Europa" aparece nos três primeiros números e projeta o nome do Brasil no exterior. O Suplemento possibilitou ao leitor brasileiro o acesso ao conhecimento do movimento literário e artístico da Europa, era a ponte para a civilização.

Os textos de imprensa de Eça, publicados na *Gazeta de Notícias*, são assim, citados por Miné e Cavalcante (2002, p. 24):

> Dentre os textos de imprensa de Eça de Queirós publicados em 116 números da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, constituindo 58 textos completos, encontram-se aqueles que, revisitados, transformados, mediante modificações autorais de vária ordem, e em vários níveis, irão integrar, "transmudados", a Correspondência de Fradique Mendes e as Cartas inéditas de Fradique Mendes.

A publicação das Fradiquices e das crônicas, na *Gazeta de Notícias*, valeu não só por enriquecer a imprensa nacional, como também, para trazer para os brasileiros um modelo jornalístico que possuía maestria do trabalho com a linguagem. Além disso, as cartas de Fradique Mendes descortinam um Eça crítico, hercúleo, porém lírico.

Como jornalista e correspondente estrangeiro de um jornal brasileiro, Eça escreveu textos que serviram para reflexão sobre as mazelas daquela época e, inclusive, da atual, embora escritos há mais de um século. Há trechos que balançam o sentimento nacionalista e até provocam indignação, ao se perceber que houve poucas mudanças e que muito se há por fazer, como exemplo, as declarações do autor nos textos que se referem aos anarquistas.

Outro aspecto importante da presença de Eça na imprensa brasileira foi a influência que exerceu nos escritores do país. Machado de Assis, Graciliano Ramos, Carlos Heitor Cony, e muitos outros, utilizaram-no como espelho. Manuel Bandeira também foi um estudioso de Eça e escreveu, entre outros, o artigo "Correspondência de Eça para a Imprensa brasileira", que integra a obra *Livro do Centenário de Eça de Queirós* de Lúcia Miguel Pereira e Câmara Reys (1945), tal a influência que sofreu deste escritor-jornalista.

Feitosa (2002), no artigo "A recepção crítica de Eça de Queirós/Fradique Mendes no Pré-Modernismo Brasileiro: Jornal Paulistano *O Pirralho* (1911-1917)" cita o seguinte comentário de Ribeiro Couto (1945, p. 697 apud FEITOSA, 2002, p. 860): "Que é que nós rapazes de São Paulo em 1915 admiramos mais em Eça de Queiroz? [...] por que razão

dedicávamos tão ardente devoção? [...]. Ainda que a vida me haja aberto outros caminhos, outras leituras [...] o que me veio de Eça de Queiroz ficou; está intacto".

Feitosa destaca, ainda, que os textos de Eça influenciavam no cotidiano, nos ambientes, nas atitudes e até nos cacoetes de linguagem das personagens.

Benjamim Abdala Junior (2000) realiza uma análise comparativa e mostra a aproximação entre Graciliano Ramos e Eça de Queirós. Abdala faz uma incursão nas obras *Caetés*, *Angústia*, *São Bernardo* e *Vidas Secas* do autor brasileiro e realiza uma análise crítico-descritiva das personagens, linguagem e contexto desses romances e dos romances queirosianos. Além disso, ainda, destaca as semelhanças em *O Primo Basílio*, *A Relíquia*, Il*ustre Casa de Ramires* e outras.

Embora Eça de Queirós tenha se instalado definitivamente em Paris, no ano de 1888, os acontecimentos históricos anteriores a esta data foram, também, assuntos de suas correspondências para a *Gazeta de Notícias*. Ao resgatar esses acontecimentos, dar sua visão dos fatos, ou seja, posicionar-se ideologicamente e transformar esses fatos em texto jornalístico, Eça fornece ao leitor brasileiro um painel ampliado da história francesa.

Muito se tem escrito sobre Eça de Queirós. O recorte, aqui apresentado, teve como objetivo resgatar aspectos importantes que embasarão a análise dos textos de imprensa elencados para análise e constantes, no Capítulo 4 desta tese.

CAPÍTULO 2 - O UNIVERSO JORNALÍSTICO DOS TEXTOS DE IMPRENSA DE EÇA

2.1 A Imprensa Brasileira: segunda metade do século XIX

A imprensa escrita, desde seu advento aos dias atuais, exerce forte poder na sociedade. Há os que afirmam, ainda, que ela é o alicerce básico para formação e sedimentação de uma comunidade. Enquanto segmento de comunicação de massa, a imprensa exerce uma aparente função de informar, explicar, orientar. Todavia, conforme já destacado, trata-se de uma função aparente, pois subjacente a ela estão refletidas a ideologia, a educação, a função política que exerce sobre a sociedade, porém, pouco opinativa. Há uma exagerada preocupação em informar. A explicação dos fatos e a orientação de como agir sobre os referidos fatos, aparece na minoria dos meios de comunicação impressa. Mesmo assim, a história da imprensa brasileira mostra que a mesma foi o bojo gerador de mudanças no país. É reconhecido que as funções principais da comunicação impressa são determinadas pelo sistema social no qual está inserida.

Na segunda metade do século XIX, predominavam os jornais conservadores. Porém, algo de bom acontecia: a presença de literatos na imprensa.

Em 1855, aos 16 anos, prestando homenagens ao imperador, (como costume) estreava José Maria Machado de Assis, no jornal *Marmota* (Rio de Janeiro). Mais tarde, criou a loja do Rocio, ponto de reunião dos letrados daquela época. Comprou, então, sua própria tipografia e editou o jornal *Marmota*. Divulgou, então, os trabalhos dos escritores jovens, Joaquim Manuel de Macedo e outros.

O *Jornal do Comércio* trouxe Manuel Antonio de Almeida que publicou o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, em folhetim, sob o pseudônimo de “um brasileiro”. Em 1862, Quintino Bocaiuva presta uma homenagem ao autor: publica sua obra na revista mensal *Biblioteca Brasileira*, e o nome do autor aparece pela primeira vez em periódicos.

Tem-se, ainda, José de Almeida Alencar que escreveu, no *Correio Mercantil*, suas crônicas e uma seção forense. As crônicas de Alencar refletiam as mudanças na cultura brasileira: interesse pelo teatro e espetáculos de oratória sagrada (Mont’ Alverne). Alencar foi um grande exemplo da comunhão entre a literatura e o jornalismo. Embora com censura, os homens de letras faziam imprensa e teatro.

Na metade do século XIX, proliferam os periódicos literários que constituíram a imprensa acadêmica. A Academia de Direito de São Paulo foi a que mais se destacou. Fundou o jornal *O Sete de Abril*. Era liberal, abolicionista e criou a fundação da Sociedade "Fraternização" a qual libertou muitos escravos. Volta, nesse período, a imprensa combativa com inquietações voltadas para o povo. Era um momento de agitação.

Surge a Guerra do Paraguai que desestabilizou o modelo econômico, devido à desapropriação dos escravos. A imprensa acompanha toda a movimentação: o surgimento da burguesia, da classe média e sinais de urbanizações permitiram o progresso das atividades culturais ligadas à imprensa, ao livro e ao jornal.

Em dezembro de 1870, o jornal *A República*, órgão do Partido Republicano Brasileiro, começa a circular na corte. De 1870 a 1872 surgem cerca de 20 jornais republicanos.

Em janeiro de 1876 é lançada a *Revista Ilustrada*, marco de um dos grandes acontecimentos da imprensa e o maior documentário ilustrado de nossa história. Recebeu elogios de grandes nomes da literatura como Joaquim Nabuco, Monteiro Lobato, entre outros. O periódico empreendeu forte campanha em favor da Abolição, com página dupla de "Cenas da Escravidão" (14 quadros). Trazia artigos e ilustrações que refletiam, semanalmente, a vida do país, conquistando o agrado de todo segmento da sociedade. Era ilustrada por Ângelo Agostini que foi o precursor das histórias em quadrinhos (1884), como "Zé Caipora" e "Dom Quixote" (1898). Colaborou no lançamento de *O Tico-Tico*, de Luís Bartolomeu de Souza e Silva, em 1905, foi a primeira revista infantil publicada no país. Termina suas atividades jornalísticas em *O malho*. Morreu em 1910 e foi considerado umas das mais expoentes figuras da imprensa brasileira.

Carlos de Vivaldi lança, também, em 1876, a revista *Ilustração do Brasil*. Era uma revista de luxo cuja importância só se deu pelo luxo que ostentava e pela superação das deficiências técnicas da época, mas não possuía as variedades e o retrato nacional da *Revista Ilustrada* de Agostini. Com as agitações sociopolíticas da época (abolição, república, etc.) os jornais proliferam e, principalmente, viviam muito ligados à literatura.

O aparecimento, em 1874, da *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, constituiu o grande acontecimento jornalístico. Reformou a imprensa, para dar espaço à literatura e a partir daí o jornalismo adquire características definitivas. A *Gazeta* recebeu contribuições de autores estrangeiros, especialmente de Eça de Queirós (objeto desta tese).

Ao lado da *Gazeta de Notícias*, destacam-se *O Globo*, o *Diário de São Paulo* (1865), *O Correio Paulistano* (1872), o qual foi o primeiro jornal com caráter empresarial burguês.

As ideias republicanas conquistavam a imprensa. O Jornalismo impresso se multiplicava. De Norte a Sul surgem periódicos com maior e menor expressividade, porém com a mesma linha ideológica: republicana e abolicionista. Destacaram-se *Diário Popular*, *O Correio Paulistano* e *Província de São Paulo.*

Rio Grande do Sul foi o Estado, ao lado de São Paulo, de onde brotaram vários periódicos literários. Quase todos os jornais porto-alegrenses eram políticos e de combate. Nesse quadro de agitações, a imprensa tratava de mostrar que a escravidão era obsoleta e obstáculo para desenvolvimento cultural e material do país. Cuidava, também, de destruir a monarquia. Por isso, os melhores jornais e jornalistas eram abolicionistas e republicanos.

Após a proclamação da República, a imprensa não alterou seu desenvolvimento. A grande imprensa ganha mais força e prestígio. Surge em 1891, o *Jornal do Brasil* que foi montado com sólida estrutura, além de se colocar contra o governo, motivo pelo qual é ameaçado. Os pequenos periódicos se multiplicam, porém, fenecem rapidamente. A imprensa é o reflexo fiel do quadro social que surgiu no governo paterno e anárquico de D. Pedro II.

No final do século XIX, a imprensa brasileira estava passando de artesanal para industrial. Mas, momentos de exaltação política resultaram em fechamento de jornais. Inclusive *A Gazeta de Notícias* teve a circulação suspensa por alguns dias. Entretanto, em 1894, ela continua em ascensão, reunindo os melhores elementos das letras e do jornalismo no Brasil. É necessário lembrar que, desde 1880, o jornal publicava crônicas e romances de Eça de Queirós.

As inovações técnicas prosseguem até 1895, elevando os jornais à estrutura empresarial. Há de se destacar o papel da imprensa durante o período republicano. Havia uma insatisfação com a República que demonstrava falta de domínio com a monarquia e o latifúndio. As ideias republicanas conquistavam a imprensa. Os acontecimentos aumentaram o aparecimento de órgãos de imprensa, por todos os centros brasileiros. Discutiam-se, por toda parte, colocando todo acontecimento em dúvida, analisando e combatendo as instituições sobre escravidão, monarquia e latifúndio. Os grandes combatentes eram homens exemplares de jornal, com grande inteligência e cultura. O jornal *O Estado de S. Paulo* envia um correspondente à guerra – Euclides da Cunha – para catalogar notícias sobre o conflito de "Canudos", no sertão baiano. Em 1905, morre José do Patrocínio, baluarte da campanha abolicionista, enquanto escrevia, na redação de *A Notícia*, um artigo contundente.

O fim do século XIX foi triste para a imprensa brasileira, morre Eça de Queirós e Ferreira de Araújo; este fez o melhor jornal brasileiro da época.

No início do século XX, a imprensa se consolida e torna-se grande imprensa devido às transformações econômicas. Era mais fácil comprar um jornal e a opinião do mesmo que fundá-lo. A imprensa pertencia a capital mercantil que era, basicamente, estrangeiro e estava amarrada a interesses escusos. Edmundo Bittencourt, fundador de *A Imprensa* defendia a ideia utópica de neutralidade do jornalismo.

A partir de 1901, há um estreitamento dos laços que uniam imprensa e literatura. As letras adquiriram prestígio. O que caracterizava a época, no campo da literatura, era a alienação. Os homens de letras buscavam no jornal o que o livro não lhes dava: notoriedade e dinheiro.

Jornalistas notáveis, ligados às letras, tentaram organizar uma instituição, criar uma espécie de sindicato que defendesse e organizasse os profissionais da imprensa, como qualquer trabalhador.

2.1.1 A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro

A chegada da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, no cenário jornalístico, em 1874, constituiu mais um avanço na mídia imprensa brasileira. Era o momento de modernização do jornalismo. O século XIX, notadamente na segunda metade, foi marcado com o surgimento, na sociedade carioca, de grandes jornais, matutinos e vespertinos. Neste momento, Rio de Janeiro passava por significativas transformações sociais, até mesmo estruturais. Havia um intenso processo de modernização.

A *Gazeta de Notícias* impressionou os leitores pelo formato gráfico, pelo preço (40 réis o exemplar) e, ainda, era popular e liberal. Os fundadores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro, Elísio Mendes e Henrique Chaves eram jornalistas e este fato propiciou ao jornal conquistar as características definitivas.

Há de se destacar que a imprensa brasileira fez-se lentamente, pois, somente em 1808, com a chegada da família real, é que aparece a primeira produção brasileira; outro motivo, conforme Juarez Bahia (1990, p. 31), havia “uma severa vigilância política e econômica imposta por Portugal [...]”.

Embora, sob forte censura, a imprensa cresce e nela se fixam grandes nomes da literatura. Há a colaboração dos literatos brasileiros e estrangeiros que estabeleceram uma parceria entre jornalismo e literatura.

A respeito das publicações da época, Sodrè (1983, p. 233) assim declara:

> Ora, o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, por em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: do latifúndio. E a imprensa tinha, realmente, em suas fileiras, grandes combatentes, figuras exemplares, como homem de jornal e como homens de inteligência ou de cultura.

A *Gazeta de Notícias* era a grande estrela para o jornalismo da época e só concorria com o *Jornal do Comércio*. Como os demais periódicos, lutava contra o escravismo e a favor da república. Além da tendência socioideológica sobre os fatos históricos, publicava uma literatura amena de romances-folhetos, pequenas colunas de crônicas de variedades, seção de piadas, entre outras.

De acordo com Jorge (1977, p. 16):

> Foi Ferreira Araújo quem iniciou no Brasil, com sua folha, a base do jornal barato, de ampla informação. A *Gazeta de Notícias*, no seu tempo, era um jornal moderno, de espírito adiantado, o primeiro órgão da nossa imprensa que divulgou a caricatura diária, a entrevista e a reportagem fotográfica.

É importante frisar que a *Gazeta de Notícias* submeteu-se aos gostos do folhetim e, assim, renovava aspectos da fisionomia da imprensa. Neste momento (final do século XIX), o grande público, por meio de folhetim, que se conjugou com a imprensa, foi conquistado, lentamente.

Neste período, o Rio de Janeiro era o berço dos grandes nomes da literatura, das letras nacionais, dos críticos, dramaturgos e poetas. Eles escreviam para jornais e, assim, ajudavam a consolidar a história do jornalismo brasileiro. Para muitos desses intelectuais o jornal era um meio de sobrevivência. Havia uma relação de “troca benéfica”, pois, à medida que se consagravam, também consolidavam o jornal como um órgão letrado. Isso lhe dava o privilégio de ser considerado o veículo da elite letrada.

Sobre esta ocorrência, Sérgio Miceli (1977, p. 15) assim se expressa:

> Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande impressa que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. Os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros que vinham de ser importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica.

Não é errado afirmar que o grande escritor Eça de Queirós, foco deste trabalho, encontrou na *Gazeta de Notícias* um adequado depositário de suas crônicas. Como afirma

Miceli (1977), havia uma estreita relação entre a imprensa francesa e a brasileira, ou seja, havia um forte elo estrutural e, até, conteudístico.

Quando se reporta aos teóricos Nelson Werneck Sodré e Antonio Dimas, constata-se que a ascensão da *Gazeta de Notícias* foi, relativamente, rápida, considerando o contexto econômico. No início, apresentava apenas quatro páginas para oito colunas estreitas. Os donos de órgãos implantaram um diferencial quanto à venda e distribuição: preço baixo, venda diária de modo avulso. Isso possibilitou o alcance das massas ao mundo jornalístico. A inserção da publicidade de vários produtos principalmente remédios, propagandas de peças teatrais, etc. tornava o jornal um instrumento de utilidade pública. Havia, ainda, a coluna "Publicações a pedido" que ocupava espaço considerado na *Gazeta*. O leitor solicitava e o jornal atendia a publicação de qualquer assunto. Era um espaço democrático, porém, muitas vezes, irreverente, por meio do qual o povo criticava e insultava o desafeto.

Como em todo jornal da época, a *Gazeta* não se furtou às publicações do romance-folhetim. O texto romanceado de ficção foi amplamente adotado pelos leitores de toda camada social. As publicações eram diárias e, muitas vezes, era preciso cobrir o espaço de algum assunto, cujo autor não o havia entregado. Desse modo, a *Gazeta de Notícias* chegou a publicar dois romances seriados por dia. Até traduções francesas tinham espaço no jornal.

Cabe ressaltar que a crônica semanal, desde o início da *Gazeta*, era um texto sempre presente. Todos os dias acolhiam-se um cronista ilustre, entre eles, Eça de Queirós. Mesmo que cada colaborador não tivesse um cronograma fixo de publicação, mesmo sob a alcunha de um pseudônimo, a crônica estava presente, semanalmente.

Em 1875, já se encontra na *Gazeta* uma coluna diária de crônicas com o título "Folhetim da *Gazeta de Notícias*", a qual era composta por crônicas da atualidade, elaboradas por diversos nomes da época. Nesta linha de produção passaram-se 15 anos, com autores ilustres como Ramalho Ortigão, Jose do Patrocínio, Artur de Oliveira, França Júnior, Machado de Assis, Eca de Queirós, entre outros.

Arriguci (l987, p. 57) afirma:

> Na maioria desses autores dos primeiros tempos, a crônica tem um ar de aprendizado de uma matéria literária nova e complicada, pelo grau de heterogeneidade e discrepância de seus componentes, exigindo também novos meios linguísticos de penetração e organização artística: é que nela afloram em meio ao material do passado, herança persistente da sociedade tradicional, as novidades burguesas traduzidas pelo processo de modernização do país, de que o jornal era um dos instrumentos.

A afirmativa de Arriguci ratifica a importância das crônicas de Eça para a imprensa brasileira. O autor, por meio de seus textos, mantinha a sociedade brasileira não só informada dos fatos contemporâneos, como também, realizava uma releitura crítica desses fatos. Tal posicionamento socioideológico, influenciava os leitores brasileiros.

Pesquisas sobre a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro permitem descobrir um periódico moderno para a época, cujas características, embora com feição diferente, perpetuam até hoje. Houve uma rápida evolução do periodismo, juntamente com inovações do mundo moderno – energia elétrica, bond, etc. –, que impulsionavam o surgimento de vários segmentos jornalísticos, no início do século XX. A crônica, mesmo como estatuto híbrido, juntou-se a este "horizonte técnico moderno" (SUSSEKIND, 1987, p. 89) e sedimentou.

Na plêiade de publicadores, destacam-se Raul Pompeia com a seção "Crônicas da Saudade", Machado de Assis com "Bom Dia", inicialmente e, depois, "Gazeta de Holanda" (poemas rimados) "Balas de Estado" (publicação de 1882 a 1886). Tinha, ainda, a participação de Ferreira de Araújo, proprietário da *Gazeta de Notícias* que assinava suas publicações com o pseudônimo de Lulu Sênior.

Quando se analisa o momento social, político e econômico, desde o nascimento ao último número da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, percebe-se o envolvimento do jornal nos principais movimentos que transformaram o Brasil: república e escravidão. Os escritores republicanos e abolicionistas tinham espaço garantido no periódico, principalmente os escravocratas.

Havia, nas páginas da *Gazeta*, uma forte ligação entre jornalismo e literatura, principalmente por meio das crônicas, pelas quais os escritores conseguiam desempenhar a função de cronistas, articuladores políticos e denunciantes de fatos mundanos.

Fato interessante, ainda, é constatar, pelo número de tiragem, que o público leitor adquiriu o hábito da leitura de jornais e era fiel à *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

Certifica-se, ao pesquisar sobre a Gazeta, que a crônica, como trata Arriguci (1987, p. 51-56), "companheira diária do leitor brasileiro", "como pedaço da página que a literatura penetrou fundo [...]", só se consolidou, com seções semanais fixas, em 1890. O *corpus* selecionado para esta tese, está inserido nesta fase de consolidação entre 1892 a 1894. São textos crônicos nos quais Eça é mais contundente na formação de juízos e valores.

Deve-se destacar, também, a presença de Olavo Bilac, a partir de 1890, cujas publicações oscilavam entre o real e a transcendência. Publicou muitos textos e, posteriormente, tornou-se colaborador da *Gazeta* e, inclusivse, substituiu Machado de Assis, na coluna dominical "A Semana". Tornou-se, assim, um dos grandes nomes do periódico.

A linguagem colonial das crônicas, com um narrador subjetivo, socioideológico, perde seu espaço, a partir de 1904, para reportagens, artigos investigativos, charges, fotos e adapta-se às grandes revoluções tecnológicas do jornalismo do século XX.

2.2 A Imprensa Francesa no Século XIX

Há uma estreita relação entre imprensa e contexto histórico e sociopolítico de uma nação. Assim, após traçar um panorama do contexto socio-histórico da França, na segunda metade do século XIX, esta pesquisa apresenta um recorte da imprensa francesa, neste período, a fim de se compreender as relações entre contexto histórico, imprensa, jornalismo e literatura e os textos de imprensa de Eça de Queirós, enviados à *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro.

Como já citado no Capítulo 1, Paris, no início do século XIX, era a capital cultural e política para a Europa e o mundo. A Revolução Francesa, em 1789, foi o estopim das ideias revolucionárias e socialistas que se propagaram, universalmente, com o lema: Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

A imprensa francesa desempenhou um importante papel na divulgação desses ideais. Era o veículo de irradiação das lutas internas de um país que vivia em constante instabilidade política. Nesse período, a imprensa cria "asas". Cresce, consideravelmente, a tiragem dos jornais.

"Embora houvesse pessoas que, por exemplo, fizeram negócio com a venda de jornais durante a Revolução Francesa no fim do século XVIII, os jornais ainda eram, sobretudo, armas na luta política, estreitamente identificados com causas políticas" (TRAQUINA, 2005, p. 34).

Conforme Traquina (2005), para quem gostasse de análise política, a imprensa francesa era boa. O perfil do jornalismo francês era usar muitas palavras para escrever poucos fatos. Assim, os repórteres escreviam matérias longas, detalhistas, com poucas inferências pessoais e impressionistas. Havia uma crença na realidade plausível, calcada na ciência e na observação empírica dessa realidade. Desfazia-se o mundo de mitos, lendas e até a própria religião. O jornalismo incorpora esse contexto e adota o posicionamento de que a vida é plausível e demonstrável. Tinha o compromisso de dizer só a verdade. Pode-se, neste momento, fazer uma relação entre realismo literário português e jornalismo.

Todavia, no final do século XIX e início do século XX, o jornalismo passa a ser uma atividade lucrativa, com feição de indústria de notícias. Dá-se grande importância à notícia em detrimento da opinião. Mesmo neste contexto, o folhetim aparece com páginas de descontração e entretenimento.

Ainda no final do século XIX e início do XX, com o prenúncio das duas grandes guerras, o negativismo e a dúvida que grassavam, o jornalismo busca um movimento de reacomodação das bases, procedimentos e métodos de apuração das informações: ouvir e registrar informações. Havia descrença no racionalismo do momento anterior. Nesse período, ambiguidade e polissemia da linguagem literária descaracterizavam o jornal. Constata-se a confluência entre jornalismo e literatura. Os dois gêneros não ficaram estranhos e, unidos, provocaram o crescimento da imprensa impressa.

Segundo Traquina (2005, p. 39), "a época de ouro da imprensa", no século XIX, deve-se a vários fatores:

> 1) a evolução do sistema econômico; 2) os avanços tecnológicos; 3) fatores sociais; 4) a evolução do sistema político do reconhecimento da liberdade no rumo à democracia. [...] Foi no século XIX que a escolarização de massas, com a instituição de escolas públicas, permitiu que um número crescente de pessoas aprendessem a ler, embora de uma forma rudimentar [...].

O século XIX foi o momento que os jornais mais contribuíram para moldar a consciência nacional. Embora não pudessem tratar de assuntos políticos, houve considerável aumento do número de periódicos franceses, após a revolução. Os literatos encontraram um meio para venderem suas produções. Havia espaço para publicação de resumos literários, artigos científicos e artes. O jornalismo francês era considerado como subjetivo literário e opinativo.

Eça de Queirós incorpora esta tendência e demonstra tal fato por meio de seus textos de imprensa, enviados para a *Gazeta* do Rio de Janeiro. Resgata os principais assuntos históricos, políticos e sociais franceses e desnuda-os, dando uma amplidão na realidade dos fatos, por meio de uma linguagem literária opinativa. Pode-se afirmar que estes textos enquadram-se, hoje, nas características do jornalismo opinativo.

Melo (2003, p. 260) cita a declaração do jornalista cubano Josè Benitez: "[...] jornalismo não é somente a comunicação de notícias e informação da atualidade. É, também, a comunicação de ideias, opiniões, juízos críticos".

Como já dito acima, durante o século XIX, sobretudo na França, vários fatores contribuíram para o “boom” das tiragens jornalísticas e outras publicações impressas, entre os quais se destacam:

- Fatores políticos e sociais: mesmo com repressão do poder, a evolução política aumentou o interesse pela política nas camadas sociais e, assim, ampliou-se o público leitor. A urbanização foi outro fator importante.
- Fatores econômicos: com o desenvolvimento da indústria, novos métodos de fabricação e, principalmente, a ampliação de mercados, o jornalismo se estende a novas camadas sociais (pequena burguesia) e a todo povo das cidades.
- Fatores técnicos: novas técnicas de produção do jornal e da tinta, a forma de composição e impressão, inclusive a reprodução de ilustração. Houve, também, a evolução dos transportes (aceleração dos correios).

Nesse contexto, registra-se o nascimento das agências de notícias em 1832, quando Charles-Auguste funda a primeira Agência de Notícias, devido à elevada vendagem de jornais. No início do século XIX, em 1830, mas registrado em 1837 por Samuel Morse, surge o telégrafo elétrico que contribuiu muito para esse fator de desenvolvimento da imprensa francesa. Fundou-se a Associated Press e dividiram-se, geograficamente, os limites de divulgação das notícias. Tudo isso contribuiu enormemente para dar relevância à imprensa.

Neste momento, a França destaca-se, mais uma vez. De 1803 a 1870, as tiragens saltaram de 36 mil para um milhão de exemplares. É no século XIX que o novo jornalismo, chamado por Traquina (2005) de *penny press*, torna-se negócio de imprensa, rendendo lucros e aumentando a tiragem. A imprensa francesa possuía um modelo de publicação assim dividido:

- **Provinciana:** folhas apolíticas de um só proprietário. Expandiram-se durante a segunda república, porém, desapareceram rapidamente entre 1848 a 1852.
- **Propaganda em brochuras e panfletos:** de cunho marcante por explorarem a vida parisiense com seus escândalos e modas.
- **Dominical ilustrada**: surgiu no século XVIII, na Inglaterra e se interessava pelo noticiário criminal e literatura popular.
- **Novidades**: surgem as grandes revistas de qualidade. A finalidade era baixar o preço de vendas dos jornais e da publicidade.

O avanço no número de publicações influenciou a difusão da cultura, a ideologia sociopolítica da nação e, mais importante, contribuiu para o surgimento de escritores para jornais.

No final do século XIX, os jornais brasileiros seguiam um modelo inspirado por jornais ingleses e franceses. A cultura e os ideais franceses inspiravam as elites brasileiras, principalmente os filhos que iam estudar na França. O Brasil já sofria grande influência francesa desde a transferência da família real para cá, em 1808.

Literário e opinativo, ou seja, mais subjetivo, o jornalismo francês era considerado um exemplo ideal, para os leitores brasileiros, pois promovia análise política, porém, insipiente para quem preferia informação útil e prática. O uso de muitas palavras para descrever os fatos, a descrição exagerada, serviu de modelo para os jornalistas brasileiros.

Os repórteres escreviam matérias longas, pessoais, ricas em detalhes, ou seja, impressionistas. A cada momento o modelo francês forçava a tendência na produção de matérias opinativas e partidárias.

Ao analisar os textos de imprensa de Eça de Queirós, enviados para a *Gazeta de Notícias*, não é errado afirmar que a linguagem dessas produções possui a influência do modelo jornalístico francês. Essa observação da pesquisadora pode ser referendada ao se analisar as declarações do historiador Jean-Yves Mollier, durante o *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial (Lihed)* na UFF (Niterói) e no congresso *Diálogo Brasil - França: Livro e Leitura, teorias e práticas*, na Biblioteca Nacional, em 2008. O historiador afirma que "os germes da cultura midiática estão contidos no aparecimento dos *faits divers,*" - fatos diversos em francês. No jargão jornalístico refere-se a acontecimentos pitorescos, inusitados que, geralmente, remetem a temas leves, curiosos e à linguagem do folhetim na imprensa francesa, no início dos anos 1830.

Os textos de imprensa de Eça de Queirós, enviados para a *Gazeta*, embora muitos tratem de assuntos históricos, são apresentados numa linguagem leve, pitoresca, literária, romanceada. Assim, o autor envolve melhor o leitor por meio de um gênero narrativo denominado "crônica", pelo próprio escritor.

Em meados do século XIX, recém chegada da França, a crônica surge nos jornais do Rio de Janeiro, sob a forma genérica de folhetim. Era publicada em nota de rodapé e aclimatou-se, perfeitamente, ao espírito brasileiro.

Na França, destacam-se, neste momento, os jornais *Le Fígaro* ou *Le Journal des Débats*; *Candide* e o *Rive Gauche* – libertários e anticlericais; *La Libre Penseé*, com publicações "blanquistas"; *Le Courier Français*, o qual buscava realizar uma união entre os

blanquistas e as doutrinas proudhonianas e socialistas; *La Lanterne* e a *Marsellaise* com uma linha satírica, principalmente na política. Havia, ainda, o *Réveil* (despertar) que traduzia os anseios da oposição ao Império.

Em 1870, a ideologia dos franceses estava dividida entre os Blanquistas (grupo estudantil de agitação) e os Internacionalistas, associação fundada por trabalhadores marxistas. Essa luta ideológica sustentava o pensamento político francês no século XIX.

Segundo Traquina (2005), o perfil da imprensa francesa, nas últimas décadas do século XIX, foi modificado devido à presença do repórter (denominação inglesa) que tinha a função de procurar notícias e, principalmente, o dever de tomar notas do desenvolvimento dos eventos. Tal fato mudou pouco a pouco o perfil da imprensa francesa.

CAPÍTULO 3 - CONCEITOS TEÓRICOS DOS TEMAS ABORDADOS NA ANÁLISE DO CORPUS

Como já citado na Introdução, a presente tese tem como escopo principal analisar os textos ecianos de imprensa, enviados para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, à luz da confluência entre Literatura e Jornalismo. Deste modo, busca comprovar, por meio da linguagem, que a factualidade dos textos jornalísticos de Eça de Queirós não se desvinculou da literariedade que permeia toda a produção do autor. Foram resgatados, também, outros conceitos que se fizeram necessários para a referida análise.

3.1 Gêneros do Discurso: abordagens teóricas

Não se pretende, neste capítulo, resgatar conceitos históricos de gêneros desde Aristóteles até os dias atuais, mas, sim, trazer à tona, conceitos de autores, que vão ao encontro do objetivo desta tese: o gênero como relação estreita entre o autor e os destinatários da mensagem escrita. O gênero leva em consideração, também o perfil das convenções sociais do meio e do posicionamento do autor no ato comunicativo.

Para Bakhtin (1986), a noção de gênero do discurso só se estabelece quando se considera a reflexão de linguagem como noção do diálogo entre os interlocutores. Não há leitor passivo. A linguagem só existe em função do dialogismo dos envolvidos no ato comunicativo. “O enunciado, por sua vez, é uma unidade básica de comunicação, delimitada unicamente pelas trocas comunicativas entre os interlocutores [...]” (BONINI, 2002, p. 15).

Nessa perspectiva, Marcuschi (2002, p. 18) ressalva:

> Já se tornou trivial a idéia de que os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa.

Como afirma o autor, os gêneros textuais não são imutáveis pois acompanham a evolução histórica e cultural de uma sociedade. Desse modo, pode-se inferir que, como forma sociocomunicativa, um gênero adapta-se a novas situações discursivas para adequar-se às

circunstâncias das formas de comunicação. Pode-se pensar, hoje, na comunicação virtual, ou seja, e-mail, blogs, sites, etc. São formas de interação social que se adéquam a uma realidade tecnológica recente, como forma de relações dialógicas, as quais demonstram, claramente, a relação entre a oralidade e a escrita. Segundo Marcuschi (2002), os gêneros se definem por aspectos sociocomunicativos em detrimento dos aspectos formais. Tal afirmativa corrobora a escolha do gênero crônica, por Eça de Queirós, para elaborar seus textos de imprensa.

Então, pode-se afirmar que toda comunicação tem que se basear em um gênero e um texto. Vários linguistas se preocupam mais com os aspectos discursivos do ato comunicativo que com os aspectos formais, quando se pensa em língua como atividade humana social, histórica e cognitiva. Há de se destacar, ainda, a natureza interativa, a ação social e a histórica, como são os textos elencados neste trabalho. Na época, foi, na visão do autor, gênero narrativo capaz de estabelecer a ponte autor x leitor x contexto.

Marcuschi (2002, p. 22) faz a seguinte distinção:

> Usamos expressão tipo textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. Usamos a expressão *gênero textual* como noção propositalmente vaga para referir *a textos materializados* que encontramos em nossa vida e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros.

Como a característica principal dos gêneros textuais é estarem ligados à ação sociocomunicativa, é fácil compreender porque são vários e dependem da esfera da atividade humana de onde emerge o ato comunicativo.

Bakhtin (1997, p.283) afirma que “[...] a variedade dos gêneros do discurso pode revelar a variedade dos estratos e dos aspectos da personalidade individual, e o estilo individual pode relacionar-se de diferentes maneiras com a língua comum”.

É instigante analisar, num trabalho de análise do discurso, as estratégias discursivas do autor, os gêneros discursivos adotados e, principalmente, o tipo de texto utilizado para materializar aspectos da personagem do autor. No caso de Eça de Queirós – autor enfoque deste trabalho –, o gênero adotado para elaboração dos textos de imprensa está materializado no tipo textual da narrativa, gênero crônica. Este tipo de gênero permitiu ao autor explorar as funções comunicativas da literatura, por meio de uma linguagem que deixa aflorar os pontos de vista do autor sobre os fatos narrados.

> [...] nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual. Os gêneros mais propícios são os literários, neles o estilo individual faz parte do empreendimento enunciativo enquanto tal e constitui uma das diretrizes. (BAKHTIN, 1997, p. 283).

Com base na argumentação de Bakhtin, torna-se compreensível o fato de Eça de Queirós ter lançado mão de sua veia literária para elaborar textos que, *a priori*, deveriam ser padronizados, ou seja, enquadrarem-se no gênero jornalístico. Mesmo se tratando de textos para a imprensa, Eça elaborou-os com um estilo literário que trabalha, artisticamente, a palavra, como será abordado no Capítulo 4 deste estudo. É essa prática discursiva que habilita o leitor de Eça jornalista, a enxergar os fatos numa simbiose de factualidade com ficcionalidade.

Quanto a esta relação dos textos ecianos e gêneros do discurso, Bronckart (2003, p. 143) considera que:

> [...] os textos são produtos da operacionalização de mecanismos estruturantes diversos, heterogêneos e por vezes facultativos [...] Esses mecanismos se decompõem em operações também diversas, facultativas e/ ou em concorrência que, por sua vez, se realizam explorando recursos lingüísticos geralmente em concorrência. Qualquer produção de texto, implica, conseqüente e necessariamente escolhas relativas à seleção e à combinação dos mecanismos estruturantes das orações cognitivas e de suas modalidades da realização linguística. Nessa perspectiva, os gêneros de textos são produtos de configurações de escolhas entre esses possíveis que se encontram momentaneamente "cristalizados" ou estabilizados pelo uso.

Como citado anteriormente, são nítidos os diversos mecanismos estruturantes dos textos de Eça, principalmente na exploração de recursos linguísticos que ratificam a linguagem eciana, como ímpar. Pode-se exemplificar a configuração do texto narrativo, que é o caso dos textos de imprensa, objetos desta tese. Porém, essa "escolha" de tipo de texto vem configurada com estratégias discursivas individuais como a conversa com o leitor, o uso da primeira pessoa, figuras de linguagem (conotação, ironia, etc.).

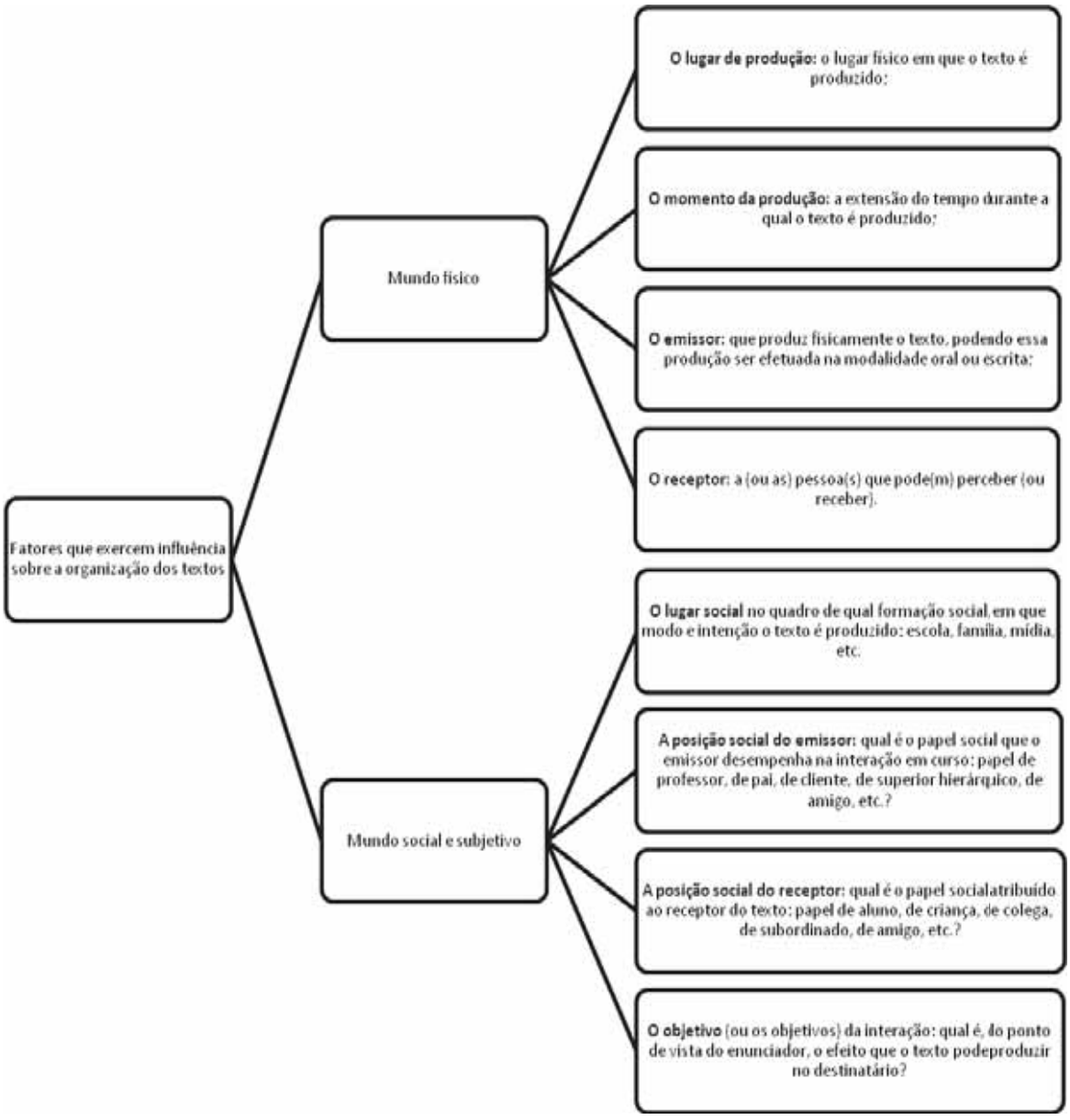
"O enunciado oral – e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras possui um estilo individual" (BAKHTIN, 1997, p. 283). (O.K.) Esta afirmativa de Bakhtin referenda o já exposto sobre Eça de Queirós jornalista. O estilo do autor e as articulações enunciativas são *sui generis*. Sobre enunciado, Bakhtin explica que:

> O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal [...] cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Assim, conclui-se que são os traços predominantes de um texto que o caracterizam e não um gênero. As sequências tipológicas heterogêneas, ou não, são o que formam os gêneros.

> Quando se nomeia um certo texto como “narrativo”, “descritivo” ou “argumentativo”, não se está nomeando gênero e sim o predomínio de um tipo de sequência de base. [...]. Quando denominamos um gênero textual, não denominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. (MARCUSCHI, 2002, p. 27-29).

Bronckart (2003, p. 93) apresenta um esquema que esclarece, ainda mais, as colocações dos autores citados, principalmente as de Bakhtin.



Fonte: Bronckart (2003, p. 93)

Figura 1 - Relações dialógicas entre autor-contexto-leitor

O esquema de Bronckart exemplifica as afirmações de Bakhtin sobre o contexto de produção textual: as relações dialógicas entre autor-contexto-leitor, que determinam as "escolhas" discursivas do autor.

Como se afirmou, no início, ao referir-se aos gêneros do discurso, pretendeu-se apenas resgatar abordagens de alguns teóricos sobre o assunto. Assim, foram citadas considerações somente de Bakhtin, Bonini, Bronckart e Marcuschi.

A teoria destes autores referendam as características dos textos de imprensa de Eça, pois a organização dos mesmos provoca o encontro entre o mundo físico e o mundo social e subjetivo. No caso dos referidos textos, além de ligarem, pela informação, o Brasil com a França promoviam uma consciência ideológica sobre o mundo burguês e o socialismo.

Para atingir esse objetivo, Eça adota o gênero da crônica cujas características principais serão destacadas a seguir.

3.1.1 Do efêmero ao testemunho histórico - A crônica

Há inúmeros autores que tratam deste gênero narrativo. Neste momento, tornar-se-á repetitivo reafirmar os vários conceitos e características da crônica, citados por muitos teóricos. Assim, optou-se pelo resgate, apenas, de conceitos e características que coadunam com esta pesquisa. O viés das características, aqui elencadas, pretende ir ao encontro da perspectiva e dos objetivos da análise que foi efetuada nas crônicas de Eça de Queirós, enviadas para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 1892 a 1894.

Numa visão diacrônica, o termo Crônica, designado "chronos", correspondia a acontecimentos, relatos que se desdobravam no tempo. A modalidade de expressão ficava entre os anais e a história, com registros dos eventos, sem interpretá-los.

No século XII, na França, a crônica atingiu o ápice. Seguiram-na Inglaterra, Portugal e Espanha. Em Portugal, Fernão Lopes aproximou a crônica da historiografia, sem ostentação literária e, assim, este gênero chega ao século XVI.

A liberdade da constatação histórica, revestindo-se do sentido literário, só foi conquistada no século XIX. A crônica adere ao jornal, devido à sua ampla difusão na imprensa. Na França, em 1799, aparece com a denominação de "feuilletons". Sobre esta modalidade narrativa, Antônio Cândido esclarece:

> 1. *Feuilleton:* espaço vazio no rodapé de jornais ou nas revistas, destinado ao entretenimento.
> 2. No mesmo espaço geográfico: o Roman-Feuilleton.
> 3. Variétés e diferentes feuilletons (contos, notícias leves, anedotas, crônicas, críticas, resenhas, etc., etc.).
> 4. Todo e qualquer romance publicado em Feuilletons, ou seja, em pedaços. (CÂNDIDO, 1992, p. 99).

No Brasil, a partir de 1836, o termo foi apresentado como "folhetim" e amplamente utilizado como narrativa histórica. Este gênero discursivo – "feuilleton" – dá sustentação à Crônica que, hoje, ocupa um lugar de relevância na imprensa escrita.

Advinda da França, como já dito, local de inspiração da arte, a crônica aclimatou-se, rapidamente, à índole brasileira. Considerada como prosa poética, humorística, lírica, fantasiosa, foi logo adotada pelos escritores brasileiros.

A aclimatação de um estilo de texto híbrido, litero-midiático como a crônica, é, também um dos fatores que favoreceu a ligação cultural França-Brasil.

O folhetim ganha espaço, no jornalismo impresso, como um estilo poético ficcional diferindo-se da factualidade do texto jornalístico. A linguagem poética influenciava a linguagem de manchetes jornalísticas.

> Uma das características marcantes da imprensa nessa época foi uma grande vinculação com a literatura e a participação dos grandes escritores nas páginas dos jornais. O gênero de maior sucesso era o folhetim, que publicava em capítulos, histórias que conquistavam o público [...]. (LIMA, 1989, p. 53).

No século XIX, início do século XX, o folhetim é adotado por muitos autores de prestígio. Ser denominado de "escritor" significava possuir argúcia e manejo das letras. E a busca de prestígio, pelo escritor, no século XIX, fez com que o espaço no jornal fosse insuficiente para abrigar a produção dos mesmos. Nasce, então, a imprensa romântica.

> A crônica, pelo seu estatuto ambíguo e jornalístico, constitui um espaço privilegiado para debate de idéias, para a crítica social e política, para difusão de novos padrões estéticos e culturais. Permitindo uma intervenção direta e agressiva a crônica representa no contexto [...] um complemento ou uma alternativa ao discurso ficcional, quer sob a forma doutrinária, quer humorística. (SANTANA, 2001, p. 127).

No século XIX, notadamente, na segunda metade, a França era o sol nascente do Brasil em termos de cultura, com referência ao luxo, ao prazer, à vida mundana e jocosa. Então, tudo o que de lá procedia era logo aceito e assimilado pelos brasileiros.

Referindo-se, ainda, ao gênero "folhetim", constatou-se que o mesmo ganha espaço, no jornal, como estilo poético ficcional, diferindo da factualidade do texto jornalístico. A

linguagem literária do folhetim, hoje crônica, influenciava a linguagem das manchetes jornalísticas, porém, a publicação em partes, num espaço em que tudo pode ser publicado, levou muitos leitores a verem a crônica – fruto do folhetim – como "algo" menor. O folhetim-romance e o folhetim-variedades eram um espaço livre no rodapé do jornal, destinado à publicação de veleidades a fim de entreter o leitor e proporcionar-lhe uma pausa das tristes e graves notícias do cotidiano. Com o passar do tempo, o folhetim atraiu publicou e passou a atrair um leitor fiel. Folhetinista no século XIX era a denominação que se dava ao cronista do período. O aumento de leitores conferiu à crônica a notoriedade e importância devidas. Passou de registro de veleidades à publicação de textos expositivo-argumentativos dos fatos do dia e até do já ocorrido. Assim, deixa o rodapé e ganha espaço de destaque no periódico. Por esta razão, Cândido (1992, p. 99) afirma: "[...] a crônica possui traços de exposição e argumentação; assim revela uma 'apreciação irônica' dos fatos".

Vista assim, a crônica não é somente um registro histórico do cotidiano. Tem a característica da perenidade, pois os fatos, ao longo da história humana se repetem, embora com feições e características diferentes. No registro do cotidiano, a crônica trabalha com situações comuns da vida e, desse modo, trabalha com inquietações existências, até em assuntos referentes a guerras.

> Numa época em que se atribui uma função pedagógica, de reforma das mentalidades, o recurso à palavra não se esgota nas páginas dos romances. A crônica, pelo seu estatuto ambíguo – literário e jornalístico – constitui um espaço privilegiado para o debate de idéias, para a crônica social e política, para difusão de novos padrões estéticos e culturais. (SANTANA, 2001, p.127).

A crônica social e política, características das que formam o *corpus* deste trabalho, quando aborda fatos históricos, cria uma nova história e serve como partida para reflexão e análise. Oscilando entre a factualidade (jornalismo) e a ficcionalidade (literatura), cujo espaço abarca a notícia e a expressão literária, a crônica torna-se, assim, uma leitura prazerosa. Esse prazer promove catarses em seus leitores e leva o texto se perenizar. Por meio da crônica, os fatos continuam, porém, são vistos pelos olhos do cronista, cujo texto oscila entre a reportagem e a literatura. Essa estratégia narrativa permite que o relato frio, impessoal e descolorido, seja recriado e adquira fantasia.

A sobrevivência de uma crônica, cujo tema renasce a cada contexto histórico-social, se dá pelos aspectos do bom uso da linguagem. A história (fato) e as personagens emergem do cotidiano com humor ou lirismo.

Mesmo com a característica de uma “boa conversa”, ao pé do fogão (CÂNDIDO, 1992), a crônica carrega questionamentos existenciais, como já citados anteriormente.

> Espremida entre o rigor informativo e a liberdade verbal, a crônica condensa a tensão narrativa exemplar, cuja fidelidade ao histórico está constantemente ameaçada pela liberdade criativa. Diante do cronista, o ato se desfolha, se desventura e, eventualmente, se torna tão ambíguo quanto a própria linguagem que o moldou. Se a literatura não precisa, em princípio, de nenhum compromisso com a realidade histórica, o mesmo já não pode ocorrer com a crônica, cujo motor de arranque é o cotidiano. (DIMAS, 1974, p. 49).

Melo (2003, p. 140) completa Dimas expondo que “[...] a intenção é explicitamente resgatar episódios da vida social para o uso da posteridade, impedindo, segundo Heródoto, que as ações realizadas pelos homens se apaguem com o tempo”.

Outro aspecto que se detecta no texto-crônica é a presença da causalidade e da consequência. A consequência, muitas vezes não está explícita, se mantém subtendida na agudeza, experiência e estilo do cronista.

Nascida com feições históricas documentais, em 1434, com Fernão Lopes, a crônica rompeu barreiras de texto menor e chega ao século XIX como porta-voz de um contexto que reflete ideologias, esperanças e angústias existenciais. Os matizes contextuais que repousavam nos rodapés dos jornais, tais como os folhetins franceses, entronizaram no cotidiano dos leitores. Hoje, já não se admite denominar crônica como “gênero menor”.

Na comparação folhetim *versus* crônica, pode-se afirmar que, das características de origem até as de hoje, a crônica distanciou-se muito. Na qualidade de folhetim, configurava-se como uma publicação semanal de trechos de um romance popular, melodramático e tinha como objetivo aumentar a venda de jornais. Hoje, a crônica distingue-se pelo formato, pela linguagem, pelo estilo mais elaborado.

Há de se destacar, também, que pela função exercida, a crônica se adaptava melhor ao jornal, pois era informativa, imediata e efêmera, enquanto o folhetim aproximava-se mais da ficção.

A crônica chega ao século XIX com as características apontadas acima, acrescidas do veio crítico. Essa vertente crítica incorporou-se ao gênero por meio da sagacidade dos cronistas ao manejar conhecimentos e informações do dia a dia. A experiência de vida e a linguagem permitem aflorar a inteligência, a criatividade e, principalmente, a sensibilidade do autor, quando recolhe, transforma e reenvia as informações do cotidiano aos seus leitores e estabelece, desse modo, um dialogismo. Esse dialogismo equilibrado, entre o coloquial e o literário, permite ao leitor interpretar os fatos como intertextos do real que provocam visões

diversas do assunto retratado. Suscita novos temas sobre o acontecido e a locução se intensifica de tal modo que emissor e receptor sejam um só. Este receptor atualiza a informação a cada momento ou época. Há sempre uma epifania em cada momento da leitura.

O lirismo de uma crônica permite ao leitor refletir sobre a magia que é a percepção de que a fugacidade dos fatos se eterniza por meio da linguagem literária que a permeia e dá feições aos fatos. Não é gratuito que a crônica percorreu um caminho árduo: saiu das notas de rodapé para o corpo do jornal e, agora, repousa nos livros. Desse modo, cada leitura suscita releituras, comentários contextualizados e atualizados que não se referem ao agora, mas ao sempre.

A publicação da crônica em livros não significa que a mesma deixou de ser um ato que emergiu do cotidiano, do noticiário, mas que repousa no lugar que lhe é devido como "instrumento" para leitura da vida. A versão em livro permite ao escritor rever suas publicações e ter um parâmetro de avaliação dos textos produzidos. Há, ainda, a oportunidade do leitor fazer uma cronologia dos fatos ocorridos na história da sociedade e, então, realizar juízos de valor.

Segundo Coutinho (1976) p. 135), "[...] o que salva uma obra como criação do pensamento, mesmo que não tenha saído de um periódico é não ser apenas uma reportagem, nem resvalar para a frivolidade".

O valor de um texto-crônica não será diminuído se for adotado um conceito de que a crônica é um texto híbrido. A transcendência tipológica favorece uma transcendência temática. É aceitável, portanto, a recorrência da crônica ser confundida, por muitos, com o ensaio, um pequeno conto ou um simples relato poético, pois a mesma, devido a sua "roupagem" linguística e conteúdo, possui dificuldade em se enquadrar num único paradigma de produção.

Para Melo (2003, p. 140) a crônica "[...] toma a feição do relato poético do real, situado na fronteira entre a informação da atualidade e a narração da atualidade". É uma simbiose de informatividade e literariedade que a torna singular.

Na ficção histórica, a crônica permite que se percorra com olhos perspicazes a história, por meio de textos breves e inquietantes sobre a vida. Consegue diluir o muro que separa literatura e prazer da descoberta. O "*corpus*" documental pode ser abundante, mas a forma de apresentá-lo rompe as barreiras da simples factualidade. Aflora, assim, a imaginação e a reflexão sobre o ocorrido. Acorda consciências.

Nessa perspectiva, Cândido (1992, p. 77-78) assim se expressa:

> Do ponto de vista teórico-metodológico, cumpre destacar como pressupostos a relação entre *história e memória coletiva* considerada enquanto uma construção assim como a função pedagógica de um *imaginário coletivo* igualmente construído para a instauração de uma ordenação da sociedade.

A crônica oportuniza, segundo Cândido (1992), a entrada no mundo coletivo imaginário, quando o texto transcende o real. Tal fato é facilmente constatado nas crônicas de Eça de Queirós enviadas para a *Gazeta de Notícias*. A narração dos fatos, com comentários, às vezes conflituosos, exacerba os sentidos do leitor e, desse modo, instaura-se um rico jogo de interlocução, a exemplo das crônicas de Eça de Queirós. Nesse momento, a narrativa aproxima-se do conto que tem como base ou eixo um fato verídico ou um episódio. A narração desse fato, na perspectiva de crônica narrativa e crônica filosófica, repagina os fatos, intertextos da produção textual, e dá-lhe uma feição quase lírica. O manejo da linguagem permite a catarse entre autor-texto-contexto numa perfeita combinação dos elementos históricos e linguísticos.

Hoje, encontram-se nas páginas de jornais, periódicos e obras, crônicas com uma visão norteadora dos anseios da sociedade e que abordam desde comentários políticos a noticiário cultural, filmes, livros, economia, comportamento.

Entre a realidade e a fabulação, com a reunião de todas as faculdades do conhecimento e com elasticidade formal das várias maneiras de expressão, a crônica pode reunir ciência e arte ao mesmo tempo. É esta característica que permite que a crônica se encontre e se adapte aos diversos espaços do jornal e ou dos periódicos.

Embora alguns autores ainda considerem a crônica como gênero híbrido, hoje, ela possui valor estético incontestável e adquiriu sua autonomia e especificidade.

3.1.2 Considerações sobre literatura

Como salientou Cândido (1992), anteriormente, a crônica possui estreita relação com a literatura, pois a mesma, também transcende o real. Assim, torna-se necessário elencar conceitos de literatura que, dessa forma, relacionam-se com a ideia central da pesquisa: demonstrar a intertextualidade entre literatura e jornalismo nos textos de imprensa de Eça de Queirós.

Silva (1973, p. 23) expõe o conceito de Literatura que vai ao encontro do objetivo deste trabalho:

> [...] na segunda metade do século XVIII: por um lado, o termo "ciência" especializa-se, então, fortemente, acompanhando o desenvolvimento da ciência indutiva e experimental, de modo que deixa de ser possível abranger na "literatura" os escritos de caráter científico; por outro lado, assiste-se a um largo movimento de valorização de gêneros literários em prosa, desde o romance até ao jornalismo, tornando-se necessária, por conseguinte, uma designação genérica capaz de abarcar todas as manifestações da arte de escrever. Essa designação genérica foi *literatura.*

Essa abrangência da escrita literária, desde a segunda metade do século XVIII, é facilmente detectada nos textos de imprensa de Eça, principalmente quando se analisa as estratégias discursivas e a linguagem utilizada pelo autor.

Como mensagem verbal de um sujeito histórico, as paredes que separam a factualidade da literatura são quase imperceptíveis, em vários momentos de um texto jornalístico. Trata-se de uma expressão verbal escrita que, ao expressar valores e informações, configura o real visto, o vivido e o representado pela visão do emissor.

Silva (1973) cita as três funções da linguagem caracterizadas por Karl Bither *representação, expressão* e *apelo,* no texto literário. Além dessas funções práticas, há, ainda, a função *estética*, que, mesmo se afastando da praticidade, não se exclui das demais. É, ainda, a função poética que emoldura, esteticamente, o ato lingüístico do emissor.

Nesse contexto, literariedade ou função poética engloba a estética e a estilística que podem aparecer em texto jornalístico. Essa contaminação, ou seja, para o texto jornalístico, referencial, estar permeado de literariedade, depende da presença de um plano de expressão com uma forte presença de termos conotativos. Esse modelo de plano de expressão é adotado por Eça na elaboração de seus textos, como será demonstrado no Capítulo 4.

Nessa esteira de reflexões, Lajolo (2001, p. 38) aponta que "A relação que as palavras estabelecem com o contexto, com a situação de leitura é que caracteriza, em cada situação, um texto como *literário* ou *não literário*".

Nos séculos XIX e XX, o termo literatura adquire várias acepções, como se tudo fosse literatura e que as obras se destacam por sua origem temática ou intenção. Segundo Silva (1973) p. 27), "Diversos autores têm procurado captar e definir a literariedade como sendo a manifestação - ou o resultado, o produto - de uma das funções da linguagem verbal"

"Para que uma obra seja considerada literatura é preciso algo mais do que a interação entre autor e seus leitores. A literatura tem que ser proclamada e só os canais competentes podem proclamar um texto ou um livro como literatura" (LAJOLO, 2001, p. 16).

Neste sentido, esta tese buscará, em teóricos renomados, subsídios para proclamar os textos jornalísticos de Eça de Queirós como literários. O trabalho, então, pautará, também, na busca da literariedade, ou seja, dos elementos como as funções da linguagem verbal, aspectos linguísticos e valores que subsidiam o texto literário. Nesse sentido, Silva (1973, p. 34) afirma:

> A linguagem literária constitui, com efeito, uma linguagem de conotação, pois o seu plano da expressão é constituído por uma linguagem de denotação que é o sistema linguístico. Na produção do texto literário, o sistema linguístico é conotado, no sentido hjemsleviano da palavra, por outros códigos: retóricos, estilísticos, técnico-literário e ideológico.

Em relação à linguagem, Eagleton (1977, p. 2) destaca: “[...] talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou imaginativa [...], mas porque emprega a linguagem de forma peculiar”.

Ao analisar as afirmações de Aguiar e Eagleton, fica óbvia a constatação de que mesmo num texto de cunho informativo, escrito para jornal, há o trabalho com a linguagem que permite relacioná-lo à linguagem literária, ou seja, factualidade e literariedade numa via de “mão única”. Em uma análise dos códigos verbais, há, também, de se ater à intencionalidade do autor que, ao informar, utiliza uma linguagem permeada por expressões verbais de intenções ideológicas, como os textos de Eça.

A esse respeito, Lajolo (1995, p. 10) acrescenta que “[...] a vantagem de sugerir que a ‘literatura’ pode ser tanto uma questão daquilo que as pessoas fazem com a escrita, como daquilo que a escrita faz com as pessoas”.

A citação de Lajolo possibilita confirmar que nos textos de Eça, as palavras têm poder. O trabalho que o autor realiza com as palavras permite que “o lido não esteja escrito”. Esse manejo provoca catarse no leitor e imprime ideologias. Eça maneja, com facilidade, a mente do leitor ao expressar inferências por meio das diversas estratégias discursivas adotadas.

> Não entendo por “ideologia” apenas as crenças que têm raízes profundas, e são muitas vezes inconscientes; considero-a, mais particularmente, como sendo os modos de sentir, avaliar, perceber e acreditar, que se relacionam de alguma forma com a manutenção e reprodução do social. O fato de que tais convicções não são apenas caprichos particulares pode ser ilustrado com um exemplo literário. (EAGLETON, 1977, p. 20).

Não há dúvidas de que a produção textual é um produto social. Há, sempre, uma interpretação dialética. A arte da produção jornalística e/ou literária molda o meio, conquista seu público e busca meios de se introduzir no contexto social. É um movimento que age contrário às manifestações externas. Porém, a análise de produção permite identificar o “fluxo e refluxo” dos temas extraídos da esfera social.

Sobre tal ocorrência, Cândido (2010, p. 31) afirma:

> Assim, a primeira tarefa é investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais. É difícil discriminá-los, na sua quantidade e variedade, mas pode-se dizer que os mais decisivos se ligam à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação.
> [...] Assim, os primeiros se manifestam mais visivelmente na definição da posição social do artista, ou na configuração de grupos receptores; os segundos, na forma e conteúdo da obra; os terceiros, na sua fatura e transmissão. Eles marcam, em todo o caso, os quatro momentos da produção, pois: a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio.

A pesquisadora deste trabalho, assim como Cândido, entende que há de se reconhecer que o autoartífice da palavra é um sujeito histórico que apreende a realidade de sua época e, segundo suas aspirações e necessidades interiores, produz textos cujas formas coadunam com a aspiração de seu espírito. O importante é que o resultado dessa manifestação linguística aja sobre os indivíduos, os quais modificam o meio em que atuam. É reconhecível tal intenção nos textos elaborados por Eça, pois possuem uma profunda densidade analítica e psicológica que produz efeitos impactantes nos leitores. Esses efeitos são produzidos, principalmente, por meio da excessiva adjetivação e criação de imagens alegóricas da realidade. Proença (1999, p. 46) cita Sartre para referendar o posto acima:

> Repare-se não a literatura que brote naturalmente do gênio, condicionado pelas circunstâncias, mas intencionalmente, a literatura que convém à comunidade. Quer nos parecer que, assim entendido o compromisso, o escritor se coloca a serviço da comunidade, aponta os caminhos que julgar válidos e procura conduzir a comunidade a esses caminhos. Ele é um combatente. Um engagé. Sem deixar, entretanto de ser um artista.

Assim, compreende-se que a obra literária embasa uma representação do real e uma visão do mundo. Para isso, o autor abarca uma tomada de posição diante dessa realidade e a comunica aos leitores. O narrador-autor busca uma linguagem que serve como fio condutor da realidade que transpõe os muros individuais e atinge o homem universal. Busca, desse modo, uma marca de identidade atemporal e sem espaço delimitado que permite a interpretação da psique humana e dos valores que perpassam gerações.

> O mundo representado na literatura - por mais simbólico que seja - nasce da experiência que o escritor tem de sua realidade histórica e social. O universo que autor e leitor compartilham, a partir da criação do primeiro e recriação do segundo, é um universo que corresponde a uma síntese-intuitiva ou racional, simbólica ou realista do que *aqui e agora* da leitura, ainda que o *aqui* e *agora* do leitor não coincidam com o *aqui* e *agora* do escritor. (LAJOLO, 2001, p. 47).

Nesse sentido, os textos de Eça, embora escritos e publicados, há mais de um século, refletem o *aqui* e *agora* do leitor de hoje. Há uma presentividade latente que permite estabelecer uma ponte entre passado e presente, ou seja, contemporaliza o fato.

O escritor, muitas vezes, traz para o texto literário, um contexto socio-histórico ainda não vislumbrado ou conhecido pelo leitor. Porém, esse mundo atua sobre o real, pois a obra literária é uma construção do real, à vista do narrador-observador que possui a missão de iluminar o contexto situacional e, assim, agir sobre os leitores-alvo.

Sevcenko (2003, p. 200) cita Lima Barreto sobre os poderes e os fins da literatura: "[...] o homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vida na do Mundo".

Cabe ressaltar que esta pesquisa não tem a intenção de esgotar os conceitos e ou definições sobre literatura. As notas aqui escritas são apenas para subsidiar a confluência entre literatura e jornalismo.

Não há como ler um texto desinteressadamente, especialmente quando este possui algum vínculo com a literatura, como os textos de imprensa que Eça de Queirós enviou para a *Gazeta de Notícias* do Brasil. A literatura predispõe à leitura, que busca valores ideológicos e morais os quais configuram a análise de tudo o que se lê.

3.1.3 Considerações sobre jornalismo

"Deus fez o homem a sua própria imagem,
mas a do público é feita pelos jornais"
(Benjamin Disraeli)

Como os textos de imprensa de Eça de Queirós foram publicados num jornal de grande repercussão na época, com notícias, informações advindas da Europa, sobretudo de Paris, torna-se necessário apresentar algumas considerações sobre jornalismo, conforme pontos de vista dos teóricos elencados, a fim de embasar a presente pesquisa.

Os conceitos, aqui expostos, são os que vão ao encontro dos objetivos principais deste trabalho e, principalmente, com adequação aos textos de imprensa de Eça de Queirós.

Muitos teóricos consideram jornalismo como um meio de comunicação imparcial, frio, que apenas registra acontecimentos diários de uma determinada comunidade, num certo tempo e espaço. Contudo, jornalismo vai além desta afirmação. Há uma transcendência no registro das informações que permite relacioná-lo à vida. Sim, no jornalismo, como na literatura, a "vida pulsa". É neste prisma que se encaixam os textos ecianos.

A vida é refletida no trabalho do jornalista, o qual está estreitamente ligado às vozes da sociedade e com as quais partilha anseios e valores. Possui um papel social, embora, na maioria das vezes, sua autonomia não seja total. Até mesmo a propalada autonomia de alguns órgãos de

imprensa é questionada. O conteúdo das notícias e inclusive a linguagem utilizada possuem um "eco" ideológico que emerge do contexto socioeconômico e político, onde atua.

Embora o papel do jornalista seja construir uma realidade nas páginas de um órgão de comunicação, não há como ficar alheio ao ofício de mediador intelectual entre as "vozes da sociedade", cujos membros partilham valores e cultura comuns. Daí, a afirmação de que a liberdade do jornalista é sempre cerceada. Ele é uma parcela desse contexto.

> Atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e exclusão.
> Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página simplesmente não dá-la é um ato de decisão dos próprios jornalistas.
> Dessa maneira, o jornalista é concebido como processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio /televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (MELO, 2003, p. 17).

Ao rever a evolução da mídia impressa, constatou-se que o século XIX foi o marco inicial do jornalismo que se tem hoje. A informação é dividida entre sociedade e jornalistas, entre um restrito grupo que manipula o saber, a imprensa comercializada, a informação como mercadoria e sensacionalismo. Ao final do século, aparecem os anúncios publicitários que ajudavam a manter os gastos do jornal e que possuíam a mesma malha oculta de tendenciosidade.

Traquina cita a fala do Presidente do Sindicato dos Jornalistas, no Congresso dos Jornalistas Portugueses, realizado em 1988:

> Nós, os jornalistas, de tanto convivermos com o poder, temos, por vezes, uma errada percepção sobre o nosso estatuto: mas não somos profissionais liberais; somos trabalhadores por conta de outrem, muitas vezes em situações precárias e sempre sujeitos a uma imensa competição, numa profissão a que se chega, quando alguém nos contrata para exercê-la. (TRAQUINA, 2005, p. 92).

Nesta perspectiva de enfocar jornalismo como profissão, o jornalista está sempre sujeito à ideologia da empresa midiática, ou seja, aos "patrões" da comunicação. Esses profissionais servem a uma determinada comunidade. Cumprem esse papel social numa interação entre comunidade, com suas ideologias e o desempenho de funções determinadas pela profissão.

A esse respeito, Traquina (2005, p. 197) cita, ainda, Gans (1979, p. 81):

> Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade.

O jornalista, como intérprete da sociedade, precisa ater-se à importância de aproximar o espaço entre texto e leitor. Este leitor precisa ter consciência aberta para refletir sobre o que leu. Há um jogo entre essas duas realidades. Daí, a necessidade do jornalista trabalhar as estruturas básicas do texto. O discurso midiático não pode ser elaborado aleatoriamente. O autor recorre, necessariamente, a esquemas organizados do discurso, e escolhe modos linguísticos a fim de realizar suas intenções e objetivos. A análise de uma produção jornalística permite identificar que sempre há dois núcleos adjacentes: contexto Social e Jornalista, cuja produção promove a simbiose entre o texto jornalístico e a sociedade. E o Jornalista está sempre preocupado em promover esse encontro.

Assim, muitas vezes, o autor do texto é cerceado pelo liame que o contexto socioeconômico e político apresenta.

Lima cita trecho dos cadernos *Intercom*, 3 e 7 (set. 1985, p. 13):

> Daí, além "de tolher a criatividade do jornalista, o culto da objetividade sacramentado nos manuais de redação, canonizado pelas instruções de serviço, significou a diminuição de sua capacidade de *aferir* a realidade. O referencial para essa tarefa lhe era oferecido pelo *pauteiro*, que refletia inevitavelmente a orientação da empresa". Portanto "... a objetividade torna-se instrumento eficaz para privilegiar a subjetividade (interesses, opiniões, ideologias) dos proprietários das instituições jornalísticas". (LIMA, 1993, p. 81).

Mesmo com certas limitações, o jornalista põe em jogo o mito da objetividade. Fatores pessoais como formação, cosmovisão, conjuntura da empresa jornalística, formação ideológica, inclusive fator econômico, político e social, tudo contribui para desmistificar a neutralidade do redator da notícia.

Rossi, em sua obra *O que é jornalismo*, afirma:

> A objetividade é possível, por exemplo, na narração de um acidente de trânsito – assim mesmo, se nele estiver envolvido o repórter, pessoalmente ou algum amigo ou parente. Esse tipo de acontecimento – ou seja, aquele que afeta apenas um pequeno grupo de pessoas, sem maior incidência política e/ ou social – ainda permite o exercício da objetividade. Nos demais, ela é apenas um mito. (ROSSI, 2005, p. 9).

É difícil concordar totalmente com Rossi quando se pondera que o jornalista é um agente social inserido no contexto de onde emergem os acontecimentos. O trabalho com a linguagem para transmitir os fatos sempre deixa escapar, subjacente às notícias, fios de subjetividade.

> Tanto na história como na ficção toda palavra alude à realidade, mas não é a realidade. A ficção e a história, então podem considerar-se metáforas da realidade: uma história, lutando por afirmar seu princípio de verdade; a outra, por impor seu princípio de ilusão. Mas as duas é preciso eleger, reconstruir, imaginar. (LIMA, 1993, p. 20).

É neste contexto que configuram os textos de Eça. O autor realizou uma produção jornalística independente. Revelou tendências ideológicas por meio de uma linguagem ferina, irônica, aos manipuladores do poder.

A confluência entre os dois gêneros – jornalismo e literatura, citados por Lima (1993) –, torna a ágil linguagem do jornalismo mais próxima do leitor, pois a linguagem literária humaniza o fato, a narração. É este jornalismo pungente, humano, que Eça exerceu. Além disso, a linguagem jornalística, permeabilizada pela linguagem literária, ajuda a moldar uma consciência nacional. O jornalista não só informa, mas também se utiliza de recursos de linguagem que vão ao encontro dos anseios dos leitores.

Eça de Queirós, jornalista-literato partilha do "boom" da imprensa jornalística, no século XIX, principalmente na França, período em que os jornais mais ajudaram a formar uma consciência nacional. Neste período, com o fim da Revolução Francesa, cresceu o número de periódicos. As ideias da Revolução foram amplamente divulgadas com questionamentos dos novos rumos do país.

Fraser Bond (1966) construiu um ideal de jornalismo. Para ele, a imprensa deve primar por imparcialidade, honestidade e decência. Essas características devem subsidiar a informação, a interpretação, orientação, e, ainda, o entretenimento.

Wisnik (1994, p. 325) referenda a cumplicidade que une os dois polos do texto jornalístico:

> A imprensa será o domínio do jogo das representações desconectado do horizonte da verdade, ou da manipulação dos verossímeis sem o lastro de sentido que os fundamentaria. Por sua vez, a literatura na qual o romancista se empenha, ao construir a comédia humana, aspira a uma representação totalizante do mundo que ao mesmo tempo experimenta a sua potência e perde terreno, como indica, entre outras coisas, o panorama entrópico dos meios de massa.

Nesse sentido, Medina (1996, p. 225) afirma que "[...] o relato jornalístico, para obter o máximo de difusão, tem de ser eficiente: só uma história bem contada pode aspirar ao êxito na comunicação de massa".

É inquestionável que o real imediato é inane diante das palavras jornalísticas. Porém, essas palavras, com cunho literário, tornar-se-ão o real, um calabouço de vivências profundas. Vários jornalistas têm adotado a prática de permanecerem por trás da notícia.

Entretanto, até nos textos de assuntos bem objetivos, os autores, por vezes, adotaram a narratividade no texto jornalístico. Assim, cabe ao leitor concluir a notícia e recompor a disposição das palavras, a fim de ler o que não está escrito. É o ato de recepção do texto.

> Mas a narrativa não é privilégio da arte ficcional. Quando o Jornal diário noticia um fato qualquer, como, um atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa. O desdobramento das clássicas perguntas, a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por que) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem. (SODRÉ, 1986, p. 11).

Nota-se que Sodré, assim como vários teóricos do gênero jornalístico, enfatiza o trabalho com a linguagem, o manuseio das palavras. Daí, talvez, a dificuldade de conceituar, taxativamente, o que é jornalismo.

Nas reflexões de Lima (1990, p. 55) se encontra uma afirmação que corrobora o acima exposto.

> O que faz o gênero jornalístico não é o meio da expressão, é o modo de expressão, é a natureza da expressão. E a marca principal [...] é de uma apreciação e não uma criação em si, sob a forma de ficção, de biografia ou de crítica. É uma certa apreciação de acontecimentos, dos fatos [...] o dia-a-dia.

3.1.4 Jornalismo e literatura: confluências de gêneros

É de suma importância elencar a confluência entre jornalismo e literatura, pois este é o objetivo primordial desta tese, conforme citado anteriormente. E como esta confluência ocorre por meio das astúcias da enunciação e das estratégias discursivas nas correspondências ecianas, torna-se necessário, então, elencar considerações e citações de teóricos sobre tal ocorrência.

Antes de chegar à análise estrutural das estratégias do discurso, à linguagem e ao aspecto socioideológico das crônicas ecianas, cabe aqui demonstrar a convergência entre esses dois gêneros: jornalismo e literatura à luz de teóricos que tratam do assunto.

É inegável que o jornal é o instrumento primordial de comunicação de massa e de representação que ajuda a compreender o funcionamento da sociedade, quando se embasa na educação e na vida social de um povo. A representação que os jornalistas fazem dessa realidade é uma construção sobre essa mesma realidade. “Notícia é a informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e curiosidade de grande número de pessoas” (LAGE, 1982, p. 36).

Mesmo quando se detém sobre o caderno noticiário, é fácil verificar que a notícia extrapola os limites da simples informação. Há uma gama de interesses humanitários, subjetivos que advém dos dados informativos: o quê?, onde?, quando? como? quem?

Santiago (1993, p. 14) salienta em seu artigo sobre crítica literária nos jornais: “A literatura (contos, poemas, ensaios, crítica) passou a ser algo mais que fortalece semanalmente os jornais de peso, imaginativos, opinativos, críticos, tentando motivar o leitor apressado dos dias da semana a preencher o lazer do weekend de maneira inteligente”.

Assim, segundo Santiago, no caráter factual e o ficcional, presente e passado subsidiam um ao outro e o suspense se atualiza em ambos. O referencial jornalístico que acompanha novas escavações, não é menos carregado de suspense que a narrativa jornalística romanceada, como o folhetim, a crônica, a reportagem, etc. O aspecto noticioso dá acesso ao ficcional e ambos se completam.

Há uma crença de que, no jornalismo, é possível ter acesso à exatidão do real efêmero da vida e, daí, transmiti-lo como se fosse realidade. Essa é uma crença ilusória, pois não há como captar o real fugidio do cotidiano do qual o jornalista é o transmissor legítimo dos fatos. O jornal francês era adepto à presença da literatura na prática jornalística.

Desde o início do século XIX, o jornalismo francês perfilou pela doutrinação e opinião. A França deste século possuía duas vertentes de expressão: a literária e a política. Nesse contexto, o escritor-jornalista, como Eça de Queirós, era um importante militante político, pois jornalismo opinativo e literatura pertenciam à mesma vertente. O jornalismo francês pautava pela tendência da oratória e eloquência de doutrinação política, cujas características se aproximam da literatura. Esse jornalismo verboso e doutrinário tinha o respaldo de setores da economia. Até o final do século XIX, o jornalismo francês era dependente dos partidos políticos e, assim, não usufruía dos recursos advindos da publicidade.

Todavia, tal fato não impedia que o jornalismo possuísse modernidade, a dinâmica do arrojado capitalismo e uma ligação com a literatura como, por exemplo, a presença do Folhetim, ou feuilleton que, como tudo que vinha da França, influenciou o leitor brasileiro.

Embora Jornalismo e Literatura aparentem gêneros conflitantes, a linguagem os aproxima. Na França, a prática jornalística do século XIX apresentava uma retórica empolgada e até "embolorada" com termos de embelezamento inútil.

Antonio Olinto (2008, p. 14-15), no prefácio de seu livro *Jornalismo e literatura*, afirma:

> Lembremo-nos, antes de tudo, de que a base do que faz o jornalista a matéria-prima de que utiliza, é a palavra. O que serve de caminho para a poesia transmite também a notícia da morte de uma criança sobre o asfalto. Entre os dois elementos, não há uma diferença técnica, a não ser em espécie e intensidade.

É esta matéria-prima, a palavra, que Eça de Queirós manobra muito bem ao redigir as correspondências enviadas para o jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. O trabalho exercido com as palavras promove uma perfeita simbiose entre factualidade e ficcionalidade - jornalismo e literatura.

A esteira do imediatismo jornalística é tecida pela perenidade da obra literária, que dá vida à notícia, numa junção entre corpo e espírito. Para que a notícia jornalística atinja a solidez é necessária a fixação da realidade por meio da sensibilidade e da emoção calcada na construção da linguagem literária.

Não se esquecer de que o jornalista sofre pressões externas advindas da organização a que pertence, circunstâncias como horário, condição materiais de serviço, pressão política, etc., que podem levá-lo à "secura" de sentimento. A palavra será a arma libertadora que pode despertar, no jornalista, a capacidade de expressar sentimentos verdadeiros, humanos. Não se pode esquecer, também, que a obra de arte possui marcas da realidade de onde emerge. Quando o homem, jornalista ou literário ou homem comum busca expressar este real, ele o faz como arte engajada, de combate, e com as realidades de seu coração.

Muitas vezes, o jornalismo tem tendência à panfletagem como documento de combate e de defesa. A literatura, com a tessitura do texto literário, atenua esta característica de panfletagem e coloca em evidência as necessidades básicas do homem, como amor, justiça, etc. É nesse jogo das palavras que o jornalista trabalha o elemento da comunicação que transforma uma realidade remota em algo sensível, tocante, inteligível.

Os textos de Eça podem ser enquadrados neste contexto. Os fatos, embora remotos, são atualizados a cada narrativa do autor. O encontro entre a factualidade e a linguagem

trazem cada episódio para a atualidade, de modo pujante e verdadeiro. Eça demonstra, tal como em suas obras de ficção, que é, realmente, muito tênue a separação entre os dois gêneros do discurso: o jornalístico e o literário. O detalhismo das narrativas não é inconsciente. Há um discurso opinativo, crítico e, principalmente, ideológico.

O Jornalismo, infelizmente, tem uma parte negativa, quando se apega ao detalhismo inconsciente, tenta fixar uma realidade que, nos próximos momentos pode fenecer. É a preocupação com o excessivo profissionalismo que elimina a emoção. Tal posicionamento pode cercear a imaginação do leitor quanto à interpretação subjetiva dos fatos. São os elementos subjetivos de coesão e coerência que permitem ao leitor, no processo da leitura, vivenciar o fato narrado. Dá-se, então, a inter-relação jornalismo e literatura que, mesmo no plano inconsciente, se instala na mente do leitor.

> O jornalista que descreve procura colocar o leitor em posição visível de compreender o acontecimento, a narrativa, como localizado num determinado espaço. Há, em geral, necessidade de serem reerguidas, pedaço por pedaço, as paisagens que circundam os fatos e têm, às vezes, com eles, íntima relação, É um trabalho de verdadeiro arquiteto literário [...] (OLINTO, 2008 p. 39).

É inegável que o jornalismo se sustenta na descrição e na narrativa. A informação necessita apresentar esses elementos básicos para a compreensão da notícia. A tessitura do texto jornalístico, ao responder essas questões, não se exime de promover uma aproximação do homem de jornal, seres humanos, com os dramas e os desesperos cotidianos.

Desse modo, o profissional da notícia precisa possuir habilidade descritiva e domínio da técnica da narrativa.

A esse respeito Olinto (2008, p. 52) acrescenta que: “É arbitrário o conceito do não-importância e da morte gradativa de todo e qualquer cotidiano colocado no jornal. Jornalismo é uma penetração no dia-a-dia, em busca do que possa ter de significativo de permanente”.

O jornalista, como profissional da comunicação que precisa ter um posicionamento imparcial, possui dificuldades em separar o homem do profissional e eximir-se internamente, da participação emocional dos fatos do cotidiano que despertam revolta e ódio. Tal fato é expresso, no trabalho, com a linguagem a qual deixa transparecer, na superfície da tessitura textual, os signos verbais subjetivos.

O jornalismo, quando totalmente desprovido de interferências, torna-se uma rotina. Os fatos informam, mas não transformam posicionamentos do leitor, pois não há provocações. Repetição de palavras, informações que só “mudam de endereço” não possuem aplicação no mundo da realidade viva. Esse tipo de jornalismo não deixa marcas.

Ao considerar que a linguagem verbal dá a conceituação do "real", confere "representatividade", esta linguagem funciona como uma mediadora da relação interlocutora entre sujeito e mundo. Essa interlocução acontece por meio dos signos linguísticos que já nascem com uma representação socioideológica. A escolha desses signos, muitas vezes, dá-se inconscientemente, na hora da informação jornalística. Mesmo no âmbito do verbal impõe outros recortes: o objeto.

> Apesar da vocação para o 'real', o relato jornalístico sempre tem contornos ficcionais: ao causar a impressão de que o acontecimento está se desenvolvendo no momento da leitura, valoriza-se o instante em que vive, criando a aparência do acontecer em curso, isto é ficção. [...] Relatar acontecimentos significa construir um texto narrativo que Barthes (1973) já qualificou de simbólico e universal. (CASTRO; GALENO, 2005, p. 31).

Castro e Galeno (2005) enfatizam, assim, que a distinção entre factualidade e ficcionalidade desaparece, bem como a relação entre fato e agente. Como, também, a relação entre a substância e atributo se atenua.

Pode-se aceitar, contudo, a seguinte afirmação de Castro e Galeno (2005, p. 33): "[...] fazer jornalismo é fazer história, a história do cotidiano".

O escrever, em linguagem jornalística, precisa ter expressividade. Então, a escrita jornalística não se prescinde da literatura que diz o mesmo com outras palavras. O ofício do jornalista é trabalhar com a ambiguidade de toda língua natural e não deve confundir expressão com expressividade. Castro e Galeno (2005, p. 53) citam Bernardo Ajzemberg – jornalista e ombudsman do jornal *Folha de S. Paulo* –, o qual declara: "Penso num jornalismo útil, imediato, informativo, formador e lúcido. Penso numa ficção sem freios, interrogativa, inebriante. Vida exterior, identidade pública, diferente de identidade em transmutação, vida interior".

Ao mesmo tempo que Ajzemberg separa os dois estilos, ele mesmo completa: "O jornalismo fere no peito do escritor. O escritor repele o jornalista, por esmagá-lo, por obrigá-lo a renascer quase sempre de um mesmo patamar. Feliz daquele que neste combate, consegue servir, e bem, os dois senhores" (CASTRO; GALENO, 2005, p. 55).

Os autores citam a forma ideal do jornalismo impresso: a utilidade e informatividade da notícia e a interrogativa inebriante da literatura.

Alcântara Machado, autor de *Brás, Bexiga e Barra Funda*, declara em Bulhões (2007, p. 126) "Este livro não nasceu livro. Estes contos não nasceram contos: Nasceram de notícias. E este prefácio, portanto também não nasceu prefácio: Nasceu artigo de fundo".

Assim como Alcântara Machado, muitas obras nasceram de vários outros autores de notícias e, até, de artigo de fundo do jornalismo. Tal fato questiona a separação metódica entre os dois gêneros. Há um forte laço que os une: a palavra. A palavra seduz, conquista leitores. O jornalista e o literato ocupam o mesmo espaço o qual fornece as mesmas emoções, fatos semelhantes que envolvem pessoas semelhantes. Esse quadro calca as ideologias, permeiam a sociedade. Assim, nesse contexto, o jornalista ergue seu texto com palavras impregnadas do espaço socioideológico, o qual não o exime de expressar impressões subjetivas e esta subjetividade aproxima jornalismo e literatura. Não é errado afirmar que jornalismo não é mais que diálogo diário, às vezes, rápido e superficial que o jornalista, entidade-muda, busca estabelecer com o leitor.

Pode-se, ainda, considerar que literatura e jornalismo se aproximam, quando a narrativa jornalística, rápida, exata e visível se encontra com a impossibilidade de constância da linguagem, com as multiplicidades dos significados das palavras.

> A palavra jornalística é, em geral, empobrecedora perante o real imediato. A palavra literária é, nas obras lógicas, reveladora de vivências profundas. Pode o jornalista perseguir pelo menos o mínimo de carga poética no trato com os acontecimentos presentificados e socialmente significativos? Eticamente, a resposta é clara: se os acontecimentos pautados nascem de um critério social, cujo significado se torna inquestionável, como não procurar a palavra mais próxima possível da essencialidade do acontecimento? (MEDINA, 1996, p. 214, grifo nosso).

Se o manejo da palavra é a arma primordial do literato, não menos deve ser a ferramenta do jornalista o qual luta, ansiosamente, com as palavras para garantir a “fala” e a imparcialidade na elaboração da notícia. Mas, são visíveis as confluências entre o factual e o literário. Nesse sentido, Medina (1996, p. 211) afirma, ainda: “se na literatura é indiscutível a competência do escritor justamente na manipulação da escrita, não é menos indiscutível que o jornalista constrói essa mesma competência”.

Ao considerar que o jornalista é um contador de histórias, este precisa interrogar a si próprio, quais os paradigmas que devem ser seguidos para a escrita do texto. Nesse momento, ele se aproxima do escritor ficcional. Há um ponto de vista emergente em movimento: um pensamento que funciona como selecionar as palavras e como seduzir o leitor para ler a notícia. Assim, mais uma vez, acontece a simbiose: jornalista x escritor; jornalismo e literatura.

Como contador de histórias, o jornalista precisa auscultar o mundo que o cerca, o qual é impregnado de sussurros e gritos.

> A narrativa jornalística é como um aparato ótico que penetra na contemporaneidade para desnudá-la, mostrá-la ao leitor, como se fosse extensão dos próprios olhos dele, leitor, naquela realidade que está sendo desvendada. Para cumprir tal tarefa, a narrativa tem de selecionar a perspectiva sob a qual será mostrado o que optar na escolha dos olhos – e de quem – que servirão como extensores da visão do leitor. (LIMA, 1993, p. 122).

Lima ratifica a pressão e opressão que o jornalista sofre ao trazer, à tona, os fatos vistos sob seu ângulo de visão. Está sempre exposto à aceitação ou excreção da sociedade. Lima (1993, p. 23) acrescenta, ainda, que "[...] notícia é a comunicação de uma estrutura fática, atual ou atualizada, que corresponde, consciente ou inconscientemente, a uma vigência social geral de um grupo social e específico"

Como já citado, o jornalista assume o posicionamento de ação, de pensamento ou de opinião, quando observa que existe a necessidade e a expectativa da comunidade social em conhecer o que ocorre no mundo, a fim de tomar a decisão adequada. A sociedade utiliza a informação como forma de atualizar e julgar o contexto sociopolítico. Como informar e formar a sociedade por meio de uma linguagem especificamente denotativa? Daí, o jornalista, muitas vezes, pinçar elementos da linguagem literária para atingir e direcionar o público leitor.

> Os gêneros jornalísticos possuem critérios de classificação agrupando os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos através de que se configuram. Nesse sentido, identificamos duas vertentes: a reprodução do real e a leitura do real. Reproduzir o real significa descrevê-lo jornalisticamente a partir de dois parâmetros: o atual e o novo. Ler o real significa identificar o valor do atual e o novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos. (MELO, 2003, p. 62-63).

Nessa configuração do real, o gênero literário, não raras vezes, se encontra com o jornalístico. É uma marca indelével que permeia e liga os dois gêneros. O ato de registrar o real envolve conhecimento e envolvimento com este real que ao ser narrado, dificilmente, desvincula-se da subjetividade.

Melo (2003, p. 63) afirma, ainda:

> Num caso, temos a observação da realidade e a descrição daquilo que é apreensível [...]. Noutro caso, temos a análise da realidade e a sua avaliação possível dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística. Para uma melhor compreensão do esquema, é plausível admitir que a descrição formulada se aproxima daquela dualidade de mensagens que os linguistas chamam de denotada e conotada.

A indústria jornalística não se preocupa somente, com a função primordial do jornalismo que é a informação, pois o leitor espera captar o que o órgão pensa. Então, a linguagem denotativa não exclui a tendência ideológica.

Nas correspondências de Eça de Queirós para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, afloram, sobre o escrito, duas vertentes da verve jornalística: a informação e a ideologia do autor. A impregnação da linguagem denotativa tanto propalada pelos jornalistas fica prejudicada em detrimento da literária.

"Tanto no ato jornalístico (reportagem), quanto no ato analítico (pesquisa, encaminhamento da pauta, formulação de linhas de trabalho) e no ato expressivo (redação e edição), a literatura é uma fonte de sensibilização e refinamento da mundivivência" (MEDINA, 1996, p. 31).

Melo (2003, p. 63) ressalva:

> Mas como esse traço é comum a qualquer discurso emitido por qualquer instituição jornalística, o sentido que permeia todas as mensagens deixa de ser opaco. Logo, o recurso denotativo ou conotativo utilizado na apreensão e expressão do real não exclui a determinação ideológica.

Ressalta, nas correspondências de Eça, o aflorar ideológico do autor ao descrever os fatos históricos de confrontos entre França e outros países e, principalmente, sobre as questões socialistas. Há uma visibilidade ideológica quando se dá o encontro da notícia com o posicionamento subjetivo do autor. Factualidade e literariedade se unem para introduzir o leitor no espaço dos acontecimentos.

Eduardo Prazeres Santos (2006, p. 48), em sua obra *Escritura e Sociedade: O intelectual em questão*, cita Cardoso (1990):

> O contacto com o labor exigente e torrencial da escrita jornalística é nítido. Não pode haver separação entre "Escritores, Jornalistas e Homens de Letras". Existe uma proximidade histórica entre livros e jornais e os castigos que os uniram desde a Inquisição (não é só o fogo mas também a amputação da mão do jornalista irreverente, sob a letra da Bula Ea Est.)

Essa confluência inquestionável é renegada por alguns jornalistas ao defenderem a tese da imparcialidade ao noticiar os fatos. Esses que assim pensam se esquecem de que estão trabalhando com o árduo ofício da linguagem escrita, a fim de estabelecer a união entre homem (leitor) e mundo (fatos). Para atingir esse homem-alvo e o contexto em que este se insere, a linguagem precisa, muitas vezes, carregar vocábulos e ou expressões de cunho socioideológico. Nesse contexto, a subjetividade aflora. Esta pauta, inegavelmente, é o sujeito histórico que incorpora o autor, o qual possui sua visão de mundo. Como eximir-se disso?

A produção literária e jornalística de Eça de Queirós é um exemplo de que o escritor, sujeito histórico da escrita, se desnuda quando está com a "pena" à mão. As obras realistas do autor, como *O Primo Basílio*, *Os Maias*, *O Crime do Padre Amaro* e muitas outras são verdadeiros documentos da sociedade da época e suas mazelas sociais e humanas. Numa análise semântico-contextual, percebe-se o perfil do autor ao retratar a sociedade da época. Subjacente à literariedade, há a representação do real que perpassou pelo posicionamento ideológico de Eça. O mesmo acontece com as correspondências jornalísticas do autor, as quais compõem o *corpus* desta tese e serão, aqui, analisadas.

Assim expressa Medina (1978, p. 100): "É impossível tratar de ritmo narrativo na matéria jornalística sem se remeter à experiência-mãe de formulação verbal na ficção, se o jornalismo cresce em seu próprio universo narrativo, ainda está muito ligado por contingências históricas à criação literária".

A busca de um jornalismo informativo, pulsante, exige do jornalista uma visão aguçada e interpretativa dos fatos. Este jornalista apreende não só os fatos, mas também, os elos que se ligam à notícia. Junta-se, a isso, a autoconsciência subjetiva e o domínio da formulação estilística do narrador. Desse modo, os fatos a serem narrados passam pelo filtro valorativo desse narrador. "O jornalismo é produzido por pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discurso (SCHUDSON, 1995, p. 14)."

Sobre este fato, Traquina (2005, p. 150) salienta: "É somente quando analisamos as razões apresentadas por [...] que começamos a compreender como a comunicação 'notícias' é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes expectativas de Gatekeeper".[10]

Grande parte dos profissionais da comunicação não admite que ser jornalista é ser um contador de estórias. Qualquer acontecimento pode ser enfocado de diversas maneiras, diversos ângulos. "As coisas são noticiáveis porque representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo" (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2005, p.171).

Nesta perspectiva, se estabelece um compromisso, um pensar constante e perene sobre o ofício da escrita jornalística. O texto demonstra um enfrentamento textual e social, com tendência ideológica.

---

[10] *"Gatekeeper"* - Teoria da ação pessoal. David Manning White foi o primeiro a aplicar o conceito ao jornalismo. Refere-se a uma pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões.

> O comunicador social relaciona, nas relações simbólicas, o universo das idéias; ao mesmo tempo, trabalha com o imaginário coletivo, emoções, mitos, registros intuitivo-criativo; e, em terceiro lugar, com os comportamentos culturais, ação sociocultural que codifica em situações muito expressivas do jogo trialético indivíduo-coletividade (local, regional e nacional) - universibilidade. Assim, a linguagem da mediação social se informa de representações simbólicas lógico-analíticas (idéias, conceitos, argumentos), representações intuitivo-simbólicas (emoções, criações artísticas, mitos) e representações moto-operacionais (situações, modos de ação cultural). (MEDINA, 1996, p. 12).

Como afirma Medina (1996) e tantos outros autores, a confluência dos dois gêneros, o jornalístico e o literário, soma-se para formar o "tecido" do texto jornalístico que espelha a sociedade da época. O universo das relações simbólicas, as emoções, os mitos, ou seja, o imaginário coletivo alimenta a mente do narrador-jornalista. Assim, a produção evidencia uma visão informativa, opinativa e ficcional. A narrativa apresenta a lógica do editor diante da vida. O cruzamento com a literatura dá-se, nesse momento, da demanda da linguagem como mediadora social. Há sempre uma representação, mesmo opaca, de representações simbólicas lógicoanalíticas e de representações intuitivo-simbólicas do narrador de um texto para jornal ou para uma obra literária.

> [...] não deixava de sentir que o artista não pode manter-se afastado dos movimentos de seu tempo, não pode sob pena de inutilizar suas fontes criadoras, fechar os olhos a acontecimentos que são, na realidade, os fundamentos de suas obras. [...] É muito difícil, a um homem evitar inteiramente sua participação emocional e intelectual no cotidiano, quando este desperta a revolta e o ódio. (OLINTO, 2008, p. 54-55).

Tanto o jornalista quanto o literato têm, sempre, que lutar com as formas adequadas de expressão para atingirem os objetivos propostos. Esses objetivos são claros ao constatar que possuem a incumbência de captar não só o que não veem, mas, ultrapassar o real. Isso implica numa consciência de sua posição no mundo e da responsabilidade, principalmente do jornalista, de ultrapassar o individual e transcender para contar a todos "como vê o que vê". Assim, deixa de ser "um" para sentir-se "todos" (OLINTO, 2008, p. 92).

CAPÍTULO 4 - EÇA ENTRE A LITERATURA E O JORNALISMO - ANÁLISE DO *CORPUS* - "A NOTÍCIA HUMANIZADA PELA PRÁXIS LITERÁRIA"

4.1 Universo da Análise

O critério principal enfocado, para análise do *corpus*[11], foi o de demonstrar, como já citado, a confluência entre a linguagem jornalística e a literária nos textos de imprensa de Eça de Queirós. Neste enfoque, buscou-se destacar, aspectos da linguagem literária que comprovam o objetivo principal deste trabalho.

Assim, a análise procurou mostrar o percurso gerativo de sentido da instância fundamental dos textos, ou seja, como um texto é constituído: o plano do conteúdo em consonância com o plano da expressão. Desse modo, foram exemplificados os procedimentos discursivos de Eça, as marcas individuais de sua produção, ou seja, o plano de expressão. Procurou-se, então, mostrar os recursos expressivos utilizados pelo autor, os quais caracterizam o estilo eciano. Pode-se afirmar, e será demonstrado durante a análise, que a base conteudística dos textos do *corpus* foi ampliada e revestida de figurativização. Os efeitos desta figuratização são produtos de como o autor lê o mundo e deseja que o leitor descubra as imagens deste mundo.

> A criação literária é uma união sutil de intenção criadora e expressão artística; a análise estilística consiste em relacionar a eleição feita pelo criador e a correspondente intenção e radica no estudo dos meios de expressão: a palavra, neste caso, a escrita; a oração. Na análise estilística interessa a eleição feita pelo autor com a palavra, enquanto tange às qualidades sensoriais desta, enquanto é massa sonora, enquanto constitui elemento expressionista ou impressionista, enquanto é símbolo de idéia. (CASTAGNINO, 1971, p. 232).

Para demonstrar essa característica, nos textos de Eça, foram ressaltados, entre outros, os seguintes recursos de estratégias narrativas:

- **Adjetivação:** o uso do adjetivo é um recurso estilístico marcante em um texto. É o elemento que dá cor às coisas e aos pensamentos. Distingue uma personagem do texto,

[11] Neste capítulo optou-se por referenciar os textos do "Anexo C - *Corpus* selecionado para análise", pela data de sua publicação na *Gazeta de Notícias.* As citações encontram-se dispostas em parágrafo único, fonte e espaço reduzidos, e grifos da pesquisadora a fim de destacar os trechos exemplificados.

por meio da transcendência das qualidades normais do ser humano. Esta partícula, de poder diferenciativo, é o que torna o abstrato em concreto. Aproxima o leitor dos fatos narrados, no momento em que "toca" a sensibilidade, o sensorial e até a natureza psíquica e ideológica de quem lê o texto. O processo de adjetivação revela a capacidade do autor em manejar a língua e revelar o seu modo mais sensível e intelectual de ver o mundo. A análise do *corpus* selecionado traz trechos em que esta faceta eciana está bem evidente.

- **Comparação, imagens e metáforas:** numa análise estilística, o jogo de confrontos utilizado pelo autor, no qual revela características semelhantes ou opostas, permite ao leitor aproximar o desconhecido do conhecido e, assim, formar imagens e metáforas. A metáfora é um recurso singular que o autor utiliza para expressar ideias por meio do concreto: a realidade profunda é imaginada, evocada. Este trabalho de análise traz exemplos de expressões metafóricas, quando Eça de Queirós explora os recursos estilísticos da adjetivação.
- **Impressionismo e expressionismo, correspondências sensoriais e afetivas:** modo como o autor percebe o mundo exterior e traduz as percepções captadas. Expressionismo é a maneira como o autor reconstrói os fatos de maneira lógica, por meio das vias sensoriais e, a partir daí, acomoda-os segundo uma razão de causa e efeito. Por outro lado, o impressionismo confere a esses fatos uma percepção imediata, sem acomodação lógica. Trata-se de um recurso muito explorado por Eça de Queirós.
- **Personificação, onomatopeia:** recurso estilístico de animismo do ser inanimado e que, às vezes, é também espiritualizado pelo autor. A onomatopeia está presente na escrita e até na fala das personagens dos textos de Eça. São sons impressionistas, sensações auditivas, amplamente utilizados pelo autor.
- **Hipérbole**: como elemento de intensificação expressiva, revela melhor todos os pensamentos do autor; estilisticamente, é o modo expressionista que aquece o mundo interior e aumenta a realidade exterior. Pode-se afirmar que é esta transcendência que ajuda o leitor eciano a plasmar a realidade dos fatos históricos narrados pelo autor.
- **Sinais de pontuação** (reticências, interrogação, exclamação): a pontuação revela, além da unidade da frase e sua estrutura rítmica, o caráter emocional e ideológico do autor. A pontuação, nos textos de Eça, não é, especificamente, ortográfica, mas sim estética e literária.

- **Narração em 1ª pessoa:** o ponto de vista em 1ª pessoa aproxima a relação entre enunciador e anunciatário. O eu e o tu tornam-se únicos. O discurso em 1ª pessoa é subjetivo e não deixa dúvidas quanto ao envolvimento do narrador, nos fatos narrados. Nos textos de Eça, essa ocorrência é corroborada, principalmente, pela desinência verbal, pelo uso dos pronomes pessoais, possessivos e oblíquos.
- **Inferências interjetivas, linguagem coloquial e ironia:** as inferências interjeitivas são demonstradas pelos sinais de pontuação (interrogações) e pelas interjeições explícitas. Tais ocorrências referendam uma linguagem coloquial e, no caso de Eça de Queirós, aparecem de modo irônico. Retoricamente, a ironia consiste em insinuações zombeteiras, a fim de insinuar o contrário do textualmente escrito. Muitas vezes é construída numa antífrase.

O processo de análise utilizado neste trabalho permitiu demonstrar que Eça de Queirós apura e aperfeiçoa a arte de escrever, a cada modalidade de texto, seja literário seja para jornal.

Para provocar sentimentos, Eça ampliou o sentido analítico da narrativa, dando relevos dramáticos, por meio da descrição das cenas e das personagens como as do Rei Guilherme II, Carnot, Vaillant e Brunetière. Todo esplendor poético conferiu mais colorido e movimento psicológico às personagens. Tais características podem ser verificadas mais adiante no item 4.2 - “A Caricatura na Linguagem Eciana”.

O tom de subjetividade acentua o lirismo de muitas cenas dos fatos expostos como em “Os anarquistas - Vaillant”, “A Espanha - o heroísmo espanhol”, “Carnot e o funeral de Carnot”, entre outros.

Este capítulo de análise demonstra, ainda, que Eça imprime, na linguagem de seus textos, a estreita relação entre palavra e sensação. Domina, perfeitamente, a interdisciplina-idade entre a palavra e o processo perceptivo que a mesma infunde no leitor. Há um caminho sensorial de mão dupla: de fora para dentro e vice-versa. Nessa perspectiva, o leitor usa de duas disposições psíquicas fundamentais: a memória e a imaginação. A memória é resgatada por meio de relato dos fatos históricos, os quais despertam a imaginação do leitor ao provocar-lhe todas as sensações que os mesmos possam provocar: euforia, angústia, cansaço, mal-estar, plenitude, sentido de justiça, etc.

O fragmento abaixo, do texto “Ainda o anarquismo. O Sr. Brunitière e a imprensa”, (26/27/28 de abril de 1894) ilustra bem esta situação:

> Evidentemente o primeiro rio que alagou os primeiros campos cultivados, ou o primeiro fogo que rebentou na primeira cidade edificada, encheu os homens de um terror tanto mais desordenado, quanto por trás dessa rebelião de elementos eles viam a cólera de um Deus ofendido. Cada várzea inundada, cada cabana queimada, dava assim motivo a longas cerimônias expiatórias, a invenção de novas fórmulas litúrgicas, a um desenvolvimento excessivo da autoridade sacerdotal, e mesmo a especulações lírico-metafísicas dos vates, que eram então os filósofos que tudo explicavam. Depois, quando se observou que estas violência da água e do lume ocorriam tão regularmente como as estações, e que, cada Inverno, os vales se submergiam, e cada Verão ardiam as choças de madeira e colmo, não houve mais coração que palpitasse de pavor místico.

A escolha de provocar sensações em determinados momentos da narrativa é do próprio autor, por meio de estratégias discursivas. Percebe-se que Eça, como criador literário, não se contenta em apenas fazer reviver o fato na mente do leitor: vai além. Inspira as mesmas sensações sentidas por ele no momento da narração. O processo seletivo de sensações, efetuado por Eça, dá coerência lógica às imagens que o fato jornalístico provoca. A linguagem literária adotada, pelo autor, para escrever os textos de imprensa, comprova que a literatura trabalha com a arte das sugestões.

Neste mesmo texto, há trechos que referendam o posicionamento ideológico do autor, o senso crítico e de justiça:

> A obra do Estado seria pois perfeita se, inspirada simultaneamente pelo sentimento de ordem e de humanidade, ele, pelo lado da polícia, prendesse os anarquistas, e pelo lado da assistência pública lhes socorresse as famílias, que ficam sem o pão do salário perdido. (26/27/28 de abril de 1894)

Mas, infelizmente, entre tantos órgãos de que está provido o Estado, não há nenhum que tenha a forma, mesmo vaga, de um coração humano.

No texto, “As relações entre a França e a Rússia” (26 novembro 1893) Eça faz com que um pequeno acontecimento se torne marcante, enternecedor e, às vezes, magnânimo. Com referência à visita da esquadra francesa à Alemanha, o autor faz uma descrição viva desse momento:

> A França, pelo contrário, sente um prazer intrínseco e genuíno em abraçar triunfalmente o honesto, e bom, e forte czar. Decerto lhe é grandemente grato que toda a Europa, e sobretudo a Alemanha, veja a estreiteza e a veemência do abraço; – e por isso o quer bem humorado, alumiado por todos a fogos de Bengala, e destacando ricamente num fulgor de apoteose! Mas a França é uma francesa – com todas as suas graças de sensibilidade e de sociabilidade, e com o coração sempre pronto a bater perante uma homenagem [...].

O plano da expressão (plano da composição), nos textos analisados, está em consonância com o plano do conteúdo. Desse modo, Eça se utiliza da estrutura narrativa da crônica, que permite realizar este "jogo" entre o factual (histórico) e o ficcional (literário), por meio dos recursos estratégicos que a língua permite.

O plano do conteúdo está apoiado nos fatos históricos, na descrição e vivência das personagens, no aspecto político e socioeconômico da época, revelados nos textos que sustentam a construção da narrativa.

Depois de enquadrar os textos de Eça como crônicas, foram resgatadas as estratégias discursivas do gênero, com relevância na estrutura da enunciação, conforme Bakhtin e outros teóricos que consideram o texto como uma estratégia socioideológica de interação verbal.

De acordo com Bakhtin (2006, p. 126):

> A estrutura da enunciação da atividade mental a exprimir é de natureza social. A elaboração estilística da enunciação é de natureza sociológica é a própria cadeia verbal, a qual se reduz em última análise à realidade da língua, é social cada elo dessa cadeia social, com a dinâmica da sua evolução.

Com a relevância na estrutura da enunciação, foram resgatados os segmentos dos textos ecianos que exemplificam o principal objetivo deste trabalho: demonstrar a confluência entre jornalismo e literatura. Desse modo, cabe destacar, entre vários autores, a observação de Sato (2002, p. 31):

> Apesar da vocação para o "real", o relato jornalístico sempre tem contornos ficcionais: ao causar a impressão de que o acontecimento está se desenvolvendo no momento da leitura, valoriza-se o instante em que se vive, criando as aparências do acontecer em curso, isto é, uma ficção.

Nesse prisma, foram levados em consideração, também, aspectos da narrativa jornalística e da narrativa literária que são ressaltados nas estratégias discursivas de Eça de Queirós, com embasamento teórico da obras *Língua e Estilo de Eça de Queirós* do autor Guerra Da Cal e *As Astúcias da Enunciação*, de Luiz Fiorin, inclusive conceitos linguísticos de Mikhail Bakhtin.

No item 4.3, "Eça, o Prosador-Intérprete da segunda metade do Século XIX" –, são destacados aspectos conteudísticos, dos textos de imprensa de Eça de Queirós, que ratificam a atemporalidade do pensamento socioideológico do autor, permitindo, ao leitor, considerá-lo, também, o prosador do século XXI, um visionário.

A afirmativa de que a notícia é humanizada, nos textos de Eça, é também ratificada na modalidade de gênero narrativo escolhida pelo autor.

O gênero crônica, escolhido pelo autor para elaborar seus textos de imprensa, possui as características formais adequadas (cf. item 3.1.1) para exemplificar essa humanização dos fatos ocorridos e divulgados que ele, sabiamente, os denominou “crônicas”. Uma justificativa para esta escolha deve-se ao fato de que a crônica é um o espaço privilegiado que o cronista tem para debater ideias, calcadas na crítica social e na política. Devido à estrutura e à proximidade com a linguagem literária, permite alinhar o fato com o discurso ficcional. Além disso, como nas crônicas, os textos de Eça são escritos com uma linguagem doutrinária, ideológica, humorística, mas acima de tudo, humana.

A característica principal da crônica – gênero que registra o histórico cotidiano – é resgatada por Eça de Queirós. Porém, esse cotidiano se atualiza a cada leitura e as estratégias do discurso eciano permitem ao leitor, realizar uma leitura contextualizada e atemporal. Um exemplo marcante são os textos sobre o socialismo, que estabelecem, claramente, uma ponte entre passado e presente: a agitação dos proletariados; a ideologia exacerbada dos anarquistas; a exploração da burguesia; o fosso entre pobres e ricos; o papel da igreja; entre outros. Há trechos que atravessaram o tempo e se instalaram no “aqui” e “agora”. A crônica possui esta característica de diminuir a distância entre o momento da escrita e o da leitura. Tem-se a impressão de que o autor fala ao pé do ouvido do leitor, numa prosa dialógica e convencional.

Eça apresenta os fatos com extremo lirismo e estabelece elevado grau de aproximação e cumplicidade com o leitor. As estratégias discursivas do estilo de Eça diluem as bases históricas do texto e fazem aflorar os juízos de valor, os aspectos culturais, psicológicos e a consciência do leitor, tornando-o coparticipante da narrativa. A leitura veloz, puramente informativa do texto jornalístico é enriquecida por um forte apelo humanizador, instaurado pelo artefato do texto literário.

Muitos críticos denominam a crônica como gênero hibrido. Porém, neste trabalho, fica constatado que o hibridismo é imperceptível. Os textos de Eça possuem, inegavelmente, uma linguagem que promove a junção entre ficção e jornalismo. Não há ambiguidade entre os gêneros jornalismo e literatura, pois os dois possuem caminho de mão única. Não são realidades estanques, mas sim, intercomunicáveis.

Eça fez da narrativa jornalística de seus textos um “aparato ótico” (LIMA, 1990, p. 122) e trouxe para o hoje, o que os leitores do final do século XIX leram na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, principalmente quando os textos se referiam ao regime de governo, à posição da igreja, ao papel da imprensa, à exploração capitalista.

A esse respeito, Berrini (2000, p. 1478-1479) coloca o seguinte: “Por consequência nota-se que, desde o início, a revolução à qual Eça aspira é mais intelectual, moral, se assim se pode dizer, que social e econômica, aquela não excluindo esta. [...] Eça permanece sempre filel à famosa trilogia ‘Liberté, égalité, fraternité’”.

4.1.1 Proseando com Eça - *corpus* selecionado

Os textos selecionados para a análise e, que se encontram, na íntegra, no Anexo C, são aqui apresentados, com a data da publicação na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, o título (MINÉ; CAVALCANTE, 2002) e uma síntese do assunto. Isso possibilita ao leitor acompanhar a análise das estratégias discursivas adotadas por Eça na elaboração de seus textos. Como um dos critérios para seleção foi o resgate da linguagem literária em confluência com a linguagem jornalística, há fatos que não só se referem somente à França, mas também, à Europa: Itália, Alemanha e Inglaterra.

Quadro 3 - *Corpus* selecionado

26/04/1892	**O Imperador Guilherme**	Exaltação a Guilherme – Rei da Alemanha. É comparado a Moisés, a DANDI – é Divino-Messiânico, popular, inteligente, místico. Tem futuro incerto após derrota da Alemanha.
13/08/1893	**O 14 de julho - Festas Oficiais**	Narra o desinteresse dos parisienses pela República; não festejam. Aristocracia foge para os campos.
	O Sião	França e Inglaterra se estranham. França toma posse das Terras de Sião. Inglaterra declara guerra à França apodera-se de Sião e Inglaterra perde o interesse, pois tem virilidade colonial, indústrias.
20/08/1893	**A França e o O Sião**	Único furor é dos jornalistas, políticos e comerciantes. Eça narra os costumes do povo de Sião (considera o rei seu dono) e faz críticas ao rei de Sião e aos costumes de conquistas dos franceses.
27 e 28/09/1893	**As Eleições na França**	Narração do resultado das eleições francesas: os ideólogos, falsos moralistas, filósofos, oradores e os artistas líricos. Foram banidos da política; perderam o espaço para a França laboriosa, industrial e agrícola.
	A Itália e a França	Eça faz uma comparação salarial dos operários – o italiano e o francês. Incidente de Aigues-mortes: operários italianos são executados por operários franceses: acende rivalidade. Itália se alia à Alemanha; o príncipe da Itália acompanha o Imperador da Alemanha; é uma ofensa para a França. França humilha a Itália.

26/11/1893	**As relações entre a França e a Rússia**	Exaltação à França: Paris resumo da Europa; invencível na Literatura e nas Artes. Mas, Eça critica os franceses que são burguesamente egoístas. O texto descreve a aliança Franco-Russa. Eça critica essa aliança – "França sente um prazer intrínseco e genuíno em abraçar triunfalmente o honesto, bom e forte Czar". Cita o Brasil como um país pacífico.
04 e 05/01/1894	**O Teatro dos Acontecimentos [A Espanha]**[12]	Eça narra a coragem e o patriotismo espanhol ao enfrentar a Alemanha, devido à invasão das Ilhas Carolinas. Enaltece a valentia do destemido Marechal Martinez Campos após sofrer um atentado por um anarquista o qual se orgulha disto e torna-se herói. Compara o heroísmo espanhol a D. Quixote e Sancho Pança.
26, 27 e 28/02/1894	**Os Anarquistas-Vaillant**	Narra o bombardeio da Câmara dos Deputados, em 09 de dezembro de 1893 (16h) pelo anarquista August Vaillant. Houve grande repercussão e o governo decreta severas leis contra anarquistas, que se tornam odiados por muitos. Mas isto só os torna mártires. Eça elabora um texto permeado por sua opinião sobre o anarquismo, o socialismo, a república, a sociedade e o jornalismo.
26, 27 e 28/04/1894	**Ainda o Anarquismo. O Sr. Brunetière e a imprensa**[13]	Eça compara a ação das bombas dos anarquistas com os acidentes naturais que destroem rios e cidades. Afirma que se trata da cólera de um Deus ofendido com os desmandos dos homens. Descreve, de modo caricatural, Ferdinand Brunetière, professor, crítico de letras e literatura.
20/07/1984 10, 11 e 13/08/1894	**Carnot. A morte e o funeral de Carnot**[14]	Narra o assassinato do presidente Francês. Atribui o assassinato aos anarquistas. Eça descreve o funeral do presidente dos parisienses. Cita, ainda, o comportamento dos jornais: exalta a curiosidade sobre a morte, provoca alvoroços nas mentes das pessoas. Narra traços biográficos de Carnot e o classifica como um produto de exportação. Eça vai além e narra a chegada de Carnot ao céu.

Fonte: Miné e Cavalcante (2002)

A respeito da obra *Ecos de Paris*, Berrini tece vários comentários sobre a mesma, inclusive sobre os textos e assuntos apresentados. A citação, abaixo, é muito relevante e resume a importância de ser objeto de pesquisa:

> Ecos de Paris... Bilhetes de Paris [...] Os títulos não nos devem iludir: Eça é, sem dúvidas, testemunha da vida parisiense durante longos anos, uma testemunha que toma uma atitude de distância irônica, por vezes divertida. É também testemunha da

[12] Este texto foi publicado nos dias 4 e 5 de janeiro de 1894, na *Gazeta de Notícias*. Foi incluído na coletânea *Ecos de Paris*, a partir de 1905. O título do artigo foi suprimido na edição em livro, acrescentando-se o que seria o subtítulo: "A Espanha. O heroísmo espanhol. A questão das Carolinas. Os acontecimentos de Marrocos."

[13] Este texto foi publicado na *Gazeta de Notícias* de 26, 27 e 28 de abril de 1894 e incluído na coletânea Ecos de Paris em 1905, com a seguinte designação: "Outra bomba anarquista. O Sr. Brunetière e a imprensa."

[14] Publicado na *Gazeta de Notícias* em 20 de julho, 10, 11 e 13 de agosto de 1894. Foi incluído na coletânea de 1907, Cartas familiares e bilhetes de Paris, e dividido em duas partes: "Carnot" e "A morte e o funeral de Carnot".

> evolução da vida política, em geral, e torna-se então filosofo e moralista [...] O que parece mais importante deve procurar-se nas crônicas de tema político e mesmo social e moral. Refiro oito de entre os 18 artigos de *Ecos de Paris o* que prova ser um tema de preocupação particularmente forte e evidente. [...] decididamente, a política apaixona Eça. (BERRINI, 2000, p. 1474).

É este Eça, político, crítico e socialista que o presente trabalho desnudou, por meio da análise de 11 textos elencados na publicação, os quais, conforme Berrini, são textos que abordam o tema político, o social e o moral.

Confrontando o aspecto estrutural da crônica e o conteúdo dos textos ecianos, pode-se afirmar que é difícil, enquadrá-los num só subgênero de crônica. Conforme classificação de Cândido (1992), os textos de imprensa do autor possuem características da crônica narrativa metafísica, quando o autor tece reflexões filosóficas sobre acontecimentos e homens e, ao mesmo tempo, revelam características da crônica informativa, pois divulga os fatos e comenta-os.

4.1.2 A caricatura na linguagem eciana

É impossível analisar os textos de imprensa de Eça e não destacar o aspecto que mais exemplifica uma forte característica da linguagem eciana: a ironia.

A ironia sempre esteve presente em todo percurso da vida do escritor de Eça de Queirós, seja nas obras de ficção seja nos textos de imprensa. O autor tinha propensão para a caricatura irônica, pois era um exímio observador do homem e da vida. Este espírito irônico de Eça está destacado ao descrever as personagens O Imperador Guilherme, Carnot e Brunetière, os quais compõem o *corpus* deste trabalho e foram escolhidos, aqui, para análise por se tratar de duas crônicas que exemplificam bem esta faceta do autor.

Ao trazer para seus textos estratégias de caracterização, Eça coloca em relevo a crítica que faz aos representantes da sociedade burguesa. Como literato, essa é uma característica marcante em suas obras de ficção.

A análise da linguagem dos textos citados e as considerações, abaixo, de Mello, sobre caricatura, ilustram mais esta faceta de Eça.

> A caricatura é a encarregada de assinalar qualquer excesso social ou político suspeito de licenciosidade corruptora. E o faz juízo sumário, sem materialização das provas nem apelo possível. Ante ela se inclinam os próprios juízes e as autoridades da nação. Quer dizer que exerce uma suprema jurisdição, missão de privilégios que, por certo, não possuem outras artes que enfrentam também a natureza e reproduzem aspectos da sociedade, porém sem nenhuma obrigação de crítica ou de sentença. [...]

> A caricatura é uma forma de ilustração que a imprensa absorve com sentido nitidamente opinativo. Sua origem semântica (do italiano *caricare*) corresponde a ridicularizar, satirizar, criticar.
> Jornalisticamente, o que é a caricatura? Duas respostas são possíveis, especificamente a caricatura é a "representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas". Genericamente, significa forma de expressão artística através do desenho que tem por fim o humor. (MELLO, 2003, p. 163-164).

O universo opinativo do jornal utiliza a caricatura para influenciar o público leitor a formar um perfil, muitas vezes negativo, da personagem em foco. O leitor desavisado deixa escapar, nos subterfúgios da caricatura, o posicionamento crítico do texto veiculado. Hoje, os jornais de grande circulação trazem o texto da caricatura aliado à imagem, às vezes, grotesca da personagem.

Quando a caricatura aparece no texto de imprensa, tem a finalidade satírica ou humorística e objetiva emitir juízos de valor. Torna-se um tribunal, cujo réu encontra-se em julgamento e a condenação provém do público leitor.

As armas da caricatura no jornal, às vezes, são amáveis, severas ou aparentemente ingênuas, como é caso do texto sobre "Carnot". Eça o apresenta com enaltecimento, porém, há, nas estrelinhas do texto, uma crítica à imagem de um rei fraco, moral e espiritualmente.

A presença da caricatura na imprensa deve-se a dois fatores principais: a popularização do jornal e o avanço tecnológico. Com a ampliação do jornal, o recurso da caricatura tornou-se uma necessidade básica, pois o jornal ampliava sua abrangência e ganhava novos leitores. A caricatura constitui, assim, um forte instrumento para mobilização pública.

Para melhor entendimento, sobre a importância dos textos de imprensa de Eça para a cultura brasileira, neste trabalho, optou-se por analisar, primeiramente, embora publicados em datas diferentes (1892 e 1894), os textos nos quais Eça faz uma descrição satírica, ou seja, uma caricatura de dois personagens que povoaram o universo dos textos de imprensa do autor.

Encontra-se, a seguir, o texto integral sobre o imperador Guilherme II, elaborado por Eça, a fim de que se compreenda melhor a análise realizada neste trabalho.

O Imperador Guilherme[15]

[26 de abril de 1892]

«*Lui, toujours lui!...* – Ele, sempre ele!...» – Assim, no tempo das *Vozes Interiores*, clamava Victor Hugo, cansado, quase estafado de que ao seu espírito de poeta que tantos problemas divinos e humanos solicitavam, se impusesse ainda com imperiosa insistência, monopolizando os pensamentos melhores e os melhores alexandrinos, a imagem atravancadora de Napoleão, o Grande. Nós hoje também podemos murmurar com impaciência – «*Lui, toujours lui!...* Ele, sempre ele!» – perante esse outro imperador que ainda não venceu a batalha de Marengo, nem a de Austerlitz, e que todavia, em meio de todos os problemas sociais, morais, religiosos, políticos e económicos que nos devoram, tão estranha e ruidosa expansão dá à sua individualidade e tão confiadamente a arremessa através dos nossos destinos, que ele próprio se tornou um Problema Europeu – e ocupa tanto o nosso pensamento como o socialismo, a evolução religiosa, ou a crise capitalista! Talvez mais – e o mesmo Sr. Renan, cuja alma, pelo exercício constante do cepticismo, ganhou a impermeabilidade e a doce indiferença de uma cortiça, para quem toda a vaga é embaladora e boa, declara na sua derradeira epístola aos incrédulos, que só lhe pesa morrer (e pelas suas confissões bem sabemos quanto a vida lhe corre deliciosa e perfeita!) por não poder assistir ao desenvolvimento final da personalidade do imperador da Alemanha!

Com efeito, desde que subiu ao trono, Guilherme II, imperador e rei, ainda não deixou de atrair e reter sobre si a curiosidade do mundo, uma curiosidade divertida e arregalada de público que espera surpresas e lances – como se esse trono da Alemanha fosse na realidade um palco vistosamente ornado no centro da Europa. E esta é até agora a obra pitoresca de Guilherme II – o ter convertido o trono dos Hohenzollerns num palco onde ele constantemente e soberbamente se exibe com caracterizações inesperadas. Bem pode, pois, o sentimental heresiarca da *Vida de Jesus* lamentar que a morte lhe não consinta assistir, no quinto acto, à solução deste imperador problemático! Pois que, por ora, neste primeiro acto de três anos, desde que ele trilha o seu palco imperial, Guilherme II, pela diversidade e multiplicidade das suas manifestações, só tem revelado que existem nele, como outrora em Hamlet, os germes de homens vários, sem que possamos preconceber qual deles prevalecerá, e se esse, quando definitivamente desabrochado nos espantará pela sua grandeza ou pela sua vulgaridade. Realmente neste rei quantas encarnações da realeza!

Um dia é o Rei-Militar, teso perpetuamente sob o casco e a couraça, ocupado somente de revistas e manobras, colocando um render-da-guarda acima de todos os negócios de Estado, considerando o sargento-instrutor como a unidade fundamental da Nação, antepondo a disciplina do quartel a toda a lei Moral ou da Natureza, e

---

[15] Guilherme II subiu ao trono após a morte do pai, o imperador Frederico III, que reinou apenas durante alguns meses no ano de 1888. Tendo exercido grande influência na política do Imperador, começou por reforçar seu poder rompendo com o fundador desse sistema, o chanceler Otto Von Bismarck (1871-1890), a quem impôs a demissão. Depois de ganhar a inimizade da Rússia ao recusar-se a prolongar o tratado sobre segurança mútua, a fim de garantir à Alemanha a hegemonia nas relações internacionais, iniciou uma agressiva política naval e colonial (1896-1897) que despertou o receio da Inglaterra e da França. Criou-se um conflito com os britânicos devido a suas declarações a favor dos **bôeres** (descendente dos colonizadores holandeses da República da África do Sul), e sua política em Marrocos (desembarque em Agadir, em 1905) reforçou a aliança da França com a Inglaterra e a Rússia. As pretensões de aproximação da Rússia e de entendimento com a Grã-Bretanha sobre a política naval fracassaram. Em consequência da crise internacional provocada por suas declarações ao Daily Telegraph, em 1908, Guilherme II procurou manter-se em segundo plano, o que não o impediu de apoiar os preparativos para um conflito internacional, iniciado em 1912. Durante a Primeira Guerra Mundial, Guilherme II foi formalmente comandante supremo do exército quando, na realidade, era incapaz de coordenar estratégias de guerra. Depois do colapso militar de 1918, Guilherme II, a conselho de Hindenburg, fugiu para a Holanda, renunciando ao trono depois de o chanceler MaxVon Baden ter anunciado, no dia 9 de novembro, sua abdicação sem o consultar. (www.kiva.org acessado em 19/04/2009).

concentrando a glória da Alemanha na hirta precisão com que marcham os seus galuchos. E subitamente despe a farda, enverga a blusa, e é o Rei-Reformador, só atento às questões de capital e salário, convocando com fervor congressos sociais, reclamando a direcção de todos os melhoramentos humanos, e decidindo penetrar na história abraçado a um operário como a um irmão que libertou. E logo a seguir, bruscamente, é o Rei de Direito Divino, a Carlos V ou a Filipe-Augusto, apoiando altivamente o seu ceptro gótico sobre o dorso do seu povo, estabelecendo como norma de todo o governo o *Sic volo sic jubeo*, reduzindo a «Suma Lei à vontade do Rei» e, certo da sua infalibilidade, sacudindo desdenhosamente para além das fronteiras todos os que nela não crêem com devoção. O mundo pasma – e de repente, ele é o Rei-de-Corte, mundano e faustoso, atento meramente ao brilho e ordem sumptuosa da Etiqueta, regulando as galas e as mascaradas, decretando a forma do penteado das damas, condecorando com a Ordem da Coroa os oficiais que melhor valsam nos *cotillons*, e querendo volver Berlim num Versailles donde emane o preceito supremo do cerimonial e do gosto. O mundo sorri – e repentinamente é o Rei-Moderno, o Rei-Século Dezenove, tratando de «caturra» o Passado, expulsando da educação as humanidades e as letras clássicas, determinando criar pelo parlamentarismo a maior soma de civilização material e industrial, considerando a fábrica como o mais alto dos templos, e sonhando uma Alemanha movida toda pela electricidade...

Depois, por vezes, desce do seu palco – quero dizer do seu trono – e viaja, dá representações através das cortes estrangeiras. E aí, desembaraçado da majestade imperial, que em Berlim imprime a todas as suas figurações um carácter imperial, aparece livremente sob as formas mais interessantes que pode revestir nas sociedades o homem de imaginação. A caminho de Constantinopla, singrando os Dardanelos, na sua frota, é o artista que em telegramas ao chanceler do império (em que assina *Imperator Rex*) pinta, numa forma carregada de romantismo e cor, o azul dos céus orientais, a doçura lânguida das costas da Ásia. No Norte, nos mares escandinavos, entre os austeros *fjords* da Noruega, ao rumor das águas degeladas que rolam por entre a penumbra dos abetos, é o Místico, e prega sermões sobre o seu tombadilho, provando a inanidade das coisas humanas, aconselhando às almas como única realidade fecunda a comunhão com o Eterno! Voltando da Rússia é o alegre Estudante, como nos bons tempos de Bonn, e da fronteira escreve para São Petersburgo ao marechal do palácio uma carta em verso, fantasistamente rimada, a agradecer o caviar e os *sandwiches* de *foie-gras* colocados no seu *wagon* como provido farnel de jornada. Em Inglaterra está em um luxuoso centro de sociabilidade, e é o *Dandy*, com os dedos faiscantes de anéis, um cravo enorme na sobrecasaca clara, borboleteando e flertando com a veia soberba de um D'Orsay!... – E subitamente, em Berlim, por alta noite, as cornetas soltam ásperos toques de alarme, todos os fios da Agência Havas estremecem, a Europa, assustada, corre às gazetas, e um rumor passa, temeroso de que «haverá guerra na Primavera»! Que foi? *No és nada*, como se canta no *Pan y Tóros*. É apenas Guilherme II que ressubiu ao seu palco – quero dizer ao seu trono.

O mundo perplexo, murmura: – «Quem é este homem tão vário e múltiplo? O que haverá, o que germina dentro daquela cabeça regulamentar de oficial bem penteado?» E o Sr. Renan, geme por morrer talvez antes de assistir como filósofo, ao desenvolvimento completo desta ondeante personalidade! Assim, Guilherme II se tornou um problema contemporâneo; – e há sobre ele teorias como sobre o magnetismo, a *influenza*, ou o planeta Marte. Uns dizem que ele é simplesmente um moço desesperadamente sedento da fama que dão as gazetas (como Alexandre o Grande que, em risco de se afogar, já sufocado, pensava no que diriam os Atenienses) e que, mirando à publicidade, prepara as suas originalidades com o método, a paciência e a arte espectacular com que Sara Bernhardt compõe as suas *toilettes*. Outros sustentam que há nele apenas um fantasista em desequilíbrio, arrebatado estonteadamente por todos os impulsos de uma imaginação mórbida, e que, por isso mesmo que é imperador quase omnipotente, exibe soltamente sem que nem uma resistência vigilante lhos coíba e lhos limite todos os desregramentos da fantasia. Outros, por fim, pretendem que ele é apenas um Hohenzollern em que se somaram e conjuntamente afloraram com imenso aparato

todas as qualidades de cesarismo, misticismo, sargentismo, bureaucratismo e voluntarismo que alternadamente caracterizavam os reis sucessivos desta felicíssima raça de fidalgotes do Brandeburgo...

Talvez cada uma destas teorias, como sucede felizmente com todas as teorias, contenha uma parcela de verdade. Mas eu antes penso que o imperador Guilherme é simplesmente um «*dilettante* da acção» – quero dizer, um homem que ama fortemente a acção, compreende e sente com superior intensidade os prazeres infinitos que ela oferece, e a deseja portanto experimentar e gozar em todas as formas permissíveis da nossa civilização. Os *dilettantes* são-no geralmente de ideias ou de emoções – porque para compreender todas as ideias ou sentir todas as emoções basta exercer o pensamento ou exercer o sentimento, e todos nós mortais podemos, sem que nenhum obstáculo nos coarcte, mover-nos liberrimamente, nos ilimitados campos do raciocínio ou da sensibilidade. Eu posso ser um perfeito diletante de ideias, modestamente fechado com os meus livros, na minha biblioteca: – mas se tentasse ser um *dilettante* da Acção, nas suas expressões mais altas, comandar um exército, reformar uma sociedade, edificar cidades, teria de possuir, não uma livraria, mas um império submisso. Guilherme II possui esse império; e hoje que se libertou da dura superintendência do velho Bismarck, pode abandonar-se ao seu insaciável diletantismo de Acção com a licença «com que o corcel novo (como diz a Bíblia) galopa no deserto mudo». Quer ele o gozo de comandar vastas massas de soldados, ou de sulcar os mares numa frota de ferro? Tem só a lançar um telegrama, fazer ressoar um clarim. Quer ele a delícia de transformar, nas suas mãos potentes, todo um organismo social? Tem só a anunciar «Esta é a minha ideia.» E lentamente a seus pés começará a surgir um mundo novo.

Tudo pode, porque governa dois milhões de soldados, e um povo que só zela a sua liberdade nos domínios da filosofia, da ética ou da exegese, e que quando o seu imperador lhe ordena que marche – emudece e marcha.

E tudo pode ainda porque inabalavelmente acredita que Deus está com ele, o inspira e sanciona o seu poder.

E é isto o que torna, para nós, prodigiosamente interessante o imperador da Alemanha: – é que, com ele, nós temos hoje neste filosófico século, entre nós, um homem, um mortal, que mais que nenhum outro iniciado, ou profeta, ou santo, se diz, e parece ser o íntimo e o aliado de Deus! O mundo não tornara a presenciar, desde Moisés no Sinai, uma tal intimidade e uma tal aliança entre a Criatura e o Criador. Todo o reinado de Guilherme II nos aparece assim como uma ressurreição inesperada do mosaísmo do *Pentateuco*. Ele é o dilecto de Deus, o eleito que conferencia com Deus na sarça ardente do *Schloss* de Berlim, e que, por instigação de Deus vai conduzindo o seu povo às felicidades de Canaã. É verdadeiramente Moisés II! Como Moisés, de resto; ele não se cansa de afirmar estridentemente, e cada dia, para que ninguém a ignore, e por ignorância a contrarie, esta sua ligação espiritual e temporal com Deus, que o torna infalível, e portanto irresistível. Em cada assembleia, em cada banquete em que discursa (e Guilherme é de todos os reis contemporâneos o mais verboso) lá vem logo à maneira de um mandamento, esta afirmação pontifical de que Deus está junto dele, quase visível na sua longa túnica azul dos tempos de Abraão, para em tudo o ajudar e o servir com a força desse inefável braço que pode sacudir através dos espaços os astros e os sóis como um pó importuno. E a certeza, o hábito desta sobrenatural aliança vai nele crescendo tanto que de cada vez alude a Deus em termos de maior igualdade – como aludiria a Francisco de Áustria, ou a Humberto, rei de Itália. Outrora ainda o denominava, com reverência, o Amo que está nos Céus, o Muito alto que tudo manda. Ultimamente porém, arengando com *champagne* aos seus vassalos da Marca de Brandeburgo, já chama familiarmente a Deus – «o meu velho aliado»! E aqui temos Guilherme & Deus como uma nova firma social, para administrar o Universo. Pouco a pouco mesmo, talvez Deus desapareça da firma e da tabuleta, como sócio subalterno que entrou apenas com o capital da luz, da terra e dos homens, e que não trabalha, ocioso no seu infinito, deixando a Guilherme a gerência do vasto negócio terrestre: – e teremos então apenas Guilherme & C.ª. Guilherme, com supremos poderes, fará todas as operações humanas. E «companhia»

será a fórmula condescendente e vaga com que a Alemanha de Guilherme II designará Aquele para quem todavia, segundo cremos, – Guilherme II e a Alemanha toda são tanto, ou tão pouco, como o pardal que neste instante chalra no meu telhado!

Um magnífico e insaciável desejo de gozar e experimentar todas as formas da Acção, com a soberana segurança que Deus lhe garante e promove o êxito triunfal de cada empreendimento – eis o que me parece explicar a conduta deste imperador misterioso. Ora, se ele dirigisse um império situado nos confins da Ásia, ou se não possuísse na Torre Júlia um tesouro de guerra para manter e armar dois milhões de soldados, ou se estivesse cercado por uma opinião pública tão activa e coercitiva como a de Inglaterra, Guilherme II seria apenas um imperador, como tantos, na história, curioso pela mobilidade da sua fantasia, e pela ilusão do seu messianismo. Mas, infelizmente, plantado no centro da Europa trabalhadora, com centenares de legiões disciplinadas, e povo de cidadãos disciplinados também e submissos como soldados – Guilherme II é o mais perigoso dos reis porque falta ainda ao seu diletantismo experimentar a forma da Acção mais sedutora para um rei, – a guerra, e as suas glórias. E bem pode suceder que a Europa um dia acorde ao fragor de exércitos que se entrechocam – só porque na alma do grande *dilettante*, o fogoso apetite de «conhecer a guerra», de gozar a guerra sobrepujou a razão, os conselhos e a piedade da Pátria. Ainda há pouco, de resto, ele assim o prometia aos seus fiéis solarengos do Brandeburgo: – «Levar-vos-ei a belos e gloriosos destinos». Quais? A várias batalhas decerto, onde triunfarão as Águias germânicas... Guilherme II não o duvida – pois que tem por aliado, além de alguns reis menores, o Rei Supremo do Céu e da Terra, combatendo entre a Landwehr alemã, como outrora a Minerva Ateneia, armada de diamante, combatia contra os bárbaros em meio da falange grega.

Esta certeza da aliança divina!... Nada pode dar mais força a um homem, na verdade, que uma tal certeza, que quase o diviniza. Mas, também, a que riscos ela arrasta! Porque nada pode fazer tombar mais fundamente um homem do que a evidência, perante a crua contradição dos factos, de que essa certeza era apenas a quimera de uma desordenada fatuidade. Então verdadeiramente se realiza a queda bíblica do alto dos céus. Houve um povo que se proclamava outrora o Eleito de Deus: mas apenas se provou que Deus não o elegera, nem o preferia a outro, por isso que o abandonava desdenhosamente – foi desmantelado com incomparável furor, disperso e apedrejado por todos os caminhos do mundo, e encurralado em *ghettos* onde os reis lhe estampavam sobre a casa e sobre a campa uma marca como a que se estampa sobre a moeda falsa.

Guilherme II corre este lúgubre perigo de cair nas Gemónias. Ele assume hoje temerariamente responsabilidades, que em todas as nações estão repartidas pelos corpos de Estado – e só ele julga, só ele executa porque é a ele, e não ao seu Ministério, ao seu Conselho, ao seu Parlamento, que Deus, o Deus de Hohenzollern, comunica a inspiração transcendente.

Tem portanto de ser infalível, e de ser invencível. No primeiro desastre ou lhe seja infligido pela sua burguesia ou pela sua plebe nas ruas de Berlim, ou lhe seja trazido por exércitos alheios numa planície da Europa, a Alemanha imediatamente concluirá que a sua tão anunciada aliança com Deus era uma impostura de déspota manhoso ou transviado.

E não haverá, então, da Lorena à Pomerânia pedras bastantes para lapidar o Moisés fraudulento! Guilherme II está na verdade jogando contra o destino esses terríveis «dados de ferro», a que aludia outrora o esquecido Bismarck. Se ganha dentro e fora da fronteira, poderá ter altares como teve Augusto (e de facto também Tibério). Se perde é o exílio, o tradicional exílio, em Inglaterra, o cabisbaixo exílio, esse exílio que ele hoje tão duramente intima àqueles que discrepam da sua infalibilidade.

E não se mostraram já os prenúncios vagos do desastre? O grande imperador há dias recebeu apupos nas ruas de Berlim. As plebes desconfiam de Guilherme e do seu Deus. E (sinal temeroso) os pensadores e os filósofos que foram sempre, na muito intelectual Alemanha, os formidáveis esteios do despotismo militar dos Hohenzollerns, começam a amuar com o trono, e a retroceder, pelos caminhos vagarosos do liberalismo, para o povo e para a justiça social de que ele tem a consciência ainda tumultuosa mas

> exacta. Onde estão os tempos em que Hegel considerava a autocracia prussiana quase como uma parte integrante da sua filosofia e da ordem do Universo? Onde estão as admirações de Herbart pelo «Estado concentrado no Soberano»? Onde estão esses altos entendimentos ensinando nas Universidades que a suma da sapiência política na Prússia era – «Deus salve o Rei»? Onde estão esses louvores ao direito divino dos Hohenzollerns, cantados por Strauss, por Mommsen, por Von Sybel? Tudo passou! A metafísica rosna descontente. Das duas grossas pedras angulares da monarquia prussiana, o filósofo e o soldado, Guilherme II hoje só tem o soldado: – e o trono, sobrecarregado com o imperador e o seu Deus, pende todo para um lado que é talvez o do abismo...
>
> Conseguirá o filósofo persuadir o soldado a sacudir por seu turno o peso sob que geme e mesmo sob que sangra, e serão verídicas as acusações do príncipe Jorge de Saxe? O soldado sai do povo, e sabe ler. E se, como a Alemanha toda afirmou, foi o mestre-escola quem venceu em Sadowa e em Sedan – é talvez ele ainda, com o seu novo livro e a sua nova férula que vencerá em Berlim.
>
> O Sr. Renan tem, pois, razão, grandemente: e, nada mais atractivo neste momento do século de que assistir à solução final de Guilherme II. Dentro de anos, com efeito (que Deus faça bem lentos e bem longos) este moço ardente, imaginativo, simpático, de coração sincero, e talvez heróico, pode bem estar, com tranquila majestade, no seu *Schloss* de Berlim gerindo os destinos da Europa, ou pode estar, melancolicamente, no Hotel Metrópole em Londres, desempacotando da maleta do exílio a dupla coroa amolgada da Alemanha e da Prússia.

A crônica sobre Guilherme II mostra que Eça de Queirós usou "óculos especiais" para focalizar o personagem-alvo da notícia. Por meio da adjetivação abundante, apresenta ao leitor traços de Guilherme II, a ponto de se formar uma imagem viva, concreta e, assim, construir o perfil que o autor deseja que se tenha dessa personagem. A narrativa cumpre o papel de desnudar, criticamente, a imagem de um imperador russo.

Na elaboração desta crônica caricatura, Eça desenvolve dois níveis da narrativa jornalística: utilizou-se do "[...] materialismo histórico e da teoria do discurso [...]" (BRANDÃO, 1998, p. 32), quando lança mão de estratégias discursivas para afirmar um posicionamento ideológico das pessoas e dos fatos.

O autor posiciona-se como um sujeito histórico que apreende um material histórico e o remete a um discurso, cujos elementos estão calcados no social, nas ideologias, na história. Nesse sentido, o discurso sofre transformações para se integrar a cada situação da vida humana. Ao proceder a adequação do discurso ao materialismo histórico, a característica de informatividade do texto de imprensa, se conflui com aspectos da imagem literária, multissignificativa. Há, no texto, uma abundante adjetivação que cumpre o papel de ironizar a personagem-foco. A ironia salta aos olhos do leitor quando lê, no texto, trechos de descrição de uma personagem instável vaidosa, fútil, fraca; porém, Eça a compara a Deus:

> [...] Outrora ainda o dominava, com reverência, o Amo que está nos Céus, o Muito alto que tudo manda. [...] já chama familiarmente a Deus – «*o meu velho aliado*»*! E aqui temos Guilherme & Deus* [...] (26 de abril de 1892)

Em todo o texto, Eça promove digressões ao descrever a personagem. Há, subjacente à exaltação, uma crítica contundente que dá leveza à narrativa. Narrado em 1ª pessoa, fato que aproxima o narrador e o leitor, Eça revela seu espírito crítico irreverente num texto em que predominam a caricatura e a sátira.

No texto "Ensaio e crônica", Afrânio Coutinho (2003, p. 121) apresenta uma definição de crônica se que coaduna com o estilo do texto eciano: "Gênero literário de prosa ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades do estilo, e a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de jatos miúdos e sem importância ou críticas de pessoas".

Assim, Eça dá mais importância às críticas reveladas no texto que aos fatos. O fato principal de cunho jornalístico, deste texto noticioso, é a aliança entre França, Inglaterra e Rússia, fato que teve a intermediação de Guilherme II.

Eça aproveita um fato histórico, político, que justifica a narrativa jornalística, e realça, caricaturalmente, a personagem-centro, por meio de estratégias discursivas literárias, entre as quais se destacam:

1) Expressões explicativas

> Depois, por vezes, desce de seu palco - *quero dizer* do seu trono e [...]
>
> E apenas Guilherme II que ressubiu ao seu palco, *quero dizer*, ao seu trono.
>
> [...] e simplesmente um diletante da ação – *quero dizer*, um homem que [...].
>
> As expressões explicativas (quero dizer) são utilizadas para ratificar, ironicamente, a figura do rei cujo trono foi retratado como "palco", local de espetáculos e não de governar. Trata-se de um rei que governa de modo medíocre, superficial.

2) Elaboração de juízo de valores

> [...] – eis o que me parece explicar a conduta deste *misterioso*.
>
> Mas, infelizmente, *plantado no centro da Europa* trabalhadora [...].
>
> Guilherme II é *o mais perigoso dos reis*, [...].

3) Uso abundante de reticências e orações exclamativas e interrogações

> "Lui, TOUJOURS LUI!... – Ele, sempre ele!..."
>
> [...]e sonhando umaAlemanha movida toda pela eletricidade...

Quem é este homem tão vário e múltiplo?

O que haverá, o que germina dentro *daquela cabeça regulamentar* de [...] ?

Realmente, nesse rei, quantas *encarnações da realeza*!

[...] bem sabemos quanto a *vida lhe corre deliciosa e perfeita*!

Esses recursos da língua permitem ao leitor ser um coescritor do texto; pois são aberturas de espaço para provocações ao leitor. Favorecem a estética da recepção.

4) Adjetivação excessiva

O uso do adjetivo delata a real figura de Guilherme II.

A adjetivação excessiva é uma das principais características da produção de Eça de Queirós utiliza o adjetivo e as locuções adjetivas como um jogo que "tece" as palavras do texto e forma um mosaico de ideias e alegorias, tornando o leitor um vidente dos fatos e das personagens.

No texto em questão, há trechos em que Eça apresenta um imperador *fraco, vaidoso, incapaz.* Porém, utiliza, ironicamente, essa característica e atribue-lhe os adjetivos: *messiânico, alegre estudante, inteligente, místico* e *divino*.

A atribuição dessas qualidades ao Rei Guilherme empresta-lhe, ironicamente, uma realidade moral de grande efeito pitoresco.

5) Inferências subjetivas

> [...], todavia, em meio de todos os problemas sociais, morais, religiosos, políticos e econômicos que nos devoram, tão estranha e ruidosa expansão se dá a sua individualidade e tão confiadamente a arremessa através de nossos destinos, que *ele próprio se tornou Problema Europeu* [...].
>
> O mundo pasma - *e, de repente, ele é Rei da Corte*, mudando e Faustoso, atendo meramente ao brilho e ordem sumptuosa da etiqueta. [...]
>
> O mundo perplexo murmura: Quem é este homem *tão vário e múltiplo*? O que haverá, *o que germinara dentro daquela cabeça regulamentar de oficial bem penteado*?

As inferências de Eça compõem um rei vaidoso, preocupado com a aparência e que, de repente, foi proclamado rei, tornando-se um problema para toda a Europa.

O uso de expressões explicativas, elaboração de juízos de valor, uso abundante de reticências, orações exclamativas e interrogações e adjetivação excessiva revelam a habilidade que o autor possui para trabalhar os recursos da língua e compor narrativas inusitadas.

Nota-se que há, neste texto, elementos da narrativa que realçam a confluência entre jornalismo e literatura. Como já exposto, as características dos textos jornalísticos e os níveis de narrativa jornalística com informações sobre o rei estruturam este texto numa perfeita simbiose com aspectos da linguagem literária e da jornalística.

Quanto às características da crônica, presentes no texto, podem-se destacar:

- a subjetividade com foco na primeira pessoa;
- o estilo entre o oral e o literário;
- a ligação de um fato que detém uma carga de conhecimento compreensível para o leitor da época;
- a conjugação de texto e contexto: momento histórico europeu.

Outra característica bastante presente no texto é a emissão de juízos de valor sobre os fatos. Eça faz comentários críticos, abusa da ironia. Convida o leitor a dialogar com o autor, por meio dos questionamentos dirigidos a quem lê o texto.

O segundo texto que apresenta características da linguagem da caricatura é "Carnot", publicado em 1894.

O texto completo, elaborado por Eça, encontra-se, abaixo, para melhor confirmação das afirmativas desta análise.

Carnot [16]

[20 de julho de 1894]

> O presidente Carnot foi assassinado em Lião.(Lyon) Para desde logo caracterizar este contrasenso sangrento, eu deveria dizer que o presidente Carnot foi inverossimilmente assassinado em Lião.
>
> Com efeito! Que rara inverossimilhança!
>
> O mais inocente, o mais legal, o mais irresponsável, o mais impessoal dos chefes de Estado, morrendo de uma punhalada, como César, como Henrique IV ou como Marat!
>
> Carnot saía, às nove horas da noite, do banquete que lhe oferecera a municipalidade de Lião para assistir, no *Grand-Théâtre*, a uma representação de gala.
>
> O seu *landau*, aberto e desprotegido, rolava vagarosamente por entre uma multidão que o aclamava no fulgor das ruas iluminadas. Um homem, trazendo numa das

[16] Marie François Sadi Carnot nasceu em 11 agosto de 1837, em Limoges, e morreu em 25 de junho de 1894, Lyon. Era mais frequentemente chamado Sadi Carnot. Foi um político Francês cuja carreira culminou com a passagem pela presidência da República de 1887 a 1894. Filho de Lazare Hippolyte Carnot, neto de Lazare Carnot. Era de uma família famosa. Em Lyon, dia 16 de agosto de 1894, foi apunhalado até a morte, dentro de sua carruagem, pelo anarquista Sante Geronimo Caserio. Seus restos mortais repousam no Panteão de Paris junto aos de seu avô.

mãos um ramo de flores e na outra um papel enrolado à maneira de um requerimento, saltou bruscamente, e como um gato, sobre o rebordo do *landau,* tocou no peito do presidente com as flores ou com o papel. O *maire* de Lião, sentado em frente de Carnot, ainda atirou, com o punho, uma pancada à cabeça do homem, que fugira, e que alguém na turba imediatamente filara, por instinto, como um ladrão. Tanto o *maire* de Lião como aqueles mais próximos, que tinham entrevisto num relance o salto mudo e felino, pensaram que o homem se arremessava sobre o presidente para «lhe arrancar e lhe roubar a placa de diamantes da Legião de Honra»! E esta ideia, a primeira, como a mais natural, que a todos acudiu, perfeitamente define o presidente da República. Carnot era desses homens que se não supõe que possam ser acometidos – senão para serem roubados.

Ele não tinha inimigos. Não tinha mesmo adversários – porque não representava um partido e muito menos um princípio. A Constituição reduzira a sua autoridade a uma sombra incerta e ténue; e essa mesma parcela de autoridade ele a exerceu sempre com uma reserva que a muitos parecia indiferença e a outros nulidade. Carnot passou a sua presidência constantemente torturado e peiado pelos escrúpulos pungentes da Legalidade. Decerto tinha os seus gostos e as suas preferências – mas eram preferências de homem por homens, e nunca por ideias. Estas mesmas preferências por estadistas do seu tipo, discreto e neutro, como M. Loubet, Tirard e outros, tantas vezes lhe foram censuradas pelas oposições extremas, que ele terminou por imolar dentro de si esta derradeira e modesta expressão da sua força pensante. Foi então que ganhou a reputação fantasista de «ser de pau». A sua vontade imóvel ou imobilizada traduzia-se na rigidez hirta da sua atitude. Quase não ousava mover um braço com receio de magoar um artigo da Constituição. Quando muito saudava e sorria. Assim pelo menos o pintavam os caricaturistas e os cancionistas. E se a história da sua presidência fosse mais tarde estudada nestas obras ligeiras do humorismo parisiense, elas dariam a ideia de um chefe de Estado cujos únicos actos históricos foram saudar e sorrir. Carnot não era mais que a imagem ornamental e simbólica da República, como essa estátua de ouro da Vitória, que protegia o Império Romano. E o partido político, que com um fim político assassinasse este chefe, seria tão insensato como uma tripulação revolta que, querendo apoderar-se de um navio para lhe dar um rumo novo, decepasse expressamente e furiosamente a figura de pau esculpida na proa.

Por isso o crime de Lião foi logo, e sem outro exame, atribuído ao anarquismo; – porque só os anarquistas hoje, nesta nossa civilização raciocinadora, utilitária, conservam, como os selvagens, a ferocidade pueril de cometer crimes inúteis. São eles que, para destruir todo o capital opressor, arrasam um prédio qualquer de três andares, e para demolir a burguesia autoritária matam a estilhas de bomba alguns empregados do comércio sentados num café a beber *bocks*. Os seus crimes nem somente são inúteis – são ainda contraproducentes, porque vão formidavelmente fortalecer tudo quanto eles querem destruir e indefinidamente retardam todos os progressos que eles pretendem com ânsia precipitar. Esta seita, que tem por princípio a supressão de toda a autoridade, tornou-se assim uma estúpida e inconsciente fautora do abuso da autoridade. E chegou a um ponto, que o anarquismo parece ser secretamente assalariado pelo despotismo.

O assassino de Carnot ainda se não confessou anarquista; de facto ainda não descerrou os lábios senão para rosnar algumas indicações de naturalidade e residência, numa rude algaravia incompreensível, que não é francês nem italiano, e que se não sabe mesmo se é natural, se fingida. Mas desde logo a conclusão geral foi que havia ali um anarquista – porque só um anarquista, com aquele obtuso fanatismo que dementa a seita, poderia esquecer quanto o assassinato de um chefe de Estado, tão legal e irresponsável como Carnot, iria, pela natural irrupção de cólera e dor, pela unanimidade de simpatias acumuladas em torno da França e do seu Governo, pelo sentimento do perigo despertado em todos os outros chefes de Estado, exacerbar por toda a parte a reacção e a perseguição, não só contra o anarquismo, mas contra os partidos avançados e de ideias justas, de que ele é o filho bastardo e celerado. Mais que nunca, desta vez o anarquismo trabalhava furiosamente contra essa liberdade de que pretende ser a expressão suprema e perfeita; –

e a sua arma não era mais do que uma nova e ensanguentada ferramenta posta, por ele, de noite, nas mãos da burguesia capitalista.

Anarquista ou não, porém, esse rapaz misterioso, que permanece mudo num cárcere de Lião, fez, se não uma daquelas «vítimas de eleição» de que falam os Evangelhos, uma vítima que todos os homens de bem podem lamentar com mágoa pura e sem mescla doutro sentimento. Carnot foi por excelência o magistrado íntegro.

Sem nenhuma das qualidades brilhantes de espírito ou vida que cativam os lados imaginativos da raça francesa, ele foi todavia popular, e, apesar dos leves sorrisos que provocava o seu feitio exageradamente empertigado, o mais popular talvez de todos os chefes de Estado nestes últimos cinquenta anos em França. E a razão é que ele encarnava admiravelmente todos os outros lados do temperamento francês, os do bom senso positivo, da prudente moderação, do trabalho zeloso, da probidade e da veneração pela Lei. Todos estes traços de carácter se encontram em França principalmente na burguesia provincial; por isso Carnot era sobretudo querido nas províncias, e se podia considerar como um presidente não parisiense, mas provinciano, o que constitui, para quem conhece Paris, um dos seus méritos, se não o seu mérito maior. Decerto para a sua popularidade concorreram três grandes factos que ele pessoalmente não criou, mas a que soube presidir com perfeita dignidade e tacto: – a supressão do boulangismo, último fermento do espírito cesarista; a Exposição Universal de 1889; e a aliança ou festas aliadas da Rússia e França. Todos estes acontecimentos, de resto, se prendiam com aquela ordem de preocupações que nele eram mais vivas, a da grandeza material da França e do seu predomínio social na Europa. Peiado, travado pelos seus escrúpulos de legalidade, em tudo o que se relacionava com a política interna (ao contrário de Grévy que só se interessava pelo parlamentarismo e pelos seus episódios) era para as relações exteriores da França, para a sua situação e glória na Europa, que Carnot dirigia, se não uma franca iniciativa, ao menos aquela porção de iniciativa secreta de que se considerava ainda legalmente senhor. E aí os seus serviços foram reais e eminentes, porque, se não teve em política externa dessas ideias seguidas, novas ou fortes, que outrora quando havia reis se chamavam «as grandes ideias do reinado», mostrou na sua conduta de chefe de Estado, exposto à observação das chancelarias europeias, tanta correcção e prudência pacífica e sentimento da grandeza nacional, que fez acreditar à Europa numa França tão digna, tão prudente, tão pacífica e tão forte na consciência da sua grandeza, como se mostrava o chefe que ela escolhera. Por esse lado Carnot foi um valioso cooperador da confiança da França em si mesma e da paz em toda a Europa.

Particularmente era o mais excelente dos homens – afável, caritativo, leal, clemente, cultivado.

A multidão que o via sempre tão teso, metido numa casaca que parecia de ferro, com a barba muito negra e dura, a barra vermelha da Legião de Honra destacando sem um vinco no peitilho rígido, tendia a pensar que tudo, no homem interior, era também seco, rígido, duro.

A multidão consideravelmente se enganava. Carnot era um brando, quase um sentimental.

Há assim destas figuras de madeira, que vivem por dentro de uma vida ignorada, que é cheia de sensibilidade e de calor afectivo.

Um jornal que sempre incondicionalmente o honrou, e que costuma pôr nas suas palavras uma sisudez ponderosa, e mesmo solene, o *Temps***,** resume o elogio fúnebre de Carnot afirmando que ele era *un brave homme*. A expressão assim, isolada, pode parecer familiar, talvez rasteira, mesmo laivada de vago desdém. Mas quando junta a todas as outras que definem o seu carácter público, logo se sente que esta as completa, as embeleza e espalha sobre elas como um indefinido perfume de bondade e doçura, sem as quais nunca há verdadeira superioridade moral. E Carnot, ele próprio, na lista extensa das suas virtudes íntimas e cívicas, apreciaria, mais que todas, esta, que tem um feitio tão simples, de *brave homme*. Na sua vida, na sua alta magistratura, foi sempre um *brave homme*.

> E isto no chefe eleito de uma democracia é talvez a melhor condição – porque dos grandes génios vêm por vezes grandes males, e nunca vem senão bem de uma bondade honesta e grave.

O trecho em que descreve Carnot e seu funeral é permeado por momentos líricos, figuras de linguagem e muitos outros recursos estilísticos que merecem destaque. Fica bem explícita a intenção de Eça nestes textos: captar toda a sensibilidade do leitor e elaborar um "retrato vivo" da personagem, por meio de uma caricatura com velada crítica.

Eça não poupou nem a multidão que acompanhou o funeral de Carnot.

> [...] atrás de um cortejo, e também funerário, se vê *um personagem de cornos de pés de bode, que, todo torcido, com rabo vexadamente metido entre as pernas peludas, vem rosnando e roendo as unhas* numa evidente mostra de humilhação e rancor. *É o diabo*.

A zoomorfização da multidão que acompanha o funeral revela um posicionamento crítico ferino. Eça não se omite quando quer expressar opinião negativa do contexto social. "Eça aplica frequentemente esta evocação zoológica na sua descrição do ser humano" (DA CAL, 1969, p. 175).

Embora com fortes traços de subjetividade, os textos de imprensa do autor revelam, também, características específicas da narrativa jornalística, entre as quais se destacam:

1) A informatividade

> O presidente Carnot foi assassinado em Lyon
>
> Carnot saía, às nove horas da noite, do banquete que lhe oferecera a municipalidade de Lião para assistir, no *Grand-Théâtre,* a uma representação de gala.
>
> [...] Um homem, trazendo numa das mãos um ramo de flores e na outra um papel enrolado [...] saltou bruscamente, [...] sobre o rebordo do *landau,* tocou no peito do presidente com as flores ou com o papel.
>
> O assassino de Carnot ainda não se confessou anarquista; [...]
>
> Paris inteiro [...] desceu à rua.

2) Elementos da narrativa jornalística

- Quem? Presidente Carnot.
- O quê? Assassinato do Presidente.
- Quando? 9 horas da noite.

- Onde? Lião.
- Como? Um homem saltou, bruscamente sobre o rebordo do *landau*.

O tom das palavras do texto resvala entre o consternado e o irônico, entre o louvor e o escárnio. Porém, Eça conduz a narrativa, inteligentemente, num equilíbrio verbal que se torna difícil saber se Eça elogia ou deprecia o morto.

> Ele não tinha inimigos. Não tinha mesmo adversários – porque não representava um partido e muito menos um princípio. A constituição reduzira a sua autoridade a uma sombra incerta e tênue [...].

Recorrendo a esse mesmo recurso, Eça continua:

> [...] Quase não ousava mover um braço com receio de magoar um artigo da Constituição.
>
> [...] Carnot não era mais que a imagem ornamental e simbólica da República, como essa estátua de ouro da Vitória, que protegia o Império Romano.

A comparação a uma imagem de ouro, não poupa o rei de críticas pejorativas: o rei era imóvel como uma estátua.

Eça, no texto "Carnot", cumpre a missão de jornalista: "[...] observação da realidade e a descrição que é apreensível" (MELO, 2003, p. 63). Realmente, Eça faz a história, todavia, com ponderações subjetivas, expressões conotativas, juízos de valor. Esse encontro entre a informação e a apreciação subjetiva do fato ratifica o trabalho desta tese.

Retomar-se-á a observação de Medina (1978, p. 100): "É impossível tratar de ritmo narrativo sem se remeter à experiência-mãe de formulação verbal na ficção [...]".

O autor mistura a escrita do exterior (fato) com escritas íntimas. Demonstra, não apenas a importância do fato, como também, o seu próprio envolvimento. Nestes textos, mais uma vez, Eça de Queirós deixa transparecer, com realce, o lado literário, que sobrepõe o factual. Sobre essa ocorrência Traquina (2005, p. 138) cita:

> Se, nos anos 1890, os jornalistas raramente duvidaram da possibilidade de escrever realisticamente, nos anos de 1930 mesmo os jornalistas dedicados à objetividade reconheciam que a reportagem objetiva era, no fim das contas, uma metáfora fora do seu alcance – os perigos da subjetividade eram bem reconhecidos.

A subjetividade do estilo eciano transforma o leitor num coparticipante da narrativa. Em todos os textos há presença de **expressões exclamativas, interrogativas, reticências, interjeição** e, assim, marca sua subjetividade, seu espanto diante do ocorrido.

Este efeito da narrativa envolve o leitor e desperta o espírito inquiridor. A presença das exclamações, interrogações, interjeições reforçam a presentividade do autor. A esse respeito, destacam-se os seguintes:

> *Com efeito! Que rara inverossimilhança!*
>
> *Carnot morre com um requinte dramático que faltou a Cesar! Vede logo o cenário!*
>
> *Quem jamais a saberá e a contará em toda a sua miúda realidade?*
>
> *Logo no primeiro patamar há um embaraço angustioso!*
>
> *Oh! Esta sinistra fuga, para [...]*

Outra marca de subjetividade é a forte presença, no texto de Eça, de **termos valorativos**, típicos dos textos de imprensa com características da caricatura. Há uma construção ideológica de uma personagem instável psicologicamente: inocente, legal, porém irresponsável, impessoal; como se pode notar nos exemplos abaixo:

> O mais *inocente*, o mais *legal*, o mais *irresponsável*, o mais *impessoal* [...].

> Carnot foi, por excelência, o *magistrado íntegro* [...] Carnot foi um *valioso cooperador* da confiança na França, em si mesmo e da paz em toda a Europa.

Para desenvolver os elementos da narrativa jornalística: fato (o quê?), tempo (quando?), lugar (onde?), modo (como?), Eça não poupa derramamento emotivo em seus textos de imprensa.

No texto "Carnot", com o máximo de *impressionismo*; cria uma atmosfera de tristeza que, aos poucos, vai envolvendo o leitor.

> [...] *Que emoções*, com efeito, e tão atropeladas, tão desencontrada, desde essa manhã de segunda-feira em que cada um de nós foi *acordado quase violentamente* pelo seu criado [...], espalhando logo na penumbra da alcova um pouco de *assombro e do horror que invadira a cidade*. [...] – "O Sr. Carnot foi assassinado em Lião".

Um outro elemento da narrativa jornalística – "*como*" se desenrolou o fato –, é apresentado, seguindo o mesmo estilo dos elementos anteriores. Nota-se a presença da subjetividade e das estratégias semânticas quanto ao uso das expressões "*lhe enterrou um punhal no ventre*" e "*das camadas escuras do proletariado esfaimado"*, as quais revelam a crítica contundente que está sempre presente na linguagem eciana.

> E de repente a majestade da França cai para cima das almofadas do coche, com a face descomposta, lívida! Foi qualquer, surdindo das profundidades da plebe [...] que, num relance, lhe *enterrou um punhal no ventre*. [...] E que vem debaixo, de longe, de muito longe, *das camadas escuras do proletariado esfaimado*.

Nessa perspectiva em promover o encontro entre o real (fato verídico) e o ficcional (imaginação), em Da Cal (1969, p. 71) encontra-se a seguinte observação:

> Outra característica psíquica de Eça que transparece constantemente através de seu estilo é uma *sensibilidade sensorial*, que se atinge o voluptuoso. É evidente nele o predomínio das sensações físicas – e das psíquicas que delas derivam imediatamente sobre toda a classe de percepções. E não é somente na seleção e tratamento dos temas, mas também na eleição e no uso das imagens, inclusive no vocabulário que vemos manifestar imperativamente esse agudo sensacionalismo.

Eça explora todas as prerrogativas da linguagem literária para representar o real. Um dos recursos é a elaboração de **sensações voluptuosas**, conforme se observa nos trechos abaixo:

> Quando essa desejada porta se abria, dando passagem a algum general com *bacias ou panos ensangüentados*, todos, homens e senhoras se empurravam se esticavam para contemplar o chefe de estado no seu leito, ainda de casaca, ainda de grão-cruz com *o ventre nu, as pernas nuas*...

> Atrás dele, pelas ruas, desertas (segurando contam) só o acompanhou um fiacre com vadios e *mulheres nocturnas, fumando cigarros, de perna estendida.* Estranho remate de *noitada estróina* – [...]

Outro trecho inusitado é quando Eça narra, a chegada de Carnot ao céu com grande sensacionalismo impregnado de **sensações psíquicas**:

> Nos olhos pesados no espírito meio entorpecido, não restava por fim senão *a impressão dormente de um mudo e lutuoso perpassar de fato preto*. E aos olhos cansados, ao *espírito adormentado,* voltava, para *embotar mais a emoção* desta pompa [...].

> Esta multidão, tão *sobre-excitada interiormente* conservava todavia uma *compostura calma,* semelhante à de um público num teatro, [...].

Sobre o excesso de adjetivo na narrativa eciana, Da Cal (1969, p. 136) justifica que: "O adjetivo, foi assim, uma das suas involuntárias válvulas de escape. O uso personalíssimo que ele faz do adjetivo não cria nunca no leitor a sensação de estar assistindo a fatos relatados objetivamente [...]".

Em todo o texto, Eça confirma o objetivo deste trabalho: como jornalista da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, o autor não se desvencilhou da literatura. Não é exaustivo reafirmar que, em seus textos, os elementos da narrativa jornalística são desenvolvidos numa linguagem literária, subjetiva.

Não se pode encerrar a apresentação dessas duas caricaturas sem destacar a principal característica eciana: *sátira e ironia.* O espírito irônico e satírico de Eça é bem evidenciado nestes textos de imprensa, os quais descrevem, caricaturamente, duas eminentes personagens. Nesses textos apresentados, ressaltam mais uma vez, dois importantes aspectos da escrita de Eça: o crítico e o socioideológico.

a) crítico

No texto o Imperador Guilherme II, Eça, ironicamente, elabora um triste perfil do rei, utilizando expressões contraditórias. Em alguns momentos, o denomina de "*messiânico*", *artista, inteligente, místico,* compara-o *a Moisés*; em outros momentos afirma que o povo o julgava como "*fantasia em desequilíbrio*". Por duas vezes refere-se *ao trono como se fosse um palco.*

b) **socioideológico**

> *Mas, infelizmente*, plantado no centro da Europa trabalhadora, com centenares de legiões disciplinadas, *também submissos como soldados* – Guilherme II é o *mais perigoso dos reis* [...].

No texto "Carnot" continuam os trechos críticos e contundentes ao socialismo, num claro **posicionamento ideológico** contrário ao movimento dos socialistas, denominados por Eça de anarquistas.

> [...] Só os anarquistas, hoje, nesta *civilização raciocinadora, utilitária*, conservam, como os *selvagens*, a *ferocidade pueril* de cometer *crimes inúteis*. "Esta seita que tem por princípio a supressão de toda a autoridade, tornou-se assim uma *estúpida e inconsciente fautora do abuso da autoridade*".

> [...] *o anarquismo trabalhava, furiosamente* [...] e a sua arma não era mais do que uma nova e *ensangüentada ferramenta* posta, por ele, de noite, nas mãos da burguesia capitalista.

Sobre linguagem e ideologia Brandão (1998, p. 10-11) salienta: "Consequentemente, a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como um lugar em que a

ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar, precisa de uma materialidade".

Nos trechos citados, o posicionamento ideológico e crítico de Eça estão claramente materializados por meio da linguagem literária. Com base no analisado e exposto sobre os textos "Imperador Guilherme", "Carnot" é exemplificável a confluência entre jornalismo e literatura. O aspecto informativo do texto jornalístico está perfeitamente veiculado, por meio de uma linguagem literária, plurissignificativa. É a linguagem literária que dá vida, movimento aos fatos, os quais envolvem o leitor, novamente, numa áurea de presentividade.

4.1.3 Mudando o rumo da prosa

Nesta caminhada com Eça jornalista, o leitor é sempre surpreendido. Após a apresentação dos textos com características da caricatura, passa-se, agora, para os textos em que predominam os fatos históricos. Encontra-se, aqui, o jornalista ainda mais polêmico, inquiridor, político e criticoideológico. Eça pratica um dos objetivos do jornalismo, que é a informação de fatos históricos franceses, porém, mais uma vez, utiliza-se da linguagem literária, subjetiva.

Esses textos, cujos resumos constam no início deste capítulo, foram analisados com os mesmos objetivos já expostos: demonstrar a confluência entre a linguagem jornalística dos textos de imprensa e a linguagem literária, cujo domínio, em Eça, é exemplar. Como já citado, esse encontro se realiza pelo gênero textual da crônica e pelas estratégias discursivas desenvolvidas pelo autor.

A metodologia, comentada na Introdução da tese, consistiu em pesquisa investigativa sob o prisma da linguagem e estrutura do jornalismo, das características do texto literário e, ainda, sob a ótica da linguística que trata o sentido do texto com uma visão socioideológica da linguagem.

Nesse sentido, Gregolin (2003, p. 97) declara: "O que os textos de notícias oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta".

Assim, cada aspecto enfocado foi analisado em todos os textos escritos por Eça na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, independentemente da data de publicação.

Devido ao recorte que se procedeu nos textos de imprensa de Eça, o estudo ficou delimitado entre 1892 a 1894. Embora este trabalho tenha privilegiado os textos de imprensa

de Eça de Queirós, este estudo tem a pretensão de referendar a indissociabilidade entre Eça literato e Eça jornalista. Eça jornalista, de apurado senso crítico, ideológico, é o mesmo Eça autor de imemoráveis obras literárias, cujo estilo foi copiado por muitos escritores brasileiros.

Há estudos sobre os textos de imprensa de Eça que os classificam como ensaio ou artigos opinativos. Neste trabalho, optou-se por estudá-los como crônicas, conforme declara o próprio Eça no texto “Paris e Londres”: “O aniversário da Comuna – Flaubert: [...] – creio que devo começar esta crônica, falando de Paris [...]”.

A afirmativa de Reis (2002), citada na Introdução deste trabalho, é facilmente encontrada na análise destes textos de imprensa de Eça. Só é possível compreender profundamente as obras de ficção de Eça quando se lê e se reflete sobre os textos de imprensa que ratificam, com maior densidade, o Eça polêmico da ficção.

Conforme Reis (2002), não importa a modalidade de texto apresentada por Eça. O autor leva o leitor a realizar uma imersão na atmosfera da realidade articulada com o mundo ficcional. Desse modo, qualquer estratégia narrativa adotada, contempla o leitor com um lirismo perene. O trabalho de Eça com a palavra torna-a elemento verbal básico, suscetível de evocar conceitos, valores e ideologias.

> Para Bakhtin, a palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela plurivalência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação de elogios retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes, pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. (BRANDÃO, 1998, p. 10).

Como o objetivo maior deste trabalho é resgatar um Eça cujas palavras, em seus textos de imprensa, constituem uma rede de posicionamento ideológico e são dotadas de plurissignificação, ter-se-á, como escopo de análise, além dos teóricos já citados na Introdução, algumas considerações sobre o estilo eciano apontadas por Guerra Da Cal, conceitos sobre astúcias da enunciação, de Fiorin, concepções sobre a linguagem expressas por Bakhtin, além de outros estudiosos que tratam sobre língua e ideologia.

4.2 Discurso Queirosiano em Textos de Imprensa: realidade e linguagem literária

É certo destacar que uma das qualidades mais preciosas da arte da escritura é a união entre a realidade e a linguagem literária. Eça demonstra nos textos, mesmo sendo para a imprensa, uma maneira peculiar de revelar a realidade que aparece numa atmosfera incrível de sensibilidade sensorial. Os fatos históricos reais são envoltos numa linguagem literária que, às vezes, os embaça e, em outras, os torna mais realistas, contundentes.

Para referendar essas afirmativas, foram destacados aspectos marcantes do discurso queirosiano, conforme apresentação dos mesmos, na introdução do item 4.1, "Universo da análise".

4.2.1 Adjetivação

Um dos aspectos significativos do discurso de Eça é o processo da adjetivação. Nos textos em análise, o factual da notícia torna-se mais real. O signo linguístico atinge o poder da humanização e tem-se a palavra "revelação", ou seja, cada adjetivo exposto traz um mundo de significados contextuais. Este processo não só amplia o fato, como também, revela o posicionamento do autor diante do ocorrido. É a adjetivação que plasma na memória do leitor, os momentos mais marcantes dos acontecimentos.

Embora em todos os textos de Eça a adjetivação seja constante, foram selecionados alguns textos em que o processo é mais significativo.

Tem-se, então, em "O 14 de Julho. Festas Oficiais. O Sião" (13/08/1893), "A França e o Sião" (20/08/1893), "As eleições na França. A Itália e a França" (27 e 28/09/1893) e "As relações entre a França e a Rússia" (26/11/1893) os seguintes trechos:

> Outrora, quando os costumes internacionais eram mais *doces e complacentes*, [...] (A França e o Sião)

> [...] o Sol também amuou e o Horizonte todo apareceu *colgado de longas e fuscas nuvens de crepe.* (As relações entre a França e a Rússia)

> É a França enfim que está na *deliciosa posse* destes afrontos, que saboreiam a *preciosa felicidade* [...] (O 14 de Julho. Festas Oficiais. O Sião)

> [...] e os povos orientais gozavam [...] de uma *feliz reputação*. (As eleições na França. A Itália e França”A França e o Sião)
>
> Na câmara não haverá senão *espíritos médios e planos* [...].
> *Torre airosa* donde voem asas. (As eleições na França. A Itália e a França)
>
> De resto, a Europa não está também estendida sobre *rosas festivas.* (As relações entre a França e a Rússia)
>
> O velho mundo é um *verdadeiro hospício*, onde o ar viciado pelas teorias se tornou *mortífero.* (As relações entre a França e a Rússia)
>
> Pachorrenta, alimentada a queijo e leite envoltos em *névoas emolientes* As relações entre a França e a Rússia)

Os adjetivos: **fuscas, nuvens de Crepes, costumes doces, preciosa felicidade, torre airosa, espírito médios e planos, rosas festivas, verdadeiro hospício e tornou-se mortífero**; provocam, no leitor, um clima etéreo. São trechos de exacerbada sensibilidade sensorial, cujo predomínio de imagens releva uma característica psíquica conforme afirma Da Cal (1969, p. 71): “Outra característica psíquica de Eça que transparece constantemente através de seu estilo é uma sensibilidade sensorial que atinge o voluptuoso”.

Seguindo este percurso, chamam a atenção o texto “O teatro dos acontecimentos” (4 e 5 de janeiro de 1894).

> Há uma *horrenda explosão* uma *nuvem de pó e de estilhas*, gritos, o tropel e tumulto de uma catástrofe.
>
> O teatro *dos acontecimentos* [...]

A expressão **teatro dos acontecimentos** é usada pela imprensa como eufemismo ao fato acontecido. Um palco teatral onde aconteceram várias encenações. Eça acrescenta “que é decerto um teatro ambulante”. Há uma alusão irônica, satírica, demonstrada por uma metáfora teatral. No trecho “Há uma horrenda explosão uma nuvem de pó e estilhas todo tropel e tumulto de uma catástrofe”, a transfiguração do acontecido eleva sua importância no contexto.

Destaque, também deve ser conferido ao texto “O 14 de Julho - Festas Oficiais - O Sião” (13 de agosto de 1893).

> Nunca tivemos, com efeito, um 14 de julho mais *silencioso*, mais *apagado*, mais *vazio*, mais *descontente*.

Da Cal (1969, p. 153) aponta a adjetivação nos textos de Eça como forte marca no estilo do autor: “A adjetivação de Eça expõe com grande evidência [...] algumas das características básicas de sua maneira estética de ver e conceber a realidade, assim como certos traços essenciais do seu temperamento”.

Este trabalho enfatiza e exemplifica a presença da adjetivação nos textos de imprensa de Eça como traço característico da subjetividade, do espírito crítico e irônico do autor. É pela adjetivação, como recurso de estratégias de linguagem que o leitor consegue uma interpretação do contexto histórico da época e do encontro do mundo físico com o mundo moral, social, humano. Esse processo de uso abundante dos adjetivos é uma das mais ricas formas de expressividade, que são um dos encantos do discurso queirosiano. É inegável que essa sequência de adjetivos provocou o encontro entre o físico e o etéreo, o intangível. Há um efeito sensorial fundamentado no fenômeno da prosopopeia bem elaborada. A matéria inerte ganha vida. Trata-se de uma adjetivação animista, com caráter sinestésico: 14 de julho *silencioso, descontente*.

O recurso estilístico da adjetivação, no texto, possui a missão de enfatizar o desinteresse do povo pelas festas oficiais. É uma crítica à falta de patriotismo do povo francês. Há subjacente a esse trecho a função jornalística de informar que o dia 14 de julho, na França, não foi comemorado pelos franceses, devido ao descontentamento com a República. Porém, com a estratégia literária da personificação a informação adquiriu valoração.

Merece também destaque o texto “A França e o Sião”, especialmente no trecho “Pessoalmente o rei é um homem *excelente, cultivado, afável, gracejador, bondoso.* É mesmo *bonito para siamês.”*, no qual Eça, ironicamente, faz uma descrição do rei de Sião por meio do contraste “É mesmo bonito, para siamês”. O adjetivo adquiriu uma característica de superlativação jocosa. O efeito cômico da caricatura é provocado pela adjetivação que se contrapõe à realidade. Esse efeito de contraste revela a frieza de Eça que tem como objetivo inserir o leitor no mundo queirosiano, ou seja, na raiz da prosa eciana.

Do mesmo texto – “A França e o Sião”, pode-se destacar, ainda, a frase: “Outrora, quando os costumes internacionais eram mais *doces e complacentes* [...].”. Há, aqui, novamente, o adjetivo utilizado com o recurso da personificação: costumes complacentes. O sentido metafórico é reforçado pela expressão “doce”.

Como texto jornalístico, Eça deveria relatar, objetivamente, os seguintes fatos: França apodera-se de Sião; Inglaterra se desinteressa por Sião; os costumes do povo de Sião; Inglaterra possui mais indústrias e pessoal que a França.

Se o objetivo do texto de imprensa foi enviar notícias da França, estas ficaram ofuscadas pela narrativa subjetiva, literária de Eça.

Constata-se, assim, que o caráter unidirecional da linguagem, a modalização e a transparência do texto jornalístico tornaram-se opacos pelas estratégias discursivas da literatura.

"A literatura é uma forma de dizer o mesmo com outras palavras. O jornalismo é um conteúdo dito de forma que se perca o mínimo" (CASTRO; GALENO, 2005, p. 50).

Medina ressalta a característica da palavra em jornalismo:

> A palavra jornalística é em geral empobrecedora perante o real imediato. A palavra literária é, nas obras logradas, reveladora de realidade essencial. Pode o jornalista perseguir pelo menos o mínimo de carga poética no trato com os acontecimentos presentificadores e socialmente significativo? Eticamente a resposta é clara: se os acontecimentos pautados nascem de um critério social, cujo significado se torna inquestionável, como não procurar a palavra mais próxima possível da essencialidade do acontecimento. (MEDINA, 1990, p. 28).

Eça utiliza, ainda, o recurso da adjetivação binária e adjetivos antagônicos para expressar crítica e ironia contra o povo espanhol. No texto "O teatro dos acontecimentos" (4 e 5 de janeiro de 1894) encontram-se os seguintes trechos expressivos:

> A Alemanha realmente, perante aquela explosão magnífica da *velha* alma, alma *castelhana*, empalidecera.

> A Espanha é hoje, na Europa, a última nação heróica; – pelo menos é a última onde os homens [...] se comportam com aquela arrogância, a *bravura estridente*, e *magnífica imprudência*, e *soberba indiferença* pela vida [...] nos parece. constituir, o tipo heróico *(porque nem os dicionários nem as psicologias estão bem de acordo sobre o que é um herói).*

Eça narra o patriotismo e a coragem do povo espanhol em enfrentar a Alemanha, devido à invasão das Ilhas Carolinas; faz referência à guerra dos mouros (África) quando invadiram o cemitério de Melilha. Mas, todo processo de adjetivação positiva foi refutado na última declaração entre parênteses: "*dicionários e psicólogos não definem o que é um herói"*.

Os relatos jornalísticos constantes no texto – o relato da Europa do velho mundo, as revoluções sociais, a aliança da França com a Rússia – são apresentados com longos trechos descritos, literariamente, com intervenções subjetivas.

As informações ganham relevância maior por meio desta narrativa queirosiana adjetivada e reforçam o realismo dos acontecimentos.

Merecem atenção, também, os textos “Os anarquistas” (26, 27 e 28 de fevereiro de 1894) e “Ainda o anarquismo. O Sr. Brunetière e a imprensa” (26, 27 e 28 de abril de 1894), pela adjetivação que desperta sensibilidade sensorial.

> Pense-se o que será (quando um Vaillant é guilhotinado) uma *reunião secreta* de anarquistas, dos *verdadeiros*, dos *puros*, desses milhares de operários de *coração generoso e exaltado* [...] “O anarquismo é uma *exacerbação mórbida* do socialismo” [...] todas essas reformas revolucionárias, tentadas pelo socialismo, são *tigelas de água morna* deitadas sobre uma gangrena. (26, 27 e 28 de feveriro de 1894)

> [...] Às primeiras bombas houve um *tumultuoso terror*, como perante uma *estranha e demoníaca demência* que ameaçava a estrutura social. (26, 27 e 28 de abril de 1894)

Eça desencadeia em todo o texto um “desfile” de adjetivos que não deixam dúvidas de seu posicionamento ideológico.

Esses dois textos referem-se ao mesmo tema: o *socialismo na França* que Eça em seus textos de imprensa denomina anarquismo. O primeiro texto narra um atentado à bomba, por Augusto Vaillant, à Câmara dos deputados franceses.

Mesmo calcados na linguagem literária, ambos os textos apresentam os elementos essenciais tanto da narrativa ficional, quanto da jornalística:

O quê? Atentado à bomba.
Quando? 9 de dezembro de 1893, às 16 horas.
Quem? Augusto Vaillant.
Onde? Câmara dos deputados.
Como? Vaillant atira a bomba, composta de pregos e pólvoras verde, dentro de uma caixa de lata, que bate numa coluna, estala no ar antes de cair.

O segundo texto informa o lançamento de uma outra bomba no Café Terminus. Narra, também o desencadeamento de prisões de anarquistas e não anarquistas. As sensações sensoriais já expostas anteriormente e a adjetivação ajudam o leitor, a formar uma fotografia da cena e tornar-se cúmplice das afirmativas queirosianas. Eça procura, com a excessiva adjetivação, unir os dois pontos da significação (signo/realidade). O discurso jornalístico promove o efeito de realidade e na junção com o literário, amplia esta realidade por meio da linguagem plurissignificativa da literatura. A verdade, na escrita eciana, duplica o escrito e promove uma deliberação judicativa, ideológica.

Nesse contexto, destacam-se, ainda, os trechos:

> [...], nunca passariam, relativamente à força e estabilidade dessa sociedade, de *actos importantes* e *tão inúteis como bolhas de sabão* lançadas contra uma muralha.

> Ora, não há *semente mais fecunda* que uma gota de *sangue de mártir*, sobretudo quando cai num solo tão preparado para que ela frutifique e fecunda o solo.

A expressão *bolhas de sabão* reflete uma citação irônica sobre o fraco poder dos anarquistas. Há a construção de uma imagem sensorial que diminui o poder de uma bomba. Esta é uma forte característica de Eça: fazer com que as palavras produzam um efeito ampliado.

Cabe observar os trechos abaixo:

> [...] ou cedendo aos impulsos de uma *natureza desequilibrada*, deu um grande salto para fora da realidade, rolou no absurdo, e cabriolando através de uma *metafísica insensata*, veio cair miseravelmente em práticas de uma *ferocidade selvagem.*

> [...] cada madrugada se faz através da cidade uma *colheita de sectários*.

> [...] cada Inverno, os vales se submergiam, e cada verão ardiam as choças de madeira e colmo, não houve mais coração que palpitasse de *pavor místico*.

Os trechos que ratificam o espírito inquieto de Eça exemplificam uma preocupação deste trabalho de análise: demonstrar o valor das palavras no ato de comunicação quer seja comunicação jornalística quer seja qualquer ato comunicacional por meio da linguagem metafórica da literatura.

> Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou apreciativo, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavras. (BAKHTIN, 2006, p. 137).

Os exemplos citados – **bolhas de sabão**, **sangue de mártir, natureza desequilibrada, metafísica insensata, pavor místico** – remetem a sensações sensoriais. Na narrativa de Eça está presente o objetivo de exemplificar o autor opinativo que busca, nas palavras, marcar sua visão de mundo, deixando bem claro “como vê o quê vê”. Essas marcas de sensações constituem mais um dos recursos utilizados pelo autor para exemplificar a ironia e a presença de Eça nos textos de imprensa.

4.2.2 Comparação metonímica e personificação

Em suas estratégias discursivas, Eça utiliza recursos sintáticos e semânticos para captar a atenção do leitor e envolvê-lo na narrativa. O processo de comparação metonímica e personificação aparece em vários textos de Eça, porém, em "As eleições na França. A Itália e a França" (27 e 28 de setembro de 1893) ocorrem em momentos bastante significativos.

> [...] todas as *superioridades* que podiam desmanchar e desnivelar a igualdade intelectual da câmara [...] *foram eliminadas* com aquela decidida fraqueza com que o bom Tarquínio outrora cortava, no seu horto, as *cabeças purpúreas e brilhantes das papoulas mais altas***.**

Os termos **superioridades, cabeças purpúreas e brilhantes** são expressões metonímicas que se referem aos deputados. O vocábulo **câmara**, no trecho abaixo, também está no sentido figurado referindo-se aos deputados.

> [...] passou a eleger com cuidado e amor uma *câmara bem mediana, bem ordeira, bem prática, bem positiva, toda experiente em cifras* [...].

Outro caso de metonímia encontra-se no excerto a seguir, no qual o termo **nações** refere-se aos habitantes (povo).

> E as duas nações estavam já assim, [...] *quietas,* mas penetradas de mútua hostilidade [...] parte da França [...] por *prudência, silenciosa*.

Eça sempre surpreende o leitor com esta criatividade de atribuir qualidades físicas a conceitos ou entidades abstratas.

No texto, em questão, destaca-se, ainda, o fragmento:

> Na câmara não haverá senão *espíritos médios e planos*- e toda ela será realmente como uma *longa planície, produtiva e chata,* sem uma eminência uma linha que se eleve para as alturas, moinho torneando ao vento ou *torre airosa* donde voem aves.

Os exemplos referendam toda *"magia"* do discurso queirosiano. O autor faz a apresentação dos componentes da câmara francesa por meio da criação de uma atmosfera de elevada sensibilidade sensorial, metonímica e personificada.

Sobre esta linguagem no jornalismo, Medina (1990, p. 29) assevera: “Aos jornalistas, cabe aprender com a arte literária capacidades novas de simbolização e dominar a linguagem de interação social criadora.”

Eça de Queirós, desde o início de sua carreira de escritor, já usava da percepção e da observação para ampliar as narrativas como uma cosmovisão do mundo. Desse modo, a linguagem queirosiana é um jogo de interlocução argumentativa. O autor não escreve somente para falar sobre o mundo, mas sim, para construir um mundo e convencer o leitor sobre as suas verdades e interlocuções.

4.2.3 Fenômeno da intertextualidade explícita

O fenômeno da Intertextualidade, criado por Bakhtin e propalado por Júlia Kristeva é também um dos recursos de estratégia discursiva utilizados por Eça de Queirós. Esta ocorrência ratifica, mais uma vez, o poder do autor no manejo da palavra.

A intertextualidade (diálogo entre textos) aparece nos textos: “Imperador Guilherme”, “O 14 de julho - Festas Oficiais - O Sião”, “Os Anarquistas”, “Ainda o anarquismo. Sr. Brunetière e a Imprensa”. A seguir, foram elencados alguns exemplos inusitados.

1) Texto: “Imperador Guilherme ”

> Assim no tempo das vozes interiores, clamava *Vitor Hugo.*
>
> Uns dizem que ele é [...] como *Alexandre, o Grande.*
>
> O mundo tornará a presenciar desde *Moisés no Sinai.*
>
> [...] uma tal aliança entre a *Criatura* e o *Criador*
>
> [...] e vai conduzindo seu povo às felicidades de *Canaã.* É verdadeiramente *Moisés*.

2) Texto: “) O 14 de julho - Festas oficiais - O Sião”

> [...] Desde *Ramézes e o velho Egito!* Que digo eu? Desde *Caim e Abel.*
>
> *Em verdade vos digo*, só o céu nos envolve a todos, e só *São João* pode ser festejado sem descontar a ninguém.

3) Texto: “Os anarquistas” - “Ainda o anarquismo. Sr. Brunetière e a Imprensa”

> Por isso *Proudhon* que o anarquismo venera como um de seus santos-padres, pregou constantemente contra o tiranocídio [...]
>
> Colocar a sua esperança de felicidade [...] *como lho recomendava a Igreja* [...], a *promessa de Jesus que reservava para os pobres o reino do céu.* Por isso o anarquismo, como a primitiva seita cristã tem já os seus *“Actos dos mártires”*.
>
> O *homem nasceu livre* como *nasceu bom*, própria para ser feliz: e todavia por toda parte está escravizado [...].

Os termos grifados que promovem a referência extratexto/intertextualidade resgatam à memória do leitor os grandes nomes da história universal. Tal fato é, também, do nível cultural do autor. Referir-se a Victor Hugo, Moisés, Proudhon, Rousseau, Jesus, entre outros, revela, mais uma vez, a criatividade de Eça e todo o poder de atrair o leitor para comungar com suas ideias e posicionamento crítico.

Há, nesta parte, um diálogo intertextual com as ideias de Rousseau. Eça busca esta passagem para criticar a opressão da burguesia sobre o proletariado, processo de escravidão.

O fenômeno da intertextualidade reforça a característica do discurso historiográfico (jornalístico) subjacente aos textos de imprensa, ora analisados. Ao promover a intertextualidade do dito, Eça busca reafirmar a veracidade dos fatos e provocar anáforas que reforçam a realidade. Há, assim, uma metassignificação dos fatos narrados.

O leitor estabelece, em cada exemplo, uma anáfora temática que ajuda no melhor entendimento das informações veiculadas no texto. Eça tem consciência de que a língua e as estratégias de seu uso têm o poder de produzir sentidos e, esses sentidos, demonstram que a língua não tem apenas a função de referenciar o factual. Num relato jornalístico permeado de estratégias discursivas literárias, os juízos de valores são reiterados ao longo da leitura.

Repensando Bakhtin, chega-se à conclusão de que, por meio do contexto literário, o factual liberta-se. Já é consenso dos teóricos sobre jornalismo e literatura (elencados na bibliografia), que o jornalismo objetivo, escravo da linguagem referencial e submetido às normas de produção pode ter um discurso aplicado na linguagem literária. Tal fato possibilita ao leitor alcançar zonas mais profundas da condição humana. O real é a informação e é assimilado por meio de uma visão humanizada e reelaborada, conforme o contexto de recepção do texto. A estrutura narrativa da crônica, também, favorece esta humanização.

Sobre esta ocorrência, Castro e Galeno (2000) apontam que:

> Afortunadamente, dentro da estrutura caleidoscópica do jornal, há um tipo de texto que escapa das injunções apontadas: trata- se da crônica, gênero de estatuto ambíguo que se aproxima da opinião, da notícia e da narrativa ficcional. [...] a grande arma da crônica na captura do interesse do leitor, convidando-o para um tipo de mergulho no real, mais ameno e prazeroso, quiçá mais profundo. (CASTRO; GALENO, 2000, p. 33-34).

4.2.4 Relação entre o enunciador e o enunciatário na narrativa queirosiana - ponto de vista narrativo

A presentividade de Eça nos textos de imprensa, enviados para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 1892 a 1894, conforme recorte do "*corpus*" já enunciado, se dá pelo uso do foco narrativo em 1ª pessoa. Por meio dos *pronomes pessoais*, *possessivos* e *oblíquos,* Eça não participa dos fatos, mas se coloca como "testemunha viva, ocular e até onisciente" dos acontecimentos narrados. Esta estratégia é ratificada pela *desinência verbal*, pelo *uso dos pronomes possessivos* e *oblíquos,* e dos *pronomes possessivos.*

Ao adotar o ponto de vista de narrador em primeira pessoa, nos textos de imprensa, Eça teve como intenção não permitir que o leitor tivesse um posicionamento diferente ao do autor, pois o *eu* está refletido no *nós*. Esta estratégia discursiva leva o narrador a perceber que o leitor estabelece uma relação de cumplicidade e aceitação. Com esta estratégia, Eça consegue dominar a mente do leitor e guiá-lo em suas decisões. É o discurso que materializa a maneira de uma sociedade pensar.

Como todos os textos são narrados em primeira pessoa, optou-se por citar trechos mais exemplificativos de cada ocorrência, segundo o ponto de vista da pesquisadora.

1) **Pronomes pessoais**

a) **Nós**

> E isto o que torna, para *nós*, prodigiosamente interessante o imperador da Alemanha [...] (Texto: "Imperador Guilherme II")

> Todos *nós* hoje [...]. (Texto: "Os Anarquistas")

b) **Eu**

> [...]. Mas *eu* antes penso que o Imperador Guilherme é simplesmente um "diletante da ação" [...] (Texto: "Guilherme II")
> [...] *eu* penso que a Inglaterra tem, em princípio, mais direitos. (Texto: "França e Sião")

> E tão pervertidos estamos, que *eu* não sei realmente por qual destes dois homens nos interessamos mais [...] (Texto: "Os anarquistas")

c) **Nos** (pronome oblíquo)

> Todos nós somos ainda religiosamente, e juridicamente, e intelectualmente, províncias de Roma. [...] Ainda há duzentos anos que, como derradeiro presente, ela ***nos*** deu a música [...] (Texto: "As eleições - A Itália e a França")

d) **Me** (pronome oblíquo)

> Eis o que *me* parece explicar a conduta deste imperador misterioso [...] (Texto: "Imperador Guilherme")

e) **eu + próprio** (pronome adjetivo)

> *Eu próprio*, como disse, se possuísse exércitos e frotas, teria já empolgado Sião. (Texto: "O 14 de Julho - Festas oficiais - O Sião")

f) **Pronomes possessivos**

> Há aqui, em resumo, o quer que seja de parecido (salvas, *meu* Deus, as proporções!) com o caso do corretor de Hamburgo e do velho Rothschild. (Texto: "Aliança Franco-Russa")

g) **Desinência verbal de 1ª pessoa**

Este caso aparece em todos os textos devido ao foco narrativo escolhido pelo autor. "É nesse eu plural que se articulam estruturas e processos. Nele estão presentes tanto os resultados do percurso histórico daquele grupo e/ou classe social, que condicionam as ações, quanto aos processos das ações e a efetivação dos comportamentos dos indivíduos/sujeitos". (BACCEGA, 2000, p. 23).

Esta marca de subjetividade demonstra que Eça não quis ser um sujeito isolado na história. A pluralização do *eu* envolve o leitor como grupo social com os mesmos anseios e objetivos e, só assim, a subjetividade do narrador encontra eco na sociedade. Narrador e narratário tornam-se agentes em potencial. Como lembra Bakhtin (1988, p. 46) "O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata".

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o discurso eciano possui uma polifonia social, conforme expõe Baccega (2000, p. 24): "E no bojo da dinâmica do outro relacionado ao eu está a reformulação dos padrões valorativos, emocionais e cognitivos de cada grupo e/ou classe, de cada indivíduo/sujeito, da realidade concreta: [...]".

Repensando o conceito e as dimensões da palavra, entende-se melhor o discurso de Eça de Queirós, nos textos de imprensa, pois a palavra é a instância privilegiada da manifestação ideológica. Caracteriza-se por retratar os pontos de vista dos que a usam, e o modo de *"ver"* a realidade.

4.2.5 Conversa com o leitor

Eça, em seus textos de imprensa, utiliza, como dito anteriormente, várias estratégias discursivas para persuadir o leitor não só da veracidade do que diz, como também, deixa, no narratário, marcas da enunciação. Entre os recursos e estratégias do estilo queirosiano, já analisados por este trabalho, há, ainda, a relação íntima que o enunciador busca estabelecer com o enunciatário – a *"conversa com o leitor"*. Este recurso dá-se por meio das *interrogações, reticências, exclamações, conjunção coordenativa conclusiva, expressão verbal no imperativo, vocativo, etc.;* que possibilitam, ao leitor, caminhar com o autor nos meandros da trama narrativa. Assim, a Estética da Recepção se estabelece.

Iser (1996, p. 75) declara:

> A qualquer estética de uma obra literária está, portanto, na "estrutura de realização" do texto e na forma como ele se organiza, pois são estuturas textuais que propiciam ao leitor experiências reais de leitura. [...]. Assim entendidos, a estutura do txto e o papel do leitor estão intimamente ligados.

Ainda, segundo Iser, pode-se inferir que há, nos textos de imprensa de Eça de Queirós, um deslocamento em épocas, pois os mesmos são se comunicam apenas com os leitores

daquela época. Dialogam com outros públicos e não perdem o caráter inovador. Há uma constante contemporaneidade.

Sobre esta ocorrência destaca-se, ainda, a citação de Fiorin (2000, p. 52):

> A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A linguagem é sempre comunicação (e, portanto persuasão), mas ela é na medida em que é, produção de sentido.

Como esta estratégia aparece em todos os textos de imprensa de Eça, optou-se por elencar exemplos de alguns textos.

a) Frases interrogativas

O Imperador Guilherme

Quem é este homem tão vário e múltiplo? O que haverá, o que germinará dentro daquela cabeça regulamentar de oficial bem penteado? (Texto: “Guilherme II”)

E este, meu Deus, tem sido na realidade o verdadeiro direito internacional, desde Ramezes e o velho Egito! Que digo eu? (Texto: “O 14 de Julho - Festas Oficiais - O Sião”)

E só podemos cruzar os braços com espanto e indignação, e exclamar: Para que quer esta França este Sião? (Texto: “França e o Sião”)

Ora, para os Franceses, esta presença do príncipe italiano na terra alsaciana, é uma ofensa monstruosa. E é realmente uma ofensa? (Texto: “As eleições - A Itália e a França”)

Mas que! Perder todo o prestígio que lhe cabe pela façanha? (“A Espanha – o heroísmo espanhol – a questão das Carolinas”)

Que sucederia? Que vantagens trariam este feito estupendo ao proletariado escravizado, e que prejuízos causariam à sociedade escravizadora? (Texto: “Os anarquistas – Vaillant”)

Por que vêm agora, nestas semanas, esses frades dominicanos, do fundo dos seus claustros, pregar nos púlpitos de Paris sermões de Quaresma grandemente teatrais e criadores de escândalo? (Texto: “Outra bomba anarquista – Sr. Brunetière e a Imprensa”)

Com a elaboração de frases interrogativas, Eça se propôs a levantar questionamentos e críticas sobre os fatos e as personagens apresentados, por meio dos seguintes recursos:

- Faz indagações ao leitor no sentido de despertar juízos de valor sobre o rei que, na visão do autor, é *um sonhador*, é um *alegre estudante*.
- Em vários outros trechos Eça indaga ao narratário sobre a personagem Guilherme II.
- Revela indignação sobre a autoridade da França sobre Sião e o furor da Inglaterra.
- Questiona ao leitor se valeria a pena o anarquista que atentou contra o Marechal Campos, eximir-se de seu jeito heróico para não sofrer represália.
- Critica severamente, o posicionamento da igreja.

b) Frases exclamativas e conjunção explicativa

Além da exclamação, há presença da conjunção *pois* (conclusiva), que não permite ao leitor outro posicionamento a não ser o do autor.

> Calculem, *pois*, o furor da Inglaterra! (O 14 de julho. Festas Oficiais- O Sião).

c) Expressão verbal no imperativo

> [...] e, sobretudo, a Alemanha, *veja a estreiteza e a veemência do abraço:* [...] (Aliança Franco-Russa)

d) Vocativo

> Mas de mais falamos de bombas*!* Bem vos basta, *caros colegas e amigos*, as que aí vos caem em casa (e que decerto também não compreendes bem) [...] (A Espanha - O Heroísmo Espanhol - A Questão das Carolinas - Os Acontecimentos de Marrocos)

4.2.6 Inferências interjetivas e linguagem coloquial

Esses recursos sintáticos e estilísticos, usados pelo autor, reforçam as astúcias ecianas para enredar o leitor em sua narrativa. Cada recurso utilizado vai ao encontro das ideologias do receptor e o desperta para refletir sobre o assunto. Ao mesmo tempo que Eça promove a

liberdade de leitura do fato, por meio da linguagem literária, ele também, aprisiona o leitor e o faz trilhar o mesmo caminho ideológico do autor. Utiliza, para isso, as *frases interrogativas* cuja resposta já foi dada pelo próprio narrador do texto.

Outro recurso significativo é o uso do *vocativo*, um chamamento para a realidade e importância dos fatos.

Com esta estratégia, Eça de Queirós demonstra, mais uma vez, seu espanto e ironia sobre os fatos narrados, em seus textos de imprensa. Em vários textos aparecem as expressões *Ora! Diabo! Viva! Ah! Por Deus, bendito seja meu Deus,* numa inferência explícita sobre o fato e ou personagem apresentados.

A esse respeito, elencou-se alguns exemplos:

> *Ora,* se a aristocracia que é a interessada [...] *Ora,* para os Franceses [...] *Ora,* o dever da sociedade, perante uma epidemia é [...] (O 14 de Julho - Festas Oficiais - O Sião)
>
> *Diabo!* Como tem sido então o Mundo [...] **(**A França e o Sião)
>
> *Viva* Carnot! *Viva* Carnot! *Viva* a Rússia! *Viva* o Czar! *Viva* a Anarquia! **(**Carnot)
>
> [...] e a multidão se apinhe e murmure boquiaberta*:- Ah! (*Os anarquistas)
>
> Mas, *por Deus!* Agora [...] *Bendito seja* o jornal! (Os anarquistas)
>
> E este, *meu Deus*, tem sido [...] (O 14 de Julho - Festas Oficiais - O Sião)

Sobre o estilo queirosiano de "fundir" fato e fantasia, Da Cal (1969, p. 51) relata:

> O estilo literário vai muito além do meramente verbal. Ter um estilo não é possuir uma técnica de linguagem, mas principalmente ter uma visão própria do mundo e haver encontrado uma forma adequada para expressar essa paisagem interior. As palavras são, pois, alguma coisa mais que o veículo de comunicação através da qual o artista nos transmite sua mensagem.

Não é errado afirmar, mais uma vez, que a confluência entre jornalismo e literatura se dá de modo muito natural. Nos textos de imprensa de Eça esse fato exemplifica-se pelas estratégias discursivas da narrativa. O fato continua latente nas páginas do texto, porém, imerso, por meio da tessitura verbal, num mar de *sensações sensoriais, evocações, interjeições, adjetivação, reticências, questionamentos ao leitor, etc.*

"Por trás delas, implícita, misteriosamente presente, está sua visão total da realidade, sua atitude vital, sua concepção subjetiva do mundo, sua maneira particular de simplificá-lo,

de transformá-lo, adaptando-o à sua personalidade; sua maneira de sentir o mundo, de pensá-lo, [...]" (DA CAL, 1969, p. 51).

Ao refletir sobre as colocações de Da Cal, chega-se à conclusão de que uma dada visão de mundo só se concretiza por meio da formação discursiva que o autor adota. Os temas apresentados, ao leitor, se figuratizam para plasmar a realidade.

4.3 Eça, o Prosador-Intérprete da Segunda Metade do Século XIX

Após análise dos textos de imprensa de Eça de Queirós, chega-se à conclusão de que o autor foi, realmente, um intérprete da segunda metade do século XIX.

Ele interpreta crítica, sugere, dá opinião sobre o contexto político, social, histórico econômico e religioso do período, ou seja, apresenta um painel da sociedade europeia do final do século.

Os textos não poupam qualquer segmento da sociedade, desde os operários, burguesia e clero, jornalistas e, principalmente, os anarquistas.

> A verdade é que, escrevendo para os leitores brasileiros, Eça não só os manteve a par do que se passava na Inglaterra, na França, na Europa ou com elas se relacionasse, mas ofereceu-lhes, propriamente, uma interpretação de momentos, fatos, questões, hábitos, no exercício de um jornalismo eminentemente opinativo, que não apenas indiciava, insinuavam ou deixava ver, mas que também explicitamente exibia marcas de avaliação e julgamento. (MINÉ, 2000, p. 19).

A fim de referendar as colocações de Miné, serão destacados trechos dos textos ora analisados, nos quais Eça informa, interpreta, opina e critica, ou seja, torna-se o intérprete ideológico da segunda metade do século XIX.

No texto "O Imperador Guilherme II", Eça deixa claro que as características negativas do eminente rei alemão é comum a outros governantes. Tece elogios irônicos ao construir uma fotografia caricatural, cômica do imperador. É um místico, mas *um problema contemporâneo, o mais perigoso dos reis*. Fez um trocadilho de trono para palco, por várias vezes. Refere-se, de maneira risível, à figura do rei, quando o descreve de cabelo bem penteado, mas de cabeça vazia sem ideias.

Quando Eça declara: "O mundo perplexo murmura: Quem é este homem tão vário e múltiplo? O que haverá, o que germinará dentro daquela *cabeça regulamentar de oficial bem penteado?*", apresenta aos brasileiros a imagem jocosa, negativa de um imperador que, com

certeza, serviu de reflexão para todos os leitores da *Gazeta de Notícias,* do Rio de Janeiro. O mesmo acontece quando descreve o presidente françês Marie François Sadi Carnot.

Quanto à construção caricatural de Carnot, Eça faz um jogo de raciocínio sobre a imagem do rei. Usa da adjetivação valorativa para enaltecê-lo. Mas faz declarações pejorativas como:

> A constituição reduzir a sua autoridade a uma *sombra incerta e tênue*.
>
> *Carnot não era mais que a imagem ornamental e simbólica da República [...]*

Prevalece, nas entrelinhas, a ironia, marca registrada do autor, ao deixar claro que Carnot era um bom *homem, honesto,* não tinha inimigos, nem adversários porque era um *"fraco"* ideologicamente.

> [...] *porque não representava um partido e muito menos um princípio* [...]

Para Eça, o rei era apenas uma imagem ornamental, um símbolo da República, pois era alienado.

Neste mesmo texto – "O Imperador Guilherme II" –, Eça, ainda revela toda sua verve de crítico ideológico sobre os anarquistas:

> [...] *porque só os anarquistas, hoje, nesta nossa civilização raciocinadora, utilitária, conservam como selvagens, a ferocidade pueril de cometer crimes inúteis.* [...]
>
> *Os seus crimes somente são inúteis – são ainda contra/producentes* [...]

Quando se trata de manifestar a ideologia política, Eça não usa de subterfúgios. A linguagem é direta e ferina. Nesta visão crítica das pessoas – costumes, política e sociedade –, Eça não perde a oportunidade de se posicionar. Faz uma galeria de críticas aos segmentos mais significativos da sociedade.

a) Regime de Governo parisiense: o povo estava descontente com a república que não resolveu os problemas do proletariado.

> – Paris *está amuado* com a *República.* **(O** 14 de Julho- Festas Oficiais - O Sião)

> [...], a aristocracia nessa data ilustre, volta à *face com tédio*, [...] *lamenta*, portanto, a perda da Bastilha. (Texto: 14 de julho- Festas oficiais - O Sião).

b) Povo parisiense: é o alvo ferino de Eça que o julga alienado e egoísta.

> [...] é um povo que só zela a sua liberdade e que, quando o seu imperador lhe ordena que *marche emudece e marcha*. (O 14 de Julho- Festas Oficiais - O Sião)

> O que mais uma vez prova a suprema unidade do universo, pois que *nações, homens e cães, todos têm o mesmo instinto, o mesmo pecado de gula, e, diante do osso, o mesmo esquecimento de toda justiça.* (O 14 de Julho- Festas Oficiais - O Sião)

Em outro momento, Eça compara o povo com os cães, num processo de zoomorfização pejorativa.

c) Crítica ao governo Francês: descreve-o como impiedoso, impotente.

Esse posicionamento negativo sobre a França aparece em vários textos, permitindo inferir que o leitor brasileiro, ao ler as declarações críticas sobre a França, elaborava juízos de valor contrário ao "glamour" que a França representava na época.

> A França começou enfim *devorar* Sião. (A França e o Sião)

> A Inglaterra tem virilidade colonial e a França só *impotência* [...] eu penso que a Inglaterra tem, em princípio, mais direitos. (A França e o Sião)

Ao relatar sobre os costumes do rei de Sião, Eça traça um perfil extremamente negativo da moral do rei.

> Há *ruas inteiras de esposas*! Há *bairros inteiros de filhos*! [...] e o rei [...] está *horrivelmente endividado* em Londres. (A França e o Sião)

Nesta perspectiva de resgatar o Eça jornalista crítico, tal qual o literato, destacou-se do texto "As eleições - A Itália e a França" a seguinte declaração:

> [...] a França purificada enfim, e livre dos elementos mórbidos que a agitavam e debilitavam, vai entrar num período ditoso de estabilidade e força fecunda. Amém.

Eça refere-se, numa linguagem subjetiva, ao fato de que com as eleições, os italianos oradores, artistas, pensadores foram derrotados se, assim, o regime republicano fora restaurado. Eça acrescenta, ainda: "Depois o sufrágio universal descansou e viu que a sua obra era boa". E, num rasgo de imparcialidade, exalta a Itália que é, no texto, humilhada pela França:

> A Itália é certa, [...] nos civilizou e nos modelou a sua imagem. Ela é e permanecerá a *Itália-mater* a mãe venerável das nações.

Numa incomparável estratégia discursiva, elaborada com intervenções subjetivas, Eça apresenta um retrato crítico, irônico da Europa e do velho mundo.

> O velho mundo é um verdadeiro hospício, onde o ar viciado pelas teorias se tornou mortífero. (Texto: "Aliança Franco-Russa").

Quanto à aliança entre França e Rússia, Eça ainda declara:

> Ou eu me engano, ou esta França racionalista e radical, que riscou Deus dos compêndios e exilou os crucifixos, vai celebrar Te-Deums louvando o senhor por esta aliança cheia de incomparáveis promessas.

Outro texto que desperta a atenção do leitor é "A Espanha – O Heroísmo Espanhol – A questão das Carolinas – Os acontecimentos de Marrocos". Nele, Eça exalta a coragem dos espanhóis, principalmente do Marechal Arsênio Martinez Campos que foi atingido por uma bomba de dinamite, enquanto passava soldados, em revista numa praça. Resistiu bravamente. Porém, Eça não resiste ao seu espírito crítico e ironiza a bravura dos espanhóis.

> O Espanhol é heroicamente bravo, mas outras raças o Inglês, o Russo, o francês, possuem esse heroísmo especial que consiste em soltar um grito, florear a espada e correr soberbamente para morte.

É impossível não trazer para este trabalho as declarações de Eça sobre os anarquistas. É no texto "Os Anarquistas – Vaillant", o qual narra o nascimento do socialismo que Eça de Queirós expõe, com maior veemência, seu posicionamento socioideológico contrário aos anarquistas. Para o autor, o anarquista advém de um socialismo exacerbado, é o produto prático da conscientização do proletariado sobre o regime burguês. Eça chega a declarar:

> Quando a sociedade mata os anarquistas – é a sociedade que fabrica as bombas.

Nota-se a crítica irônica de Eça à sociedade burguesa, pois o anarquismo é, para o autor, "fruto" de um regime desumano. Revela, também, que não adianta matar o homem (Vaillant) isso não matará a ideologia. Outros Vaillants surgirão.

> Enfim ao propósito de aplicar a doutrina da seita, que, tendo condenado a sociedade burguesa e capitalista, como único impedimento à definitiva felicidade dos proletários, decretou a destruição dessa felicidade.

Eça culpa a sociedade burguesa pelo crescimento do anarquismo na França. Às vezes, o leitor fica em dúvida se, realmente, Eça é contrário ao movimento anarquista que declara ser uma doença.

Nota-se que, nas declarações, abaixo, o autor divide as responsabilidades, com a burguesia, sobre o nascimento do anarquismo.

> É quando a sociedade mata os anarquistas – é a sociedade que fabrica as bombas. A violência não cura – e o anarquismo é uma doença. O anarquismo é uma doença. O anarquismo é uma exacerbação mórbida do socialismo.

> [...] se a bomba de Vaillant, e de muitos Vaillants, é impotente para arrasar ou mesmo aterrar, eficazmente, a sociedade burguesa a sentença que condena à morte os Vaillants, não é importante para suprimir ou sequer assustar o anarquismo.

> A guilhotina decepa uma cabeça, mas não atinge a idéia que dentro residia. [...] É a eterna inutilidade do regicídio, que matando o homem não mata o sistema.

O texto em questão é uma "verdadeira cartilha filosófica sobre o socialismo". A interpretação que Eça passa para os leitores suscita posicionamentos e instiga-os a ver a sociedade burguesa com "lunetas mágicas", que possibilitam enxergar muito além da realidade.

No trecho a seguir, Eça, como em todos os textos de imprensa, aproveita a veiculação do fato histórico para projetar sobre a sociedade o Eça político que está introjetado no autor, desde tenra idade. O real e o literário mais uma vez se confluem para mobilizar as consciências.

> A única solução, portanto, é arrasar completamente a sociedade, matando e sepultando sempre sob os seus destroços esses princípios fatais [...] e depois recomeçar de novo a história desde Adão.

Nessa mesma esteira de reflexões, Eça continua:

> E a sociedade tem de ser destruída, em bloco, toda ela, sem se empurrarem para um lado os culpados, e sem resguardarem para outro lado os inocentes. No mundo actual não há inocentes.

Inteligentemente, o autor torna a sociedade cúmplice da desigualdade social. Há momentos que inocenta o anarquismo e em outros o condena, exasperadamente. Porém, deixa bem clara a responsabilidade da sociedade.

> Decerto existe uma classe mais especial e odiosamente criminosa – a classe dos ricos, que foi quem concebeu, para seu proveito e contra os pobres, esses estorvos morais e sociais, que se chamam direito, autoridade, Estado, e que são a causa de todo mal humano. Mas a sociedade inteira é solidária e responsável do mal.

O texto é demolidor e revela toda a ousadia de Eça, a qual já era demonstrada desde os 21 anos quando chega a Évora, em 1866. Segundo Mónica (2001, p. 48), o autor "[...] lança o primeiro jornal em 6 de janeiro de 1867". Eça acreditava ser possível, mudar o país, através da denúncia dos seus pecados.

Como afirma Mónica, os textos de imprensa de Eça, cujo recorte serviu de *corpus* para este trabalho, revelam o que esta pesquisa se propôs a comprovar: o Eça literato, demolidor das mazelas da sociedade, se atualiza a cada linha dos textos de imprensa. E, quando é comparado com o painel político socioideológico exposto pelo autor, forma-se um retrato da sociedade atual.

Mónica (2001, p. 239) ainda acrescenta: "A prosa jornalística destes anos reflete a inteligência, a liberdade e a irreverência de Eça".

É fácil concordar com a autora, pois, impiedosamente, Eça desfila um corolário crítico à sociedade burguesa:

> É, pois necessário destruir todo – e atirar indiscriminadamente a bomba redentora contra as classes exploradoras, contra as classes voluntàriamente exploradas, contra a cidade onde se realiza a exploração, contra as próprias crianças que nascem, porque elas trazem em si o vírus da submissão explorável.

Refletir sobre esta visão de Eça é deveras triste e preocupante. Há uma contemporaneidade incrível: a classe exploradora e os explorados continuam, hoje, a povoar o contexto deste século. Quanto às crianças, a afirmativa de Eça nos remete à exploração do trabalho infantil, à prostituição precoce, ao tráfico de menores, ao abandono de crianças pelas mães solteiras, e a tantos outros crimes praticados contra os menores.

É instigante verificar que o próprio Eça se confessa irônico, revela-se amargo com o contexto do período:

> Mas, por Deus! Agora reparo que estou aqui compondo uma página de moralista amargo, o que é faltar ao bom gosto do nosso tempo, e, sobretudo aos santos preceitos da ironia. (Texto: "Outra bomba anarquista - o sr. Brunetière e a imprensa")

Desfilando na galeria crítica eciana, estão todos os segmentos da sociedade. Já foram citadas as críticas ao governo francês, ao povo francês, aos anarquistas, à sociedade de modo geral. Nota-se, também, que Eça não poupa o regime civil francês, a igreja nem o jornalismo.

Com o intuito de revelar, totalmente, este lado crítico do autor, insiste-se em citar mais alguns exemplos do posicionamento de Eça, os quais revelam sua indignação sobre o painel socioeconômico e, principalmente, político da segunda metade do séc. XIX. Facilmente, podemos promover uma contextualização com a época atual, século XXI. Eça, realmente, era um visionário.

a) Regime civil francês

> O mal, o verdadeiro mal, que é necessário extirpar, é a própria idéia de direito, de ler, de autoridade, de Estado. (Os Anarquistas)

O regime do governo brasileiro exemplifica a citação de Eça, quando as leis aqui não são cumpridas ou só funcionam para determinadas classes sociais. O governo é, ainda, a autoridade máxima que determina as diretrizes básicas da educação brasileira, o atendimento à saúde, o salário mínimo, as leis que elegem os governantes etc.

b) O regime republicano

> Enfim, ao cabo de setenta anos de lutas, o povo, tendo arrasado o velho e difícil da monarquia, construiu o novo edifício da república [...] começaria enfim a conhecer a ventura de viver. [...] A felicidade anunciada não veio. [...] pelo contrário, reconheceu que [...] continuava na realidade a ser servo [...]. (Texto: "Os anarquistas -Vaillant")

Esta citação remete à luta pelas "Diretas Já", quando o povo foi instigado e saiu às ruas para derrubar o regime militar. O estado de direito ao voto foi restaurado, mas a política de cabresto continua. Aliás, nem a Proclamação da República resolveu os problemas de direitos humanos e cidadania do brasileiro.

c) A posição da igreja

No texto acima referido, Eça não poupa a igreja frente às questões sociais.

> Mesmo acreditando sempre que, através de tais desastres, se manifestava o descontentamento divino, foi à autoridade civil e não já à casta sacerdotal que se pediram medidas preventivas ou salvadoras. (Os Anarquistas)
>
> Com efeito, há já alguns milhares de anos que os rios devastam searas e o lume devora prédios, sem que, por isso, a Igreja ou o Estado se comovam ou tremam pela sua estabilidade. (Os Anarquistas)
>
> Por que vêm agora, nestas semanas, esses frades dominicanos, do fundo dos seus claustros, pregar nos púlpitos de Paris sermões de Quaresma grandemente teatrais e criadoras a escândalo? (Os Anarquistas)

Como ficar insensível a estas declarações de Eça? Embora os preceitos da igreja, hoje, tenham se modernizado, muitos dirigentes acham que o papel da igreja é, tão somente, cuidar do lado espiritual. Não possuem um forte posicionamento junto ao governo e à sociedade que ajude a resolver os problemas sociais como drogas, saúde, educação e, num plano conjunto, melhorarem a vida do povo brasileiro.

d) A Imprensa

Eça serve-se do texto "Ainda o anarquismo. Sr. Brunetière e a imprensa" para revelar seu posicionamento crítico sobre a imprensa.

> Mas, sobretudo na imprensa que o anarquismo encontra um mais vivo estímulo ao seu desenvolvimento [...].
> Essa média, porém, afoitamente se pode afirmar que na Europa e na América a imprensa é superficial, linguareira e sectária [...].
> E quem nos tem enraizado estes hábitos levianos? O jornal, que oferece cada manhã, desde a crônica até os anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, das onze as meia-noite, [...].

Quanto à imprensa, hoje, é visível que constrói e destrói mitos numa rapidez incrível. Muitas vezes, de modo superficial trata assuntos sérios, enquanto dá muito destaque a veleidades.

e) O narrador

No mesmo texto citado acima, Eça de Queirós não poupa o próprio narrador quanto à influência do jornal.

> E eu próprio, por humildade, para não ostentar uma orgulhosa abstenção do pecado comum, comecei por dar aqui, [...] – um juízo ligeiro, nascido de impressões fugidias.

Tem-se que concordar com Eça, pois, muitas vezes, os jornalistas fabricam notícias sensacionalistas, dão impressões sobre fatos e pessoas e, assim, colocam em dúvida a missão da imprensa: estar a serviço da sociedade.

Diante dos exemplos citados, fica ratificada a afirmativa, constante no início do capítulo, de que Eça de Queirós foi, para os leitores brasileiros, o intérprete da segunda metade do século XIX. Para tanto, é somente ler e refletir sobre o contexto dos textos de imprensa deste imemorável escritor-jornalista. Por meio destes textos, os brasileiros não só ficavam antenados com o restante do mundo, como também, formavam a consciência sobre a realidade política e social no Brasil. Esses escritos serviam como uma cartilha para o exercício da cidadania. Eça enviava a informação de um modo atraente, pois os fatos já apareciam interpretados, julgados. O gênero da crônica, escolhido pelo autor, coadunava com o perfil do leitor brasileiro: uma conversa franca, irônica e, principalmente, humorística. A presença da linguagem coloquial, às vezes debochada, motivava o leitor para a leitura.

Como intérprete da sociedade da segunda metade do século XIX, Eça forma um painel negativo do contexto político e socioideológico da época. O mais intrigante é concluir que o contexto atual é, praticamente, o mesmo, embora com feições diferentes. Governo, igreja, imprensa, sociedade são reflexos das citações ecianas escritas há mais de um século.

Esta análise não teve a pretensão de esgotar todos os aspectos do trabalho jornalístico deste autor-incógnito, pois essa tarefa é inesgotável. Eça de Queirós intriga o leitor que tenta penetrar nos meandros de suas estratégias discursivas e de seus posicionamentos socioideológicos que instigam e motivam, a cada leitura, a seguir neste caminho sem volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca da confluência entre Jornalismo e Literatura nos textos de imprensa de Eça de Queirós despertou reflexões a respeito do papel da literatura e do jornalismo e as possibilidades de "criar efeitos", ao manipular a palavra. Assim, resgatar as astúcias da enunciação do discurso eciano, ao elaborar notícias, é tomar consciência da força das palavras na construção do real.

Eça não só escreveu a história, como também constituiu um saber histórico, um modo diferente de ler a história. Usou de indícios, sensibilidade, emoções e valores que, certamente, passariam despercebidos se os fatos fossem relatados numa visão puramente jornalística.

Ao promover o encontro entre os aspectos da narrativa jornalística com a linguagem literária, o autor ratificou a palavra como alma do mundo na fusão das duas instâncias narrativas: jornalística e literária. Desse modo, instaurou um jogo narrativo capaz de ampliar "o acontecido" e dar-lhe presentividade. Eça explora a estrutura semântica da palavra a fim abrir novas possibilidades de significados, de reinterpretações. Nesta perspectiva, a palavra nasce do presente histórico, mas, amplia-se e adapta-se ao contemporâneo de modo persuasivo e dialético. Pode-se, ainda, referendar que os acontecimentos relatados nos textos são pretextos do autor para, não só legitimar as afirmações, mas principalmente, expressar ideologias e sentimentos e penetrar num aparente mundo da ficção. Por meio do humor, ironia, elogios, desabafos, o autor associa o real ao imaginário. Os fatos narrados ganham leveza ou, às vezes, tornam-se mais densos. Tal circunstância permite ao leitor comparar a narrativa da reportagem jornalística com a narrativa da crônica. As reportagens jornalísticas, muitas vezes, reproduzem a vivência do artista, porém, por meio da crônica, este revela a reação pessoal.

O presente trabalho resgatou, do *corpus* selecionado, vários momentos em que a narrativa queirosiana provoca o encontro entre o real histórico com o pessoal do leitor. Há, ainda, na escrita do autor, a ideia da presença da criação literária ligada à técnica jornalística. Os dois mundos – a realidade e a ficção – se dialogam. É isto que possibilita que a leitura dos textos de Eça estabeleça, no leitor, a reinterpretação dos fatos narrados e, com os quais se identifica. As estratégias estilísticas de Eça e a estrutura do gênero narrativo, crônica, possibilitam que tal fato ocorra. Nesta perspectiva, a crônica reveste-se de uma função educadora, pois dá uma nova roupagem aos acontecimentos que o jornal noticiou sem emoção.

Esta função educadora, referenciada por Cândido, é bem exercida pelos textos de Eça, quando ele capta a atenção do leitor por meio de uma linguagem coloquial engajada, tendenciosa, irônica e crítica. O autor abusa da adjetivação para que o leitor forme, com o autor, a fotografia real do acontecimento. O resultado desse jogo narrativo eciano instaura, no leitor, uma grande tensão sobre os acontecimentos e, assim, as fronteiras entre realidade e ficção se tornam tênues e instáveis. Com "ares" de ficção, nos textos de imprensa de Eça, o fato se estabelece por meio da elaboração do enredo e de uma operação cognitiva e, desse modo, promove a educação sensitiva e ideológica do leitor. O enredo dos textos é elaborado, com estratégias discursivas da linguagem ideológica que imprime, no leitor, a visão de mundo do autor. Para isso, Eça adota um estilo próprio de enunciação que promove a aproximação do tripé: autor x fato x leitor.

Este estilo eciano exemplifica o esquema de Bronckart, apresentado, na introdução deste trabalho, sobre gêneros do discurso. O linguista exemplifica como são processados os fatores que exercem influência sobre a organização do texto.

Para galgar suas intenções, Eça domina diversas astúcias da enunciação do texto narrativo, principalmente, o foco em 1ª pessoa, a conversa com o leitor, o processo da adjetivação excessiva, o uso de figuras de linguagem, o fenômeno da intertextualidade, a aproximação do autor por meio da linguagem coloquial, o uso inusitado das classes gramaticais.

Assim, a linguagem de Eça tem um caráter unidirecional, ou seja, firma idiossincrasias, preconceitos, valores, inferências que enredam o leitor a uma única representação do real.

Na busca da persuasão, o autor constrói a notícia com comentário e teatralização. Há presença de hipérboles e profusão de qualificativos. Embora a informação esteja facilmente compreensível, Eça joga com ambiguidades do signo e extrai conotações, às vezes, maliciosas. Tais ocorrências foram exaustivamente, exemplificadas na análise apresentada no Capítulo 4.

Nesta perspectiva, o autor constrói sensações sensoriais que compõem um mundo de evocações, as quais servem de subsídio para entender como Eça via o mundo. Cada texto torna-se um palco de acontecimentos.

Para demonstrar o estilo discursivo de Eça, serviram como base principal as obras: *Estilo de Eça de Queirós*, de Guerra Da Cal; *Astúcias da enunciação*, de Luiz Fiorin e os estudos desenvolvidos por Mikail Bakthin, Raúl Castagnino, entre outros, elencados no referencial teórico. As estratégias – uso das classes gramaticais da língua portuguesa, tais

como: adjetivo, interjeição, pronomes pessoais, figuras de linguagem, sinais de pontuação, interrogações, exclamações, reticências, etc –, foram, exaustivamente, utilizadas pelo autor e analisadas neste trabalho.

Não é exaustivo reafirmar que o discurso eciano obedece a uma estratégia argumentativa dialética, uma prosa íntima, com o objetivo de transmitir fatos e convencer o leitor. Esta estratégia, adotada por Eça, revela a intencionalidade do autor em quebrar o rigor informativo dos acontecimentos, por meio da liberdade verbal que a crônica permite. Há, na crônica, uma fidelidade ao fato do cotidiano; porém, esta fidelidade é, constantemente, ameaçada quando dá ao narrador a chance de explorar a ambiguidade estrutural de gênero que a mesma possui.

O que mais prende a atenção do leitor dos textos de imprensa de Eça é que ele exerceu um jornalismo diferenciado dos comuns, daquela época. Isto não configura uma distorção da realidade, mas um dever do comunicador que “empresta” seus olhos para a sociedade.

Os textos de Eça podem ser classificados como jornalismo interpretativo, conforme Melo (2003, p. 29), “Na medida em que informa e orienta, também contribui para enriquecer o acervo de conhecimentos da coletividade. Estabelece-se, então, a presença de um olhar subjetivo na classificação dos fatos, formando uma opinião dialética”.

Eça, pelo seu sensível talento de domínio e eficácia literária, implantou um “fazer jornalismo”, cujo trabalho com a linguagem resgata o que há de mais significante, mais pungente na notícia, pois elabora juízos de valor ao enunciado. O leitor eciano busca a notícia e é inundado por um mundo patético que o instiga a questionamentos intrigantes, a fim de entender e “reelaborar este mundo” a ele apresentado.

A imersão na leitura dos textos de imprensa do autor obrigou a pesquisadora a ver o verdadeiro, nos fatos narrados. Não há como ficar na superficialidade da notícia, principalmente quando se traz o fato para a realidade contemporânea. Eça realça as ações das personagens e dá uma dimensão maior ao ocorrido. Não se preocupa em descrever, exaustivamente, o fato; mas sim, as circunstâncias, a contextualização sociopolítica e ideológica que o mesmo expressa. O autor olhou, percebeu imagens subjacentes aos acontecimentos da época e construiu estas imagens para os seus leitores, principalmente os brasileiros. Deliberadamente, empresta seus olhos à sociedade do final do século XIX.

Como jornalista talentoso, dá à palavra utilizada, em seus textos de imprensa, uma nova densidade e cria novos estilos e significados. Neste momento, o leitor reconstrói o texto e torna-se escritor com o autor.

Eça selecionou, com muita liberdade, importantes fatos históricos e políticos da época, bem como lances do cotidiano, perfis de personalidades (Rei Guilherme II, Sade Carnot, Brunètière, entre outros), questões políticas e, ainda, anedotas diversas da sociedade parisiense. Como cronista, correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, marcou época com um texto, cujo conteúdo ironiza e contrasta e hiperboliza o cotidiano. Esta estratégia ratifica o espírito inquiridor que possuía.

A análise da linguagem e o trabalho com as palavras, nos textos de Eça forneceram elementos suficientes para provar à pesquisadora que, quando se tem apenas o objetivo de informar os fatos, puramente centrados na objetividade, estes se tornam rotina cansativa.

Nos textos de imprensa de Eça, encontram-se as três regiões do conhecimento para elaboração de textos, conforme Fernandes (2007):

1- **O materialismo histórico**: fatos históricos franceses como teoria das formatações sociais e suas transformações. Neste enfoque, Eça conceitua o socialismo e seu desdobramento em anarquismo, expondo as transformações políticas e sociais da França no final do século XIX.
2- **A linguística**: Eça manejou, como nenhum outro escritor, os mecanismos léxicos sintáticos e os processos de enunciação. Criou expressões inusitadas e até neologismo estrangeiro, por exemplo: interviewar. A análise (Capítulo 4) cita exemplos do uso das classes gramáticas da língua portuguesa e dos recursos de expressão literária.
3- **A teoria do discurso:** na visão desta pesquisadora, Eça cria uma teoria do uso do discurso jornalístico: há uma perfeita combinação entre as estratégias discursivas, o posicionamento ideológico e a modalidade discursiva da crônica (conforme Capítulo 3).

O materialismo histórico, constante no *corpus* deste trabalho, compreende os acontecimentos de 1892 a 1894 cuja seleção é a que mais privilegia a exposição político-ideológica do autor (conforme resumo no Capítulo 4).

Pesquisar Eça de Queirós foi aprender que o estilo discursivo de um autor ultrapassa o meramente verbal e que este autor necessita possuir uma técnica de expressão e uma visão própria do mundo. A palavra é mais que um veículo para comunicação. É necessário saber utilizá-la para expressar o mundo interior que repousa em nós.

O estilo individual advém da nossa capacidade de apreender uma concepção de mundo e adaptar esta concepção à nossa maneira de sentir este mundo e, assim, pensá-lo, transformá-lo e trazê-lo para o mundo exterior. É necessário, também, atingir a todos que nos veem como

referência. É por meio de nosso estilo de expressar o mundo que transferimos, como Eça de Queirós, as nossas reações intelectivas e emocionais.

Trabalhar com Eça, estudar seu estilo, a visão de mundo do autor, foi tomar contato com formas de expressão e estratégias discursivas que ensinam a refletir sobre o ato da enunciação. O autor realiza, em seus textos de imprensa, uma imersão nas várias possibilidades de utilizar, inteligentemente, os gêneros do discurso, os processos linguísticos e símbolos verbais. Seleciona esses processos e símbolos de acordo com os objetivos e as ideologias da escrita.

Nos textos do *corpus* desta tese, Eça deixou bem claro sua intenção: interpretar criticamente a segunda metade do século XIX e posicionar-se frente aos fatos políticos e sociais ocorridos. Tal atitude justifica a escolha do gênero discursivo da crônica, modalidade que permite ao autor estabelecer um liame descontraído com o leitor.

Na perspectiva deste trabalho de tese, os textos de imprensa de Eça serviram para demonstrar que há uma relação intrínseca entre os dois principais gêneros do discurso: o jornalístico e o literário. Enquanto o primeiro sustenta a factualidade, o segundo dá vida a este fato, amplia-o e, principalmente, dá o colorido que envolve o leitor.

Como já dito, no final do Capítulo 4, o tema desta tese tem um longo caminho a percorrer nesta linha de literatura e jornalismo nos textos de imprensa de Eça de Queirós. O que foi aqui apresentado é somente um recorte nas estratégias discursivas deste imemorável escritor português. Os textos ecianos fazem o leitor mergulhar num período histórico distante e explorar os limites de uma pluralidade de significações e, ainda, “reviver sem nunca ter vivido” os fatos históricos do final do século XIX.

A pesquisadora reconheceu a relevância do papel da literatura na mídia impressa, a qual tem a função não só informativa e de entretenimento como, principalmente, formativa. Quanto à representação de realidade nos textos de imprensa imbricados com a literatura, ficou demonstrado e, principalmente, ampliado. Enquanto o jornal informa o fato, a literatura eleva a pujança e a dimensão do mesmo.

Assim, o principal questionamento desta pesquisadora – mostrar a confluência entre literatura e jornalismo nos textos de imprensa de Eça – foi plenamente atingido.

A análise dos textos, que constituem o *corpus* deste trabalho, corroborou a máxima de que a retórica do discurso jornalístico é coincidente com a do discurso literário. O jornalismo, como mediação entre o mundo e nós, e a literatura, como entidade indagadora os desejos e temores, das ilusões e esperanças do ser humano, formam a essência da humanidade. São entidades primordiais para compreensão desta essência: a informação (jornalismo) sobre

acontecimentos que permeiam o contexto social e a reissignificação (literatura) dessa informação. Os dois polos explicam os anseios humanos que vão além das circunstâncias de tempo e lugar.

A presente pesquisa, como declarado, não teve a pretensão de esgotar o estudo sobre o estilo eciano nos textos de imprensa de Eça de Queirós, mas sim, suscitar consciências da necessidade de resgatar todos os caminhos trilhados por este incomparável autor, na elaboração de textos jornalísticos. Por esta razão, pretende-se continuar neste caminho de resgate deste imbatível escritor-jornalista que, na visão desta pesquisadora, foi o grande intérprete não só da segunda metade do século XIX, como, também deste século XIX.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamim (Org.). *Ecos do Brasil*: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas. São Paulo: SENAC, 2000.

ABDALA JUNIOR, Benjamim; PASCHOALIN, Maria Aparecida. *História social da literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1982.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso*. São Paulo: Ática, 2000.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*- história da imprensa brasileira. São Paulo: 4ª.ed. Editora Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Os gêneros do discurso*. In: BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. Tradução de Maia Ermantina G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Questões de Literatura e de Estética*: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso.* São Paulo: Humanitas, 2001.

BENDER, Flora Christina; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica:* história, teoria e prática. São Paulo: Scipione, 1993.

BERRINI, Beatriz. *Eça de Queiroz:* palavra e imagem. Lisboa: INAPA, 1988.

_____. *Eça de Queiroz – obra completa.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A, 2000. v.3.

BOAVENTURA, Edivaldo. *Como ordenar as idéias*. São Paulo: Ática, 2007.

BOND, Frank Fraser. *Introdução ao jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

BONINI, Adair. *Gêneros textuais e cognição:* um estudo sobre a organização cognitiva da identidade de textos. Florianópolis: Unsular, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

BRITO, José Domingos de. *Literatura e jornalismo*. São Paulo: Novera, 2007.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. 2. ed. São Paulo: Educ., 2003.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

CÂNDIDO, Antonio. *A crônica* - o gênero, sua fixação e suas transformações. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. *Literatura e sociedade:* estudos de teoria e historia literária. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. *Literatura e sociedade:* estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CASTAGNINO, Raúl. *Análise literária.* São Paulo: Mestre Jou, 1971.

CASTILHO, Guilherme de. *Eça de Queiroz correspondência.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. v. 2. (Biblioteca de Autores Portugueses).

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. *Jornalismo e literatura:* a sedução da palavra. São Paulo: Escrituras, 2005.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1991.

CONGRESSO DE ESTUDOS QUEIROSIANOS, 4.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS,1., 2000, Coimbra. *Actas...* Coimbra: Almedina; Instituto de Língua e Literatura Portuguesas / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. v. 1.

CONSTON, Gilbert Henry. *L'a.b.c. du journalisme*. França: Clubinter Presse, 1952.

COUTINHO, Afrânio. *As formas da literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

_____. Ensaio e crônica. In: _____. *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2006. v.6.

CROUZET, Maurice (Dir.). *História Geral das Civlizações.* Trad. Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão Européia do Lovro, 1958. Vol.6.

DA CAL, Ernesto Guerra. *Língua e estilo de Eça de Queirós*. Tradução de Estella Glatt. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

DIMAS, Antonio. Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo? *Revista Littera*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 12, p. 46-51, set.-dez. 1974.

DINES, Alberto. *O papel do jornal:* uma releitura. São Paulo: Summus, 1996.

DINO, Del Pinto et al. *Introdução didática à literatura brasileira*. [S.l]: Redacta, 1980.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura:* uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ECO, Umberto. Do modo de formar compromisso com a realidade. In: _____. *Obra aberta*. Tradução de Giovanni Cutolo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. *Leitura do texto literário*. Lisboa: Presença, 1979.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS: Eça e Os Maias, 1., 1988, Porto. *Actas...* Rio Tinto: Edições Asa, 1990.

FEITOSA, Rosane Gazolla Alves. A recepção crítica de Eça de Queirós Fradique Mendes no Pré-modernismo brasileiro: jornal paulistano 'O Pirralho'. In: CONGRESO DE ESTUDOS QUEIROSIANOS, 4.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS,1., 2000, Coimbra. *Actas...* Coimbra: Almedina; Instituto de Língua e Literatura Portuguesas / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002.

_____. *Eça de Queiroz:* realismo português e realidade portuguesa. São Paulo: HVF Arte & Cultura; CRED/UNIP, 1995. (Universidade Aberta, 6).

FERENCZI, T. *L'invention du journalisme en France.* Paris: Plon, 1993.

FERNANDES, Claudemir Alves. *Análise do discurso:* reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Clara Luz, 2007.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação:* as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *Elementos de análise do discurso.* São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2003.

FLORY, Suely Fadul Villibor; CAMORCADI, Elêusis Mírian. *Estratégias de Persuasão em textos jornalísticos, literários e publicitários*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas:* uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971.

FREITAS, Helena de Souza. *Jornalismo e literatura:* inimigos ou amantes? Contribuições para o estudo de uma relação controversa. Lisboa: Peregrinação, 2002.

GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e Mídia:* a cultura do espetáculo. São Paulo: Claraluz, 2003.

ISER, Wolfgang. *O ato de leitura: uma teoria do efeito estético*. Tradução: Johannes Kretschmer. São Paulo: ed.34, 1996. v.1

HOLANDA, Sérgio Buarque de et al. *História da Civilização*: área de Estudos Sociais 17.ed.São Paulo: Nacional, 1986

JORGE, Fernando. *A vida e obra de Olavo Bilac*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

KUNCZIK, Michel. *Conceitos de jornalismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis, Vozes, 1982.

_____. *Linguagem jornalística.* São Paulo: Ática, 1997.

LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Literatura:* leitores e leitura. São Paulo: Moderna, 2001

LIMA, Edivaldo Pereira. *Páginas ampliadas:* o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Unicamp, 1993.

LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Com-Arte/ EDUSP. 1990.

LIMA, Sandra Lucia Lopes. *História & Comunicação*. São Paulo: EBART, 1989.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Política e imaginário nos meios de comunicação para a massa no Brasil*. São Paulo: Summus, 1985.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍZIO, Ângela Paiva et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MEDINA, Cremilda. *A arte de dizer o presente* – narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. *A entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Notícia*: um produto à venda. São Paulo: Summus, 1978.

MEDINA, Cremilda. *Povo e personagem*. Canoas: ULBRA, 1996. (Série Mundo Mídia; 4).

MEDINA, João. *Eça de Queiroz e o seu tempo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972. (Col. Horizonte, 17)

MELLO, Cristina. *O ensino da literatura e a problemática dos gêneros literários*. Coimbra: Almedina, 1988.

MELO, José Marques. *Jornalismo opinativo* - gêneros opinativo do jornalismo brasileiro. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MILTON, Heloísa Costa; SPERA, Jeanne M. (Orgs.). *Estudos de literatura e lingüística*. Assis: FCL/UNESP, 2001.

MINÉ, Elza. *Eça jornalista*. 2. ed. Lisboa: Horizonte, 1986. (Horizonte, 47).

_____. *O jornalista em Eça de Queirós:* falas inaugurais para uma utopia - Actas do 1º Encontro Internacional de Queirosianos. Rio Tinto: Edições Asa, 1990.

_____. *Páginas flutuantes:* Eça de Queiroz e o jornalismo no século XIX. Cotia/SP: Ateliê, 2000.

MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma. *Textos de Imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*) Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002. (Edição Crítica das obras de Eça de Queirós - Textos de Imprensa).

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 1967.

MÓNICA, Maria Filomena. *Vida e obra de José Maria Eça de Queirós.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. *Manual da monografia*. São Paulo: Saraiva, 2000.

OCTAVE, Aubry. *Historie de France*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. (Coleção Minerva-História).

OLINTO, Antônio. *Jornalismo e literatura*. Porto Alegre: JÁ Editores, 2008.

PEREIRA, Lúcia Miguel, REYS Câmara. *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Lisboa: Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1945.

PEREIRA, Wellington. Crônica: arte do útil ou fútil. João Pessoa: Idéia, 1994.

PETERLE, Patrícia et al. (Org.). *Escritura e sociedade:* o intelectual em questão. Assis: UNESP, 2006.

SANTOS, Eduardo Prazeres dos (Org.). *Escritura e Sociedade:* o intelectual em questão. São Paulo: Unesp, 2006.

PROENÇA, Domício Filho. *A linguagem literária*. São Paulo: Ática, 1999.

REIS, Carlos. *As conferências do Cassino*. Lisboa, Alfa, 1990.

_____. *Construção da Leitura:* ensaios de metodologia e de crítica literária. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

_____. Eça de Queirós e a estética do pormenor. In: CONGRESO DE ESTUDOS QUEIROSIANOS, 4.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS,1., 2000, Coimbra. *Actas...* Coimbra: Almedina; Instituto de Língua e Literatura Portuguesas / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002a. v. 2.

REIS, Carlos. *Estatuto e perspectiva do narrador na ficção de Eça de Queirós.* Coimbra: Almedina, 1975.

_____. *Estudos queirosianos:* ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra. Lisboa: Presença, 1999.

_____. Nota Prefacial. In: MINÉ, Elza; CAVALCANTE, Neuma. *Textos de Imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*) Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002b. (Edição Crítica das obras de Eça de Queirós - Textos de Imprensa). p. 11.

_____. *Técnicas de análise textual*. Coimbra: Almedina, 1976.

RITA, Annabela. *Eça de Queirós cronista:* do Distrito de Évora (1867) às Farpas (1871-72**)**. Lisboa: Cosmos, 1998.

RIVAS, Pierre Emanuel. *El periodismo é um cuento*. Madri: Alfaguara, 1998.

ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SATO, Nanami. Jornalismo, literatura e representação. In: CASTRO; GALENO (Orgs.). *Jornalismo e Literatura* – a sedução da pavravra São Paulo: Escrituras, 2005.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1999.

SÁBBER, Marina. *Jornalismo, sangue que corre nas veias*. Campo Grande: VCDB, 2003.

SANTANA, Maria Helena. Crônica, crítica de costumes e sátira social. In: REIS, Carlos (Dir.). *História da literatura portuguesa:* o realismo e o naturalismo. Lisboa: Alfa, 2001. v. 5, p. 127.

SANTIAGO, Silviano. Crítica literária e jornal na pós-modernidade. *Revista de Estudos de Literatura,* Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 11-17, 1993.

SANTOS, Eduardo Prazeres. O dinossauro é fascinante, deixa a gente ignorante e fascinada. In: PETERLE, Patrícia et al. (Org.). *Escritura e sociedade*: o intelectual em questão. Assis: FCL-UNESP, 2006.

SARAIVA, Antônio José. *As idéias de Eça de Queirós*. Lisboa: [s.n.], 1946.

SCHUDSON, Michael. *The power of news.* Cambridge, Ma: Harward University Press, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar. *Teoria da literatura*. Coimbra: Almedina, 1973.

SILVEIRA, Fábio. *Imprensa e política* - o caso Belinati. Londrina: Humanidades, 2004.

SODRÉ, Ferrari. *Técnica de reportagem:* notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Jésus Barbosa de. *Meios de comunicação de massa:* jornal, televisão, rádio. São Paulo: Scipione, 1996.

TOMBS, R. *France, 1814-1914*. Londres: Longman, 1996.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo.* Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel. *O mundo dos jornalistas.* São Paulo: Summus, 1993.

WELLEK, Rene. *Teoria da literatura.* Lisboa: Europa América, 1971.

WISNIK, José Miguel. Ilusões perdidas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ANEXOS

ANEXO A - Universo das publicações de Eça de Queirós (Quadro organizado por Elza Miné – TEXTO DE IMPRENSA IV – 2002)

GAZETA DE NOTÍCIAS								1.ª EDIÇÃO			
DATA	**ANO**	**N.º**	**P.**	**COL.**	**DIA**	**SEC.**	**TÍTULO**	**DATA**	**VOL.**	**P.**	**TÍTULO**
24/jul/80	VI VI VI	204	3	1 a 8	sábado	FL	Cartas de Pariz e Londres	1905	EP	1-14	I Pariz e Londres - O Anniversario da Communa - Flaubert
17/ago/80	VI VI VI	228	3	1 a 8	terça	FL	Cartas de Pariz e Londres	1905	EP	15-31	II Os duellos - A annistia - Gambetta - Rochefort - Os Jesuitas
19/set/80	VI	258	1	1 a 8	domingo	FL	Cartas de Inglaterra	1905	CI	1-12	I Afghanistan e Irlanda
31/out/80	VI	290	2	1 a 8	domingo	FL	Um artigo do «Times» sobre o Brazil	1905	CI	211-226	X O Brazil e Portugal
03/dez/80	VI	335	1	1 a 8	sexta	FL	O inverno em Londres	1905	CI	33-43	III O inverno em Londres
07/jan/81	VII	7	1	1 a 8	sexta	FL	A perseguição dos judeus	1905	CI	63-76	VI Israelismo
09/fev/81	VII	40	1	1 a 8	quarta	FL	Cartas de Inglaterra: Natal – Literatura de natal para crianças	1905	CI	45-54 55-61	III O Natal V Literatura de Natal
05/abr/81	VII	92	1	1 a 8	terça	FL	A Irlanda e a Liga Agraria	1905	CI	77-93	VII A Irlanda e a Liga Agraria
23/ago/81	VII	231	1	1 a 8	terça	FL	Lord Beaconsfield I	1905	CI	95-128	VIII Lord Beaconsfield I-II
24/ago/81	VII	232	1	1 a 8	quarta	FL	Lord Beaconsfield II				
17/nov/81	VII	319	1	1 a 8	quinta	FL	Ácerca de Livros	1905	CI	15-31	II Ácerca de Livros
18/nov/81	VII	320	1	1 a 8	sexta	FL	Ácerca de Livros (conclusão)				
06/mar/82	VIII	64	1	1 a 8	segunda	FL	Uma partida feita ao “Times”	1905	CI	235-246	XII Uma partida feita ao “Times”
27/set/82	VIII	269	1	1 a 8	quarta	FL	Os Inglezes no Egypto	1905	CI	127-135	IX Os Inglezes no Egypto I
28/set/82	VIII	270	1	1 a 8	quinta	FL	Os Inglezes no Egypto II	1905	CI	137-151	Os Inglezes no Egypto II
29/set/82	VIII	271	1	1 a 8	sexta	FL	Os Inglezes no Egypto III	1905	CI	153-166	Os Inglezes no Egypto III

13/out/82	VIII	285	1	1 a 8	sexta	FL	Os Inglezes no Egypto IV	1905	CI	167-178	Os Inglezes no Egypto IV
17/out/82	VIII	289	1	1 a 8	terça	FL	Os Inglezes no Egypto V	1905	CI	179-190	Os Inglezes no Egypto V
24/out/82	VIII	296	1	1 a 8	terça	FL	Os Inglezes no Egypto VI	1905	CI	191-209	Os Inglezes no Egypto VI
02/abr/88 (1)	XIV		1				A Europa	1909	NC	203-216	A Europa
18/jan/92	XVIII	18	I	1 a 3	Segunda	SL	A Europa em resumo	1909	NC	243-250	A Europa em resumo
08/fev/92	XVIII	39	I	1 a 3	Segunda	SL	A decadencia do riso	1909	NC	217-224	A decadencia do riso
29/fev/92	XVIII	60	I	1,2	Segunda	SL	Um santo moderno	1909	NC	235-242	Um santo moderno
26/fev/92	XVIII	116	I	1 a 4	Terça	SL	O imperador Guilherme	1905	EP	33-45	III O imperador Guilherme
13/jun/92	XVIII	164	I	1,2	Segunda	SL	Padre Salgueiro				
19/jun/92	XVIII	170	1,2	8/1	Domingo	CE	Primeiro de Maio	1905	ed. C. Matos		Primeiro de Maio
27/jul/92	XVIII	208	1	7,8	Domingo		Quinta de frades	1979			
28/nov/92	XVIII	332	1	5,6	Segunda	NC	Os grande homens de França	1909	NC	225-234	Os grande homens de França
04/fev/93	XIX	34	1	8,9	Sábado		Espiritismo	1909	NC	279-292	Espiritismo
05/fev/93	XIX	35	1	4,5	Domingo		Espiritismo (conclusão)				
02/abr/93	XIX	91	1	2 a 5	Domingo		Tema para versos I	1989	ed. L. F. Duarte		Tema para versos I-II
03/abr/93	XIX	92	1	5,6	Segunda		Tema para versos II				
17/abr/93	XIX	106	1	4 a 6	Segunda		Uma colecção de arte	1909	NC	269-278	Uma colecção d'arte
13/mai/93	XIX	132	1	7,8	Sábado		Cozinha Archeologica	1909	NC	321-335	Cozinha Archeologica
14/mai/93	XIX	133	1	4,5	Domingo		Cozinha Archeologica (continuação)				
15/mai/93	XIX	134	1	4,5	Segunda		Cozinha Archeologica (conclusão)				
11/jun/93	XIX	161	1	6,7	Domingo		As Rosas I	1909	NC	293-319	As Rosas I-V
12/jun/93	XIX	162	1	7,8	Segunda		As Rosas II				
14/jun/93	XIX	164	1,2	8/1	Quarta		As Rosas II (continuação)				
16/jun/93	XIX	166	1	6,7	Sexta		As Rosas III (continuação)				

18/jun/93	XIX	168	1	6 a 8	Domingo		As Rosas V (conclusão)				
14/jul/93	XIX	[193]	1	4 a 6	Quarta	EP	(sem título)	1905	EP	47-55	IV O Grand-Prix - Estatuomania - Os Cocheiros - Victor Hugo - O campo em Pariz
16/jul/93	XIX	195	1	2,3	Domingo		Positivismo e Idealismo	1909	NC	251-267	Positivismo e Idealismo I, II, III
17/jul/93	XIX	196	1	3,4	Segunda		Positivismo e Idealismo (continuação)				
19/jul/93	XIX	198	1	7,8	Quarta		Positivismo e Idealismo (conclusão)				
06/ago/93	XIX	217	1	2,3	Domingo	EP	(sem título)	1907	BP	241-250	VI Revolta de Estudantes
07/ago/93	XIX	218	1	3	Segunda	EP	(sem título)				
13/ago/93	XIX	224	1	2 a 4	Domingo	EP	(sem título)	1905	EP	57-66	V O 14 de julho - Festas officiaes - O Sião
20/ago/93	XIX	231	1	2,3	Domingo	EP	(sem título)	1905	EP	67-74	VI A França e o Sião
10/set/93	XIX	252	1	1,2	Domingo	EP	(sem título)	1905	EP	75-85	VII A questão Buloz - A Revista
11/set/93	XIX	253	1,2	8/1	Segunda	EP	(conclusão)				dos Dous Mundos - Pariz no verão
27/set/93	XIX	269	1	8	Quarta	EP	(sem título)	1905	EP	87-96	VIII As eleições - A Italia
28/set/93	XIX	270	1	4,5	Quinta	EP	(conclusão)				e a França
26/nov/93	XIX	328	1	4 a 6	domingo	EP	(sem título)	1905	EP	97-108	IX Alliança Franco-Russa
?/?/93	XIX	(2)					O *Bock* Ideal	1909	NC	337-348	O “Bock Ideal”
01/jan/94	XX	1	1			EP		1905	EP	109-119	X As festas russas - A “toilette”
02/jan/94	XX	2	1,2	(3)	Segunda	EP					d'um presidente de Republica - Noticias do Brazil
04/jan/94	XX	4	1	1,2	Quinta	EP	(sem título)	1905	EP	121-132	XI A Hespanha - O heroismo
05/jan/94	XX	[3]	1	2,3	Sexta	EP	(conclusão) (4)				hespanhol - A questão das Carolinas - O s acontecimentos de Marrocos

13/jan/94	XX	13	1	1,2	Sábado	EP	(sem título)	1905	EP	133-148	XII O Snr. Barthou - A “Antigone” de Sophocles - “Les Rois” de Jules Lemaitre
14/jan/94	XX	14	1	1 a 4	Domingo	EP	(conclusão)				
26/fev/94	XX	57	1	1 a 4	Segunda	EP	Os anarchistas	1905	EP	149-169	XIII Os Anarchistas - Vaillant
27/fev/94	XX	58	1	1 a 3	Terça	EP	Os anarchistas (continuação)				
28/fev/94	XX	59	1	1,2	Quarta	EP	Os anarchistas (conclusão)				
26/abr/94	XX	114	1	1 a 3	Quinta	EP	(sem título)	1905	EP	171-188	XIV Outra bomba anarchista - O snr. Brunetière e a Imprensa
27/abr/94	XX	115	1	2 a 4	Sexta	EP	(continuação)				
28/abr/94	XX	[114]	1	3 a 5	Sábado	EP	(conclusão) (5)				
29/mai/94	XX	147	1,2	7, 8/1	Terça	EP	(sem título)	1905	EP	189-202	XV As “interviews” - O Rei Humberto e o “Figaro” - A monarchia italiana - O que póde dizer um soberano a um jornalista - A sinceridade e o optimismo official.
01/jul/94	XX	181	1		Domingo		(6)	1905	EP	203-217	XVI O “Salon”
02/jul/94	XX	182	1	6,7	Segunda	EP	(conclusão)				
20/jul/94	XX	200	1	4 a 6	Sexta	EP	Carnot	1905	EP	219-226	XVII Carnot
10/ago/94	XX	221	1	7	Sexta	EP	(sem título)	1905	EP	227-241	XVIII A morte e o funeral de Carnot
11/ago/94	XX	222	1	8	Sábado	EP	(continuação)				
13/ago/94	XX	224	1	7,8	Segunda	EP	(conclusão)				
02/set/94	XX	244	1	7,8	Domingo	CFP	(sem título)	1907	CF	1-30	I Joanna d'Arc I-V
03/set/94	XX	245	1	7,8	Segunda	CFP	(sem título)				
04/set/94	XX	246	2	1,2	Terça	CFP	(sem título)				
05/set/94	XX	247	1	7,8	Quarta	CFP	(sem título)				
04/nov/94	XX	307	1	7,8	Domingo	CFP	O Conde de Pariz	1907	CF	31-46	II O Conde de Pariz
05/nov/94	XX	308	1,2	8/1	Segunda	CFP	O Conde de Pariz				

01/dez/94	XX	334	2	6,7	Sábado	CFP	Chinezes e Japonezes	1907	CF	47-49	III Chinezes e Japonezes
02/dez/94	XX	335	2	1 a 3	Domingo	CFP	Chinezes e Japonezes (continuação)				
03/dez/94	XX	336	1	7,8	Segunda	CFP	Os Chinezes e Japonezes (continuação)				
05/dez/94	XX	338	1	7,8	Quarta	CFP	Os Chinezes e Japonezes (continuação)				
06/dez/94	XX	339	1	5,6	Quinta	CFP	Os Chinezes e Japonezes (conclusão)				
02/jan/95	XXI	2	1	6,7	Quarta	CFP	O czar da Russia	1907	CF	81-101	IV O czar e a Russia
03/jan/95	XXI	3	2	6,7	Quinta	CFP	O czar da Russia (continuação)				
04/jan/95	XXI	4	2	5,6	Sexta	CFP	O czar da Russia (conclusão)				
17/fev/95	XXI	48	1	4,5	Domingo	CFP	A sociedade e os climas	1907	CF	103-116	V A sociedade e os climas
18/fev/95	XXI	49	1,2	8/1	Segunda	CFP	A sociedade e os climas				
27/fev/95	XXI	58	2	1	Quarta	CFP	Casimir Perier	1907	CF	117-128	VI Casimir-Périer
28/fev/95	XXI	59	2	1,5	Quinta	CFP	Casimir Perier (conclusão)				
21/abr/95	XXI	111	1	7	Domingo	CFP	(sem título)	1907	CF	167-170	VIII O inverno em Pariz
22/abr/95	XXI	112	1	6	Segunda	CFP	(continuação)				não consta
23/abr/95	XXI	113	1	6	Terça	CFP	(continuação)				não consta
24/abr/95	XXI	114	1	6	Quarta	CFP	(continuação)				não consta
25/abr/95	XXI	115	1	6,7	Quinta	CFP	(conclusão)	1907	CF	170-173	
30/mar/96	XXII	[90]	1	8	Segunda	CFP	A proposito da doutrina de Monroe e do Nativismo (7)	1907	CF	129-166	VII A proposito da doutrina de Monröe e do Nativismo
31/mar/96	XXII	91			Terça		(8)				
01/abr/96	XXII	[92]	1	7,8	Quarta	CFP	A proposito da doutrina de Monroe e do Nativismo (continuação)				
02/abr/96	XXII	[93]	1	7,8	Quinta	CFP	A proposito da doutrina de Monroe e do Nativismo (continuação) (9)				

03/abr/96	XXII	94	1,2	8/1	Sexta	CFP	A proposito da doutrina de Monroe e do Nativismo (continuação)				
04/abr/96	XXII	95	1	7,8	Sábado	CFP	A proposito da doutrina de Monroe e do Nativismo (continuação)				
05/abr/96	XXII	96	1	6	Domingo	CFP	A proposito da doutrina de Monroe e do Nativismo (conclusão)				
03/ago/96	XXII	215	1	5 a 7	Segunda	CFP	A propósito de “Thermidor”	1907	CF	175-182	IX A propósito de “Thermidor”
09/ago/96	XXII	222	2	3,4	Domingo	CFP	A propósito de “Thermidor” (continuação)				não consta
11/ago/96	XXII	224	1	5	Terça	CFP	A propósito de “Thermidor” (conclusão)	1907	CF	182-186	
22/nov/96	XXII	227	1,2	1/1	Domingo	BP	As festas russas - As decorações	1907	BP	189-196	I Festas Russas - As decorações
27/nov/96	XXII	232	1,2	8/1	Sexta	BAM	Ainda as festas russas - Os jornaes	1907	BP	197-202	II Ainda as festas russas - Os jornaes
01/dez/96	XXII	236	1,2	8/1,2	Terça	BP	Mais uma vez as festas - O povo	1907	BP	203-211	III Mais uma vez as festas russas - O povo
20/fev/97	XXIII	51	1,2	8/1	Sábado	BP	Aos estudantes do Brazil	1907	BP	213-239	IV Aos estudantes do Brazil I-III
21/fev/97	XXIII	52	1,2	8/1	Domingo	BP	Aos estudantes do Brazil II				
22/fev/97	XXIII	53	2	2,3	Segunda	BP	Aos estudantes do Brazil III				
20/set/97	XXIII	263	1	5,6	Segunda	BP	(sem título)	1907	BP	251-262	VII As catastrophes e as leis da
21/set/97	XXIII	264	1,2	8/1	Terça	BP	(conclusão)				emoção

Notas:

(1) Ver N. E. p. 295 desta edição.

Abreviaturas:

BAM: Bilhetes D'Aquém Mar

(2) Ver N. E. p. 495 desta edição.

(3) Ver N. E. p. 409 desta edição.

(4) Erro na numeração do jornal do dia 05/01/94.

(5) Erro na numeração do jornal do dia 28/04/94.

(6) Estes números da GN não constam da colecção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(7) (8) (9) Jornal danificado na colecção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

BP:	Bilhetes de Paris
CE:	Colaboração Europeia
CF:	Cartas Familiares
CFP:	Cartas Familiares de Paris
CI:	Cartas de Inglaterra
CICL-CI:	Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres - Cartas de Inglaterra
CP-BP:	Cartas de Paris - Bilhetes de Paris
CP-CFP:	Cartas de Paris - Cartas Familiares de Paris
CP-EP:	Cartas de Paris - Ecos de Paris
EP:	Ecos de Paris
FL:	Folhetim
NC:	Notas Contemporâneas
SL:	Suplemento Literário

ANEXO B - Contexto histórico e sociopolítico - 1892 a 1894

ANO	VIDA E OBRA DE EÇA DE QUEIRÓS	LITERATURA E CULTURA PORTUGUESAS	LITERATURA E CULTURA UNIVERSAIS	HISTÓRIA DE PORTUGAL	HISTÓRIA UNIVERSAL
1892	- Maio: Eça de Queiroz está no Porto, na Quinta de Santo Ovídio. - Publica-se o último número da *Revista de Portugal*, nº 24. - Publicação dos contos na *Gazeta de Noticias*: "*Um poeta lírico*", "*Civilização*". - Junho: sai o conto "No Moinho" no *Atlântico.* - Oliveira Martins lê a Eça "*Condestável*".	- A política proíbe a representação da peça *Os Vencidos da Vida*, de Abel Botellho. - Teófilo Braga: *As Modernas Idéias na Literatura Portuguesa*. - Souza Viterbo: *Arte e Artistas.* Antônio Nobre: *Só.* - Guerra Junqueiro: *Os Simples.* - Henrique Lopes de Mendonça: *Estudos sobre Navios Portugueses nos Séculos XV e XVI.* - Oliveira Martins publica *Inglaterra de Hoje*. - Alberto Braga: *Contos Escolhidos.* - João Barreira: *Gouaches*. **Morte de:** - Sousa Brandão (n. 1818)	- Conan Doyle: *As Aventuras de Sherlock Holmes.* - Hauptmann: *Os Tecelões.* - H. Poicaré: *Os Métodos Novos da Mecânica Celeste.* - Monet "Catedrais de Rouen". - Tchaikoviski: *Quebra Nozes* **Nascimento de:** - Louis de Broglie – Honneger (+ 1955). - Francisco Franco (+ 1929). **Morte de:** - Tennyson (n. 1809). - Renan (n. 1823). - Whitman (n. 1819). .	- Oliveira Martins Ministro da Fazenda. - Tratado e "modus vivend" com o governo inglês (África Oriental). - Fundação do Mosteiro de Singe Verga. - Arthur de Paiva Couceiro explora o Cunene a partir de Umpata (Angola). - O jornal *Revolução de Setembro* deixa de ser publicado, ao fim de 51 anos de vida. - É assinado o contrato para a colocação de um cabo submarino entre o continente e os Açores. - O processo de pagamento aos credores externos do estado é regularizado. - É assinado o contrato definitivo com a Companhia de Carris de Ferro de Lisboa. - D. Carlos visita Coimbra oficialmente.	- Itália: Fundação do Partido Operário de Turati (o futuro PSI). - Convenção Militar franco-russa. - Atentado de Ravachol em Paris; início duma onda anarquista que culminará com o assassinato de Sadi-Carnot em 19894. - 4º Ministério de Gladstone.. - Daomé – colônia francesa. - Motor Diesel. - 1892-1893 – Charles e Frank Durya (Massachussets) e Henry Ford (Detroid) construíram, com êxito, os primeiros veículos a gasolina nos EUA. - Forno elétrico de Moissan. - Lorentz descobre os elétrons.

1892				- A praça de touros do Campo Pequeno é inaugurada. - O jornalista e dirigente republicano João Chagas é preso. - Começa a publicar-se em Lisboa o jornal anarquista *A Revolta*. - Portugal faz-se representar nas comemorações do 4.º Centenário do Descobrimento da América com uma réplica da Nau S. Rafael, em que Vasco da Gama navegara para a Índia. - Eleições legislativas. O presidente do conselho Dias Ferreira não consegue ser eleito por Aveiro, sendo eleito por Penacova no último momento.	
1893	- Eça interrompe o *S. Frei Gil* e inicia a *Vida de Santo Onofre*. - Publica o conto "*Aia*" na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. - Publicação: "Positivismo e Idealismo" na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e depois incluído no livro *Notas Contemporâneas* (1909).	- Fialho de Almeida: *O País das Uvas.* - Sampaio Bruno, anistiado, volta a Portugal depois de 3 anos de exílio: publica *Notas de Exílio.* - Oliveira Martins: *Vida de Nun'Alvares. A Inglaterra de hoje.* - Eduardo Prado: *A Ilusão Americana* (São Paulo).	- Emile Zola: termina o ciclo de Rougon Macquart. - Oscar Wilde: *Salomé.* - Verlaine: *Elegus.* - Heredia: *Estrophées.* - Criação do estilo "*árt nouveau*" por Horta, Guinard e Van de Velde. **Nascimento de:** - Mão Tse-Tung. - Goering (+1945).	- Cisão no movimento socialista português. - Criação, em Lisboa, da Escola Elementar de Comércio. - Inicio do Governo Hintze Franco (1893-7). - Abertura à exploração do Ramal de Leixões (Senhora da Hora a Leixões).	- Atentado de Augusto de Vaillantcontra o Palais Bourbon (9 – 12 – 1893). O Anarquista foi guilhotinado. - Primeiro salão do automóvel em Paris. - Brasil: Revolta da Armada. - Fundação do Metropolitan Opera House em New York (N.Y. – EUA), na Brodway, entre as ruas 39 e 40 Oeste. - Americanos no Havaí.

	- Eça dedica uma crônica ao Anarquista Auguste Vaillant "*Os Anarquistas Vaillant*" na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro incluídas depois em *Ecos de Paris* (1905).	- Mariano de Carvalho: *O s Planos Financeiros.* - João Câmara: *Os Velhos.* **Nascimento de:** - Almada Negreiros (+1970). **Morte de:** - A. C. Silva Porto (n. 1850). - Luis A. Palmeirim (n. 1825). - José Falcão (n. 1841).	**Morte de:** - Maupassant (n. 1850). - Mac-Mahon (n. 1808). - Tchaikoviski (n. 1840). - Gounod (n. 1818). - Taine (n. 1828).	- Abertura à exploração do troço entre Covilhã e Guarda, conclusão da Linha da Beira Baixa. - Manifestação socialista. Romagem ao túmulo de José Fontana. Comício no teatro da praça da Alegria. - Ruptura das relações diplomáticas com o Brasil.	- Leis repressivas na França ("Lois Scélérates"). - Soro antitetânico (Behring).
1894	- Eça publica na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro) o conto "*Frei Genebro*". - Começa a redigir a novela *São Cristóvão* (1894-7). - Escreve a *Ilustre Casa de Ramires.* - Publica o conto "*O Tesouro*". - Está no prelo a *Correspondência de Fradique Mendes.*	24 de agosto: morre Oliveira Martins em Lisboa (n. 1845). - Alberto de Oliveira: *Palavras Loucas* (breviário do "Neogarretismo"). - Reedita-se *Paquita* (com 16 contos), de Bulhão Pato que começa a publicar suas *Memórias* (1894-1907) 3v. - Teixeira de Queiroz: *D. Agostinho.* - Conde de Arnoso e Sabugosa: *De Braço Dado* (contos). - Antonio Feijó: *Ilhas dos Amores.* - Joaquim de Araújo: *Flores da Noite.* - Eugênio de Castro: *Interlúdio e Belkiss.* - João da Câmara: *Pântano.* (teatro).	- Emile Zola: *Lourdes.* - Rudyard Kipling: *Livro da Selva* (personagem Mowgli). **Morte de:** - Walter Pater (n. 1839). - Leconte de Lisle. - Hertz (n. 1857). - Ferdinand de Lesseps (n. 1805). - Sadi-Carnot (n. 1837). - Alexandre III (n. 1845). - A. Rodin "Os Burgueses de Calais" (escultura). - Bacilo da Peste (Versin e Kitasato). - Ondas Radioelétricas.	- Celebração, no Porto, do 5º centenário de nascimento do Infante D. Henrique. - Primeira fábrica de cimento, a Fábrica Tebo, em Alhandra. - Arthur de Paiva Couceiro explora o Cunene a partir de Humpata (Angola). - Combate de Marracuene e revolta de Macequece em Moçambique. - Reforma do ensino secundário de Jaime Moniz. - Ataque a Lourenço Marques (Moçambique). Resistência durante 2 meses e meio. Ataques à via férrea. - Criado Museu Etnológico Português, por José Leite de Vasconcelos	- Rússia: inicio do reinado de Nicolau II (até 1917). - Capitão Alfred Dreyfus é injustamente condenado e preso por traição. - Assassinato do Presidente da República francesa Sadi-Carnot, em Lyon, pelo anarquista italiano Caserio. - Eleição de Casemir Périer - Guerra Sino-Japonesa por causa da Coréia (1894-95). - Alemanha: Liga Pangermânica. - Ocupação francesa de Tombuctu. - Massacre na Armênia. - Campanha italiana na Abissínia.

		- Henrique Lopes de Mendonça: *Caráter e influência da Obra do Infante.* . - Teixeira Bastos: *A Crise.* **<u>Morte de:</u>** - J. P. Oliveira Martins (n. 1845). - Vitor Bastos (n. 1829).		- Realização do Congresso Cooperativista. - Durante a campanha eleitoral, membros do Partido Progressista começam a falar na possibilidade da instauração de um regime republicano em Portugal. - Manifestações das associações comerciais e industriais de Lisboa contra a política fiscal do governo. O comício anunciado para o dia 29 é proibido. - As eleições são adiadas *sine die* sendo dissolvidas a Associação Comercial de Lisboa, a Associação Industrial e a Associação de Lojistas. - Epidemia de cólera. - Encerra a *Salamancada*. Assinado o acordo sobre os caminhos de ferro que põe fim à questão da salamancada. Os bancos do Porto fundem-se, ficando apenas dois: o banco Aliança e o banco Comercial. - O jornal *Correio da Tarde* ataca violentamente a situação política acusando o rei de tomar medidas anticonstitucionais	

				- António Cândido anuncia o regresso ao Partido Progressista a fim de continuar a pelejar pelas conquistas liberais. - Constitui-se uma União Liberal entre progressistas e republicanos. - Os alemães ocupam Quionga na foz do Rovuma, na fronteira entre Moçambique e a África Oriental Alemã, atual Tanzânia. - Governo entra em ditadura. São encerradas as Cortes e deixa de haver parlamento até Janeiro de 1895. Situação semelhante apenas ocorrera em 1847. - A oposição reúne-se na redação do *Correio da Noite*, formando-se a *Coligação Liberal*, juntando progressistas e republicanos. - Primeiro jogo de futebol Porto-Lisboa. - O Presidente da França, Sadi Carnot, foi assassinado pelo anarquista italiano, Sante Geronimo Cserio, em Lyon.	

ANEXO C - Corpus Selecionado para Análise

[13 de agosto de 1893]

14 de Julho - Festas Oficiais - O Sião [1]

Paris está amuado com a República. E, para mostrar bem visivelmente o seu despeito, não embandeirou, não iluminou, não dançou, e não berrou, na festa nacional de 14 de Julho. Nunca tivemos, com efeito, um 14 de Julho mais silencioso, mais apagado, mais vazio, mais descontente: – acrescendo que o Sol também amuou e o horizonte todo apareceu colgado de longas e fuscas nuvens de crepe. Nas ruas, desertas, com a sua poeira imperturbada, só aqui e além alguma bandeira tricolor pendia, esmorecida, da varanda das repartições ou dos cafés. Nenhuma goela entusiasmada rouquejava a «Marselhesa». As filas de fiacres dormiam pelas esquinas. E o préstito do Sr. Carnot e dos grandes corpos do Estado, recolhendo-se da revista de Longchamps pelos Campos Elísios, entre esquadrões de couraceiros, trazia a lentidão e a gravidade enfastiada de um enterro cívico.

Nem um *Vive Carnot!* Nem uma palma ao velho Saussier, governador militar de Paris, e ao seu muito emplumado estado-maior! E quando Paris não aplaude os penachos, – é que Paris está realmente macambúzio.

Uma tal taciturnidade, uma tal apatia não provém só de os parisienses estarem despeitados, porque a polícia republicana e o governo republicano os acutilaram consideravelmente. É certo que em cada bairro se formou uma comissão para «desorganizar» a festa e promover uma melancolia de protesto: – mas essas comissões só impediram luminárias que já estavam decididas a não iluminar, e só fecharam nas gavetas bandeiras que realmente nunca tinham tencionado tremular. A verdade é que Paris e a França cada vez se desinteressam mais da festa de 14 de Julho. Ela nunca foi essencialmente popular. Se o povo dançava, é porque o Estado lhe estabelecia uma orquestra nas praças, entre lanternas chinesas: – e onde quer que haja uma flauta e uma rebeca, com luzes entre verdura, imediatamente raparigas e rapazes se enlaçarão para uma polea. Mas espontaneamente, se o Estado não fornecer a orquestra (como sucede desde os últimos anos), não há povo que a alugue e que dance só porque em certo dia, há cem anos, se derrubou uma certa fortaleza. Em que pode a tomada da Bastilha entusiasmar o povo? Querem dizer que ela era a suma e o símbolo do despotismo monárquico e do direito divino. Mas esse despotismo, na Bastilha, só se exercia sobre os fidalgos. A plebe não gozava a honra de ser encarcerada na Bastilha. Se a sua destruição deve regozijar uma classe, será a classe nobre, a aristocracia do Bairro Saint Germain. A essa competia alugar a orquestra e polear no dia 14 de Julho. Em vez disso, a aristocracia, nessa data ilustre, volta a face com tédio, cerra as vidraças, foge para o campo, a esconder-se nos parques. Lamenta portanto a perda da Bastilha. Quereria ainda, no meio de Paris, as quatro grossas torres onde pudesse ser sepultada *pro vita* ao bel-prazer d'El-Rei. Ora, se a aristocracia, que é a interessada, não se regozija com o dia que a libertou – porque se há-de regozijar o povo de Paris?

Além disso, festas decretadas, impostas por lei, nunca se tornam populares, nem duram, porque são horrivelmente fictícias. É o que sucede com os aniversários de Constituições. Nos primeiros tempos, quando ainda vivem os homens que fizeram a Constituição, lá se vão pondo pelas

[1] A *Gazeta de Notícias* publicou este texto em 13 de agosto de 1893. A partir de 1905, integrou os *Ecos de Paris*, com este resumo: "O 14 de julho. Festas Oficiais. O Sião".

janelas alguns molhos de bandeiras, e lá se acendem algumas centenas de lanternas, que fazem sair à noite para a rua as famílias, a «gozar a iluminação». Depois os anos passam, pouco a pouco se vai esquecendo o facto mesmo de que existe uma Constituição, a municipalidade diminui as lamparinas, já ninguém sai à rua, e a data gloriosa só fica interessando os estudantes, que têm feriado. Em Lisboa a festa da proclamação da Carta Constitucional está reduzida a quatro lampiões muito baços e muito tristes, que se penduram no alto do Castelo de São Jorge. Já ninguém sabe mesmo que há uma festa. Na verdade, já ninguém sabe que há uma carta constitucional.

Festas nacionais, festas para celebrar uma ideia ou um facto histórico, nunca causarão no povo entusiasmo, nem o tornarão festivo, porque o povo não se importa, nem com ideias, nem com a história, é por natureza «simplista», só se move por sentimentos simples e individuais, e assim como só se afeiçoa a indivíduos, só compreende festas celebradas em honra de indivíduos. Por isso, as únicas festas que profundamente animam o povo, são as religiosas, as dos santos. Para o povo, os santos, os santos populares e democratas, como São João, São Pedro, Santo António, são indivíduos que ele conhece, com quem conversa nas orações, com quem convive, que tem dentro de casa sobre o altarinho doméstico, e de quem recebe constantemente serviços e patrocínio. A vida desses santos, as suas façanhas, a sua face barbada ou rapada, as suas vestes, os seus atributos, tudo lhe é familiar, – e eles são como verdadeiras pessoas de família, ligados a toda a história doméstica, e por isso profundamente amados. Quando chega o dia da sua festa, os «seus anos», é com genuíno fervor que se arranjam ramos de flores, e se cozinha um prato de doce, e se acendem à noite luminárias, e se dança no terreiro, e se atiram alegres foguetes. A folgança de cada lar faz o festival de toda a cidade; – e é o doce amigo, o padroeiro que está no Céu, que se celebra com carinho, na certeza que ele vê a festa, e se mistura a ela do alto das nuvens, e sorri de reconhecimento e ternura aos seus amigos da Terra. Mas se, em vez de São João ou de São Pedro, fosse imposto ao povo o dever de celebrar um grande acontecimento da Igreja, como a conversão de Constantino ou os artigos do Concílio de Niceia, não haveria nem uma luminária, nem um foguete. E o povo diria com razão: «São João é um amigo meu, muito íntimo, cuja imagem eu tenho à cabeceira, a quem devo favores e que festejo com imenso prazer; mas essa Niceia que eu não sei onde é, e esse Constantino com quem nunca travei relações, não valem para mim o preço de uma lamparina.»

É o que sucede com as festas nacionais por acontecimentos públicos. Pertencem muito ao domínio dos princípios e aos movimentos sociais para que o povo, que é todo individualista, sinta por eles a menor migalha de entusiasmo ou carinho. Para que a República pudesse ter uma grande festa, devia organizá-la em favor de um grande republicano. Mas aí é que está a dificuldade. Qual grande republicano? Nenhum reúne a admiração unânime.

Se se decretasse a festa de Robespierre, todos os liberais-girondinos protestariam com furor e haveria sangue.

Se se decretasse a festa de Danton, todos os jacobinos autoritários desceriam à rua com cacetes. Em verdade vos digo, só o Céu nos envolve a todos, e só São João pode ser festejado sem descontentar a ninguém.

Há, ao que parece, uma grave, muito grave novidade internacional.

A França e a Inglaterra estão arrufadas. Mais: estão franzindo terrivelmente, uma para a outra, o sobrolho e falando com azedume de casus *belli.* Este latim, que significava outrora «caso de guerra», quer apenas dizer hoje, na moderna linguagem internacional, que dois amigos se zangam, se

tratam de «pulhas» e «malcriados», se mostram mutuamente o punho, e mutuamente se voltam as costas.

Este rompimento de relações entre a França e a Inglaterra tem por motivo o Sião. O Sião é um reino do Extremo Oriente, muito rico, e portanto, muito apetecível. Tem um rei bastante curioso, segundo se depreende da sua fotografia, porque da cinta para cima anda vestido à chinesa, e da cinta para baixo à Luís XV! E todo o reino, ao que dizem, participa assim da Ásia e da Europa. As suas fortalezas oferecem uma arquitectura fantasista de mágica – e estão armadas de canhões Krupp. Além do seu rei, Sião possui toda a sorte de riquezas naturais, em plantações e em minas. É portanto um delicioso e proveitoso país para possuir. Seu eu tivesse meios de me apoderar de Sião, já esse reino seria meu, e eu exerceria lá os meus direitos de conquistador com doçura e magnanimidade. Mas não tenho meios de me apoderar de Sião. A França tem. A Inglaterra também. E ambas, muito naturalmente, se encontram há anos nesses confins do Oriente, lado a lado, com o olho guloso cravado sobre Sião. E não as censuro. Eu próprio, como disse, se possuísse exércitos e frotas, teria já empolgado Sião. O animal inconsciente foi posto sobre a Terra para nutrir o animal pensante – e por isso com bois se fazem bifes. Os países orientais são feitos para enriquecer os países ocidentais – e por isso com os Egiptos, os Tunis, os Tonquins, as Cochinchinas, os Siãos (ou Siões?) se fazem para a Inglaterra e para a França boas e pingues colónias. Eu sou civilizado, tu és bárbaro – logo, dá cá primeiramente o teu ouro, e depois trabalha para mim. A questão toda está em definir bem o que é ser civilizado. Antigamente pensava-se que era conceber de um modo superior uma arte, uma filosofia e uma religião. Mas como os povos orientais têm uma religião, uma filosofia e uma arte, melhores ou tão boas como as dos ocidentais, nós alteramos a definição e dizemos agora que ser civilizado é possuir muitos navios couraçados e muitos canhões Krupp. Tu não tens canhões, nem couraçados, logo és bárbaro, estás maduro para vassalo e eu vou sobre ti! E este, meu Deus, tem sido na realidade o verdadeiro direito internacional, desde Ramsés e o velho Egipto! Que digo eu? Desde Caim e Abel.

Em virtude, porém, dum respeito inapto pelas exterioridades (que data da folha de vinha), os homens criaram ao lado deste descarado direito internacional um outro, o direito cerimonial, todo cheio de fórmulas e de mesuras, e segundo o qual não é permitido a qualquer nação apoderar-se doutra, com a simplicidade com que numa estrada uma criança colhe um fruto. Hoje está estabelecido, entre os povos civilizados, que para que o forte ataque e roube o fraco, é necessário ter um pretexto. Tal é o grande progresso adquirido.

Ora, a França acaba de achar, com júbilo imenso, o pretexto para cair sobre Sião. O pretexto é múltiplo e complicado: há uma vaga questão de fronteira numa região chamada Mekong; há uma canhoneira que ia subindo um rio e que apanhou um tiro siamês; há um marinheiro que foi preso, ou que caiu à água; e há uns siameses que berraram *Hu! hu!* Tudo isto é gravíssimo. Parece também (e isso infelizmente é doloroso) que houve em tempos um negociante franás assassinado. E sobretudo sucedeu que uns oficiais siameses arvoraram a bandeira de Sião por cima da bandeira da França. Se não foram eles – foram seus pais, como diz o lobo ao cordeiro. Enfim, o que é certo é que o povo francês necessita, para sua honra, vingar a afronta feita ao pavilhão tricolor. E não há dúvida que os dias de Sião acabaram. A França tem o seu pretexto. Adeus meu bom rei de Sião, vestido da cintura para cima à chinesa e da cintura para baixo à Luís XV!

Calculem, pois, o furor da Inglaterra! Havia longos tempos que ela se instalara ao pé de Sião, à espera de um pretexto para devorar aquele belo bocado do Oriente – e é a França, a nação entre todas rival, que apanha o pretexto. É contra a França, não contra ela, que os siameses berraram *Hu! hu!* **É**

sobre a bandeira da França, não sobre a dela, que os oficiais siameses hastearam impudentemente a bandeira de Sião! É a França enfim que está na deliciosa posse destas afrontas, que saboreia a preciosa felicidade de ser insultada – e que portanto tem o rendoso direito de se vingar! Tanta fortuna não deve ser tolerada – e a Inglaterra não a tolera. E já o declarou, através dos seus jornais, através do seu Parlamento:. – «Uma vez que nesta ocasião Sião não pode ser para mim, também não será para ti! Que a França faça o que julgar necessário à sua honra, mas que não toque, nem com uma flor, na independência de Sião! A autonomia de Sião é coisa sagrada. O mundo, para permanecer em equilíbrio, precisa que Sião seja livre. Sião só para Sião (desde que não pode ser para a Inglaterra). E se a França atentar contra a independência de Sião, às armas!» Eis o que diz, num dizer mais diplomático e solene, aquele excelente John BulI.

E aqui está como, de repente, por causa de um pedaço de terra e de um pouco de minério, duas grandes nações, guardas fiéis da civilização e da paz, se assanham, ladram, investem, como dois simples cães vadios diante de um velho osso.

O que mais uma vez prova a suprema unidade do Universo, pois que nações, homens e cães, todos têm o mesmo instinto, o mesmo pecado de gula, e, diante do osso, o mesmo esquecimento de toda a justiça.

[20 de agosto de 1893]

A França e o Sião[2]

A França começou enfim a devorar Sião. Este ingénuo, amável e polido povo recebeu, há quatro ou cinco dias, um **ultimatum** em que era intimado a entregar, sem demora, à França uma imensa porção do seu território e uma não pequena porção do seu dinheiro. Segundo a prudente maneira dos orientais, o Sião nem consentiu, nem recusou. Com aquela mansidão e humildade que tão própria é de budistas e de fatalistas, replicou que não compreendia bem as exigências da França, que apetecia a paz, e que por amor dela estava disposto a dar algum dinheiro, mas não tanto, e a abandonar algum território, mas não tão vasto. Outrora, quando os costumes internacionais eram mais doces e complacentes, e os povos orientais gozavam ainda (por menos conhecidos) duma feliz reputação de lealdade, esta discreta resposta teria dado motivo a novas negociações, novos telegramas, infindáveis cavaqueiras de embaixadores.

Hoje, as maneiras internacionais são mais bruscas e rudes, os países do Oriente têm uma deplorável fama de duplicidade e falsidade; e a França, sem se deter em mais explicações com o infeliz Sião, bloqueou-lhe as costas, e fez marchar sobre as províncias do interior as suas tropas coloniais da Conchinchina.

Perante estes actos, tão decididos, o furor dos Ingleses tem sido medonho. Mas é um furor unicamente de políticos, de jornalistas e de comerciantes que tinham grandes negócios com o Sião. O povo, a massa do povo, permanece indiferente. Não tem sentimento nenhum pelo Sião, não acredita que ele seja indispensável à felicidade de Inglaterra, não percebe porque a Inglaterra cobice ainda mais terras no Oriente, e vê a França cair sobre o Sião sem que isso lhe irrite o patriotismo ou lhe torne amarga a cerveja. Ora, em Inglaterra, que é uma verdadeira democracia, quando o povo se desinteressa duma questão, os políticos e os jornalistas têm também de a abandonar, porque aí não se criam artificialmente correntes de opinião; e o Governo que provocasse um conflito europeu, sem se apoiar num forte entusiasmo popular, não duraria mais que a rosa de Malherbe que, como todos sabem, dura apenas o espaço de uma manhã.

Não! não há hoje já possibilidade que duas nações europeias se batam por causa de terras coloniais. Os Europeus só se movem por interesses ou sentimentos europeus, e só por eles arrancam a espada.

Para as questões de colónias lá estão os congressos e os tribunais de arbitragem. E uma senhora que ultimamente num salão, considerava como a coisa mais pueril e mais grotesca que duas nações tão elegantes como a França e a Inglaterra se batessem por causa de «bichos tão feios como os siameses» – estabelecia, sem o saber, a verdadeira doutrina do século. Quando a França e a Inglaterra se não vieram às mãos por causa do Egipto, que é a jóia do mundo, a terra entre todas preciosa por que se têm dilacerado todos os povos desde o dilúvio – não há receio que jamais duas nações da Europa quebrem a doce paz por causa de interesses orientais.

De sorte que todas as declamações dos jornais sobre guerra são um mero desabafo de retórica heróica. E como não há o menor perigo (e eles perfeitamente o sabem) de se chegar à boa cutilada, não é desagradável, nestes ociosos dias de Verão, roncar do alto, com o sobrolho franzido, e a

---

[2] Publicado na *Gazeta de Noticias* a 20 de Agosto de 1893 e incluído na coletânia *Ecos de Paris* em 1905, com a denominação que aqui vai como substítuto.

mão nos copos do sabre. Assim se vai gastando, com arreganho, alguma tinta – sem medo que se venha a gastar sangue.

Em todo o caso, nestas rivalidades coloniais entre a França e a Inglaterra, eu penso que a Inglaterra tem, em princípio, mais direitos. Quando ela se apodera dum desses desgraçados reinos do Oriente (como a Birmânia, há pouco) sabe ao menos como há-de utilizar e valorizar a sua conquista.

Em primeiro lugar tem logo um número ilimitado de homens, enérgicos e empreendedores, que, ou sós, ou com as famílias, embarcam para ir povoar, colonizar, cultivar, industriar, por todos os modos explorar a nova terra inglesa. Depois tem uma prodigiosa quantidade de produtos fabris para exportar para lá, e lá vender, sem concorrência. Depois tem uma colossal frota mercantil para fazer com a nova possessão um comércio activo e contínuo. E enfim tem uma formidável frota de guerra para defender a sua aquisição. A França, essa, não tem nada disto – nem frota, nem produtos, nem homens. Não tem sobretudo homens, porque a população da França não chega mesmo para a França. Quando ela se apossa violentamente de Tunis ou do Tonquim, o único acto colonial que depois pratica é remeter para a recente colónia alguns soldados e muitos empregados públicos. A França faz conquistas para exportar amanuenses. No Tonquim, por exemplo, ela possui no solo, ocultas, riquezas maravilhosas; mas não tem colonos que as vão explorar. A expansão colonial da França não dá assim lucro nenhum, ou alargamento à civilização geral. Apenas promove, através dos mares, uma deslocação de amanuenses aborrecidos e enjoados. Ao contrário, cada palmo de chão que a Inglaterra ocupa, entra no movimento universal da indústria e do comércio.

A Inglaterra tem virilidade colonial e a França só impotência. Quando um homem novo, robusto, activo, penetra numa aldeia e rouba uma linda rapariga, comete decerto um acto escandaloso, e que todos devem condenar, com severidade. Mas esse valente homem tem uma [boa] justificação, um motivo que se compreende (e com que mesmo se simpatiza): e se, desse enlace, lamentavelmente ilegítimo, nascerem filhos sãos, fortes, activos, há ali um positivo lucro para a humanidade e para a civilização. Quando, porém, é um velho de oitenta anos, regelado, caquéctico, e a babar-se, que penetra na aldeia e rouba a linda moça, estamos então diante de um escândalo que não tem justificação possível.

É um escândalo ignominiosamente estéril. Nada lucra com ele a humanidade, nem o velho. E só podemos cruzar os braços com espanto e indignação, e exclamar: «Para que quer aquele velho aquela moça?»

E é o que exclamamos agora, também cruzando os braços: «Para que quer esta França este Sião?»

Eu tenho um amigo que esteve nesse pobre Sião, hospedado pelo rei, no palácio, e conta detalhes bem pitorescos.

Todo o reino de Sião pertence ao rei, tão completamente como aí uma fazenda de café pertence ao fazendeiro. O rei é dono do solo, dos edifícios, dos habitantes e da riqueza dos habitantes. Pode, querendo, doar, hipotecar, trocar ou vender o reino com tudo o que está dentro das fronteiras.

É uma posse agradável. O povo, por seu lado, considera o rei não só como seu dono, mas como seu deus. E a fórmula religiosa (como se disséssemos o artigo da Constituição) que define as relações e deveres entre povo e rei é esta: «Do rei o povo recebe a vida, o movimento e o ser.»

O rei tem um nome imenso, chama-se Prabat- Tomedetch-Pra-Parammdir, etc., etc., etc. Todo ele não caberia em cinquenta linhas. E de cada vez que se fala ao rei (só os nobres gozam esse privilégio) é da etiqueta invocá-lo com o nome todo.

Uma conversa com Sua Majestade dura assim longas e longas horas, por causa do nome. De facto, a mais laboriosa e pesada ocupação da corte é pronunciar o nome d'el-rei.

Pessoalmente o rei é um homem excelente, cultivado, afável, gracejador, bondoso. É mesmo bonito, para siamês.

E as suas maneiras têm nobreza. O que o estraga é o seu ilimitado poder, a sua posição de divindade, e a prodigiosa, inverosímil adulação que o cerca. Assim é uma regra (e cumprida com fervor) que todo o siamês que tem uma filha bonita a dê de presente ao rei. As suas concubinas oficiais excedem em número as de Salomão. São aos milhares. E o rei, apesar de novo, de não contar ainda quarenta anos, já tem cento e oitenta e tantos filhos! Tudo isto, esposas e filhos, vive no palácio, que oferece as proporções de uma vasta cidade. Há ruas inteiras de esposas! Há bairros inteiros de filhos. Toda esta imensa família vive com um luxo imenso, e o rei, apesar de dispor de todas as riquezas do Sião, como suas, está horrivelmente endividado em Londres. Às vezes, porém, ele próprio procura fazer economias, e foi assim que, no momento em que o meu amigo estava no Sião, el-rei deu ordens que, por economia, se não ferrassem mais os cavalos da cavalaria. Havia cem cavaleiros, eram cem ferraduras poupadas. Eis aqui um traço bem siamês.

O rei nunca sai do palácio, não conhece o seu reino, mal conhece a sua capital que é Bangcock., Quando por acaso dá um passeio, é uma grande festa, uma grande gala. As ruas são aplainadas e areadas; pintam-se as casas de fresco; os canais (porque Bangcock assemelha-se a Veneza) levam uma rápida limpeza; toda a população se lava, se alinda, se cobre de jóias; e para que não chova celebram-se preces nos templos. Depois o rei recolhe, e por muitos e muitos meses, Bangcock recai no usual desleixo e porcaria. Só no palácio há asseio. De resto o palácio é que é a Nação.

Mas basta de Sião! A culpa é de Paris que não se quer ocupar senão deste remoto reino cuja existência ele, ainda há oito dias, ignorava. Porque o Francês, e sobretudo o parisiense, continua a ser aquele que Goethe descreveu – «um indivíduo de muitos cumprimentos que não sabe geografia». É talvez mesmo para ensinar geografia ao povo francês que o seu governo empreende conquistas. Para que, fora da Europa, ele conheça uma nação, o governo previamente faz dela uma colónia. Assim se irá alargando a instrução geográfica em França. E, com as aquisições coloniais feitas neste século, já o Francês, quando se lhe perguntar quantas são as partes do mundo, poderá (o que outrora não podia) responder com um saber exacto e forte:

Cinco: a Europa, a Argélia, Tunis, o Tonquim e Sião!

[27 de setembro de 1893]

As eleições - A Itália e a França [3]

As eleições em França, celebradas no último domingo, foram talvez o mais sólido e completo triunfo que a democracia tem obtido nestes vinte anos: pelo menos foram a sua mais franca, mais positiva e mais corajosa afirmação.

Nessa abrasada manhã de missa, com efeito, o sufrágio universal consultado (esse sufrágio universal que ainda há pouco, em departamentos remotos, os homens de campo consideravam como um personagem vivo, vestido, condecorado, cheio de poder, de quem particularmente dependiam as leis de imposto e de serviço militar) começou por eliminar da Representação Nacional todos aqueles que, nos derradeiros tempos, se tinham erigido como paladinos da moralidade pública e limpadores valentes de cavalariças de Augias: – e assim os que, durante a legislatura passada, se ergueram, na tribuna e no jornal, contra a corrupção parlamentar e financeira, como Drumont, Andrieux, Delahaye, etc. foram derrotados em todos os círculos, com um entusiasmo esmagador e jovial.

Feita esta primeira eliminação, o sufrágio universal passou a riscar cuidadosamente do Parlamento todos os políticos profissionais e militantes, que, na direita ou na esquerda, faziam essa política negativa, só diluidora e desmanchadora, ocupada apaixonadamente, e com uma arte subtil, a embaraçar ministros e desorganizar ministérios.

E assim homens como Clemenceau e Cassagnac, que entravam na Câmara com unanimidades triunfais, estão, se não já derrotados, pelo menos humilhantemente empatados, e prestes no próximo domingo a voltar àquela ocupação tão justamente louvada pela sapiência antiga, e que consiste em cada um plantar as suas couves dentro do seu quintal.

Terminada esta segunda limpeza, o sufrágio universal passou a expulsar da Representação Nacional todos os ideólogos, todos aqueles que procuram fazer a remodelação das formas sociais por meio de uma revolução nas ideias morais. E assim um nobre homem como o conde de Mun, o cavaleiro andante do socialismo cristão, é vencido na Bretanha, sua pátria espiritual, por um pequeno advogado bretão que, em vez de anunciar aos eleitores o próximo advento do Céu sobre a Terra, lhes promete, muito comezinhamente, uma reforma do imposto rural.

Realizada esta terceira expurgação, o sufrágio universal passou a banir das câmaras, enojado, os artistas, os cinzeladores da palavra, os mestres inspiradores da oratória. «Basta de lira!» gritavam em 1848 os operários famintos a Lamartine, uma tarde em que ele, na cadeira do Hôtel de Ville estava arengando e sendo sublime. Toda a França industrial e agrícola repete agora o mesmo grito positivo. «Basta de lira! Abaixo a eloquência! Fora a retórica e a sua rajada ardente!»

E assim todos os grandes oradores contemporâneos da tribuna francesa ficam de repente sem tribuna e sem profissão, porque (caso único na história) a democracia rejeita definitivamente a eloquência como factor do seu progresso.

Tendo realizado estas sucessivas depurações, e repelido para longe, para os seus elementos naturais, os Catões, os obstrutores, os ideólogos e os artistas, o sufrágio universal passou a eleger com cuidado e amor uma Câmara bem mediana, bem ordeira, bem prática, bem positiva, toda experiente em cifras, superiormente conhecedora dos interesses regionais, capaz de trabalhar catorze horas nas

---

[3] Publicado a 27 e 28 de setembro de 1893, na *Gazeta de Notícias* e na coletânia *Ecos de Paris*, a partir de 1905, com o substituto que aqui também se adotou.

comissões, e feita à imagem e para o útil serviço desta França nova que é simultaneamente um banco, um armazém e uma fazenda. Depois o sufrágio universal descansou – e viu que a sua obra era boa.

Com efeito é uma boa obra de democracia. Em primeiro lugar, todas as superioridades que podiam desmanchar e desnivelar a igualdade intelectual da Câmara (e a igualdade deve ser o cuidado sumo de toda a democracia) foram eliminadas com aquela decidida franqueza com que o bom Tarquínio outrora cortava, no seu horto, as cabeças purpúreas e brilhantes das papoulas mais altas.

Na Câmara não haverá senão espíritos médios e planos – e toda ela será realmente como uma longa planície, produtiva, e chata, sem uma eminência, uma linha que se eleve para as alturas, moinho torneando ao vento ou torre airosa donde voem aves.

Depois todos os moralistas de moralidade rígida, e quase abstracta, foram suprimidos como incompatíveis com a realidade social, com os costumes financeiros de uma democracia industrial, com o regular e fecundo funcionamento dos negócios. O sufrágio universal entendeu que, para bem da democracia de que ele é o motor inicial, o lugar destes homens, desarranjadores estéreis de todos os arranjos úteis, era não nos bancos de um Parlamento, mas nas celas de um mosteiro, ou no deserto entre os santos que, como São João, lá pregam por gosto e profissão.

Depois todos os ideólogos, os filósofos, os homens de altos sistemas sociais, que constantemente tentam introduzir nas cousas públicas Deus, a alma, o infinito, a bondade progressiva e outras entidades que lhes são inteiramente estranhas e prejudiciais, foram escorraçados como perturbadores impertinentes da boa ordem democrática, onde as massas disciplinadas, com os olhos praticamente postos na terra e na ferramenta, se devem ocupar unicamente de produzir bem e de vender bem.

E finalmente os oradores, os artistas, os poetas foram por este sufrágio universal e segundo o prudente preceito de Platão, ignominiosamente expulsos da República.

Estas eleições, pois, foram incontestavelmente uma boa obra de democracia. E por isso os jornais afirmam que a França purificada, enfim, e livre dos elementos mórbidos que a agitavam e debilitavam, vai entrar num período ditoso de estabilidade e de força fecunda. ***Amen.***

[28 de setembro de 1893]

Enquanto o sufrágio universal estava assim tonificando a República, um conflito entre operarios franceses e italianos, num departamento do Sul (em Aiguesmortes), veio avivar e exacerbar esta inimizade, mais política que nacional, que há anos vem crescendo entre a Itália e a França.

Foi a antiga história dos salários. O italiano emigra para a França, como emigra para a América, a buscar o trabalho cada vez mais difícil na Itália que, à parte um bocado suculento da Sicília, e um pingue bocado da Lombardia, é toda ossos e montanha. Ou por ser de uma raça mais **só**bria, ou duma raça mais indigente, o italiano aceita salários muito inferiores aos do operário francês. Como ao mesmo tempo tem muita inteligência e muita destreza, é naturalmente preferido pelos patrões, – porque o capital é cosmopolita. Daqui despeito, rancor do operário francês, ameaçado no seu pão – e constantes rixas, em que o italiano, naturalmente puxa a faca, essa faca meridional que enche de horror e de asco os povos do Norte.

Foi o que aconteceu em Aiguesmortes, com a agravação lamentável de que um bando de italianos que, depois de uma tremenda baralha, se tinham refugiado numa mata, foram aí perseguidos pelos franceses, monteados como lobos, e dizimados a tiro, um a um.

Indignação imensa em toda a Itália. Manifestações em Roma, em Génova, em Nápoles. Assaltos, aos consulados de França, ultrajes à bandeira de França. E, como nas Vésperas Sicilianas, o velho grito de «Morra o Francês!», acompanhado agora, para maior ofensa, do grito novo de «Viva a Alemanha!», Os franceses ainda podem tolerar magnanimamente que a Itália, que eles consideram como obra sua, feita pelas suas armas e com o cimento do seu sangue, berre: «Abaixo a França!» Há aí apenas, para eles, esquecimento e ingratidão. Mas não podem suportar que a Itália grite: «Viva a Alemanha!» Aí já há um desafio, e como uma afronta à dignidade da nação. De sorte que se os italianos assassinados em França indignaram a Itália – a indignação da Itália, sob esta forma oblíqua e quase irónica de entusiasmo pela Alemanha, indignou muito mais profundamente a França. E as duas nações estavam já assim, há duas semanas, em face uma da outra, quietas, mas penetradas de mútua hostilidade, tanto maior da parte da França quanto tem de ser, por prudência, silenciosa. Mas eis que agora, nestes últimos dias, a Itália praticou, para com o sentimento francês, um outro e supremo ultraje.

O imperador da Alemanha vem este ano dirigir as grandes manobras militares nas províncias francesas conquistadas, Alsácia e Lorena. E quem acompanha o imperador da Alemanha, como seu hóspede e aliado? O príncipe real de Itália. Ora, para os Franceses, esta presença do príncipe italiano na terra alsaciana é uma ofensa monstruosa. E é realmente uma ofensa?

Há aqui uma susceptibilidade, muito delicada, que é difícil criticar. Em boa verdade, hoje a Alsácia e a Lorena são, geograficamente e administrativamente, províncias alemãs como a Pomerânia ou o Brandenburgo; e não parece que, no facto de o príncipe da Itália ir a Estrasburgo, haja maior injúria do que ir a Berlim ou a Leipzig. Além disso a sua presença não vai consagrar a conquista, que é um facto consumado há mais de vinte anos, e não precisa consagração. Acresce ainda que o imperador da Alemanha não vem à Alsácia e Lorena com intenções arrogantes de desafio; e o príncipe de Itália não está portanto, tacitamente colaborando numa provocação alemã. Depois ele foi solenemente convidado a assistir às manobras alemãs, que se realizam por acaso, nas províncias anexadas: e se o «aceitar» um convite para essa região é ofender a França, o «recusar» o convite seria, pelos mesmos motivos, insultar a Alemanha. Tudo isto é indiscutível. Mas o patriotismo, como o amor, não se raciocina, quando ferido. Para os Franceses a Alsácia e a Lorena são duas terras francesas que gemem sob a opressão. E o facto de o príncipe de Itália vir caracolar sobre esse solo vencido e dorido, ao lado do opressor, é para os Franceses, uma afronta incomparável. De sorte que uma reconciliação entre a França e a Itália é hoje quase impossível, tanto mais que às questões de política se juntam questões de dinheiro (sempre irritantes), e a estas ainda uma outra questão sentimental de «gratidão», mais irritante que a de pecúnia.

Com efeito a França pretende que a Itália esteja para com ela num perpétuo e enternecido estado de gratidão. E esta exigência da França tem o condão de enervar a Itália – de a enervar até ao desespero. É um facto psicológico bem conhecido (e Labiche superiormente o pintou numa das suas comédias geniais) que o libertado sente sempre um secreto tédio pelo libertador. Mas quando o libertador constantemente e garrulamente cita, lembra e celebra o benefício da libertação – não é tédio então, é intenso e vivo ódio que o libertado começa a nutrir pelo herói que o libertou. **É** bem natural – porque o fraco não pode esquecer que o apoio trazido pelo forte foi uma demonstração pública e

aparatosa da sua fraqueza. Todos aqueles que Hércules outrora veio salvar, com grande alarido, e grande farófia, ficaram detestando Hércules.

Ora a Itália realmente tem sido libertada demais pela França desde Carlos VII! E todas estas intervenções libertadoras lhe foram horrendamente caras, além de algumas delas lhe serem desoladoramente inúteis.

A de Napoleão I quase a arruinou, além de anarquizar. E Napoleão III, que concorreu efectivamente para fazer o reino de Itália, voltou de lá bem pago em boas terras, com Nice e com a Sabóia. Mas além disso a França tomou o hábito arrogante e humilhador de afirmar que ela e só ela criou o reino da Itália, pela força das suas armas e do seu dinheiro: quando realmente a Itália pretende, e com razão, que ela sobretudo concorreu grandemente para esse resultado magnífico com o seu dinheiro, as suas armas, o seu patriotismo e a habilidade suprema dos seus homens de Estado. Nestas condições é fácil compreender a irritação dos Italianos quando os Franceses os acusam de ingratidão, e lhes lembram altivamente que se a Itália hoje é uma nação é porque assim o quis a França na sua magnanimidade.

Tudo isto vai levando a uma guerra. E é uma dor que duas nações como a Itália e a França se venham a dilacerar. Há aí o que quer que seja de semelhante a um parricidio. A Itália, é certo, nos seus velhos dias, tem sido ajudada: – mas foi ela, na sua soberba mocidade, que nos fez, a nós todos, povos da Europa Ocidental, e nos civilizou e nos modelou à sua imagem. Ela é, e permanecerá a **Italia-mater,** a mãe venerável das nações. Todos nós somos ainda religiosamente, e juridicamente, e intelectualmente, províncias de Roma. Quando a sua tutela politica findou, nós ficámos ainda, e para nossa grandeza, sob a sua tutela espiritual. Ainda não há duzentos anos que, como derradeiro presente, ela nos deu a música.

[26 de novembro de 1893]

Aliança Franco-Russa[4]

Neste momento, o Brasil só muito justamente se interessa pelo Brasil: – e se pudesse dar ainda aos «ecos da Europa» uma atenção apressada, seria decerto àqueles que lhe levassem a impressão da Europa ou pelo menos de Paris, que é um resumo da Europa, sobre a luta que a ele tão tumultuosamente o perturba.

Mas Paris, apesar de alardear sempre a sua generosidade messiânica e o seu amor dos povos, é uma cidade burguesmente egoísta que só se comove com o que se passa dentro, da linha dos *boulevards*, quando muito dentro do recinto das fortificações.

Além disso, as notícias do Brasil chegam tão truncadas, tão vagas, tão discordantes que nem sabemos ainda se são simplesmente pessoas, se verdadeiramente princípios que aí se combatem; e esta incerteza esbate, se não impede totalmente a emoção.

Depois ainda, as nações, à maneira que aperfeiçoam as suas formas de civilização, requintam no sentimento de neutralidade, que é a suprema polidez das nações. De sorte que, nesta dúvida e nesta reserva, tudo quanto a Europa agora pode sentir pelo Brasil é o desejo forte de que o patriotismo aí alumie as almas e que Deus torne bem viva essa luz.

De resto, a Europa não está também estendida sobre rosas festivas. Pelo contrário: cada pobre nação sofre dolorosamente da sua chaga ou da sua febre. O Velho Mundo é um verdadeiro hospício onde o ar viciado pelas teorias se tornou mortífero. Países que ainda não têm trinta anos, como a Itália, que todos nós vimos nascer e baptizar, estão inválidos. Mesmo os mais ricos e os mais fortes padecem por motivo da sua própria riqueza, que é uma origem constante de revoluções sociais, e por motivo ainda da sua força, que faz pesar sobre eles a perene e arruinadora ameaça da guerra. Por toda a parte *grèves*, e sangrentas; por toda a parte ruínas causadas pelos apetites materiais ou pelos idealismos políticos. Em Espanha não se passa um dia sem uma revolta regional ou municipal.. Até a Holanda, tão tradicionalmente pachorrenta, alimentada a queijo e leite, envolta em névoas emolientes, se tornou uma fornalha de anarquismo. E a única nação que realmente mostra equilíbrio e saúde é a Suíça, não por ser uma república (não parece haver salubridade segura nesse regime) mas talvez por se ter desinteressado de todas as teorias e de todos os ideais, e ter adoptado, no alto dos seus montes, a ocupação entre todas pacata e higiénica de dona de hospedaria.

Apesar deste estado mórbido, a Europa todavia ainda se diverte: – e aqui temos a França, há um mês, organizando ardentemente, quase convulsamente, uma festa suprema e sumptuosa. A Rússia, ou antes o Czar (porque o Czar é que é verdadeiramente a Rússia, e todos os jornais de Paris, mesmo os mais revolucionários e os que mais zelam a soberania popular, aconselham que se grite, não «Viva a Rússia!» mas «Viva o Czar!») manda este mês a sua esquadra do Mediterrâneo a Toulon a pagar aquela respeitosa visita que há um ano a esquadra francesa fez à Rússia, quero dizer ao Czar. E a França toda, desde Paris até às minúsculas aldeias que quase não têm nome, procura realizar uma demonstração de amizade pela Rússia, tão ardente e estridente que fique histórica e que marque mesmo o começo de uma nova era histórica.

---

[4] Artigo publicado na Gazeta de Notícias a 26 de novembro de 1893. Integrou a coletânea Ecos de Paris, a partir de 1907, com o título seguinte: "A Alinça Franco-russsa".

Com efeito, esses quatro ou cinco couraçados russos, que vêm ancorar no porto de Toulon, criam quase uma transformação na política da Europa. Desde 1873, e ainda até há um ou dois anos, a França estava numa dessas situações que, pelo contraste violento do mérito e da sorte, são tão particularmente penosas a uma nação altiva.

Fidalga entre todas, com pergaminhos históricos de incomparável nobreza (outrora Deus, quando queria realizar no mundo um grande feito, encarregava deles os Francos, – *gesta Dei per Francos)*, a França estava, na Europa, entre as velhas monarquias aristocráticas, com o ar embaraçado de uma merceeira entre duquesas! Guerreira entre todas, poderosamente armada, com três milhões de soldados facilmente mobilizáveis, a França estava entre as grandes potências militares com o ar inquieto e timorato de um fraco entre valentões! Situação absurda mas lógica, porque era republicana e fora vencida. As antigas casas reinantes viam o seu republicanismo com desconfiança, senão com desdém. E a sua derrota, e o isolamento que ela lhe trouxera, autorizavam os chefes de guerra a terem por vezes para com esta nação forte, e apesar da sua força, ares fanfarrões e provocantes que a enervavam. A França realmente estava sempre na possibilidade de ser desdenhada ou brutalizada. Com todos os seus pergaminhos que datam de Clóvis, com os seus três milhões de soldados, politicamente, na Europa, ela estava de fora, à porta. E só se desforrava desta humilhação por aquela sua outra influência, que é inobscurecível e invencível, a da literatura e da arte.

Para que tal situação mudasse era necessário que uma grande nação amiga, uma potência militar e aristocrática a viesse buscar à porta, a levasse pela mão para dentro do concílio das nações, a proclamasse, apesar de republicana, como sua semelhante e sua irmã, e, pondo fim à sua solidão política, a salvaguardasse para sempre de ameaças e provocações bruscas. E esta nação fraternal foi a Rússia. O Czar não veio pessoalmente a Paris, como viria, talvez, se a França tivesse um rei. Mas vem moralmente, mandando uma frota, que é como uma embaixada de aliança. Durante dez ou doze dias, a França e a Rússia, a grande República e a grande Autocracia, vão juntar diante da Europa as suas bandeiras, e, pelo impulso sentimental de todas as multidões, as suas almas. E desde esse momento, não só a França, como República, recebe o reconhecimento supremo, o último que lhe faltava, o de uma aliança monárquica tão real e natural como se M. Carnot fosse um Rei de Direito Divino, – mas ao mesmo tempo a França, como França, recebe ao lado da sua própria força o adicionamento de uma força irmã que a torna invencível. De sorte que a visita do almirante Avelane abre realmente um novo e interessante capítulo da história.

Há aqui, em resumo, o que quer que seja de parecido (salvas, meu Deus, as proporções!) com o caso do corretor de Hamburgo e do velho Rothschild. Não sei se conhecem a anedota, que é clássica. Um certo corretor de Hamburgo, apesar da sua honestidade, da sua inteligência e mesmo de um começo de fortuna, não conseguia vencer na Bolsa uma vaga hostilidade que o envolvia, misturada de desdém; e não lograva portanto arredondar o seu milhão. Parece que o homem casara deploravelmente com uma lavadeira, e, ainda em relação com esse erro sentimental, recebera bengaladas em um cais de Hamburgo. Daí a sua situação de pestífero. Um dia, porém, este corretor, feliz ou hábil, apareceu na Bolsa de braço dado com o velho Rothschild, o primitivo chefe da casa imensa. E durante uma hora, a de maior afluência e publicidade, o corretor desprezado e o banqueiro venerado passearam por entre os grupos, conversando, com as mangas das casacas bem coladas e bem íntimas. Para quem conhece os homens é inútil acrescentar que, desde essa manhã, o corretor foi cercado de uma consideração ardente, viu a sua doce lavadeira convidada para as festas cívicas e

arredondou obesamente o seu milhão. Era o amigo de Rothschild! E quem é visto na intimidade de um poderoso possui desde logo no mundo uma parte do poder.

A diferença aqui está em que o corretor de Hamburgo não experimentava nenhum prazer real e material em sentir a sua manga roçar carinhosamente a (decerto gasta e sebácea) do velho Rothschild. Todo o seu prazer, como todo o seu interesse, estava em que os outros corretores e os negociantes espalhados pelo peristilo da Bolsa vissem durante toda uma manhã as duas mangas bem juntas e bem casadas.

A França pelo contrário sente um prazer intrínseco e genuíno em abraçar triunfalmente o honesto e bom e forte Czar. Decerto lhe é grandemente grato que toda a Europa, e sobretudo a Alemanha, veja a estreiteza e a veemência do abraço: – e por isso o quer bem demorado, alumiado por todos os lados a fogos de Bengala, e destacando ricamente num fulgor de apoteose!

Mas a França é uma francesa – com todas as suas graças de sensibilidade e de sociabilidade, e com o coração sempre pronto a bater perante uma homenagem que seja simultaneamente fina e natural. O acolhimento solene e carinhoso que o Czar fez no ano passado, com grande surpresa da Europa, à esquadra francesa do Norte, enterneceu a França, de todo a conquistou, e a França, que é uma francesa, está hoje namorada de Alexandre III.

Quando os jornais de Paris o proclamam agora um justo, quase um santo, escrevem, não com o seu interesse, mas candidamente e com a sua emoção. Ele é o guerreiro forte que inesperadamente abriu os braços fortes à França abandonada, e lhe disse a doce palavra que ela há muito não ouvira: «Sê minha irmã e minha igual». Como não amar o homem magnânimo, o Teseu salvador? Tudo nele parece belo, a sua estatura, a formidável rijeza dos seus músculos, a sua larga e tocante paternidade, a quietação grave da sua vida familiar. E estou certo que, na alta burguesia conservadora, já muito bom francês pensou secretamente quanto ganharia a França em ter um rei do tipo moral e físico do Czar. Por isso estas festas vão ter não sei quê de nupcial.

O Czar esposa a França. Não faltarão talvez mesmo as bênçãos da Igreja. E ou me engano, ou esta França racionalista e radical, que riscou Deus dos compêndios e exilou os crucifixos, vai celebrar Te-Deums louvando o Senhor por esta aliança cheia de incomparáveis promessas.

Aliança feita particularmente pelo povo francês e pelo Czar. Os políticos profissionais, os homens de Estado, os governos sucessivos da República desde 73, não a promoveram nem a previram. Pelo contrário: liberais e parlamentares, as suas simpatias foram sempre pela Inglaterra parlamentar e liberal. O Czar, autocrata e absoluto, só inspirava aos estadistas radicais do tipo de Ferry, Spuller, Goblet, etc., uma antipatia que nenhum interesse político podia dominar. E aquela parte de influência que ainda pertencia à França, mesmo vencida e isolada, foi sempre posta por eles ao serviço da Inglaterra, e portanto contra a Rússia. No Congresso famoso de Berlim, foi a França que mais concorreu para arrancar à Rússia as vantagens e os territórios que ela conquistara à Turquia, depois de uma longa e penosa guerra. E a desconfiança do grande «déspota do Norte», o horror dos democratas a qualquer imisção dele, mesmo remota, nos negócios republicanos da França, subiu a um ponto que, quando o general Appert, embaixador de França na Rússia, se começou a tornar muito íntimo e familiar do Czar e a tomar chá no Palácio de Inverno mais vezes do que as exigidas pelo protocolo, o general Appert foi brutalmente demitido!

Por baixo, porém, dos políticos estava a multidão (que não tem em França grande compatibilidade de espírito com o pessoal que a governa), – e estavam patriotas como Deroulède e outros, mais intimamente em comunhão com os desejos e as esperanças da multidão. Foram estes que

semearam, às mãos-cheias, a boa semente. Na Rússia, porém, nenhuma semente frutifica sem o consentimento do Czar. Ora, o Czar não só admitiu esta semente, mas até a regou. Começaram então essas repetidas visitas dos grão-duques a Paris que eram como as andorinhas do Norte anunciando a esperança do renascimento. Pouco mais faziam estes grão-duques do que almoçar pela manhã no *Voisin*, e jantar à noite no *Paillard.* Pelo menos os jornais não lhes narravam outros fastos. Mas já, de restaurante a restaurante, ou por onde quer que fossem, os acompanhava um sulco largo de simpatia popular. E nenhum grão-duque chegava, ou nenhum grão-duque partia, sem que as gares estivessem todas floridas e ressoassem já os primeiros e tímidos clamores de «Viva o Czar!»

Depois, alguns homens de letras, sobretudo M. de Vogüé (que já fizera particularmente a «aliança», casando com uma senhora russa), começaram a popularizar a literatura russa. Tolstoi foi revelado à França. O seu neo-evangelismo, nascido do pavoroso espectáculo da miséria rural no centro da Rússia, entusiasmou aqueles que em Paris também se voltavam para o idealismo, por fadiga e fartura das velhas e secas fórmulas positivistas. Mas Tolstoi e os outros romancistas russos foram sobretudo aclamados pelos mesmos motivos por que o eram os grão-duques. A clara e bem equilibrada inteligência crítica do Francês no fundo não compreende nem pode amar a dolorosa e tenebrosa literatura russa. A natureza do espírito dos dois povos é tão diferente como os seus dois estados sociais. Não só já nas suas formas de pensar, mas mesmo nas suas formas de sentir, o Francês e o Russo divergem; – e quase se pode dizer que um e outro amam e odeiam de modos que são totalmente diversos na sua essência e na sua expressão. Em tudo o que mais fundamente constitui a civilização, em matéria de religião, de família, de trabalho, de Estado, as duas nações discordam – porque uma é ainda primitiva, governada por crenças primitivas, organizada por instituições primitivas, enquanto que a outra é uma nação trabalhada violentamente, no fundo da alma e em toda a sua ordem social, por quatro séculos de filosofia e um temeroso século de revoluções.

Mas esta mesma popularização da literatura russa concorreu para a confraternização. A França, repito, é uma francesa – e, como tal, extremamente sensível ao brilho das letras e da cultura.

Não creio que fosse jamais popular em França a aliança com um povo estúpido e sem livros. Todo o ser de alta civilização espiritual gosta que os amigos com que se mostra perante o mundo pertençam à mesma alta *élite.*

Assim lentamente se fez esta fraternidade das duas nações, que marcará talvez na história. Os Franceses agora pretendem que ela realmente existiu sempre (é agradável prender tudo a uma velha tradição) – e vão buscar mesmo a sua origem ao fundo do século XVIII (antes disso também quase não existia a Rússia) ao czar Pedro, o Grande, que foi esplendidamente festejado em Paris, na corte jovial do Regente, onde a sua forma colossal, os seus bigodões, a sua brutalidade encantavam *les petites dames.* Mas vão sobretudo filiar esta fraternidade na guerra da Crimeia em 1851, onde oficiais franceses e russos confraternizavam nas trincheiras, entre dois combates, bebendo *champagne.* Boa novidade! Já outrora, durante as velhas guerras dos Cem Anos, os cavaleiros ingleses e franceses, depois das duras brigas, ou no repouso dos assédios, se juntavam, deslaçavam os morriões de ferro para bazofiar de armas e de amores, tragando por grossos pichéis a zurrapa do Rossilhão. Em todos os tempos, nos exércitos aristocraticamente organizados, os oficiais fidalgos, quando se não batiam, bebiam, segundo as circunstâncias, zurrapa ou *champagne.*

Não! A aliança franco-russa, se se realizar, é obra especial, pelo lado da França, desta nova geração que sucedeu à guerra, e, pela parte da Rússia, do Czar. Na Rússia não foi o povo que a fez, porque o povo não tem opinião e portanto politicamente não existe. E em França não foi o Governo

que a fez, porque os homens que o constituem são ainda dos que gritavam há vinte anos: «Viva a Polónia! Abaixo o Czar!» ***É*** esta a sua originalidade, de resto consequente com os estados sociais das duas nações. Uma grande democracia trata directamente e particularmente com o grande autocrata. E um homem e uma multidão assinam, sem papel e sem tinta, um tratado formidável e pitoresco.

[4 de janeiro de 1894]

A Espanha - O heroísmo espanhol - A questão das Carolinas - Os acontecimentos de Marrocos [5]

O «Teatro dos Acontecimentos» (como outrora se dizia), que é decerto um teatro ambulante, atravessou os Pirenéus – e é agora de Espanha que nos chegam esses ecos com que se faz história. Isto desde logo garante que eles devem ser interessantes – porque de Espanha nada pode vir que seja mesquinho ou banal, a não ser por vezes versos e discursos.

A Espanha é hoje, na Europa, a última nação heróica; – pelo menos é a última onde os homens, publicamente, e nas coisas públicas, se comportam com aquela arrogância, e bravura estridente, e magnífica imprudência, e soberba indiferença pela vida, e desdém idealista de todos os interesses, e prontidão ao sacrifício, que constituem, ou nos parecem constituir, o tipo heróico (porque nem os dicionários nem as psicologias estão bem de acordo sobre o que é um herói).

Assim, eu não creio, por exemplo, que haja nada mais espanhol, e que se nos afigure mais heróico, do que todo o atentado contra o marechal Martinez Campos. O velho general está passando uma revista numa praça de Barcelona, cercado de oficiais e de populares, que em Espanha se misturam sempre familiarmente aos estados-maiores. De repente um rapazola de vinte anos, um anarquista, atravessa o grupo, desata tranquilamente, e de cigarro na boca, as pontas de uma pequena trouxa, e atira sobre o marechal uma bomba de dinamite. Há uma horrenda explosão, uma nuvem de pó e de estilhas, gritos, todo o tropel e tumulto de uma catástrofe. Mas uma grande voz ressoa, uma voz de comando, serena e quase risonha. É Martinez Campos, de pé, coberto de sangue, que brada com a mão no ar: – No és nada, no és nada!! O seu cavalo jazia espedaçado numa poça de sangue. Em torno, no chão escavado pela bomba, então caída, uns poucos de oficiais, de populares, mortos ou terrivelmente feridos e gemendo. O marechal tem a farda em farrapos, donde pinga sangue. E, todavia, indignado que se erga tanto alarido por causa de uma bomba, continua a encolher os ombros, a gritar: – Pero si no és nada, bombre, si no és nada!

Mais adiante soa outro grito ainda mais alto. É o do rapazola, do anarquista, que agita o bonnet, berra em triunfo: – «Fui eu! Fui eu!» Tem vinte anos, acaba de cometer um crime que o levará à forca, e está ansioso por que todos saibam que «foi ele, só ele!» Não vá outro ser preso, roubar-lhe ali, diante do povo, diante de todas aquelas mulheres, a glória do seu feito anarquista! Através do terror, da confusão, podia fugir. Mas quê! perder todo o prestígio que lhe cabe pela sua façanha? Não! Por isso bate no peito, chama os gendarmes, brada: – «Fui eu! Fui eu!» E quando o prendem, vai pelas ruas, já de mãos amarradas, clamando ainda com orgulho para as janelas cheias de gente que «fora ele, só ele!»

Ao mesmo tempo, por outra rua, vai o velho marechal, em braços, meio desmaiado, continuando a sorrir e a afirmar que no és nada, que no és nada!

O quadro é admiravelmente espanhol – e só pode ser espanhol.

O Espanhol é heroicamente bravo; mas outras raças, o Inglês, o Russo, o Francês, possuem esse heroísmo especial que consiste em soltar um grito, florear a espada, e correr soberbamente para a morte. Onde o Espanhol se mostra único, é no desprendimento com que sacrifica todos os interesses,

---

[5] Este texto foi publicado a 4 e 5 de janeiro de 1894, na Gazeta de Notícias. Foi incluído na coletânea Ecos de Paris, a partir de 1905. O título do artigo foi suprimido na edição em livro, acrescentando-se o que seria o subtítulo: “A Espanha. O heroímo espanhol. A questão das Carolinas. Os acontecimentos de Marrocos.”

desde que se trate da honra de Espanha, ou do que ele pensa momentaneamente ser a honra de Espanha. Aí invariavelmente reaparece o sublime D. Quixote.

E tanto mais heroicamente que ao Espanhol não faltam o raciocínio, e a prudência, e o claro sentimento da realidade, e o amor dos bens acumulados, e mesmo um certo egoísmo pachorrento – como superiormente o prova Sancho Pança. Mas conhecendo e pesando bem o que vai perder – marcha jovialmente e tudo perde com entusiasmo, porque se trata da sua pátria.

Não há na alma espanhola sentimento mais poderoso que este de pátria. Os cafés de Madrid, ou de Sevilha, estão atulhados todas as noites de descontentes, que maldizem da coisa pública, e berram, emborcando largos copos de água e anis, que em Espanha tudo vai mal e que a Espanha está perdida! Mas que alguém de fora passe e atire uma pedra à terra de Espanha, ou finja simplesmente que atira a pedra – e todo esse povaréu se ergue, e ruge, e quer matar, e quer morrer, para vingar não só a pedrada, mas o gesto.

O Espanhol, com efeito, apesar de que tanto resmunga nos botequins, tem uma ideia imensa da sua terra. Basta testemunhar a maneira ardente e ovante como ele pronuncia mi terra! Para ele a Espanha é a maior das nações – pela força e pelo génio.

Há aqui certamente um orgulho tradicional, hereditário, vindo dos séculos de dominação e de verdadeira superioridade. Muito bom espanhol vive ainda, por uma ilusão magnífica, na Espanha do passado, e não se compenetrou da decadência, e ainda pensa que os regimentos de Madrid são os velhos e temerosos terços de Carlos V, e que qualquer piloto do Ferrol ou de Cartagena poderá redescobrir as índias, e que cada novo romancista continua Cervantes, e cada pintor sevilhano ressuscita Murillo. Mas além deste hábito de se sentir grande, natural de resto numa raça que chegou a dominar o mundo e que deu à humanidade algumas das suas almas mais fortes e dos seus génios mais profundos, há ainda no Espanhol um amor prodigioso pela terra de Espanha, pelo torrão que os seus pés calcam, pelo monte e pela planície, pelas cidades ou pelas aldeias que aí ergueu, por cada tufo de cardo que brota entre cada rocha. O Inglês, outro grande patriota, ama ardentemente e exclusivamente a civilização que criou na sua ilha, e as suas instituições, e os seus costumes: – mas não tem nenhum entusiasmo pela ilha, ela própria, que abandona mesmo com facilidade e prazer. E contanto que leve para a Itália, ou para outro clima doce, a sua cozinha, os seus sports, os seus jornais, as suas distinções sociais, e o seu club, prefere sempre a suavidade de um ar luminoso aos ásperos nevoeiros do seu sombrio Norte. Por isso emigra, e vai fundando em solos mais amenos que o seu uma correnteza infinita de pequenas Inglaterras. Para o Inglês a pátria é uma entidade social e moral. Para o Espanhol a pátria é o bocado de terra que os seus olhos abrangem, e que ele ama como se ama uma mulher, com um amor ciumento e carnal. Esse amor cria nele naturalmente a ilusão: – e o manchego e o navarro, que habitam duas das mais feias e tristes regiões da Terra, não as trocariam pelo Paraíso, porque nada lhes parece realmente tão formoso e radiante como a Mancha ou a Navarra. Eu já vi um homem, e muito inteligente, que era de Merida (um dos mais lúgubres buracos do mundo), declarar, muito seriamente e convicto, que Paris, como monumentos, e interesse, e brilho, no valia Merida! De resto, quem não tem ouvido espanhóis, muito cultos, muito viajados, preferirem candidamente qualquer Merida sua a Roma ou a Londres, e considerar tal politiquete de sua província maior que Gladstone e Bismarck, e achar em certo folhetim publicado num jornal de Andaluzia mais génio que em toda a obra de Hugo? A isto se chama ordinariamente a exageração espanhola. Não! É apenas a cândida ilusão de um patriotismo transcendente.

[5 de janeiro de 1894]

Considerando assim a sua pátria, tão formosa, tão grande, tão forte, tão genial, e prestando-lhe um culto como à verdadeira e única divindade, como não há-de o Espanhol exaltar-se até ao tresloucamento, quando a supõe ultrajada? Para ele uma ofensa à Espanha é um sacrilégio, e tem então o santo furor de um devoto que visse alguém cuspir num Crucifixo. Para castigar a profanação abominável, fará com entusiasmo todos os sacrifícios, e logo imediatamente o da vida.

Todos se lembram ainda da famosa «questão das Carolinas». Uma manhã, Madrid sabe que, muito longe, em mares remotos, um oficial alemão plantara numas certas ilhas vagamente espanholas, e chamadas Carolinas, a bandeira alemã. Ninguém em Madrid conhecia a existência das Carolinas nem a geografia das Carolinas. Mas os jornais contavam que a Espanha fora ofendida: – e Madrid inteiro, todas as classes de todas as idades, fidalgos, carreteiros, toureiros, padres, magistrados, velhos, crianças de escola, senhoras e servas, tudo correu para praticar o acto mais imediato e mais urgente: ultrajar a bandeira alemã, matar o embaixador alemão, arrasar o edifício da embaixada da Alemanha. E depois a guerra! Uma guerra implacável, toda a Espanha em armas, caindo sobre a Alemanha! Não havia tropas? cada homem seria um soldado! Não havia armas? cada um tomaria o seu cajado ou a sua navalha! Não havia dinheiro? as mulheres empenhariam até a cruz do pescoço. E através deste delírio ninguém ainda percebia onde eram as Carolinas. Também, na primeira Cruzada, quando as multidões, povos inteiros, partiam a vingar a ofensa feita pelo Turco ao sepulcro do Senhor, ninguém sabia onde era Jerusalém...

Foram dois dias sublimes, esses de Madrid. O velho Bismarck, atónito e aturdido, recuou, mandou retirar a bandeira alemã das Carolinas, apelou para o Papa... A Alemanha realmente, perante aquela explosão magnífica da velha alma castelhana, empalidecera. E a Espanha saiu da aventura mais engrandecida, mais consciente da sua grandeza, e cercada das admirações do mundo. É que nada se impõe aos homens como a afirmação heróica de um sentimento justo.

Pois agora vai talvez suceder uma igual aventura. A Espanha foi ferida no seu patriotismo e no seu orgulho. A ofensa não veio de europeus, mas de africanos. É, porém, indiferente para a Espanha que o sacrílego seja forte ou fraco, civilizado ou bárbaro. Houve o sacrilégio, isto é, houve um ultraje à bandeira da Espanha, e, portanto, às armas e guerra implacável!

A Espanha possui no Norte da África, além de Tetuão, de Ceuta e de outros pontos fortificados, uma pequena cidade pouco maior que uma cidadela, que se chama Melila. Em torno há, como em todas as outras possessões, uma zona de cultura, defendida por trincheiras, e fortes. E para além são serranias povoadas por tribos mouriscas, a que se dá o nome genérico de mouros do Rif, ou rifenhos.

Os Mouros naturalmente odeiam os Espanhóis, seus inimigos hereditários, com o ódio de raça e com o ódio de religião: – e os Espanhóis estão ali portanto num permanente estado de defesa. Ultimamente, depois de vagas questões que tinham surgido entre Espanhóis e Mouros na feira vizinha de Frejana, as tribos rifenhas mostraram uma agitação tão visivelmente hostil, que o governador de Melila, general Margallo, mandou reforçar as obras de defesa em torno da zona cultivada, e construir, num certo ponto mais aberto, um forte.

Ora, justamente nesse sítio existia um antigo cemitério mourisco. Nada há mais sagrado para o muçulmano do que um cemitério, porque não só aí repousam os mortos, mas aí vêm orar e meditar,

estudar e celebrar assembleias, e mesmo celebrar festas, os vivos. O cemitério, no mundo maometano, constitui o verdadeiro centro de piedade e de convivência.

Os mouros do Rif representaram pois ao general Margallo que aquele forte, naquele sítio, vinha dominar e devassar o seu cemitério – e constituía portanto uma invasão material e moral do seu território. Foi por um motivo idêntico, por causa da famosa Torre Antónia, que sobrepujava e devassava o Templo de Jerusalém, que os judeus tantas vezes se sublevaram sob a dominação romana. O general espanhol respondeu (como costumava responder o procônsul romano) que, dentro da sua zona, ele tinha o absoluto direito de erguer todos os fortes que julgasse necessários à sua segurança. E mandou construir a obra. Os mouros de noite desceram das alturas e destruíram a obra. Com a costumada teima espanhola, em lugar de conciliar, de escutar as razões que eram atendíveis, porque nasciam de um sentimento religioso, o general Margallo ordenou a reconstrução do forte. Os rifenhos desceram mais numerosos e redestruíram o forte. Diabo! não se podia continuar assim, em plena mourama, esta teia de Penélope tecida ao sol, desmanchada ao luar. O general Margallo recomeçou as obras e colocou-as sob a protecção de um destacamento de sessenta soldados. Os mouros imediatamente soaram o alarme através dos aduares, baixaram e desmantelaram as obras e o destacamento. Tinha corrido sangue – era a guerra.

O que depois ocorreu, não está ainda bem aclarado. O general Margallo, sem esperar reforços, fez, com a sua pequena guarnição de recrutas, para castigar as tribos, uma surtida temeraria – que resultou numa tremenda derrota dos espanhóis (apesar da bravura espléndida com que se bateram) e na morte do próprio general Margallo, varado, logo no começo da acção, por três balas. Entre os oficiais gravemente feridos havia um infante de Bourbon. Os mouros tinham capturado dois canhões e uma bandeira – que os espanhóis retomaram.

Quando o desastre se soube em Madrid, foi outro «dia das Carolinas». Madrid inteiro correu ao palácio, aos ministérios, gritando por vingança e pela guerra. Todo o homem válido se quis alistar como voluntário. Para que não faltasse dinheiro (e o Governo não o tem), o Banco de Espanha ofereceu oitenta milhões, as grandes casas fidalgas prometeram largos donativos, as próprias igrejas desejavam dar as suas alfaias. A Espanha toda rompeu numa outra das suas sublimes explosões de patriotismo. O reizinho, que tem sete anos, cercado no Passeio do Prado por uma imensa multidão que o aclamava, ergueu-se de pé, no assento da carruagem, largou a gritar: – Vamos todos a matar los morosl Foi um delírio. E a Espanha, entusiasmada, lá vai para a guerra!

E em que momento ela vem! Quando a Espanha, muito pacientemente, com um esforço em que também havia heroísmo, estava reconstruindo, dia a dia, migalha a migalha, as suas finanças arrasadas. A guerra é a ruína – porque as tribos do Rif podem pôr em armas sessenta mil homens aguerridos, de incomparável bravura, com espingardas Remington, e tendo por couto as suas serranias inacessíveis. Para vencer esta formidável guerrilha – é necessário uma expedição pelo menos de trinta mil homens, que têm de ser alimentados de Espanha, porque no Rif só há areais. São as finanças espanholas desorganizadas por muitos anos. E ainda o perigo de complicações europeias, porque a Espanha será forçada a penetrar no território de Marrocos (os mouros do Rif são súbditos do sultão de Marrocos), e aí encontra a oposição da Inglaterra, da França, da Itália, que têm todas três pretensões, por motivos de fronteiras coloniais, ou por motivos de dominação estratégica no Mediterrâneo, a esse vasto e rico sultanato. A questão de Marrocos substituiu hoje na Europa, pelos seus perigos, a antiga e clássica questão do Oriente.

Lord Salisbury afirmava ainda há pouco que se a paz do mundo viesse a ser quebrada, seria decerto por causa desse terrível Marrocos. E a Inglaterra já tem em Gibraltar, diante das costas da Africa, à cautela, uma grossa esquadra de couraçados. Assim a Espanha arrasa as suas finanças, e arrisca uma medonha guerra europeia. Mas que lhe importa? Foram mortos oficiais espanhóis, foi ultrajada a bandeira de Espanha – e ela vende as alfaias dos seus templos, e marcha, sublimemente.

Eu pelo menos acho sublime este patriotismo veemente, todo este nobre arranque. Heróica Espanha! Deus lhe dê ventura! Ainda que os mouros do Rif com o seu piedoso amor pelo seu velho cemitério, não deixem de ser interessantes.

E assim, em pleno século xrx, temos de novo, como no Romancero, a Cruz contra o Crescente, e a Espanha na sua antiga e laboriosa ocupação de matar los moros.

[26 de fevereiro de 1894]

OS ANARQUISTAS- VAILLANT [6]

Desde que nos não vimos, caros colegas e amigos, este velho mundo foi de novo abalado por urna bomba anarquista, a bomba de Vaillant.

Esta porém não causou os estragos em pedra e cal da bomba já clássica e quase simbólica de Ravachol; nem fez também a devastação mortal da bomba espanhola do teatro de Barcelona.

A bomba de Vaillant apenas deteriorou alguns veludos de poltronas e pedaços de estuque dourado; e o único ferimento perigoso que causou (e hoje curado) foi o de um primo intelectual do anarquismo, de um socialista neocristão, o doce abade Lemire. Mas espalhou um terror mais intenso que a de Ravachol ou a dos espanhóis, porque, pela primeira vez, a sociedade sentiu a temerosa dinamite arremessada contra um dos seus grandes órgãos vitais, contra o centro regulador das suas funções, contra o Parlamento! As outras bombas só pretenderam destruir prédios ricos, como sendo as formas mais materialmente palpáveis do capitalismo; – ou então burgueses abastados, no acto de gozarem um luxo que ofende especialmente a miséria, o da Ópera. A bomba de Vaillant porém estoura com imprevista audácia sobre o «seio augusto da Representação Nacional». Numa república parlamentar, o Parlamento é o rei. Portanto Vaillant verdadeiramente cometeu um regicídio. E não há crime que impressione – mais do que o regicídio, porque numa sociedade onde se não eliminou inteiramente a ideia de que o chefe é pai, ele participa da natureza do parricidio.

Decerto sabem pelo telégrafo, pelos jornais, a história do feito. No Palais-Bourbon, estando a Câmara em sessão e um deputado na tribuna, Vaillant atira a sua bomba, composta de pregos e pólvora verde dentro de uma caixa de lata, que bate numa coluna, estala no ar antes de cair. Densa fumarada, gritos, terror, tumulto – e imediatamente, também, entre os deputados, aquela serenidade corajosa, ainda que um pouco afectada, que é uma tradição das assembleias francesas, acostumadas desde 1789 a ser invadidas, assaltadas e mesmo espingardeadas pelas plebes em revolta. Todas as portas do Palais-Bourbon se fecham – e as salas de comissões são convertidas em ambulâncias, onde, sobre colchões trazidos à pressa de um quartel, os feridos recebem curativos sumários. Entre esses feridos há um, com pregos espetados nas pernas, que hesita ao dar o seu nome e o seu endereço, e que desperta portanto o faro embotado da polícia. É conduzido ao hospital por dois agentes que se estabelecem ao lado da cama, e começam com ele, amigavelmente, uma conversa hábil sobre anarquistas e fabricação de bombas. O ferido, por um desses impulsos de vaidade bem francesa, bem humana (e que Balzac se deleitaria em notar) alardeia logo o seu conhecimento íntimo com os chefes do anarquismo e com os processos empregados na composição das bombas. Os outros encolhem os ombros, negam a sua competência. E o homem irritado com a contradição termina por gritar:

– Pois bem, fui eu! Fui eu que deitei a bomba! Viva a anarquia! E agora não me macem mais que quero dormir.

Era Vaillant. E sabem decerto também que foi condenado à morte – por um júri que se mostrou feroz, para que em Paris, e sobretudo no seu bairro, não o supusessem medroso. O que é ainda bem francês e bem humano.

---

[6] Publicado na Gazeta de Notícias a 26, 27 e 28 de fevereiro de 1894. Em livro, apareceu nos Ecos de Paris, de 1905, com esse título. Provável falha do responsável pela impressão do artigo: no original, 1879.

A bomba de Vaillant e a sentença que condena Vaillant à morte, sendo dois actos no fundo idênticos porque ambos procuram aniquilar um princípio pela violência, – são também dois actos absolutamente inúteis.

Num crime como o de Vaillant entram, em resumo, três impulsos ou motivos determinantes. Primeiramente há um desejo de vingança, todo pessoal, por misérias longamente padecidas na obscuridade e na indigência. Há depois o apetite mórbido da celebridade – como o prova o facto de Vaillant, nas vésperas de lançar a bomba, se ter fotografado, numa atitude arrogante, voltado para a posteridade. E enfim há o propósito de aplicar a doutrina da seita, que, tendo condenado a sociedade burguesa e capitalista, como único impedimento à definitiva felicidade dos proletários, decretou a destruição dessa sociedade. Só este lado sectário do crime particularmente nos interessa relativamente à sua inutilidade. (Porque, pelos outros dois lados, o acto não foi inútil, visto ter Vaillant realizado a sua vingança, e alcançado a sua celebridade.)

Aqui temos pois Vaillant, como anarquista, com a sua bomba na mão, preparado a demolir, para vantagem do proletariado oprimido, um bocado da sociedade que o oprime, alguns dos seus membros mais activos e potentes, e portanto, para ele, mais opressores. Lança a sua bomba – e suponhamos que, causando um máximo inverosímil de destruição, ela mata os seis ministros, aniquila os quinhentos deputados, e arrasa o edifício do Parlamento! Que sucederia? Que vantagens traria este feito estupendo ao proletário escravizado, e que prejuízos causaria à sociedade escravizadora? Primeiramente espalhar-se-ia por toda a Europa um terror, uma comoção maiores (porque hoje somos mais sensíveis, e o telégrafo e a reportagem dão um alimento mais pronto e mais abundante a essa sensibilidade) que a comoção e o terror causados pelo terremoto de Lisboa em 1755. Depois, imediatamente, o Poder Executivo, que não fora demolido, nomearia um Ministério em substituição do Ministério assassinado; e esse novo Ministério, mesmo assumindo provisoriamente a ditadura, fixaria uma data para que a Nação elegesse uma Câmara nova em substituição da Câmara desbaratada. Em seguida a França faria aos mortos funerais magníficos. Vaillant seria guilhotinado, visto não existir, mesmo para crime tão prodigioso, pena mais completa que a guilhotina.

O Governo decretaria terríveis leis de repressão e, com o apoio entusiasta do país todo, os anarquistas seriam perseguidos, em montarias, como lobos. O Estado reedificaria o edifício do Parlamento em condições mais seguras, e com linhas decerto mais belas. E finalmente de novo a Câmara se reuniria no seu novo edifício, e o tempo que é um grande apagador iria apagando a impressão pungente da catástrofe, e os pobres sofreriam as mesmas necessidades, e Rothschild gozaria os mesmos milhões, e a sociedade burguesa e capitalista continuaria o seu movimento sem ter perdido um átomo do seu capital e do seu burguesismo. Do feito horrendo, só restariam, pelos cemitérios do Père-Lachaise ou de Montmartre, algumas viúvas chorando. E o proletariado anarquista que teria conseguido? O ódio insaciável dos egoístas, a desconfiança dos próprios humanitários. E teria ainda logrado criar, para sua confusão e maior humilhação, ao lado da classe já desagradável dos «mártires da liberdade», a classe, ainda mais desagradável, dos «mártires da autoridade». De sorte que estas bombas arremessadas contra a sociedade, mesmo quando tivessem meios destrutivos que são hoje ainda inconseguíveis com a nossa limitada ciência, nunca passariam, relativamente à força e estabilidade dessa sociedade, de actos impotentes e tão inúteis como bolhas de sabão lançadas contra uma muralha.

A isto replicam os anarquistas: – «Assim é, mas nós não pretendemos destruir, desejamos só aterrar!» Raciocínio vão. O que significa, neste caso, «aterrar»? Significa provar, pela experiência de

uma pequena destruição, a possibilidade de uma destruição imensa. Significa inspirar à burguesia, demolindo-lhe um prédio e matando-lhe três membros, o terror de que lhe possa ser arrasado um bairro e desfeitos em estilhas três mil dos seus mais beneméritos. Mas está comprovado que, por maiores que sejam essas devastações pela dinamite, mesmo quando subitamente por uma delas pudesse desaparecer todo o Poder Executivo e todo o Poder Legislativo, os milhões de burgueses que governam e que conservariam intactos o seu exército, o seu ouro, todas as suas forças, não consentiriam em abdicar de direitos que eles consideram como quase divinos e os únicos capazes de manter ordem e segurança nos agrupamentos humanos. É a eterna inutilidade do regicídio, que, matando o homem, não mata o sistema.

O niilismo russo experimentou essa inanidade da violência: um czar era assassinado, logo outro era coroado, que do próprio crime cometido sobre o pai parecia tirar um acréscimo de força e como uma nova sanção.

Por isso Proudhon, que o anarquismo venera como um de seus santos-padres, pregou constantemente contra o tiranicídio, contra as tendências tiranicidas dos jacobinos do Segundo Império (hoje homens de poder e autoritários) como pregaria, se vivesse, contra a bomba dos anarquistas, por constituir uma outra forma de tirania, e ser sobretudo um tão lamentável desperdício de energia heróica.

Mas, por outro lado, se a bomba de Vaillant, e de muitos Vaillants, é impotente para arrasar, ou mesmo aterrar eficazmente, a sociedade burguesa – a sentença que condena à morte os Vaillants é impotente para suprimir ou sequer assustar o anarquismo. Com estas sentenças, inspiradas por um dever e por uma esperança, o dever fica decerto cumprido porque o criminoso fica castigado; mas a esperança não se realiza porque nem os anarquistas diminuem, nem se tornam mais raros ou mais tímidos os seus assaltos contra a sociedade. Pelo contrário! Está demonstrado, e pela própria polícia, que, desde as primeiras bombas e portanto desde as primeiras repressões, o número dos anarquistas tem crescido na proporção formidável de «um» para «mil»; e enquanto que a primeira bomba foi lançada contra um simples prédio, a última é já arremessada contra o próprio Parlamento em sessão, exercendo soberania. O que era um bando está organizado em seita.

E ódios dispersos, operando sem método e sem dogma, fundiram-se numa religião (ou, se quiserem, numa heresia), em que o ódio decerto é ainda um factor, mas em que é um factor maior o amor, o amor dos miseráveis e dos oprimidos, e que portanto por este lado tem uma grande força de propaganda e uma segura condição de vitalidade. Sobre esta seita, a que bem podemos chamar religiosa (ou, se querem, herética) as sentenças de morte não têm acção, porque não fazem mais que vibrar um golpe unicamente material sobre o que é imaterial, a crença, e assemelham-se portanto a cutiladas atiradas ao vento. A guilhotina decepa uma cabeça, mas não atinge a ideia que dentro residia. Durante um momento, decerto, à força de buscas, de prisões, que são o acompanhamento usual da sentença, a seita fica desorganizada, desconjuntada: – mas para imediatamente se reorganizar além, mais numerosa, mais fanatizada, por isso que vem de padecer uma perseguição. Tais sentenças não têm senão o efeito desastroso de criar mártires. Ora não há semente mais fecunda que uma gota de sangue de mártir, sobretudo quando cai num solo tão preparado para que ela frutifique, como é a alma especial dos humanitarios que chegaram à exacerbação do humanitarismo, não por teoria, mas através de realidades dolorosas e de urna experiência constante das misérias servis. Pense-se o que será (quando um Vaillant é guilhotinado) uma reunião secreta de anarquistas, dos verdadeiros, dos puros, desses milhares de operários de coração generoso e exaltado, para quem o anarquismo é a verdadeira

redenção da humanidade, e que admiram no homem que se sacrificou por essa ideia santa um mártir do amor dos homens! O júri só viu o bruto que quis matar: eles só vêem o justo que quis libertar. Numa tal reunião, onde cada um traz a sua cólera e a sua maldição, é inevitável que alguma alma mais violenta se inflame, apeteça também o martírio, e corra dali a fabricar a nova bomba, que na sua ilusão quase mística concorrerá a remir o proletariado. Aqueles que não podem morrer pela causa querem ao menos sofrer de algum modo por ela, e pela sua justiça. Entre os anarquistas presos recentemente havia um que se fizera gerente responsável de um jornal anarquista, só para ter a glória, o prazer espiritual de sofrer os meses de prisão em que os redactores incorressem pela violência das suas imprecações. Por isso o anarquismo, ***como*** a primitiva seita cristã, tem já os seus «Actos dos Mártires». A vida e suplício de Ravachol andam escritos, e são meditados como o mais puro exemplo da fé e da confissão anarquista. Todos os objectos que pertenceram a Ravachol ganharam o carácter augusto de relíquias. Há um cântico a Ravachol – a **Ravachole.** E cada coração anarquista lhe é um altar.

As perseguições, as execuções, em lugar de diminuírem a seita, só lhe comunicam uma veemência mais devota e portanto mais perigosa. E quando a sociedade mata os anarquistas — é a sociedade que fabrica as bombas. [b]

[27 de fevereiro de 1894]

A violência não cura – e o anarquismo é uma doença. O anarquismo é uma exacerbação mórbida do socialismo.

O germe e os desenvolvimentos desta doença não são difíceis de precisar. No Antigo Regime, o proletário, mantido em servidão dentro de uma organização social muito forte, colocara a sua esperança de felicidade, não já nesta vida que ele via irremediavelmente votada à pena, mas na outra vida, para além da campa, como lho recomendava a Igreja, sua mãe e sua educadora, dando-lhe como garantia a promessa de Jesus que reservava para os pobres o Reino do Céu.

Neste nosso século porém o proletário, doutrinado pela classe média que se tornara desde 1789, em substituição à Igreja, a sua nova educadora, começou a acreditar que, sendo homem, e tendo portanto todos os direitos de homem, poderia realizar a sua felicidade ainda em vida, neste mundo, e sob a garantia de leis. Para isso, segundo lhe afirmava a classe média, bastava que ele demolisse o velho edifício social, a monarquia e as instituições monárquicas que constituíam o único obstáculo à «felicidade das massas». O proletário, convencido, saiu em tamancos dos seus velhos covis, e começou a destruir. Fez três revoluções, ergueu barricadas inumeráveis, exilou reis, incendiou castelos, aboliu privilégios – e pediu em gritos, e com as armas na mão, todas as reformas e liberdades políticas que a classe média lhe indicava ao ouvido e que deveriam realizar essa felicidade terrestre tão largamente anunciada. Enfim, ao cabo de setenta anos de lutas, o povo, tendo arrasado o velho edifício da monarquia, construiu o novo edifício da república, cheio dos confortos e invenções novas da civilização política, a liberdade de reunião, de associação, de imprensa, e todas as outras, entre as quais, bem agasalhado e bem provido, senhor seu, ele começaria enfim a conhecer a ventura de viver. Assim soberbamente instalado, esperou. Os anos passaram. A felicidade anunciada não veio. Apesar de todos aqueles confortos políticos (liberdade disto, liberdade daquilo) continuava, como no antigo edifício feudal, a ter fome e a ter frio. Quando chegava a neve, o direito de voto não o aquecia – e à

hora de jantar, a liberdade de imprensa não lhe punha carne na panela vazia. Pelo contrário, reconheceu que, apesar do nome de «soberano» que lhe tinham dado, continuava na realidade a ser servo – e que o seu novo amo, o burguês capitalista, era muito mais exigente e duro que o antigo amo que ele guilhotinara, o fidalgo perdulário. Todas as suas barricadas, pois, e todas as suas revoluções tinham sido feitas em proveito da classe média, que lhe metera as armas na mão, o impelira ao assalto do Velho Regime! O seu sangrento esforço só servira para entregar o poder à classe média, que se aproveitava desse poder, não para dar ao proletário dentro do novo regime a sua legítima parte de bem-estar, mas lhe explorar o trabalho como lhe explorava a cólera, e fazê-lo esfalfar para o seu enriquecimento material, como o fizera combater para o seu engrandecimento político!

A decepção foi tremenda – e tremendos o ódio, o desejo de vingança contra o traiçoeiro burguês. A parte mais inteligente, mais pacífica, ou mais legal do proletariado concebeu logo a necessidade de fazer uma outra e derradeira revolução, não contra a estrutura política da sociedade nova mas contra a sua organização económica, porque não era agora, por causa do regime político que o proletariado sofria, mas por causa do regime económico, nascido das invenções mecânicas, das descobertas químicas, dos excessos de produção, da concorrência de todos os progressos do século, realizados só em benefício da classe média, e cada vez mais tendentes a separar as duas velhas «nações» de Aristóteles, os pobres e os ricos, atribuindo a uma todos os proveitos, e impondo à outra todas as fadigas. Desde esse momento nascera, ou aparecera organizado na República, o socialismo.

Uma outra parte, porém, do proletariado, a mais inculta ou a mais violenta, ou simplesmente a mais naturalista, concebeu uma outra ideia, e estranha. Para essa, a revolução económica pregada pelo socialismo e concebida ainda dentro de um funesto espírito jurídico é ineficaz, quase pueril, porque não atinge o mal! Associações, **trade unions,** barateamento do capital, seguros de velhice, reclamação para o domínio social dos serviços colectivos, regularização da concorrência, etc., etc., todas essas reformas revolucionárias tentadas pelo socialismo são tigelas de água morna, deitadas sobre uma gangrena. São ainda subterfúgios traiçoeiros do horrendo burguês. O mal, o verdadeiro mal que é necessário extirpar é a própria ideia de direito, de lei, de autoridade, de Estado.

O homem nasceu livre como nasceu bom, e próprio para ser feliz: e todavia por toda a parte está escravizado, e pena sob essa escravidão. Mas quem o escraviza, quem o faz penar? A sociedade com toda a sorte de peias, de estorvos que se opõem à livre expansão da natureza humana, que é fundamentalmente e inatamente boa, e que não poderia nunca ser senão um radiante progresso do homem no sentido do bem. Esses empecilhos odiosos são as leis, a autoridade, o Estado. A própria moral é, como o direito, fictícia, e um outro jugo imposto ao homem. Tudo isso pois tem de ser destruído, para que a nova humanidade realize, na absoluta liberdade, a absoluta felicidade. Mas como a sociedade está irremediavelmente impregnada desses funestos conceitos, que são a sua alma, e o seu princípio de coesão, é inútil fazer revoluções para a transformar ou melhorar; porque, qualquer que seja a forma que se dê à sociedade, ela conterá sempre em si o vírus horrível – o princípio de direito, de Estado, de autoridade!

A única solução portanto é arrasar completamente a sociedade, matando e sepultando para sempre sob os seus destroços, esses princípios fatais que até agora a têm governado, e depois recomeçar de novo a história desde Adão. E a sociedade tem de ser destruída, em bloco, toda ela, sem se empurrarem para um lado os culpados, e sem se resguardarem para outro lado os inocentes. No mundo actual não há inocentes. Decerto existe uma classe mais especial e odiosamente criminosa – a classe dos ricos, que foi quem concebeu, para seu proveito, e contra os pobres, esses estorvos morais e

sociais, que se chamam direito, autoridade, Estado, e que são a causa de todo o mal humano. Mas a sociedade inteira é solidária e responsável do mal. Todo aquele que pacificamente se aproveita da protecção das leis é tão culpado como o monstro que inventou as leis. E uma costureira que se priva de apanhar uma flor num jardim público é já uma cúmplice da sociedade porque, pelo seu consentimento tácito, ela concorre a que se perpetue o despotismo do regulamento. É pois necessário destruir tudo, – e atirar indiscriminadamente a bomba redentora contra as classes exploradoras, contra as classes voluntariamente exploradas, contra a cidade onde se realiza a exploração, contra as próprias crianças que nascem, porque elas já trazem em si o vírus da submissão explorável.

Tal é em resumo, muito em resumo, a teoria do anarquismo.

Basta que ela seja enunciada para que se lhe reconheçam logo todos os sintomas duma alucinação mórbida. Não há nela proposição que não seja quimérica: uma só é exacta, aquela pela qual o anarquismo se prende ao socialismo, e que estabelece, com razão, que a presente organização social, em que uma classe possui todos os gozos e outra sofre todas as misérias, é iníqua.

Partindo do facto desta grande e atroz injustiça, o anarquista começa, logo que dele se afasta, para lhe procurar a causa e a cura, a delirar. Delira quando, ao procurar a causa do mal, a encontra no princípio do direito: e delira ainda mais quando, ao procurar a cura do mal, a entrevê ou antes claramente a vê, na destruição da humanidade pela dinamite. O anarquista é pois, no fundo, um socialista que caminhou seguramente, por um caminho racionável, enquanto foi, como socialista, acusando a organização da sociedade: – mas que depois, ou impaciente desse lento caminho jurídico, ou cedendo aos impulsos duma natureza desequilibrada, deu um grande salto para fora da realidade, rolou no absurdo, e cabriolando através duma metafísica insensata, veio cair miseravelmente em práticas duma ferocidade selvagem.

Há pois razão para dizer que o anarquismo é uma doença, uma exacerbação mórbida do socialismo. [d]

[28 de fevereiro de 1894]

Mas como é que esta seita de doentes, tão disparatada na sua doutrina, e tão impotente nos seus meios de acção (o que obsta sempre à eficácia de qualquer propaganda), se mantém e alastra na proporção de um para mil? O anarquismo decerto se desenvolve, como todas as epidemias, por ter achado em torno uma atmosfera propícia e mesmo simpática. A verdade é que toda a sociedade que eles desejam arrasar, é tacitamente cúmplice dos anarquistas.

Esta cumplicidade, que mal percebemos, mas que é real e activa, tem dois motivos: – um extremamente nobre e honroso, que é a nossa filantropia, a nossa crescente piedade pelos que sofrem, e outro, extremamente baixo e vergonhoso, que é o nosso doentio entusiasmo por tudo quanto é extravagante, monstruoso, histérico, fora da calma razão e do equilíbrio da vida. No anarquista nós vemos dois homens, com quem secretamente e sinceramente simpatizamos: – um é o desgraçado, que padeceu frio e fome; outro é o alucinado que se ergue da sombra, com a sua bomba na mão, para fazer de todo este mundo, de todas as suas glórias e de todas as suas riquezas, um montão de negros destroços sem forma e sem nome! E tão pervertidos estamos, que eu não sei realmente por qual destes dois homens nos interessamos mais – se por aquele que sensibiliza o nosso coração, se por aquele que

excita a nossa imaginação. Francamente, qual nos emociona mais – o infeliz ou o monstro? Desconfio que é o monstro.

Em todo o caso, nós estamos, tacitamente, pelo coração e pela imaginação, em simpatia com o anarquista. E quase se pode dizer que, exceptuando a porção mais egoísta e espessa da burguesia, e alguns homens de Estado a quem por profissão são vedadas a sensibilidade e a fantasia, todas as classes mundanas, intelectuais, artísticas, ociosas, se estão abandonando com voluptuosidade às emoções novas do anarquismo. Desde já existe, e muito contagioso, o diletantismo anarquista. Duquesas moças, cobertas de diamantes, condenam a má organização da sociedade, comendo codornizes trufadas em pratos de Sèvres. Nos cenáculos decadistas e simbolistas, a destruição das instituições pela dinamite aparece como uma catástrofe cheia de grandeza, de uma poesia áspera e rara, e quase necessária para que o século finde com originalidade. E nada caracteriza mais estes estados de espírito, onde alguma sinceridade se mistura a muita afectação, do que a frase já histórica do poeta Tailhade. Ao saber em uma cervejaria literária, que Vaillant acabava de atirar a sua bomba na Câmara dos Deputados, este simbolista exclama languidamente e quase em êxtase:

– Já vai pois desabando o velho mundo!... O gesto de Vaillant é belo!

«O gesto é belo!» Todo Paris repetiu, com mal escondida admiração, esta frase que revelava aos profanos a beleza estética do crime anarquista. «O gesto é belo!» E muito honesto moço, incapaz de pisar voluntariamente o pé do seu semelhante, reconheceu, sentiu a beleza do gesto de Vaillant – a beleza daquele braço magro que se ergue lentamente, solenemente, e deixa cair a morte sobre um mundo condenado. Os anarquistas, eles próprios, já falam na beleza do seu gesto. Numa sociedade tão culta como a nossa, e tão saturada de arte, uma revolta social deveria necessariamente ter, além da justiça, a elegância plástica, a graça majestosa mesmo no seu furor. O anarquismo já se sentia justo. Os poetas mais entendidos em harmonia e ritmo acabam de lhe assegurar que ele é também esteticamente belo.

Mas é sobretudo na imprensa que o anarquismo encontra um mais vivo estímulo ao seu desenvolvimento. Todos os jornais de Paris, quer sejam ferozmente hostis aos anarquistas, quer nutram por eles uma mal disfarçada benevolência, são unânimes num ponto – em os cercar da mais pródiga e ressoante celebridade. Um general vitorioso, um grande homem de Estado, um poeta como Hugo, um sábio como Pasteur, nunca tiveram na imprensa de Paris um reclamo tão minucioso como tem qualquer aprendiz de anarquista, que atire contra um velho muro uma bombazinha tímida.

Se é anarquista, se lançou a bomba – é dele a fama universal, que nem sempre conseguem os santos e os génios.

Mal se pode imaginar a que excessos se abandonou a reportagem de Paris a respeito de Vaillant. Os menores actos da sua vida, a gola de astracã do seu casaco, o seu modo de enrolar o cigarro, o que comeu, o que disse, o sobrolho que franziu – tudo foi miudamente e clamorosamente contado ao mundo com um calor em que a própria indignação tinha não *sei* quê de laudativa. De sorte que hoje em Paris, para se ter uma verdadeira celebridade, é melhor atirar uma bomba a qualquer corpo do Estado, do que escrever a **Lenda dos Séculos.**

Assim fanaticamente convencido da justiça superior da sua ideia e tornado mais fanaticamente desesperado pelas brutais leis de excepção que contra ele decreta o Estado; cercado das simpatias dos humanitários; declarado esteticamente belo pelos poetas; apreciado como uma novidade picante pelo diletantismo mundano; e magnificamente popularizado pela imprensa – como não há-de o anarquismo alastrar nessa proporção temerosa de um para mil?

Para que não crescesse, como planta bem regada, e ao contrário se estiolasse, seria necessário que ele próprio se persuadisse, se não já da falsidade da sua ideia, ao menos da inutilidade das suas práticas; que o Estado não suscitasse contra ele leis de excepção, odiosas e intoleráveis ao espírito de equidade; que os humanitários o reprovassem pela sua indiscriminada condenação de inocentes e culpados; que os poetas e os artistas descobrissem que o gesto é meramente bestial; que o diletantismo se desinteressasse dele como de um banal partido político; e que a imprensa o envolvesse em um silêncio regelador.

Então sim! Talvez eliminadas estas condições que a favorecem, a febre que produz o anarquismo se calmasse, e o anarquista, restituído à saúde intelectual, reentrasse no largo e fecundo partido socialista, de que ele se separara em um momento de delírio.

Assim possa ser. As guerras servis (e o anarquismo é uma guerra servil) nunca conseguiram senão desenvolver nas classes opressoras os instintos de tirania, e retardar funestamente a emancipação dos servos. Cada bomba anarquista com efeito só adia, e por muitos anos, a emancipação definitiva do trabalhador. Além disso os anarquistas que até agora têm lançado a bomba, não são puros; têm todos no seu passado um crime, e um crime feio, de malfeitor. De sorte que não se sabe bem se a bomba é neles um primeiro acto de justiça, se um derradeiro acto de perversidade. Para que a bomba pudesse ter uma alta significação social, seria necessário que fosse lançada por um justo, ou por um santo. Até que surja esse santo para santificar o anarquismo, o melhor que se pode dizer dele, quando se não seja um capitalista apavorado e enfurecido pelo pavor – é que o anarquismo é uma epidemia moral e intelectual.

Ora o dever da sociedade, perante uma epidemia, é circunscrevê-la, isolá-la – não criar em torno dela, por curiosidade depravada dum mal original e raro, uma vaga atmosfera de simpatia, de admirações literárias, de piedades estéticas e de delicioso terror, que goza à novidade do seu arrepio.

Toda esta larga aragem de favor é um crime – porque, animando indirectamente a obra abominável do anarquismo, retarda directamente a obra útil do socialismo, e concorre para que se prolongue, mais revigorada pela reacção, esta ordem social, que é tão cheia de desordem.

Mas demais falámos de bombas! Bem vos basta, caros colegas e amigos, as que aí vos caem em casa (e que decerto também não compreendeis bem), sem terdes ainda de vos preocupar, por dever crítico, daquelas que aqui estouram sobre o nosso Velho Mundo. Todas estas bombas, com efeito, são bem difíceis de explicar, de deslindar... Rebentam, matam, há mulheres que choram, e a desordem social cresce. Todavia elas são arremessadas com convicção e por um amor ardente do bem público. Enfim, o que podemos afirmar sinceramente é que – cá e lá más bombas há.

[26 de abril de 1894]

Outras Bombas Anarquistas - O Sr. Brunetière e a Imprensa [7]

As bombas anarquistas (porque tivemos outra, a bomba de Henry, lançada no café Terminus e que feriu trinta pessoas) vão entrando lentamente na classe dos acidentes naturais, onde tomam um modesto lugar, logo depois das inundações e dos incêndios. Evidentemente o primeiro rio que alagou os primeiros campos cultivados, ou o primeiro fogo que rebentou na primeira cidade edificada, encheu os homens de um terror tanto mais desordenado quanto por trás dessa rebelião de elementos eles viam a cólera de um Deus ofendido. Cada várzea inundada, cada cabana queimada, dava assim motivo a longas cerimónias expiatórias, à invenção de novas fórmulas litúrgicas, a um desenvolvimento excessivo da autoridade sacerdotal, e mesmo a especulações lírico-metafísicas dos vates, que eram então os filósofos que tudo explicavam. Depois, quando se observou que estas violências da água e do lume ocorriam tão regularmente como as estações, e que cada Inverno os vales se submergiam, e cada Verão ardiam as choças de madeira e colmo, não houve mais coração que palpitasse de pavor místico. Mesmo acreditando sempre que, através de tais desastres, se manifestava o descontentamento divino, foi à autoridade civil e não já à casta sacerdotal que se pediram medidas preventivas ou salvadoras. E nem se lhe conferiram poderes novos e excepcionais, na certeza que, para conter a água e apagar o fogo, bastaria apenas alguma vigilância e saber técnico da administração urbana e rural.

Com efeito há já alguns milhares de anos que os rios devastam searas e o lume devora prédios, sem que por isso a Igreja e o Estado se comovam ou tremam pela sua estabilidade.

É exactamente o que vai sucedendo com os anarquistas. Às primeiras bombas houve um tumultuoso terror, como perante uma estranha e demoníaca demência que ameaçava a velha estrutura social. Cada explosão foi motivo para que se promulgassem leis de excepção, para que se reforçasse temerosamente o braço penal dos governos, para que os filósofos formulassem complicadas receitas sociológicas, e mesmo para que certos espíritos mais impressionáveis suspirassem pela intervenção divina de um Messias, como único capaz de pacificar os homens. Depois, quando se ouviu cada semana estalar uma bomba, e sem destruir mais propriedades ou vidas do que certos desabamentos de terrenos ou descarrilamentos de comboios, o medo fantasmagórico duma catástrofe social imediatamente findou: o hábito embotara a emoção, e estas explosões revolucionárias começaram a ser equiparadas às que fatalmente e inevitavelmente se produzem dentro duma civilização industrial e mecânica, as do gás, das caldeiras de vapor, das peças a bordo dos couraçados, e do «grisu» no fundo das minas. Contra elas já não parece necessário improvisar códigos mais repressivos, nem invocar a interferência messiânica. E a opinião tranquilizada só reclama, para domar a bomba, essas medidas preventivas que na indústria se esperam da prudência técnica dos contramestres, e na ordem civil da vigilância profissional dos comissários de polícia.

É neste espírito que a polícia em Paris está procedendo à prisão sistemática de todos os anarquistas.

Cada madrugada se faz através da cidade uma colheita de sectários. Ontem quinze, hoje vinte... Os jornais apenas publicam, sem comentários, a lista seca dos nomes. Alguns destes homens têm mulher, têm filhos, a quem o pão vai faltar. Mas desses detalhes mínimos, neste momento de

---

[7] Este artigo foi publicado na *Gazeta de Notícias* de 26, 27 e 28 de abril de 1894 e incluído na coletânea Ecos de Paris, 1905, com estas designações. “Outra bomba anarquista. O Sr. Brunitiére e a imprensa.”

saneação pública, não cura o pretor. A coisa essencial é que não reste, livre nas ruas de Paris, um proletário capaz de misturar um pouco de glicerina a um pouco de ácido nítrico. Nem é mesmo necessário que o anarquista seja militante. Os simples teóricos, que professam e metodizam o anarquismo no livro ou no jornal, são igualmente levados na vasta montaria policial. De resto, o que o Governo pretende, com esta encarceração geral de anarquistas, é conhecê-los, fotografá-los, estudá-los, surpreender as suas ligações e afiliações, e formar assim um registo muito minucioso e muito documentado de toda a seita.

Findo este vasto inquérito prático, todos serão soltos, como se soltam as manadas dos bois – nas lezírias, depois de bem numerados e bem marcados. Indubitavelmente é uma dura lei; – mas vem de uma dura necessidade. Era realmente intolerável que, numa cidade do século XIX, um pacífico homem não pudesse entrar num café, ou num teatro, com a mulher e o filho, sem correr o risco de voltarem de lá, ele e os seus, crivados de pontas de pregos, em nome de uma heresia digna do século III. Porque o anarquista é com efeito um socialista que se tornou herético. Este nosso anarquismo está para o socialismo, como estavam para o cristianismo nascente os montañistas, e os valentinistas, e os carpocrátios que pregavam o amor livre, e os circoncélios que pregavam a destruição universal, e tantos outros, extravagantes e terríveis. Todos esses heréticos, tortulhos venenosos da árvore evangélica, não fizeram senão deturpar e desacreditar a pureza da doutrina, retardar-lhe a obra regeneradora, e atrair-lhe perseguições sangrentas. Eram por isso ainda mais odiados pelos bispos cristãos, que pelos pontífices pagãos. E quando sobre eles caía a lei do império, com ferocidade, como sobre inimigos do género humano, havia tanto regozijo do lado de Jesus, como do lado de Júpiter.

Igual regozijo acompanha esta perseguição, que nada tem, louvado seja o nosso tempo, da crueldade de Décio ou de Diocleciano. Mesmo os que lamentam que ela espalhe tanta miséria entre mulheres e crianças abandonadas, desejam veementemente que a seita seja, se não esmagada, ao menos inutilizada. A obra do Estado seria pois perfeita se, inspirada simultaneamente pelo sentimento de ordem e de humanidade, ele, pelo lado da polícia, prendesse os anarquistas, e pelo lado da assistência pública, lhes socorresse as famílias que ficam sem o pão do salário perdido.

Mas infelizmente entre tantos órgãos de que está provido o Estado, não há nenhum que tenha a forma, mesmo vaga, de um coração humano.

Não sei se conhecem o Sr. Brunetière. O Sr. Brunetière é hoje nas letras francesas um grande personagem – quase devia dizer, dada a qualidade do seu espírito e das suas funções, um grande mandarim. Quando o velho Buloz foi exilado da *Revista dos Dois Mundos*, por ter amado fora da *Revista*, e com uma espécie de amor que a *Revista* não permite, a assembleia de accionistas dessa venerável publicação nomeou para o cargo de director o Sr. Brunetière. Além disso o Sr. Brunetière era já o director, se não espiritual, ao menos intelectual, das damas letradas do Faubourg St. Germain, tendo portanto a gloriosa missão de ensinar o que, em matéria de literatura, uma duquesa deve aceitar ou deve rejeitar para conseguir um lugar no reino dos bons espíritos. Como consequência destes dois nobres empregos, o de director da *Revista* e confessor literário das almas aristocráticas, o Sr. Brunetière foi por influência das senhoras (e entre as senhoras incluo a *Revista)* eleito membro da Academia Francesa. E finalmente; para consagrar a sua reputação, a mocidade das escolas apupou furiosamente o Sr. Brunetière, e, assim como a democracia revoltada outrora queimava o trono dos tiranos (não sei se aí no Rio na revolução de Novembro se omitiu esta formalidade clássica), quebrou a poltrona professoral, onde ele, na Sorbona, pregava a boa doutrina, desmantelava o naturalismo, e explicava às suas devotas a maneira mais delicada de saborear Bossuet. Eu conto estes guinchos e

furores da mocidade como um dos elementos da sua glória, se não já do seu valor, porque desde que as ideias gerais recomeçaram a apaixonar os espíritos moços e que nos pátios das universidades se trocam outra vez bengaladas por causa de teorias, um professor só poderá ser considerado suficientemente original, vivo, forte, fecundo, quando o seu ensino tenha provocado rancores ou entusiasmos.

Os antigos portugueses tinham, da nossa história trágico-marítima, tirado este provérbio: «Só a grande nau, grande tormenta». E por isto significavam implicitamente um certo desdém por toda a barcaça chata e nua, que passava desapercebida do vento e da vaga. O Bairro Latino está criando um provérbio paralelo: – «Só a grande professor, grande berreiro». Quando o professor é chato ou oco, em torno dele ou do seu ensino há indiferença e calmaria. O escândalo, ao contrário, prova um mestre.

Ora, dum homem por tantos motivos importante como o sr. Brunetière, todas as palavras são importantes. Por isso, a feroz verrina que ele, nó seu discurso de recepção na Academia Francesa, lançou contra os jornais e os jornalistas, mereceu mais atenção do que geralmente merecem estas grandes e usuais imprecações contra a imprensa, as mulheres, o vinho e outros males.

[27 de abril de 1894]

Eu conheço imperfeitamente o Sr. Brunetière, que é um crítico de profissão. Se nesta nossa idade de colossal e quase abusiva produção (só a França publica por ano *12.000* volumes!) já não há tempo para ler os autores – quanto menos os comentadores! O Sr. Brunetière ensina agora na Sorbona a compreender e a amar Bossuet. Mas quem teve o vagar ditoso de ler primeiramente Bossuet, se é que o não leu no começo da sua educação clássica? Eu, na minha mocidade, folheei os *Sermões* e as *Orações Fúnebres;* mas não cheguei a penetrar, como devia, no *Discurso sobre a História Universal.* E desde então, desgraçadamente, não logrei ainda um momento para absorver a teoria do grande bispo sobre a série dos tempos, das religiões e dos impérios. Quando muito conheço a página clássica, tão majestosa e rica, em que ele pinta a omnipotência de Augusto e a beleza e recolhimento da paz romana, nas vésperas de nascer Jesus. É pouco. Mas se tão pouco conheço Bossuet, não me deve ser censurado o ignorar quase inteiramente o seu apologista.

Pelo que tenho ouvido porém, parece-me que o Sr. Brunetière está para as letras, como um botânico está para as flores. Percorrendo os canteiros de um jardim, o botânico conhece cada flor, e o seu nome latino, e o número das suas pétalas, e todas as suas variedades, e o largo género em que se filia, e a zona e o terreno que melhor convém ao seu desenvolvimento, etc, etc... Há só na flor uma coisa sobre que o juízo do velho botânico sempre claudica, ou porque a desdenhe ou porque a não sinta – e é a beleza especial da flor, que está talvez na cor, nas dobras das folhas, na maneira por que se mantém na haste, em mil particularidades indefinidas nesse «não sei quê» que lhe habita as formas e que faz com que diante dela paremos, e a contemplemos, e a apeteçamos, e a colhamos. O Sr. Brunetière é este sapiente botânico entre flores. Que lhe dêem um poeta, e ele imediatamente o classificará, lhe colocará um rótulo nas costas, mostrará o género que cultivou, desfiará as qualidades que revelou nesse género, exporá as influências de raça e de meio e de momento histórico que concorreram para o desenvolvimento dessas qualidades, etc, etc. Será superiormente erudito – e só lhe faltará o sentir, pelo gosto, esse «não sei quê» de íntimo que constitui a beleza, ou a grandeza do poeta. O Sr. Brunetière é um botânico das letras. E de resto esta comparação não lhe poderia

desagradar, porque ele é um dos que recentemente, ao que parece, mais se têm aplicado a introduzir nas ciências morais o método das ciências naturais, e a considerar as obras humanas, e sobretudo as obras de literatura e de arte, como produtos de que a crítica e a estética só têm a verificar os caracteres e a esmiuçar as causas. Isto desde logo o torna para mim um crítico extremamente respeitável e pouco simpático. Ignorante como sou, eu gosto de um crítico que me possa explicar as causas e os caracteres da obra de Musset, mas que sinta palpitar o coração quando lê as *Noites* e a *Carta a Lamartine*, ou porque se lhe comunicou a emoção do ardente lírico, ou porque se enlevou na contemplação da beleza realizada. Sem a faculdade emotiva e o gosto, o crítico pertence àquela espécie de esmiuçadores de causas, e arrumadores de géneros, que Carlyle chamava os «ressequidos».

Além disso, segundo ouço, o Sr. Brunetière é um ríspido, um inflexível, todo ele dogmatismo e intolerância, sem uma gota, para o amolecer e lubrificar, daquele «leite da humana bondade» de que fala outro inglês, o muito adorável Dickens. E esta outra qualidade do Sr. Brunetière aumenta a minha antipatia, toda de instinto, para com este homem de talento e de bem. Não posso por isso ser considerado suspeito, no aprovar, como aprovo, todas as acusações que, no seu discurso de recepção na Academia, ele desenrolou contra os jornais, contra os jornalistas, e, portanto, contra mim, que sou, a meu modo, e de um modo bem imperfeito, uma espécie de jornalista.

O Sr. Brunetière censura à imprensa a sua superficialidade, a sua bisbilhotice e escandaloso abuso da reportagem, e o seu sectarismo. Ser superficial, bisbilhoteiro, e sectário, é ter realmente uma respeitável soma de defeitos.

Um só basta para desacreditar em matéria intelectual ou social. Todos juntos pedem as Gemónias. E todavia a imprensa, que os possui todos, está num trono e resplandece. Mas Nero e Vitélio governaram o mundo – e a sua triunfal autoridade não lhes tira a indecente monstruosidade!

A imprensa, que também hoje governa o mundo, não é, Deus louvado, nem indecente, nem monstruosa. Todos esses vícios, porém, que lhe atribui o Sr. Brunetière, é certo que ela os pratica, em proporções diversas, segundo o seu temperamento de raça e as suas condições funcionais. O *Times* e outros jornais ingleses, riquíssimos, e possuindo toda uma coorte de especialistas, pronta a tratar todas as matérias, desde as de culinária até as de metafísica, apresentam geralmente, sobre as questões ocorrentes, estudos sólidos em que está resumido muito saber, e muita experiência. Por outro lado, na Alemanha, país das ideias gerais, e que só se interessa por ideias gerais; e em Portugal e na Espanha, onde todos herdámos dos nossos avós Godos e Árabes o respeito quase sacrossanto da vida íntima, – os jornais não são bisbilhoteiros, nem abusam indiscretamente da reportagem miúda.

Em média, porém, afoitamente se pode afirmar que na Europa e na América a imprensa é superficial, linguareira e sectária. Ora, estes defeitos não são, a meu ver, somente perniciosos por enfraquecerem, como pretende o Sr. Brunetière, a autoridade da imprensa e fazer lamentar os tempos sólidos de Armand Carrel, em que se punha na composição de um artigo mais cuidados do que hoje se põe na preparação de uma Enciclopédia. Tais defeitos são sobretudo nocivos, porque a imprensa os comunica ao público, com quem está em permanente comunhão, e assim, em lugar de educadora, se tem lentamente tornado uma viciadora do espírito e dos costumes.

Incontestavelmente foi a imprensa, com a sua maneira superficial e leviana de tudo julgar e decidir, que mais concorreu para dar ao nosso tempo o funesto e já irradicável hábito dos juízos ligeiros. Em todos os séculos se improvisaram estouvadamente opiniões: em nenhum, porém, como no nosso, essa improvisação impudente se tornou a operação corrente e natural do entendimento. Com excepção de alguns filósofos mais metódicos, ou de alguns devotos mais escrupulosos, todos nós hoje

nos desabituamos, ou antes nos desembaraçamos alegremente do penoso trabalho de reflectir. É com impressões que formamos as nossas conclusões. Para louvar ou condenar em política o facto mais complexo, e onde entrem factores múltiplos que mais necessitem análise, nós largamente nos contentamos com um boato escutado a uma esquina. Para apreciar em literatura o livro mais profundo, apenas nos basta folhear aqui e além uma página, através do fumo ondeante do charuto. O método do velho Cuvier, de julgar o mastodonte pelo osso, é o que adoptamos, com magnífica inconsciência, para decidir sobre os homens e sobre as obras. Principalmente para condenar, a nossa ligeireza é fulminante. Com que esplêndida facilidade declaramos, ou se trate de um estadista, ou se trate de um artista – «É uma besta! É um maroto!» Para exclamar – «É um génio!» ou «É um santo!» oferecemos naturalmente mais resistência. Mas ainda assim, quando uma boa digestão e um fígado livre nos inclinam à benevolência risonha, também concedemos prontamente, e só com lançar um olhar distraído sobre o eleito, a coroa de louros ou a auréola de luz.

Nestes tempos de borbulhante publicidade, em que não ladra um cão em Constantinopla sem que nós o sintamos, e em que todo o homem tem o seu momento de evidência, nós passamos o nosso bendito dia a promulgar sentenças e a lavrar diplomas. Não há facto, acção individual ou colectiva, personalidade ou obra humana, sobre que não estejamos prontos, apenas elas nos sejam apresentadas, a formular muito de alto uma opinião catedrática.

E a opinião tem sempre e apenas por base aquele pequenino lado do facto, da acção, do homem, da obra, que aparece, num relance, ante os nossos olhos fugidios e apressados. Por um gesto julgamos um carácter, por um carácter avaliamos um povo. A antiga anedota daquele inglês funambulesco que, desembarcando em Calais de madrugada, e avistando um coxo no cais, escreve no seu livro de notas – «A França é habitada por homens coxos» –, ilustra e simboliza ainda hoje a formação das nossas opiniões.

[28 de abril de 1894]

E quem nos tem enraizado estes hábitos levianos? O jornal, que oferece cada manhã, desde a crónica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, das onze à meia-noite, entre o silvar do gás e o fervilhar das chalaças, por excelentes rapazes que entram à pressa na redacção, agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena, indiferentemente sobre uma crise do Estado, ou sobre o mérito de um *vaudeville.* Como exemplo picante eu poderia citar o modo por que a imprensa de Paris tem comentado a revolta do Brasil e julgado o povo do Brasil, sobre vagos bocados de telegramas truncados – se não receasse entrar em um caminho escorregadio, onde me arriscaria a esbarrar com os nossos queridos colegas do *País* e do *Tempo,* armados da sua férula.

Lembrarei apenas que, ainda não há uma semana, o articulista encarregado no *Fígaro* de criticar cada dia os acontecimentos políticos da Europa, e que, portanto, deve conhecer a Europa, estudando a situação económica de Portugal, afirmava, e com uma soberba certeza, que «em Lisboa os filhos das mais ilustres famílias da aristocracia se empregavam como 'carregadores da alfândega', e ao fim de cada mês mandavam receber as soldadas pelos seus lacaios!» Estes herdeiros das grandes casas de Portugal, carregando pipas de azeite e fardos de café no cais da alfândega, e conservando todavia criados de farda para lhes ir receber o salário – formam um quadro simplesmente portentoso. Pois

quem o traça é o *Figaro,* um dos mais considerados jornais de Paris, e um dos que têm um pessoal mais largo e mais remunerado. E Lisboa todavia está a dois dias e meio de Paris! Mas Londres dista apenas sete horas e meia de Paris – e constantemente os jornais franceses escrevem sobre a Inglaterra, e as coisas inglesas, com a mesma segura ciência com que o *Fígaro* descrevia as ocupações da nobreza de Portugal.

Ora, dizia não sei que sentencioso crítico espanhol que, quando se lê constantemente Séneca, ganha-se os hábitos de espírito de Séneca. E quando se tem como usual alimento do espírito o *Fígaro* e consortes (e é destas magras viandas que hoje se nutre a maioria dos civilizados), facilmente se toma o hábito de ir espalhando estouvadamente, sobre os homens e sobre os factos, juízos efémeros e ocos. E eu próprio, por humildade, para não ostentar uma orgulhosa abstenção do pecado comum, comecei por dar aqui, sobre o Sr. Brunetière – um juízo ligeiro, nascido de impressões fugidias.

A outra acusação feita à imprensa pelo douto académico é a de bisbilhotice, da indiscreta e desordenada reportagem.

Há aqui alguma ingratidão da parte do Sr. Brunetière. Para a crítica, sobretudo como ele a compreende e exerce, a reportagem é a grande abastecedora de documentos. Quanto mais detalhes a indiscrição dos repórteres revelar sobre a pessoa do Sr. Zola, e os seus hábitos, e o seu regime culinário, e a sua roupa branca, tantos mais elementos positivos terão os Brunetière do futuro para reconstruir com segurança a personalidade do autor de *Germinal,* e, através dela, explicar a obra. Não é indiferente saber como era feito o nariz de Cleópatra, pois que do feitio desse nariz dependeram, durante um momento, como muito bem diz Pascal, os destinos do universo. Mas, como a reportagem hoje se exerce, não só sobre os que influem nos negócios do mundo ou nas direcções do pensamento, mas sobre toda a «sorte e condições de gente», desde as *cocottes* até aos *jockeys* e desde os *dandies* até aos assassinos, sucede que esta indiscriminada publicidade, sem concorrer em nada para a documentação da história, concorre, e prodigiosamente, para o desenvolvimento da vaidade.

O jornal é hoje, com efeito, o grande assoprador da vaidade humana. Em todos os tempos houve vaidosos – e não querem decerto que eu estafadamente cite o estafado Alcibíades, cortando o rabo do seu estafado cão, para que se fale dele nas praças de Atenas. A vaidade é mesmo muito anterior a Alcibíades, já aparece a páginas três da Bíblia, e a folha de vinha, bem colocada, é o seu primeiro acto mundano. Incontestavelmente, porém, em nenhum tempo a vaidade foi, como no nosso, o grande, o principal motor das acções e da conduta. Nestes estados de alta civilização, que produzem cidades do tipo de Paris e de Londres, tudo se faz por vaidade, e com um fim de vaidade.

E dessa forma nova e especial da vaidade só o jornal é culpado, porque foi ele que a criou. Essa forma consiste na notoriedade que se obtém através do jornal.

«Vir no jornal!» Ter o seu nome impresso, citado no jornal! Eis hoje, para uma forte maioria dos mortais que vivem em sociedade, a aspiração e recompensa supremas.

Nos regimes aristocráticos, o grande esforço era obter, se não já o favor, ao menos o sorriso do príncipe. Nas nossas democracias é alcançar o louvor do jornal. Para conquistarem essas dez ou doze linhas benditas, os homens praticam todas as acções – mesmo as boas. Não é mesmo necessário que essas linhas contenham um panegírico: basta que ponham o nome, a personalidade em evidência, numa tinta bem negra, que hoje tem um brilho mais desejado que o antigo nimbo de oiro. E não há classe que não esteja devorada por esse apetite mórbido do reclamo. Ele é tão vivo no mundano, no homem de prazer, na mulher de luxo, como naqueles que parecem preferir na vida a obscuridade, o silêncio. Por que vêm agora, nestas semanas, esses frades dominicanos, do fundo dos seus claustros,

pregar nos púlpitos de Paris sermões de Quaresma grandemente teatrais e criadores de escândalo? Para terem uma celebridade no género Coquelin, e *interviews* nos jornais de literatura elegante, e o seu retrato, no hábito do grande S. Domingos, exposto entre *jockeys* ilustres e as cancanistas do Moulin Rouge. É esta esperança do «artigo no jornal», que, como outrora a esperança do Céu, governa a conduta e as ideias – e para «vir no jornal» é que os homens se arruinam, e as mulheres se desonram, e os políticos desmancham a boa ordem do Estado, e os artistas se lançam na extravagância estética, e os sábios alardeiam teorias mirabolantes, e de todos os cantos, em todos os géneros, surge a horda sôfrega dos charlatães. Cada um se empurra, se arremessa para a frente, quer fazer estalar, bem alto no ar, o seu fogo de artifício, para que o jornal o comente, e a multidão se apinhe e murmure boquiaberta: – *Ah!*

Mas, por Deus!, agora reparo que estou aqui compondo uma página de moralista amargo, o que é faltar ao bom gosto do nosso tempo, e sobretudo aos santos preceitos da ironia. Imediatamente me calo – e estou mesmo pronto a concordar que o jornal também incita à virtude... E tal magnífico banqueiro judeu dá, pelo Natal, cem mil francos aos pobres, para que a sua caridade venha no jornal! Bendito seja o jornal!

Nem mesmo, com receio de tomar o desagradável tom de um censor dos costumes, quero insistir na outra acusação formulada pelo Sr. Brunetière contra a imprensa – a de partidarismo e de sectarismo. De resto é por pura humildade cristã que eu, que me considero a meu modo um jornalista, confessei, falando do jornalismo, estes pecados em que colaboro impenitentemente.

Estamos na Semana Santa, e é de bom exemplo que cada um rosne o seu *mea culpa* e cubra a cabeça de uma pouca de cinza. Além disso, queridos amigos e confrades no pecado, esta carta, em que contritamente apontei alguns dos vícios mais dissolventes dos jornais, a sua superficialidade, a sua bisbilhotice, o seu partidarismo, vícios que os tornam tão pouco próprios para serem lidos pelo homem justo, já vai copiosamente larga – e eu tenho pressa de a findar, para ir ler os meus jornais com delícia.

[10 de agosto de 1894]

Carnot - A morte e o funeral de Carnot[8]

Paris, sentado nos terraços dos cafés, bebendo aos goles, devagar, limonada ou xarope de groselha e soda, enxuga a testa e repousa das emoções por que passou nesta semana, com 35 graus de calor (à sombra). Que emoções, com efeito, e tão atropeladas, tão desencontradas, desde essa manhã de segunda-feira em que cada um de nós foi acordado quase violentamente pelo seu criado, que, sem abrir as vidraças, espalhando logo na penumbra da alcova um pouco do assombro e do horror que invadira a cidade, exclamava ou balbuciava: – «O Sr. Carnot foi assassinado em Lião». Depois disto não era possível, nem readormecer, nem preguiçar. Paris inteiro, sem banho, quase sem almoço, desceu à rua, como Atenas nos grandes dias cívicos, e ficou na rua durante uma semana, falando alto e comprando vorazmente jornais. Tantos jornais arrebatava e logo arremessava, que à noite, *macadam* e asfalto desapareciam sob uma camada de lixo impresso, o mais triste de todos os lixos.

Esta multidão, tão sobreexcitada interiormente, conservava todavia uma compostura calma, semelhante à de um público num teatro, que, enquanto os heróis agonizam no tablado, se sente perfeitamente seguro, e seguras em torno dele a vida e a ordem da cidade. E que a morte de Carnot só afectou realmente a imaginação de Paris. Era como uma tragédia, improvisada por um forte génio trágico, representada inesperadamente uma noite em Lião, e de que os jornais viessem contando os lances de sangue e luto.

O punhal do italiano, escondido entre flores, à boa maneira italiana da Renascença, não ferira, ferindo Carnot, nenhum desses interesses que são para o homem, individualmente, como pedaços da sua própria carne, ou para a sociedade como o cimento de onde depende a sua estabilidade. O bem-estar mais íntimo dos cidadãos hoje não se altera com as catástrofes sofridas por aqueles que os governam: e o Estado não sofre uma arranhadura, quando o seu chefe morre de uma punhalada. Outrora, a supressão violenta do chefe causava um abalo universal, uma tumultuosa deslocação de interesses, quase uma transformação de costumes. Quando Henrique IV é assassinado na Rua de la Ferronnerie, como Carnot, toda a França, horas depois, segundo a viva expressão de Michelet, ficou revirada de dentro para fora como uma luva. A laboriosa obra do reinado desaba bruscamente: o tesouro amontoado por Sully é esbanjado ao vento; todas as construções, por falta de dinheiro, se interrompem; todas as grandes manufacturas se fecham, e os operários vagam famintos: a trama das alianças, tão habilmente urdida, num instante está desfeita – e aí temos em breve a guerra dos Trinta Anos! Aquele rei morto levava consigo para o túmulo o pão, a paz, a posição, as vaidades, de milhares de vassalos. Por isso em Paris foi terrível a desolação. Como diz ainda Michelet, cada cidadão se considerou pessoalmente perdido: e nas casas, como uma desgraça doméstica, as mulheres gritavam arrepelando os cabelos!

Com a perda do Sr. Carnot, assassinado como Henrique IV, nenhum cidadão (supérfluo é lembrar) se considera perdido: e as mulheres, em vez de arrepelar o cabelo, põem mais cuidado em o pentear, para assistirem, com uma curiosidade ligeira, à festa dos funerais.

Não há obras interrompidas, nem operários despedidos. Pelo contrário! O trabalho cresce. Os jardineiros, os floristas, os fabricantes de coroas, embolsam mais de três milhões de francos. O

---

[8] Publicado na *Gazeta de Notícias* a 20 de julho, 10, 11 e 13 de agosto de 1894. Foi incluído na coletânea de 1907, Cartas familiares e bilhetes de Paris, e dividido em duas partes: "Carnot" e "A morte e o funeral de Carnot".

assassinato do chefe do Estado anima o comércio. De facto, não há nada mudado em França – apenas um bom francês de menos.

Isto não prova a fraqueza das instituições monárquicas, porque depois de Henrique IV morto houve logo Luís XIII posto, e o trono de França, com as mesmas flores-de-lis, ainda durou triunfalmente dois séculos. Mostra apenas que hoje o Estado já não está todo contido dentro do chefe – e que o chefe é apenas o remate decorativo do Estado, podendo ser bruscamente derrubado por uma rajada de crime, sem que o edifício que ele rematava se abale, e nem por um momento diminua, ou se modifique, ou sequer se interrompa, a vida intensa que circula dentro do edifício e que o torna vivo. O regicídio deixou assim de ser uma tragédia política – para se tornar simplesmente uma tragédia doméstica, que no povo não pode interessar mais que a imaginação.

O que Paris durante esta semana sentiu (além de uma compaixão natural pelo bom homem morto e pela admirável viúva), foi uma curiosidade feroz do detalhe trágico. Os jornais concorreram para exaltar esta curiosidade, menos pelas cousas dolorosas que vinham contando, como pela maneira terrífica com que as anunciavam, em tipo disforme, letras de três polegadas, de um negrume sinistro, enchendo toda uma folha, e na sua mudez mais estridentes que gritos! São estas letras de descomedido espalhafato, imitadas da América e exageradas como toda a imitação interesseira, que exacerbam a sensibilidade moderna. As pestes, as guerras, as quedas de impérios, eram outrora narradas pelos jornais no seu tipo miúdo e ordinário e a notícia das catástrofes entrava no nosso espírito de um modo manso e discreto, sem produzir nele alvorotos violentos. Agora, estas letras espaventosas invadem com prazer o nosso pobre cérebro; e à maneira de touros que se precipitam dentro de um templo, põem a quieta assembleia das nossas ideias em confusão e terror. Uma tarde desta semana, nos *boulevards*, um jornal astuto e videiro, a *Cocarde*, apareceu ostentando na sua primeira página, larga como uma página da *Gazeta*, estas duas linhas únicas, num tipo despropositado, sem precedentes, que se avistava a uma milha: – «O embaixador de França foi assassinado em Roma!» Vi mulheres, ao receberem nos olhos desprevenidos este tremendo berro tipográfico, quase desmaiarem: e por onde passavam os vendedores, agitando o cartaz pavoroso, a multidão redemoinhava, como sob um grande vento de medo e cólera!

Assim, durante a longa semana, andou veementemente sacudida a nossa imaginação. [b]

[11 de agosto de 1894]

De resto a tragédia de Lião era bem própria a agitar as imaginações mais ronceiras e dormentes. Raramente o destino ou o acaso (se é que o destino se conservou indiferente) envolveu um regicídio em cenário mais comovente, de contrastes mais patéticos, acumulando nele uma tal profusão de detalhes horríveis na sua trivialidade, e quase medonhamente grotescos através do seu horror. Essa noite parece composta por Shakespeare e retocada aqui e além, depois, por Hoffmann. Quem jamais a saberá e a contará em toda a sua miúda realidade? E que contraste intenso já, em que o mais doce e ordeiro dos homens assim findasse na mais cruenta e atabalhoada das tragédias! Carnot morre com um requinte dramático que faltou a César! Vede logo o cenário! Não é a sala grave do Senado, onde os punhais se erguem com a serenidade raciocinada de uma votação – mas a rua iluminada de uma cidade em festas numa noite de gala. Todas essas flâmulas e bandeiras, e rutilantes arcos de gás, e festões multicores de lanternas chinesas, e fogos esparsos de Bengala, e escudos de luz, e palanques, e

orquestras são para celebrar o homem que passa no seu *landau*, e saúda, e sorri. Uma multidão sincera, de uma boa sinceridade provinciana, para quem esse homem, com a placa e grã-cruz da Legião de Honra, cercado de couraceiros, encarna realmente a majestade da França, grita – «Viva Carnot! Viva Carnot!». E de repente a majestade da França cai para cima das almofadas do coche, com a face descomposta, lívida! Foi um qualquer, surdindo das profundidades da plebe, com os sapatos rotos, uma velha jaqueta de pano cor de mel, que, num relance, lhe enterrou um punhal no ventre. Punhalada quase impessoal, em que o braço não é mais do que a prolongação inconsciente da lâmina de ferro, e que vem de baixo, de longe, de muito longe, das camadas escuras do proletariado esfaimado... E o *landau* lá vai, lá foge a galope, entre o ansioso tropear da escolta, levando o chefe do Estado que se escoa em sangue. (O Estado, recentemente, para o proteger, gastara mais um milhão de francos em reforçar a polícia!)

Oh! esta sinistra fuga, para o palácio da Prefeitura, do *landau* de corte tornado bruscamente carro de hospital! Já para dentro saltara um cirurgião, que, de mangas arregaçadas, tendo desabotoado as calças do presidente, palpava a ferida, vedava o sangue com os lenços emprestados pelos lacaios. E assim galopa um quarto de hora furiosamente, sob as bandeiras, os arcos de buxo e as grinaldas de luzes. Um mero cidadão seria logo transportado, e em braços, ao pátio de uma casa, ao balcão de uma botica. Mas o presidente tem de recolher ao palácio, ainda que se esvaia em sangue, porque, mesmo numa República, é severa a regra do protocolo! Nas ruas, a multidão, que nada sabe da punhalada e vê passar entre os couraceiros o *landau* de Estado, onde vagamente se agitam e brilham plumas e dragonas de generais, bate as palmas festivas, aclama Carnot! Mas em cima, nas janelas, a gente que as enche tem uma visão estranha, terrível, quase burlesca – o chefe do Estado estendido, com a grã-cruz, a placa de diamantes da Legião de Honra e o ventre nu, a fralda da camisa flutuando, já tingida de sangue! Visão espantosa que passa entre ovações – ao clarão dos fogos de Bengala, sob o estalar dos foguetes. Passa, desaparece, num galope de cavaleiros, deixando apenas o sulco arrepiador daquela fralda branca e sangrenta!

A porta do palácio da Prefeitura a confusão é tão grande que dois *reporters*, sôfregos de se envolverem num acontecimento histórico, se apoderam do corpo do presidente e o arrancam do *landau*, um agarrando uma perna, outro um braço. Começa o penoso, hesitante transporte através das escadarias e passagens da Prefeitura, um palácio novo, mal conhecido ainda, estreado nesses dias de gala.

Logo no primeiro patamar há um embaraço angustioso... O presidente só devia recolher tarde, depois da representação de gala no Grand-Théâtre; toda a criadagem, com três horas livres, abalara para as festas, para os fogos da Exposição: – e as luzes estavam apagadas, todos os corredores em trevas! E ninguém tinha um fósforo! O ferido, desmaiado, arrefece, perde o sangue. E a ansiedade toda é por um fósforo. Enfim, lá dardeja ao fundo um bico de gás. O corpo do presidente é pousado sobre a colcha de seda do seu leito de cerimónia.

Mas, através das portas escancaradas da Prefeitura, penetrara uma imensa turba, que atulhava os corredores, investira pelo quarto, estorvava os serviços dos cirurgiões. Foi necessário que acudissem polícia e tropa para rechaçar, através do palácio, aquela multidão, tomada de uma curiosidade furiosa, e onde autoridades, magistrados, ministros se debatiam, berravam, repelidos no longo rolo. Um magote mais tenaz, em que havia senhoras, permaneceu fincado diante da porta do quarto lamentável. Não há nada, já notou Vitor Hugo, que mais aguce a curiosidade do que um muro, uma porta fechada, por trás da qual se está passando alguma coisa de irreparável.

Quando essa desejada porta se abria, dando passagem a algum general com bacias ou panos ensanguentados, todos, homens e senhoras, se empurravam, se esticavam para contemplar o chefe do Estado no seu leito, ainda de casaca, ainda de grã-cruz, com o ventre nu, as pernas nuas...

Assim morria, nesta desordem, o mais decoroso dos chefes de Estado.

César ao cair deu um grande movimento à toga, para se tapar todo, numa suprema decência: – e em torno dele não havia senão os brancos mármores do Senado deserto, e ao fundo um personagem consular, muito velho, muito gordo, que adormecera, nada percebera do feito supremo e continuava ressonando, com o lábio pendente, enquanto esfriava o corpo gasto do vencedor das Gálias e se mudava a ordem do mundo.

[13 de agosto de 1894]

Enfim o presidente está mono, lavado, vestido, com a sua casaca, as suas insígnias – e apertando na mão já hirta um par novo de luvas brancas. Defunto, Carnot parece manter aquela correcção oficial que fora o seu cuidado durante a vida. Para comparecer na presença de Deus, como chefe de Estado, ele tem a sua placa de diamantes, a sua grã-cruz, e na mão as suas luvas novas. Estas luvas de além da campa muita gente as acha estranhas! Elas são todavia do velho cerimonial funerário de França. Os reis de França eram enterrados com luvas. O grande cavaleiro Roldão, ao morrer em Roncesvalles, tira, no derradeiro arranco, o seu guante de escamas de ferro e entrega-o ao arcanjo São Miguel, que ao lado esperava para conduzir ao Senhor o alto paladino da cristandade. Era da etiqueta feudal, nos tempos carlovíngios, que o vassalo, ao penetrar no solar do seu suserano, despisse o guante da mão direita, e o abandonasse a um pajem.

Roldão não esquece este acto de vassalagem. Ao transpor as portas do Céu, que é o solar de Deus, suserano absoluto, ele tira o guante e gravemente o entrega ao arcanjo, como a um pajem celeste.

Todos sabem, porque bons livros o contam, como Deus acolheu o cavaleiro perfeito e lhe chamou sorrindo «seu filho». Assim, através das idades, a tradição liga Carnot a Roldão.

Considerai também como é dramático o modo escondido e calado com que regressou a Paris o corpo de Carnot. Na gare não havia uma autoridade, um ministro, ninguém do grande pessoal do Estado, quando o comboio que trazia o cadáver, apareceu, sem um sinal, sem um apito, sem um rumor, deslizando fúnebre e mudamente, como um fantasma de comboio, vago e coberto de crepes. De uma portinhola saiu, no mesmo silêncio, Mme Carnot, vestida como na véspera, quando correra a Lião, com um chapéu enfeitado de flores vermelhas. O caixão é metido à pressa num carro, sem solenidade civil e religiosa: e à pressa, num trote fugidio, através das ruas mais desertas, onde clareava a madrugada, levado para o Eliseu. O morto, como que é recolhido às ocultas ao seu palácio, para se instalar metodicamente na sua capela ardente, e depois, quando não faltasse uma colgadura nem um tocheiro, abertas as portas, e com a sumptuosidade que lhe competia, receber as supremas honras funerais. Atrás dele, pelas ruas desertas, (segundo contam) só o acompanhou um fiacre, com vadios e mulheres nocturnas, fumando cigarros, de perna estendida. Estranho remate de uma noitada estróina – seguir num fiacre o cadáver do chefe do Estado.

Ao outro dia, porém, com a luz, começaram a pompa e o luto público. Mas então cessam também os lances inesperados e melodramáticos. Tudo se torna regular, fixo e pautado pelo protocolo.

Hoje Paris desfila, com curiosidade e emoção, ante o ataúde do presidente, posto em capela, no devido luxo de flores e de luzes, coberto com a tricolor. Amanhã Paris, numa curiosidade crescente, mas já diminuída a emoção, fará densas alas ao presidente que passa para o Panthéon.

Funerais magníficos decerto – mas de uma magnificência muito cerceada pela sobriedade do gosto francês e pela simplicidade oficial da democracia. A democracia, oficialmente, usa casaca de pano preto: – e o severo gosto, em França, não permite nestas pompas outro luxo, além do luxo das flores. Tudo o que outrora na Antiguidade, e depois na Renascença, fazia o esplendor das cerimónias fúnebres – a sumptuosidade dos trajes, as sedas negras caindo dos balcões, os incensadores fumegando, os coros dolentes, os corcéis ricamente ajaezados, as insígnias simbólicas, os troféus, os andores, os estandartes, os carros de deslumbrante arquitectura, a riqueza patrícia, as criadagens agaloadas, e o incomparável fausto da Igreja com os seus báculos, as suas mitras, as suas púrpuras, as suas casulas de ouro – toda essa magnificência estética aqui falta. Um pobre carpinteiro de Florença ou Roma, da Florença dos Medicis ou da Roma de Leão X, nunca acreditaria, contemplando esta procissão funeral, que uma opulenta e artística nação estava fazendo a apoteose do seu chefe assassinado. Todavia a França, dentro das restrições impostas pela sobriedade do seu gosto e pela simplicidade da sua democracia, prestou a Carnot, largamente, todas as homenagens e preitos simbólicos. As flores que lhe ofertou, foram incontáveis, custaram mais de três milhões de francos, e durante todo um dia perfumaram o vasto ar de Paris. E toda a França organizada, desde os corpos de Estado até aos clubs ginásticos, acompanhou o seu féretro ao Panthéon, que a Pátria reconhecida reserva aos Grandes Homens.

Mas essas flores, uniformemente arranjadas em coroas, e acumuladas sobre carros, ou conduzidas isoladamente em andores, algumas enormes, de dois metros de diâmetro, e semelhando bóias pintadas de cores vistosas, não podiam formar, na sua uniformidade dogmática, um quadro de beleza, só impressionavam pela abundância, pela ideia mercantil dos milhões gastos, e em breve murchos.

E a França toda atrás, era apenas uma infinita e cerrada fila de casacas pretas. Interminavelmente passavam na irradiação do sol de Julho as casacas negras. Aqui, além, por vezes, um grupo de embaixadores, as fardas de um estado-maior, os juízes com as suas becas escarlates, destacavam, numa mancha fugitiva de brilho e cor. Mas logo se prolongavam, se eternizavam as calças pretas, as casacas pretas, marchando em cadência. Nos olhos pesados, no espírito meio entorpecido, não restava por fim senão a impressão dormente de um mudo e lutuoso perpassar de fato preto.

E aos olhos cansados, ao espírito adormentado, voltava, para embotar mais a emoção artística desta pompa, a memória de outras pompas, a de Thiers, a de Gambetta, a de Victor Hugo, em que também assim marchavam, em longas milhas, calças pretas, casacas pretas.

Uma novidade, porém, e singular, impressionava nestes funerais de Carnot: – e era que, atrás do féretro, coberto com a bandeira tricolor, se entreviam num carro batinas e sobrepelizes de padres. Depois, à frente dos embaixadores, marchava o núncio do Papa, nas suas grandes vestes roxas. E por todo o préstito, mesmo misturadas aos uniformes, apareciam, aqui, além, sotainas de padres. Novidade considerável! E então se atentava mais em que esta tragédia do presidente assassinado fora realmente, toda ela, em todos os seus actos, seguida e ministrada pela Igreja. Carnot moribundo recebeu os santos óleos das mãos do arcebispo de Lião.

Na capela ardente, entre os generais que o guardam, rezam padres, e freiras desfiam os seus grossos rosários. Aos pés do caixão há um hissope, numa cadeira, com que Paris, ao desfilar, asperge as pregas da bandeira que cobre o corpo, de modo que ao fim do dia a tricolor está toda orvalhada de água benta. É o cura da Madalena, de cruz alçada, com o seu clero, que vem ao pátio do Eliseu fazer a entrega do corpo, segundo o velho ritual de Paris. Agora aqui vão padres atrás do carro funerário. Toda esta pompa marcha para Notre-Dame. As portas da antiga catedral, o arcebispo de Paris reza os responsos finais, e do púlpito, como nos tempos de Bossuet, faz a oração fúnebre do presidente da República. Os radicais, os livres-pensadores, entraram na sombria nave, e de joelhos, por decência, abalados por vagas memórias, baixaram a cabeça ao levantar da hóstia. E depois outros padres irão ao Panthéon, desconsagrado pela República, para rebenzer o jazigo do presidente, que é ao lado do jazigo de Voltaire!

Estranhas vicissitudes! Carnot morto, leva atrás de si pelas ruas de Paris o radicalismo compungido – e é para os altares que o vai levando.

Conheço uma velha gravura alegórica do século xvi, em que, atrás dum cortejo, e também funerário, se vê um personagem de cornos, de pés de bode, que, todo torcido, com o rabo vexadamente metido entre as pernas peludas, vem rosnando e roendo as unhas, numa evidente mostra de humilhação e rancor. É o Diabo. Pois também neste cortejo derradeiro de Carnot, me pareceu avistar, lá ao longe, o nosso velho amigo, o jacobinismo, de barrete frígio, com a face baixa, o ar pelintra, roendo as unhas, horrendamente humilhado.

Toda esta semana, com efeito, tem sido para ele de humilhações. Mas o desventurado já as não conta! Desdenhado pela ciência, mais desdenhado ainda pela filosofia, rechaçado pelas letras, abominado pela arte, espancado pela mocidade no pátio das escolas, troçado pelos caricaturistas, apupado pela plebe, esse pobre jacobinismo, tornado um objecto de escândalo e tédio, anda aí mais escorraçado, neste fim do século XIX, do que o Diabo, nos fins do século XVIII nas vésperas de sua morte. A sua maior humilhação porém vem de que a França, a França que o produziu, e que ainda hoje, de certo modo, o produz, nesse mesmo dia dos funerais e pela voz de um dos seus melhores espíritos, o declarou, com aviltante desdém – um produto de exportação!

Oh! empertigados manes de Robespierre! O jacobinismo declarado em Paris – produto de exportação! Tal é a fragilidade das seitas. Sic transit gloria diaboli.